

**FORMAÇÃO PERMANENTE: REDES SOCIAIS, INCLUSÃO E ENSINO DE
LIBRAS**

MARIANE DELLA COLETTA SAVIOLI GARZOTTI DE ARAUJO

**FORMAÇÃO PERMANENTE: REDES SOCIAIS, INCLUSÃO E ENSINO DE
LIBRAS**

**MARIANE DELLA COLETTA SAVIOLI
GARZOTTI DE ARAUJO**

Dissertação apresentada a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade do Oeste Paulista, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação – Área de concentração: Formação e Prática Pedagógica do Profissional Docente.

Orientadora:
Prof^a. Dr^a. Raquel Rosan Christino Gitahy

371.912
A663f

Araujo, Mariane Della Coletta Savioli Garzotti.
Formação permanente: redes sociais, inclusão
e ensino de Libras / Mariane Della Coletta Savioli
Garzotti de Araujo – Presidente Prudente, 2017.
206 f.: il.

Dissertação (Mestrado em Educação) -
Universidade do Oeste Paulista – Unoeste,
Presidente Prudente, SP, 2017.

Bibliografia.

Orientador: Raquel Rosan Christino Gitahy

1. Comunicação não-verbal. 2. Redes Sociais.
3. Educação especial. 4. Linguagem por sinais. I.
Título.

MARIANE DELLA COLETTA SAVIOLI GARZOTTI DE ARAUJO

**FORMAÇÃO PERMANENTE: REDES SOCIAIS, INCLUSÃO E ENSINO DE
LIBRAS**

Dissertação apresentada Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade do Oeste Paulista, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação - Área de Concentração: Formação e Prática Pedagógica do Profissional Docente.

Presidente Prudente, 8 de maio de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Raquel Rosan Christino Gitahy
Universidade do Oeste Paulista – Unoeste
Presidente Prudente - SP

Prof^a. Dr^a. Adriana Aparecida de Lima Terçariol
Universidade Nove de Julho – Uninove
São Paulo - SP

Prof^a. Dr^a. Sandra Fogaça Rosa Ribeiro
Universidade Federal Da Grande Dourados - UFGD
Dourados - MS

DEDICATÓRIA

Dedico essa dissertação às pessoas que me ensinaram o que é amar que a Educação é a fonte da revolução humana.

Aos meus falecidos pais, João Paulo Savioli e Marisa Della Coletta Savioli por ter me concedido a vida, por serem seres humanos que com suas ações puderam ensinar a mim, minhas irmãs e netos, a lutar com simplicidade e com humildade, a amar, a ter fé e a ter gratidão por todos aqueles que de alguma me auxiliaram nesta caminhada.

Ao meu marido Gustavo Garzotti de Araujo, companheiro que me aceitou e me escolheu, que em todos os momentos me incentivou e ajudou nesta jornada.

Ao atual presidente da Soka Gakkai, Daisaku Ikeda, que com seus ensinamentos, orações e dedicação à felicidade e revolução da humanidade, puderam me encorajar e me alimentar com a fé.

AGRADECIMENTOS

*Não podes reformar o mundo
Sem reformar a ti mesmo.
Toda nova era começa dentro de ti.
É um processo interno,
com possibilidades desconhecidas
de libertação interior.
(Bem Okri)*

Por meio dessa mensagem é possível compreender, por mais que queiramos construir e transformar o mundo que está a nossa volta, sempre haverá desafios a superar, entretanto o maior desses desafios, somos nós mesmos. As transformações são possíveis, no entanto, é preciso primeiro transformar a nós mesmos, por meio da revolução interior, para a partir disso, juntamente com a fé, com as energias do universo e com gratidão, ter a oportunidade de fazer parte da grande revolução humana, que no budismo é chamado de *Kosen-Rufu*. Torna-se importante, portanto, ser grata a todos, que de alguma forma puderam contribuir e acreditar na concretização desse trabalho:

Às energias espirituais, presentes em meu caminhar, que são meus direcionamentos, minha fé e equilíbrio interior.

Ao meu pai João Paulo Savioli, em quem me inspiro sempre, pois além de me ensinar tudo que sabia, foi um grande educador, podendo levar felicidade e autonomia a muitos os educandos que passaram por seus olhos. À minha mãe Marisa Della Coletta Savioli, mulher forte e guerreira que com seu enorme sorriso sempre respeitou e me ensinou a ser digna e às minhas irmãs Marjory Della Coletta Savioli e Daniela Della Coletta Savioli Rangel Barbosa, amigas que mesmo diante as maiores tempestades da vida, estiveram sempre ao meu lado.

Ao meu marido, Gustavo Garzotti de Araujo, que sempre me apoiou, com muita paciência, dedicando-se, e sempre cuidando de mim.

Aos meus sogros, Rui de Araujo e Sônia Maria Garzotti de Araujo e cunhada, Juliana Garzotti de Araujo, incentivando-me com carinho.

A minha querida madrinha e tia, Marley Della Coletta, também educadora, que em diversos momentos, principalmente na falta de meus pais, me orientou e ensinou a ser humilde, guerreira e forte.

Agradeço com enorme carinho, a minha orientadora, a Professora Dr^a Raquel Rosan Christino Gitahy, que além de mediar de forma muito competente, organizou e orientou todos os meus passos durante esse trabalho. Também, acreditou no meu potencial e fortaleceu-me com palavras de energia e incentivo. Mostrou-se humana em seus direcionamentos, além de tecer com sua experiência, o caminhar dessa jornada. Serei sempre grata!

À Professora Dr^a Adriana Aparecida de Lima Terçariol, que aceitou participar desta banca, e que desde o começo, logo nos primeiros passos, esteve por perto incentivando e auxiliando na jornada acadêmica do Mestrado em Educação.

À Professora e Dr^a. Sandra Fogaça Rosa Ribeiro, que gentilmente aceitou o convite para participar e contribuir com sua experiência e sabedoria na construção deste trabalho.

Aos demais Professores Mestres e Doutores em Educação, que fizeram parte do corpo docente do Programa de Mestrado em Educação pela Universidade do Oeste Paulista, a Unoeste, na Área de Concentração de Formação e Prática Pedagógica do Profissional Docente: à professora Dra Danielle Aparecida do Nascimento dos Santos, o Dr. Adriano Rodrigues Ruiz, Dr^a. Camélia Santana Murgo Mansão, Dr^a. Carmen Lúcia Dias, Dr^a. Maria de Lourdes Zizi Trevizan Perez, Dr^a. Raimunda Abou Gebran, e ao professor e amigo Dr. Marcos Vinícius Francisco, educadores que em muitos momentos me fizeram despertar e compreender a importância do trabalho e pesquisa em educação, como fonte transformadora e enriquecedora da sociedade.

Também a todos os funcionários, do Programa de Mestrado em Educação pela Universidade do Oeste Paulista, a Unoeste, em especial a secretária Idalina de Oliveira Lima, que com seus esforços, sempre incentivou, colaborou e mostrou-se dedicada ao nos atender.

Aos colegas, amigos e educadores, integrantes do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Currículo e Tecnologias - GEPECeT, que durante a jornada do Programa de Mestrado em Educação, pela Universidade do Oeste Paulista, a Unoeste, puderam compartilhar suas experiências, alegrias, vitórias, esforços e trabalhos incansáveis e intermináveis nessa trajetória, entre eles estão: Valéria Isaura de Souza, Cláudio Braz de Figueiredo, Elisangela Bulla, Fernanda Sutkus De Oliveira Mello, Ana Siqueira, Elaine Mussi, Sidney Oliveira, Artemisa Piai,

Adriana Croti, Davi Silva, Evandro Lombardi, Letícia Mahlmeister, Indi Santos, Cecilia De Freitas, Ana Paula Ambrósio Zanelato, Carla Plantier Message, Elizabete Briani Massad Gara, Wilson Leonor Kunze e Édison Trombeta.

Aos queridos amigos, incentivadores da prática budista e da educação, o Profº Luiz Carlos Custódio e sua esposa a Sra. Maria Emília Bittes Custódio, e demais amigos praticantes desta filosofia, por me incentivar pacientemente, orientar e muitas vezes com alegria transmitir energias e boa sorte, por meio dos ensinamentos e pela prática da boa-fé e dos estudos, fizeram grande diferença em meu caminhar.

Ao grande mestre da Soka Gakkai, o Sr. Daisaku Ikeda, que com seus ensinamentos, pode fortalecer minha alma, meu coração e conduzir de forma alegre e equilibrada meu caminho.

À família Della Coletta, que em meus falecidos avós Angelo Leandro e Maria Luiza, tios e primos, fizeram parte de meu aprendizado e desenvolvimento.

À família Savioli, por meio também, de meus falecidos avós, Fulvio e Orávia, assim como, tios e primos, deram suas contribuições em meu crescimento.

Aos amigos, sempre muito queridos, familiares de coração, que escolhemos por suas virtudes, para estar ao nosso lado, agradeço a paciência e muitas vezes a minha ausência.

A amiga Márcia Maria Souza Alves, da área da literatura infantil, que me auxiliou e incentivou em diferentes momentos nesta jornada.

Também aos amigos e colegas, do Programa de Mestrado em Educação na Unoeste, que estiveram presentes em várias jornadas e trabalhos em comum: Valéria Isaura de Souza, Cláudio Bráz de Figueiredo, Verônica Nogueira Vanni, Deborah Zaduski, Tatiane Moraes e a amiga Rosana Benevides, sempre estiveram com palavras de apoio e incentivo.

As amigas e parceiras no trabalho de Educação Especial Inclusiva e Atendimento Educacional Especializado do Município de Araçatuba, que sempre motivaram meus esforços para cursar o mestrado em educação: A Dirigentes de Educação Especial, as Sra. Márcia Aparecida Húngaro Duarte Faria e a Sra. Andrea Melinsky, as orientadoras pedagógica e amigas, a Sra. Elaine Samora Carvalho França e Antunes e Ivete Nascimento Monge, a Sra. Diretora de Educação Eliana Tsuchida Terense, e as demais parceiras na luta em favor de uma educação especial inclusiva de qualidade, todas as professoras de Atendimento Educacional

Especializado – AEE do Município de Araçatuba, e demais profissionais da Secretaria Municipal de Educação de Araçatuba, pela paciência, carinho e incentivo.

A diretora a Sra. Profª Drª. Renata de Freitas Góis Camparoni, a coordenadora administrativa Ana Cristina Marin, à Coordenadora pedagógica do curso de Pedagogia Sra. Márcia Elaine Vignotto, demais professores e colegas do ensino superior da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui, a Fateb, Fundação Municipal de Birigui, pelo apoio, incentivo e por dar total autonomia e confiança ao desenvolver esta pesquisa durante o Curso de Extensão de Libras nos anos de 2015 e 2016, sem essa confiança, carinho e autonomia, que me foram propiciados, esta pesquisa não seria possível.

Às minhas atuais diretora Meire Cristina Neves e coordenadora Ana Amélia Gonçalves Pereira Matheus, pelo apoio e compreensão em dias difíceis.

Aos queridos alunos, professores cursistas participantes da pesquisa, que matriculados no Curso de Extensão de Libras da Fateb, que deram seu total apoio e credibilidade neste meu trabalho, sou eternamente grata por aceitarem contribuir com a pesquisa. Essa foi certamente uma das maiores experiências de minha vida, gerando bons frutos para a pesquisa, trazendo novas perspectivas no âmbito educacional. Certamente, mais um novo olhar!

Em especial a aluna e pedagoga com surdez Bárbara Ferreira Paladino, parceira que em auxiliou com seus conhecimentos linguísticos no entrosamento prático da Língua Brasileira de Sinais durante todo o curso.

Ao Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares, PROSUP, pelo apoio financeiro e educacional durante o Mestrado em Educação.

A todos, meus sinceros agradecimentos.

Mariane Della Coletta Savioli Garzotti de Araujo

*“Os professores devem descer do trono,
onde confortavelmente se instalaram
como objeto de veneração,
para se tornar servidores públicos que
oferecem orientação àqueles que
procuram ascender ao trono do saber.
Eles não devem ser mestres
que se oferecem como modelos de perfeição,
Mas como coparticipantes na descoberta de novos modelos. ”
(Tsunesaburo Makiguchi Zenshu)*

RESUMO

Formação permanente: Redes Sociais, inclusão e ensino de Libras

A presente dissertação foi desenvolvida no Programa de Mestrado em Educação da Universidade do Oeste Paulista – Unoeste, na Linha de Pesquisa, Formação e Prática Pedagógica do Profissional Docente. O objetivo geral foi compreender como, a partir das interações na internet, por meio das redes sociais Facebook e WhatsApp, os docentes discutem sobre o ensino da Língua Brasileira de Sinais para o aperfeiçoamento da sua prática. Os objetivos específicos foram: implementar ações para formação permanente de professores na área da Libras para o ensino; analisar de que maneira os sujeitos incorporam os aspectos do ensino da Libras usando recursos do Facebook e WhatsApp; identificar critérios para o ensino da Libras voltados às especificidades dessa língua para o desenvolvimento dos estudantes surdos. A metodologia de pesquisa foi qualitativa com intervenção, por ser o pesquisador participante ativo, que proporcionou interações e práticas pedagógicas por meio das redes sociais. Participaram trinta e dois docentes. Tais docentes estiveram conectados pelo WhatsApp e pertenciam ao grupo fechado do Facebook, intitulado Curso Libras Fateb 2015. Como procedimento de coleta de dados, foi utilizada a observação das interações e uma entrevista sobre a visão e a prática dos docentes quanto ao uso das redes sociais no processo de ensino e aprendizagem. Realizou-se a análise dos resultados a partir dos seguintes eixos estruturantes: facilitador conceitual, contador de histórias, guia reflexivo, e habilidades sociais de comunicação. Como resultados foram obtidos dados qualitativos que evidenciaram o envolvimento e aprendizagem colaborativa entre os professores e demais participantes, do curso de formação permanente, o que despertou em cada um dos participantes o interesse em transformar sua prática pedagógica. Os ambientes virtuais de aprendizagem Facebook e WhatsApp foram utilizados como ambientes acessíveis de comunicação, e interação. Segundo os participantes do curso, a formação permanente de Libras, por meio das redes sociais, proporcionou o aprendizado nas interações práticas e linguísticas, tanto nos conteúdos teóricos, quanto na utilização da língua na forma prática, pois as interações aconteceram entre participantes ouvintes e participantes surdos em diferentes espaços, destacou-se aqui os espaços virtuais, que contribuíram para a autonomia, acessibilidade e habilidades comunicativas que levam a fluência no uso da Libras.

Palavras-chave: formação permanente; redes sociais; inclusão; Libras

ABSTRACT

Ongoing Formation: Social Networks, Inclusion And Teaching Of Libras

The present dissertation was developed in the Program of Masters in Education of the University of the West Paulista - Unoeste, in the Line of Research, Training and Pedagogical Practice of the Professional Teacher. The overall objective was to understand how, from the interactions in the internet from the social networks Facebook e WhatsApp, the teachers discuss about the teaching of the Brazilian Sign Language for the improvement of its practice. The specific objectives were: To implement actions for the permanent formation of teachers in the area of Libras for teaching; To analyze how the subjects incorporate the aspects of the teaching of the Libras using resources of Facebook e WhatsApp; Identify criteria for the teaching of Libras focused on the specifics of this language for the development of deaf students. The research methodology was qualitative with intervention, as the active participant researcher, who provided interactions and pedagogical practices through social networks. Thirty-two teachers participated. These teachers were connected by WhatsApp and belonged to the closed group of Facebook group titled Curso Libras Fateb 2015. As a data collection procedure was used the observation of the interactions and an interview about the vision and the practice of the teachers regarding the use of social networks in the process Teaching and learning. The results were analyzed from the following structuring axes: conceptual facilitator; Storyteller; Reflexive guide; And social communication skills. As results were obtained qualitative data that evidenced the involvement and collaborative learning among teachers and other participants of the ongoing training course, which awakened in each of the participants the interest in transforming their pedagogical practice. The virtual learning environments Facebook and WhatsApp were used as accessible environments of communication, and interaction. According to course participants, the ongoing formation of Libras, through social networks, provided learning in practical and linguistic interactions, both in theoretical content and in the use of the language in practical form, as the interactions happened between hearing participants and deaf participants In different spaces, We highlighted here the virtual spaces, which contributed to the autonomy, accessibility and communicative skills that lead to fluency in the use of Libras.

Keywords: permanent formation; social networks; inclusion; Libras

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1-	Abertura da vídeoaula sobre História da Educação de Surdos....	122
FIGURA 2-	Abertura da vídeoaula, com “janela de interpretação de Libras” ..	124
FIGURA 3-	Desenvolvimento do debate sobre Nível Fonológico.	125
FIGURA 4-	Debate sobre o tema, após compartilhamento de informações dos próprios cursistas.....	128
FIGURA 5-	Participação no debate, após serem chamados pelo formador...	131
FIGURA 6-	Finalização do debate sobre Nível Fonológico.....	132
FIGURA 7-	Vídeoaula sobre Bilinguismo com janela de interpretação em Libras.....	134
FIGURA 8-	Continuação do debate sobre o Bilinguismo.....	137
FIGURA 9-	Abertura de vídeo aula, contextualizada com questão de debate.....	140
FIGURA 10-	Indicação do filme Amy, realizada por cursista.....	146
FIGURA 11-	Postagem sobre o atendimento de SMS.	148
FIGURA 12-	Postagem de crianças surdas orando em Língua de Sinais.....	149
FIGURA 13-	Sugestão de livro sobre o Tradutor e Intérprete de Libras.....	150
FIGURA 14-	Feedback sobre a postagem do material.....	150
FIGURA 15-	Postagem de vídeo aula sobre ensino de Libras.....	152
FIGURA 16-	Compartilhamento de atividades práticas com música pelo WhatsApp.....	152
FIGURA 17-	Vídeo de cursista em página do Hand Talk.....	153
FIGURA 18-	Reportagem compartilhada: cursista surdo da formação.....	154
FIGURA 19-	Aluno da rede Estadual de Ensino aprendendo Libras com uma cursista.	155
FIGURA 20-	Formandos 2015, do Curso de Soldados da Polícia Militar do Estado de São Paulo – CPI 10.....	156
FIGURA 21-	Participantes ouvinte e surda em formação para a Polícia Militar.	157
	Atividade de reflexão prática em Libras pela Web 3.0.....	159
FIGURA 22-	Interação prática de participante ouvinte.....	159
FIGURA 23-	Dúvidas sobre os vídeo e expressões em Libras.....	159
FIGURA 24-	Incentivo a participar do desafio pelo WhatsApp.....	160

FIGURA 25-	Incentivo a participar do desafio pelo WhatsApp.....	160
FIGURA 26-	Vídeos em Libras propondo desafios.....	161
FIGURA 27-	Print do WhatsApp com as questões da entrevista.....	162
FIGURA 28-	Sétima e última pergunta da entrevista.....	163
FIGURA 29-	Resposta da entrevista – questão 1.....	164
FIGURA 30-	Resposta da entrevista 1.....	165
FIGURA 31-	Resposta da questão 1.....	165
FIGURA 32-	Resposta da questão 1.....	165
FIGURA 33-	Resposta da questão 1.....	166
FIGURA 34-	Resposta da entrevista – questão 2.....	166
FIGURA 35-	Resposta da questão 2.....	168
FIGURA 36-	Resposta da questão 2.....	169
FIGURA 37-	Resposta da questão 2.....	169
FIGURA 38-	Resposta da questão 3.....	169
FIGURA 39-	Resposta da questão 3.....	171
FIGURA 40-	Resposta da questão 4.....	171
FIGURA 41-	Resposta da questão 4.....	173
FIGURA 42-	Resposta da questão 5.....	174
FIGURA 43-	Resposta da questão 5.....	175
FIGURA 44-	Resposta 5.....	176
FIGURA 45-	Continuação das respostas pelo WhatsApp.....	177
FIGURA 46-	Resposta da questão 6.....	178
FIGURA 47-	Perguntas 6.....	178
FIGURA 48-	Perguntas 6.....	179
FIGURA 49-	Perguntas 6.....	180
FIGURA 50-	Resposta da questão 7.....	180
FIGURA 51-	Resposta da questão 7.....	184
FIGURA 52-	Respostas questão 7.....	185
FIGURA 53-	Resposta questão 7.....	186

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1-	Módulos, disciplina e carga horária da proposta pedagógica do Curso.....	103
QUADRO 2-	Módulo I proposta pedagógica do Curso.....	104
QUADRO 3-	Módulo II, proposta pedagógica do Curso.....	104
QUADRO 4-	Módulo III, proposta pedagógica do Curso.....	104
QUADRO 5-	Módulo IV, proposta pedagógica do Curso.....	105

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1-	Resumo do percentual de área educacional e profissional dos participantes.	111
GRÁFICO 2-	O quadro mostra, o tempo de atuação profissional dos participantes.....	112
GRÁFICO 3-	Atuação dos participantes relacionada a inclusão.....	114
GRÁFICO 4-	Área de atuação de seus participantes.....	115
GRÁFICO 5-	Motivação para realizar a formação em Libras.....	116
GRÁFICO 6-	Principais respostas sobre a transformação profissional.....	118
GRÁFICO 7-	Percentual do nível de ensino dos e participantes da pesquisa.....	119

LISTA DE SIGLAS

AACD	– Associação de Assistência à Criança Deficiente
ABT	– Associação Brasileira de Tecnologias
AEE	– Atendimento Educacional Especializado
AIPD	– Ano Internacional das Pessoas Deficientes
APAE	– Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
AVA	– Ambiente Virtual de Aprendizagem
CADEME	– Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais
CAPES	– Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPI	– Comitê Assessor de Pesquisa Institucional
CCPq	– Coordenadoria Central de Pesquisa da Universidade do Oeste Paulista
CEP	– Comitê de Ética e Pesquisa
CEAL/LP	– Centro de Audição e Linguagem “Ludovico Pavoni”
CEB	– Câmara de Educação Básica
CENESP	– Centro Nacional de Educação Especial de São Paulo
CESB	– Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro
CF	– Constituição Federal
CNE/CP	– Conselho Nacional De Educação - Conselho Pleno
CNE/CEB	– Conselho Nacional De Educação - Câmara de Educação Básica
CNPq	– Conselho de Desenvolvimento Nacional e Tecnológico
CORDE	– Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência
DESE	– Departamento de Educação Supletiva e Especial
EaD	– Educação a Distância
ECA	– Estatuto da Criança e do Adolescente
EPAEE	– Estudante Público Alvo da Educação Especial
EUA	– Estados Unidos da América
FATEB	– Faculdade de Ciências e Tecnologias de Birigui
FIESP	– Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FRM	– Fundação Roberto Marinho
GEPECeT	– Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Currículo e Tecnologias
HTPC	– Horário de Trabalho Pedagógico Contínuo
IBC	– Instituto Benjamin Constant
IESP	– Instituto Educacional de São Paulo

INES	– Instituto Nacional de Educação de Surdos
INSM	– Instituto Nacional de Surdos-Mudos
IPAE	– Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação
LDB	– Lei de Diretrizes e Bases
LDBEN	– Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	– Ministério da Educação
MCT	– Ministério da Ciência e Tecnologia
MIT	– Instituto de Tecnologia de Massachusetts (<i>Massachusetts Institute of Technology</i>)
NAAH/S	– Núcleos de Atividades de Altas Habilidades/ Superdotação
ONU	– Organização das Nações Unidas
PCN	– Parâmetros Curriculares Nacionais
PDE	– Plano de Desenvolvimento da Educação
PNE	– Plano Nacional de Educação
POPs	– Pontos de Presença
PROERD	– Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência
PROSUP	– Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares
RNP	– Rede Nacional de Pesquisas
SEE	– Secretaria de Educação Especial
SEESP	– Secretaria de Educação Especial de São Paulo
SENEB	– Secretaria de Educação Básica
SEPS	– Secretaria de Ensino de 1º e 2º graus
SESI	– Serviço Social da Indústria
SRM	– Sala de Recursos Multifuncionais
SMS	– Serviço de Mensagens Curtas (<i>Short Message Service</i>)
TDICs	– Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação
TILS	– Tradutor Intérprete de Língua de Sinais
UCP	– Universidade Centro do Paraná
UFC	– Universidade Federal do Ceará
UFRJ	– Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSCAR	– Universidade Federal de São Carlos
UFSC	– Universidade de Santa Catarina
UnB	– Universidade de Brasília
UNESCO	– Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UNESP	– Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
UNOESTE	– Universidade do Oeste Paulista

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.	19
1.1	Trajectoria acadêmica e profissional: a motivação para a pesquisa	19
1.2	O cenário atual da educação numa perspectiva inclusiva e o aluno Surdo	24
1.3	Objetivos da pesquisa	27
1.3.1	Objetivo geral	27
1.3.2	Objetivos específicos	28
1.4	Estrutura da dissertação	28
2	EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA	30
2.1	Histórico no Brasil e no Mundo	30
2.2	Breve histórico da educação de pessoas com surdez e o surgimento das línguas de sinais	41
2.3	Aspectos legais	47
3	A SURDEZ.	56
3.1	Os diferentes tipos de surdez	56
3.2	Comunicação e linguagem	61
3.3	Identidade do aluno com surdez	67
3.4	O trabalho com o aluno surdo	69
4	FORMAÇÃO PERMANENTE PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA ERA DIGITAL	76
4.1	A importância da formação permanente na era digital	76
4.2	As redes sociais e a aprendizagem colaborativa na formação permanente	86
5	A PESQUISA.	99
5.1	A natureza da pesquisa	99
5.2	O universo da pesquisa	100
5.3	Sujeitos	105
5.4	Procedimentos Éticos	106
5.5	Coleta de dados	106
5.6	Procedimento para organização e análise dos dados: criação de eixos estruturantes	107
6	APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS	110
6.1	Perfil dos colaboradores da Pesquisa	110
6.2	Análise dos dados segundo os eixos estruturantes	120
6.2.1	Eixo 1 – Guia Reflexivo	120
6.2.2	Eixo 2 – Facilitador Conceitual	145
6.2.3	Eixo 3 – Contador de Histórias	155
6.2.4	Eixo 4 – Habilidades Sociais de Comunicação	158
6.3	Redes sociais e formação permanente em Libras: a percepção dos pesquisados	163

7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	188
	REFERÊNCIAS.....	192
	APÊNDICES.....	.200

1 INTRODUÇÃO

Na introdução, o leitor conhecerá a origem do problema, o percurso escolar, acadêmico e profissional do pesquisador, resgatando as experiências educacionais até o Mestrado em Educação e a escolha do tema para a pesquisa. Organizou-se nesta seção, também os principais objetivos gerais e específicos da pesquisa, bem como a sua estrutura.

1.1. Trajetória acadêmica e profissional: a motivação para a pesquisa

Aos 18 anos de idade, por volta do ano de 1997, entrei no curso de Pedagogia pela Faculdade Toledo de Ensino de Araçatuba, motivada sempre pelo ideal de trabalhar na formação de pessoas. Durante o curso de Pedagogia, participei de alguns projetos pedagógicos com o objetivo de inclusão de pessoas na sociedade, dentre eles, o Projeto Casa da Criança, que na época era uma instituição, um orfanato que abrigava meninas e moças que eram abandonadas nesse lugar ou retiradas de famílias por questões judiciais, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Algumas eram designadas para a adoção.

Logo no início do projeto, como estudante do curso de pedagogia, elaborei, todos os sábados, propostas pedagógicas para ampliar o desenvolvimento cultural, social e interativo das meninas e moças que ali moravam, além de realizar os relatórios e pasta de conclusão do projeto ao final de dois anos.

Cursei, após findos os três anos do curso de Pedagogia, o curso de Direito, pela Unitoledo de Araçatuba, entre os anos de 2000 e 2005, com o intuito de adquirir conhecimentos legais, que pudessem propiciar melhor compreensão profissional e social. Durante esse tempo, também cursei a minha primeira pós-graduação, em Didática Educacional e Práticas Pedagógicas pelas Faculdades São Luís em Jaboticabal, estado de São Paulo.

Mesmo antes de trabalhar com a Educação Especial na rede municipal de ensino de Araçatuba, como professora de ensino fundamental e infantil, tendo atuado na rede particular, municipal e SESI de minha cidade, sempre tive um grande interesse em trabalhar com os alunos com deficiência. Isso pois, trabalhei com esses alunos incluídos em sala de aula regular e, assim, buscava sempre me informar sobre como trabalhar, sem qualquer medo ou preconceito, com todos os alunos com deficiência.

Quando surgiu a oportunidade de realizar uma especialização nas áreas de deficiências auditiva, intelectual e múltipla, segui em frente e logo passei no concurso para o Atendimento Educacional Especializado (AEE), para realizar esse trabalho na perspectiva da educação inclusiva.

Após ser nomeada como professora de Atendimento Educacional Especializado (AEE), realizei também o curso de extensão de AEE, pela Universidade Federal do Ceará (UFC), que me capacitou para atuar nessa área.

Mas, como a nossa realidade exige que estejamos sempre atualizados, foi necessário muito estudo e trabalho árduo para realizarmos uma prática pedagógica de excelência com nossos alunos, sejam eles deficientes ou não.

Senti então, que haveria a necessidade de realizar mais um curso de capacitação, pois, sempre encontramos novos desafios pela frente, portanto, precisei estudar e pesquisar para driblar esses desafios.

Foi quando realizei a inscrição para mais um curso da Plataforma Freire¹, grande e excelente oportunidade para os professores da rede pública. Iniciei o curso de Práticas Educacionais Inclusivas na Área de Deficiência Intelectual pela UNESP de Bauru, no ano de 2010, sendo esse mais um curso a distância que realizei, sem quaisquer dificuldades para acessar e trabalhar com o ambiente virtual de aprendizagem TelEduc².

Como constato viabilidade e incentivo nos cursos a distância, no mesmo ano, iniciei o Curso de Especialização em AEE pela Unesp de Marília, finalizando-o no ano de 2012.

Foi por meio da educação a distância que houve a possibilidade de fazer os cursos descritos, destacando que dessa forma pude ter a formação continuada, sem interferir em meus horários de trabalho. Importante lembrar também que houve grande compartilhamento de experiências e informações entre os alunos e o constante monitoramento e feedbacks de tutores/orientadores e coordenadores do curso. Dessa forma, pude conhecer o trabalho e a vivência de pessoas de várias outras cidades e até mesmo de outros estados do Brasil.

¹ A Plataforma Paulo Freire, é um sistema eletrônico criado em 2009 pelo Ministério da Educação, com a finalidade de realizar a gestão e acompanhamento do Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica.

Fonte: <http://freire.capes.gov.br/index/o-que-e>

² O TelEduc é um ambiente para realização de cursos a distância através da Internet.

Fonte: http://teleduc4.lettras.ufmg.br:8000/pagina_inicial/teleduc.php.

Desde o início, sempre houve o apoio e a colaboração da direção, coordenação das escolas em que realizo o AEE, assim como, por parte da Secretaria Municipal de Educação de Araçatuba, em que sou efetiva, para que eu, assim como os demais professores de Educação Especial Inclusiva, pudesse participar dos cursos de formação permanente, promovidos pela Plataforma Freire.

Realizei, portanto, uma jornada de cursos de formação a distância, nas diferentes áreas da educação de pessoas com deficiências, por meio das Universidades Públicas do país, dentre eles os demais cursos, como o de AEE para alunos com Deficiência Visual, pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), a partir daí pelo ambiente virtual de aprendizagem Moodle; Práticas Inclusivas e AEE, também pela UFSCAR, Tecnologias Assistivas e Educação Inclusiva pela Universidade Federal de Santa Catarina, (UFSC), dentre outros cursos.

Também entre os anos de 2010 e 2012, realizei presencialmente uma importante especialização na área da pessoa com surdez, Especialização em Libras pela Universidade Centro do Paraná, a UCP com professores especialistas surdos.

Interessante que as discussões promovidas não paravam no âmbito da plataforma de cada curso, pois, eu, assim como outros profissionais da área da educação, participava dos cursos discutindo as aulas e os textos, trocando ideias e colaborando em conjunto durante as atividades, o que nos trouxe conhecimento e mais informações.

Pude perceber novas posturas nas escolas da Rede Pública Municipal de Ensino de Araçatuba, pois, como já mencionei, os textos eram lidos e as ideias debatidas no Horário de Trabalho Pedagógico Contínuo (HTPCs) com os demais professores. Assim, foi nítida a mudança de pensamento e postura por parte de muitos professores de sala regular e de todas as escolas.

Uma dessas mudanças está relacionada sobre como trabalhar e avaliar esses alunos, não os comparando com os demais, mas sim de acordo com seu próprio desenvolvimento e evolução na educação escolar e social.

As mudanças alcançaram inclusive a parte administrativa e gestão, pois os cursos esclareceram a legislação para a educação inclusiva. Relato isso, pois no início do AEE, no ano de 2008, as escolas, apesar das leis, recusavam-se a matricular e desenvolver um trabalho inclusivo de qualidade com o aluno com deficiências. Tal realidade foi alterada.

Os cursos de formação atrelados a prática pedagógica, tiveram grande valia em minha prática profissional como professora de Atendimento Educacional Especializado e também no desenvolvimento da inclusão de alunos com deficiência nas escolas do interior paulista, pois, esta é uma luta que começa a se desenvolver e ganhar espaço, traz nela direitos e deveres de toda uma comunidade escolar e de toda a nossa sociedade.

No ano de 2012, por meio de processo seletivo interno realizado pela Secretaria de Educação de Araçatuba, tornei-me orientadora do setor de educação especial inclusiva, tendo a oportunidade de verificar na realidade a realização dos direitos dos alunos com deficiências, ou seja, dos Estudantes Público Alvo da Educação Especial - EPAEE, assim como, toda a dificuldade em fazer acontecer estes direitos nas escolas de ensino regular.

Também no ano de 2012, fui convidada para trabalhar em caráter temporário, como professora do ensino superior, ministrando a disciplina de Libras, área que domino e tenho apreço, na Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui, a FATEB. Já no início do ano de 2013, pude me efetivar, por meio de concurso público, pela Fundação Municipal de Birigui, como professora do curso superior de Pedagogia.

E desta forma, minha trajetória educacional, findou caminhos, que buscavam implementar a cada dia, uma educação especial inclusiva de qualidade em minha região, por meio das formações permanentes de professores que aconteciam no Município de Araçatuba, por meio da formação inicial no curso de Pedagogia da FATEB em Birigui, assim como nos Cursos de Extensão de Libras em Birigui, também pela FATEB e em toda a região, por meio dos cursos de pós-graduação em Libras e Educação Especial Inclusiva.

Constater, portanto, a necessidade de buscar mais subsídios para desenvolver uma educação inclusiva de qualidade, isso por meio de pesquisas e melhores qualificações para meu trabalho.

Como já realizava o trabalho como pesquisadora de formações de professores e sua aplicação na prática pedagógica, envolvendo o EPAEE, me inscrevi no ano de 2014, no Programa de Pós-graduação, Mestrado em Educação pela Universidade do Oeste Paulista, a UNOESTE, como aluna especial desse programa, com o objetivo de adquirir conhecimento, buscando também participar do Processo Seletivo para aluno regular do programa.

No ano de 2015, ingressei no Mestrado em Educação, cursando várias disciplinas, dentre elas a disciplina Prática Docente e Novas Tecnologias, em que pude visualizar o uso de recursos de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) e conhecer o uso das Redes Sociais como ambientes de formação e educação.

Observando os desafios de inclusão de alunos surdos, e pensando em melhor capacitar professores e profissionais da área da educação em relação ao ensino de Libras e um trabalho pedagógico com alunos surdos, de forma que pudesse propiciar inclusão e acesso ao conhecimento com autonomia educacional aos alunos surdos, propus alterações no projeto de Curso de Extensão de Libras, que ministro anualmente pela FATEB, com carga horária de 180 horas.

O desenvolvimento de forma diferente dos anos anteriores, sendo 50% presencial quinzenal e 50% por meio de um grupo fechado na Rede Social Facebook e também interações pelo Whatsapp, intitulados “Curso de Libras Fateb 2015”, em que os participantes, colaboradores surdos e professor, puderam debater, discutir e esclarecer questões sobre o desenvolvimento educacional e social do aluno com surdez e o uso de Libras como língua e objeto de inclusão daquele nas escolas públicas regulares. As redes sociais, tornaram-se ambientes formadores de professores.

A partir do Facebook, os cursistas se propuseram a formar um grupo para recados e interações em Libras por meio do aplicativo WhatsApp, outra Rede Social, por apresentar recursos digitais de interação online, proporcionou um ambiente formador diferenciado e a distância.

O Curso apresentou uma interessante forma de interação e aprendizagem colaborativa, por meio das Redes Sociais, Facebook e Whatsapp, o que em conversa com a minha orientadora Raquel Rosan Christino Gitahy, tornou-se objeto de estudo da minha pesquisa e de outros trabalhos e artigos publicados durante o Mestrado.

1.2. O cenário atual da educação numa perspectiva inclusiva e o aluno Surdo

*“Na era do conhecimento, distribuir conhecimento é distribuir renda.
Não há desenvolvimento sem inovação tecnológica e não há inovação sem pesquisa, sem
educação, sem escola.”
(Moacir Gadotti)*

Para Moran (2012), a escola é pouco atraente, pois de acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (Inep), o que causa a evasão escolar de alunos é o desinteresse.

A escola sempre teve sua história contada, como história de progresso, por onde passariam várias civilizações e seus esforços sociais, assim como a resolução de seus problemas, portanto, a escola cresceu com essa crença, e assim, “[...] os professores acreditaram que lhes estava cometida a missão dos arautos do progresso. Contra tudo e contra todos, se preciso fosse.” (NÓVOA, 1998, p. 20).

Com o cenário de disciplinas soltas e descontextualizadas com a realidade da vida cotidiana do aluno, professores descontentes, escolas com infraestrutura muito comprometidas, baixo acesso à internet, muitos alunos evadem, dentre esses estão, principalmente, os estudantes que possuem alguma deficiência.

Segundo Moran (2012, p. 07), [...] com uma escola assim e, ao mesmo tempo, com o rápido avanço rumo à sociedade do conhecimento, o distanciamento entre a escola necessária e a real vai ficando dramático. Isso promove um enfraquecimento da educação e um forte desânimo de seus agentes, ou seja, de seus professores. Não obstante, com relação à educação, na perspectiva da inclusão de alunos com deficiências, as dificuldades, os recursos e a capacitação de professores para o ensino desses alunos, tornam-se mais prejudicadas.

Afirma Moran (2012), que para que haja mudanças e transformações educacionais, primeiramente, é preciso ter educadores que estejam maduros de forma emocional e também intelectualmente, que sejam acima de tudo, profissionais curiosos, entusiasmados, abertos, que queiram e saibam como motivar e dialogar com pessoas e com seus alunos, ou seja, devem ser pessoas em que a cada diálogo nos enriqueça.

No caso da educação, na perspectiva da inclusão, é realmente relevante, que seus professores estejam preparados para promover esse ensino. Para Moran (2012), as bases ou eixos das mudanças são:

- o conhecimento integrador e inovador;
 - o desenvolvimento de autoestima/autoconhecimento;
 - a formação do aluno-empresendedor;
 - a construção do aluno-cidadão;
 - o processo flexível e personalizado.
- (MORAN, 2012, p. 39).

Mas a realização da mudança encontra obstáculos. Sobre o assunto Nóvoa (1997), assegura com relação às inovações escolares e educacionais envoltas numa prática reflexiva:

A medida que os professores tentam criar condições para uma prática reflexiva, e muito possível que se venham a confrontar com a burocracia escolar. A experiência dos professores que seguiram até ao fim o *Teacher Project* é muito elucidativa, ainda que deprimente. Um deles disse: Vou deixar a minha escola. O que aprendi aqui é demasiado bom para ela. Um outro afirmou: vou tentar criar uma aula aberta, uma escola alternativa. Sentiam-se ambos frustrados pela resistência oferecida pela escola relativamente às iniciativas que davam razão aos alunos. (NÓVOA, 1997, p. 86).

Concordando com a citação acima, Vasconcellos (1996), escreve que o processo de mudanças na educação deve percorrer um longo caminho.

Entende-se, analisando os pontos de vista desses autores, que tais mudanças, principalmente numa educação, objetivando obter bases na perspectiva inclusiva, não acontecerão de uma única vez, pois é necessário desencadear um processo com abrangência crescente, ou seja, que incorpore essas mudanças, propondo a criação de uma base crítica entre os educadores quanto às mudanças nas salas de aula, na escola, na comunidade, em todo o sistema de ensino, na sociedade civil e em todo o sistema político, entre outros.

Vasconcellos (1996) afirma ainda que se trata de uma luta do setor educacional, porém articulada a outras frentes e setores sociais, que perpassa as novas práticas escolares, mudanças legislativas, chegando até a construção de uma nova sociedade. Dessa forma, é preciso que professores e demais agentes que trabalham para que a educação possua bases mais fortes, mais competência técnica e especializada e mais recursos que possam promover uma educação inclusiva.

Assim, afirma Vasconcellos (1996),

- a) É um longo caminho; no entanto, se o primeiro passo não for dado... Passos pequenos, mas concretos, coletivos e na direção estabelecida.
- b) A mudança de horizonte pode ser radical, qual seja, pode mudar substancialmente já. No entanto, a mudança da prática, vem aos poucos, não porque assim desejemos, mas por não conseguirmos mudar de uma vez. Numa fase de mudança é normal termos práticas novas mescladas com arcaicas. Ter clareza de que não se trata de ecletismo, “colcha de retalhos”: a questão é saber para onde se quer ir e manter a tensão superadora. Alimentar a impaciente paciência histórica. (VASCONCELLOS, 1996, p. 63 – 64).

Vasconcellos (1996) afirma que nesse processo não se deve esquecer de aprender com os erros, e também que a construção do conhecimento deve ocorrer por parte de todos, inclusive pelo professor. Assim, a fim de que a transformação educacional ocorra, vale ressaltar:

- d) O acúmulo de pequenas práticas transformadoras prepara para o salto qualitativo.
- e) A implantação das mudanças da proposta pedagógica deve ser gradativa e envolver também as estruturas administrativas e comunitária da escola. É fundamental valorizar as iniciativas inovadoras que já estão acontecendo; além de revelarem possibilidades concretas, ajudam a diminuir as resistências e a passividade do grupo.
- f) O espaço de reflexão coletiva e constante sobre a prática é fundamental para articulação do trabalho transformador. (VASCONCELLOS, 1996, p. 64).

Se a transformação deve ocorrer por parte de todos os envolvidos, inclusive por parte dos professores, isso dar-se-á, pois, esse tipo de conduta profissional, acaba sendo bem vista pelos alunos. Os alunos também sentem-se mais próximos dos professores e mais envolvidos pelo conteúdo e pela metodologia. Para Pimentel (1996, p. 18), os alunos valorizam professores que:

“[...] Estabelecem relacionamentos onde o formal e o informal, a firmeza e a tolerância, a autoridade e a liberdade não se apresentam com aspectos mutuamente excludentes, mas se constituem em atitudes geradoras de confiança mútua, estabelecidas a partir de projetos de trabalho ou de objetivos comuns de disciplina e cursos”. (PIMENTEL, 1996, p. 18).

Pimentel (1996) afirma que há professores preocupados em contemplar as expectativas dos alunos, esses possuem os seguintes perfis:

- ter uma mente aberta para questões críticas, problemas, especulações, teorias;

- ter conhecimentos necessários à vida profissional e poder buscá-los onde quer que se possa encontrá-los;
- ter possibilidades de avaliar a realidade num ambiente diferentemente do escolar;
- mudar, transformar, reformular valores, crescer, amadurecer. (PIMENTEL, 1996, p. 18).

Também para desenvolver a discussão com relação à formação de professores, numa perspectiva do professor reflexivo, Pimenta (2006) sugere a experiência de Donald Schön, professor de Estudos Urbanos no MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts, EUA), até o ano de 1998, em que esse fez transformações relacionadas aos aspectos curriculares nos cursos de formação de profissionais.

Observando a prática de profissionais e valendo-se de seus estudos de filosofia, especialmente sobre John Dewey, propõe que a formação dos profissionais não mais se dê nos moldes de um currículo normativo que primeiro apresenta a ciência, depois a sua aplicação e por último um estágio que supõe a aplicação pelos alunos dos conhecimentos técnicos-profissionais. O profissional assim formado, conforme análise de Schön, não consegue dar respostas às situações que emergem no dia-a-dia profissional, porque estas ultrapassam os conhecimentos elaborados pela ciência e as respostas técnicas que esta poderia oferecer ainda não estão formuladas. (PIMENTA, 2006, p. 19).

Observa-se, portanto, a necessidade de novas práticas, novas metodologias e novos ambientes educacionais; transformações necessárias, principalmente no desenvolvimento da formação de profissionais docentes, de forma que os engajem na utilização de recursos e estratégias que atendam a uma educação nos moldes contemporâneos, mais motivador, que esteja aberto a todos.

1.3. Objetivos da pesquisa

1.3.1 Objetivo geral

Compreender como, a partir das interações na internet a partir das redes sociais Facebook e WhatsApp, os docentes discutem sobre o ensino da Língua Brasileira de Sinais para o aperfeiçoamento da sua prática.

1.3.2 Objetivos específicos

- Implementar ações para formação permanente de professores na área da Libras para o ensino.
- Analisar de que maneira os sujeitos incorporam os aspectos do ensino da Libras usando recursos do Facebook e WhatsApp.
- Identificar critérios para o ensino da Libras voltados às especificidades dessa língua para o desenvolvimento dos estudantes surdos.

1.4 Estrutura da dissertação

A estrutura da dissertação está delineada em seções e inicia-se com o desenvolvimento da introdução, seção 1, na qual é confirmada, primeiramente, a origem do problema e o resgate do percurso escolar, acadêmico e profissional da pesquisadora.

Nessa trajetória, parte-se dos principais caminhos seguidos de sua formação como professora, nas diversas modalidades de ensino, bem como as diferentes experiências educacionais, até o Mestrado em Educação e a escolha do tema para a dissertação.

Evidenciou-se o cenário atual que alavancou a pesquisa e a origem do problema, bem como as discussões relevantes em relação à formação de professores, numa perspectiva reflexiva e inclusiva. Foram propostos, os principais objetivos gerais e específicos da pesquisa.

Na seção 2, foi dissertado sobre a Educação Especial no Brasil e no Mundo, o percurso histórico e transversal da educação de pessoas com deficiências, embasadas em autores dessa área, bem como em documentos legais e convenções internacionais que definem a importância de uma Educação Especial Inclusiva que proporcione aprendizado dos alunos com deficiências. Refletiu-se ainda, a Educação e a Trajetória das pessoas com surdez, bem como o surgimento das línguas de sinais e os aspectos legais de sua inclusão nos dias de hoje.

Na seção 3, discutiu-se a Deficiência Auditiva, os diferentes tipos de surdez e qual estabelece a necessidade de uma comunicação por meio da língua de sinais. As necessidades linguísticas e pedagógicas do aluno com surdez, bem como

sua identidade, aspectos relevantes da Língua Brasileira de Sinais e sua importância no desenvolvimento e socialização da pessoa surda.

Na seção 4, objetivou-se tratar da importância da formação permanente de professores numa perspectiva inclusiva, as transformações e necessidades do ensino no século XXI, bem como a relevância de novos ambientes de formação, com enfoque nos ambientes virtuais e o uso das redes sociais Web 2.0 e Web 3.0 (web semântica), como ferramentas de ensino colaborativo da Libras na formação permanente de docentes.

Na seção 5, apresentou-se a natureza da pesquisa, o universo e os sujeitos que participaram deste estudo. Verificou-se o percurso de coleta de dados, o procedimento de análise organizada em eixos estruturantes.

Na seção 6, a discussão dos resultados a partir das análises, primeiramente do perfil dos colaboradores da pesquisa realizado por questionário do *GoogleDocs*, em seguida, a análise dos dados segundo os eixos estruturantes: guia reflexivo, facilitador conceitual, contador de histórias e habilidades sociais de comunicação. Tais eixos e aspectos foram analisados a partir das interações ocorridas nas redes sociais Facebook e WhatsApp, a partir de grupos fechados e secretos, apenas os participantes e o formador tinham acesso.

Ainda na seção anterior, foram analisadas as entrevistas sobre a visão dos participantes com relação ao uso das redes sociais na formação e como ambientes educacionais, realizadas por meio do WhatsApp.

Por fim, foram realizadas as Considerações Finais, que mencionam aspectos relevantes da formação de Libras a partir do uso das redes sociais e das interações colaborativas entre os participantes ouvintes e surdos, a fim de ressaltar as considerações sobre a temática em questão.

Foram expostas as principais inquietações que delineiam a necessidade de novas transformações educacionais, principalmente quanto ao uso das tecnologias digitais da informação e da comunicação, os diferentes tipos de ambientes, especialmente para o desenvolvimento da educação inclusiva e acessível aos alunos com surdez.

Partiremos para a seção 2, que visa aproximar o leitor sobre a importância de ter um olhar para a Educação inclusiva e seus aspectos pedagógicos.

2 EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

Nesta seção, disserta-se sobre a Educação Especial no Brasil e no Mundo, o percurso histórico e transversal da educação de pessoas com deficiências e de pessoas surdas, bem como o surgimento das línguas de sinais, a fim de contextualizar para o leitor a importância de se ter nos dias de hoje, uma Educação Especial Inclusiva que proporcione aprendizado dos alunos com deficiências especialmente de alunos com surdez.

2.1 Histórico no Brasil e no Mundo

A educação especial e inclusiva acontece no mundo como um processo. Segundo Werneck (2007), podemos acompanhar de perto a sua implementação de forma gradual e quase imperceptível, isso de acordo com a sociedade inclusiva por todo o mundo.

A respeito da trajetória da educação de pessoas com deficiências, poucos dados são encontrados. Entretanto, conhecer esses dados pode contribuir para a compreensão acerca da atual inclusão de pessoas com deficiências nas escolas de ensino regular. Para Werneck (2007, p.47), “muitos progressos foram apoiados por legislação específica. Outros não.”

Aranha corrobora a respeito desses dados sobre a educação de pessoas com deficiências:

Ao se buscar dados sobre o tipo de tratamento dado às pessoas com deficiência na Idade Antiga e na Idade Média, descobre-se que muito pouco se sabe, na verdade. A maior parte das informações provem de passagens encontradas na literatura grega e romana, na Bíblia, no Talmud e no Corão. (ARANHA, 2001, p. 01).

Muitos profissionais e simpatizantes da inclusão da pessoa com deficiência e de uma sociedade inclusiva, já se reuniram e se articularam pelo mundo, muito antes que movimentos internacionais e nacionais discutissem a ideia de uma sociedade inclusiva. Werneck (2007) afirma que as ideias nunca deixaram de evoluir em busca de estratégias que tornassem mais digna a vida das pessoas com deficiências.

Nos anos 50, de acordo com Werneck (2007), surge a pré-escola nos Estados Unidos, que foi criada para atender as crianças negras que viviam nos

guetos e tinham grande dificuldade para entrar e acompanhar o sistema de ensino. A ideia era trabalhar com essas crianças atividades que facilitassem a sua inclusão na escola, ou seja, o sistema educacional estava se transformando e se ampliando para atender uma minoria com caráter reformista.

De forma cronológica, Werneck (2007, p. 47) assegura que, “mesmo longe de ser utilizado o termo inclusão, no ano de 1959, nos países da Escandinávia, os especialistas da área da saúde e de educação, externavam a vontade de retirar, das instituições segregadas, as crianças e alunos que fossem menos comprometidas intelectualmente”

Já na década de 60, mesmo sem perceber, os cientistas fortaleceram o movimento de uma sociedade que se tornaria inclusiva, pois, segundo Werneck (2007), ao se reportarem a pessoa com deficiência, em uma discussão, explicaram que a deficiência mental, não seria sinônimo de doença mental. Entretanto, só na década de 70, foi que essa diferença alcançou status, e, assim, muitas pessoas com deficiência intelectual, internadas em hospitais psiquiátricos, puderam deixar esses hospitais para viverem em sociedade.

Durante algum tempo, a escola caracterizou-se, por possuir uma visão de escolarização delimitada a grupos privilegiados, ou seja, durante séculos, a exclusão escolar foi legitimada nas políticas e práticas educacionais que reproduzem a ordem social. (BRASIL, 2010).

Mais tarde, na década de 80, já havia um movimento que caminhava rumo a inclusão em vários seguimentos, mesmo sem usar essa terminologia. Segundo Werneck (2007), a consciência da necessidade da inclusão fortaleceu-se em diversos pontos do mundo, como, por exemplo, na Europa, Estados Unidos e na parte inglesa do Canadá.

A mobilização pela inclusão crescia e ganhava muitos adeptos de forma progressiva, Segundo Werneck (2007), vários fatores contribuíram para a busca da inclusão, dentre eles, a fase de pós-Segunda Guerra Mundial, em que muitos feridos acabaram por se tornar deficientes e, se reabilitados, voltavam a produzir, trabalhar e ter uma vida autônoma, ou seja, em torno dessas vítimas do pós-Segunda Guerra mundial, surgiram equipes multidisciplinares que defendiam seus direitos. Assim, o mundo começou a acreditar na capacidade das pessoas com deficiências.

Na educação de pessoas com deficiências, foi documentada pela primeira vez, em 1979, no México, uma escola para atender a todos. De acordo com Werneck (2007), um grupo de países, por iniciativa da Unesco, assinou o Projeto Principal de Educação, que tinha o objetivo de combater a elitização escolar na América Latina. Além desse, outros documentos se sucederam.

Somente no ano de 1981, que a Organização das Nações Unidas, a ONU, ao instituir o Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AIPD), oficializou o início do conceito de sociedade inclusiva. Em seguida, se deu a Década das Nações Unidas para Pessoas Portadoras de Deficiência, ou seja, entre os anos de 1983 a 1992, consolidou-se os princípios éticos, filosóficos e políticos que trazem o irreversível processo da cidadania de pessoas com deficiências, incluindo as mudanças de legislação.

Afirma Werneck (2007), que o documento que representa essa tomada de consciência é o Programa Mundial de Ação Relativo às Pessoas com Deficiência, que foi adotado pela Assembleia Geral da ONU em 1982.

A ONU, de 7 a 11 de maio de 1990, organizou uma reunião na Finlândia para fazer um balanço da Década das Nações Unidas para Pessoas Portadoras de Deficiência. Em 20 de maio de 1993, no final da Década das Nações Unidas para Pessoas Portadoras de Deficiência, a Assembleia Geral da ONU, assinou outra importante resolução, nº 48/96, adotando o documento Normas sobre a equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência, sendo 22 normas para implementação da igualdade de participação das pessoas com deficiências na sociedade, dando um grande passo para a inclusão. (WERNECK, 2007).

Entre os documentos importantes, que trouxeram ganhos na luta a caminho da inclusão de alunos com deficiências no ensino regular, está o mais famoso deles que é a Declaração de Salamanca, ocorrida na Espanha em Salamanca, assinada em 1994 e que tornou oficial o termo *inclusão* educacional, e para reafirmar o direito de todos à educação, em conformidade com a Declaração Universal de Direitos Humanos, de 1948, e também para ratificar todo o empenho da comunidade internacional em cumprir o estabelecido na Conferência Mundial sobre a “Educação para Todos” em 1990, pois nessa, as Nações Unidas representadas pela Unesco, garantiam a democratização da educação independentemente de quaisquer diferenças.

Todo o teor das discussões ocorridas em Salamanca, tornou-se base para a efetivação do documento da Declaração de Salamanca, culminando no documento Normas Uniformes sobre a Igualdade de Oportunidades para as pessoas com Deficiência, assinado em 1993 e publicado em 1994.

Essas normas obrigam os estados a garantirem que as pessoas com deficiência possam ter acesso ao sistema educativo regular. Dessa forma, reuniram-se na Espanha, a convite da Unesco e do Governo espanhol, em junho de 1994, mais de 300 (trezentos representantes de 92 (noventa e dois) Governos e de 25 (vinte e cinco) organizações internacionais. O Brasil foi também convidado com honrarias e despesas pagas, porém, segundo Werneck (2007), o país não enviou nenhum representante.

A Declaração de Salamanca orienta que as escolas se ajustem às necessidades de seus alunos, ou seja, que estejam adequadamente acessíveis a todos os alunos indistintamente, utilizando-se de diversos termos relacionados à inclusão, educação inclusiva, políticas educacionais inclusivas, dentre outros.

Quanto à história da Educação Especial no Brasil, segundo Mazzotta (2003), alguns brasileiros iniciaram, no século XIX, a organização de serviços para atendimento aos cegos, surdos, deficientes mentais e deficientes físicos, inspirados nas experiências vividas pelos europeus e pelos norte-americanos. Entretanto, somente no final dos anos cinquenta e início da década de sessenta do século XX é que vem realmente a ser concretizada a educação de deficientes ou educação de excepcionais ou a educação especial na política educacional brasileira.

No Brasil, dois períodos podem ser destacados quando nos referimos a Educação Especial. De acordo com Mazzotta (2003), o primeiro período ocorreu de 1854 a 1956 e o segundo período de 1857 a 1993.

No primeiro período, de 1854 a 1956, aconteceram as primeiras iniciativas oficiais e particulares isoladas de Educação especial. A educação de pessoas com deficiência foi organizada de maneira tradicional como um atendimento educacional especializado que substituía o ensino comum, ou seja, de forma segregada. Isso acarretou a criação de inúmeras instituições especializadas, escolas e salas especiais. Esse atendimento escolar especial, aos na época considerados portadores de deficiências, iniciou-se na década de cinquenta do século XIX.

Mazzotta (2007) escreve que, no Brasil, o atendimento de pessoas com deficiências, ganhou destaque durante o Império, por meio do Decreto Imperial nº

1428, sendo fundado por D. Pedro II, em 1854, no Rio de Janeiro, o "Imperial Instituto dos Meninos Cegos", atualmente conhecido como "Instituto Benjamin Constant - IBC" e, por meio do surgimento, em 1857, do "Instituto da Educação dos Surdos Mudos", Com a Lei nº 839 de 26 de setembro de 1857, D. Pedro II fundou também no Rio de Janeiro, o "Imperial Instituto dos Surdos-Mudos", como eram chamadas na época as pessoas com surdez.

A partir da Lei nº3.198, de 6 de julho de 1957, cem anos após sua fundação, passou a ser chamado "Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES" no Rio de Janeiro. O INES funcionava como ensino profissionalizante de meninos em idade de 7 a 14 anos, "surdos-mudos"

Mazzotta (2003) frisa que a partir do surgimento e criação do IBC e do INES, na época do Império, foi aberta a possibilidade da discussão da educação para pessoas com deficiência por meio do 1º Congresso de Instrução Pública, em 1883. Nesse congresso, um dos temas de destaque era a sugestão de currículo e formação de professores para cegos e surdos, ou seja, desde de então, já se falava da necessidade de formação e capacitação de professores para lecionar de forma adequada para pessoas com deficiências.

No Segundo Império, Mazzotta (2003) afirma que há registros de ações para as pessoas com deficiências e que eram de cunho pedagógico ou médico-pedagógico.

Em 1890, especificamente no dia 17 de maio, no governo republicano, o chefe do Governo Provisório, Marechal Deodoro da Fonseca e o Ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, Benjamin Constant Botelho de Magalhães assinaram o Decreto nº 408, mudando o nome do instituto para "Instituto Nacional dos Cegos" e aprovando o seu regulamento. Mais adiante, em 24 de janeiro de 1891, por meio do Decreto nº 1320, a escola, afirma Mazzotta (2003), passa a ser denominada "Instituto Benjamin Constant (IBC).

Já no início do século XX, verificam-se fatores importantes que demonstram o interesse da sociedade na educação de pessoas com deficiências por meio de trabalhos técnicos e científicos publicados, sendo muitos deles, na área da medicina.

Em 1926, no início do século XX, foi fundado o "Instituto Pestalozzi", especializado no atendimento de pessoas com deficiência intelectual e, em 1945, criou-se o atendimento educacional especializado às pessoas com altas

habilidades/superdotação, também na Sociedade Pestalozzi, pela professora Helena Antipoff.

Mazzotta (2003) assevera que, na primeira metade do século XX, havia por volta de quarenta estabelecimentos de ensino regular mantidos pelo poder público para atendimento escolar especial para deficientes intelectuais e outras quatorze instituições que também atendiam educacionalmente pessoas com outras deficiências.

Em 1950, foi fundada a Associação de Assistência à Criança Defeituosa – AACD, um dos mais importantes Centros de Reabilitação do Brasil e da América Latina até os dias atuais. A AACD mantém um setor escolar para pacientes que se encontram em reabilitação em idade escolar.

No ano de 1951, foi instituída pelo prefeito de São Paulo, Dr. Armando de Arruda Pereira, a Escola Municipal Helen Keller, sendo o “I Núcleo Educacional para Crianças Surdas”. Essa escola recebeu diferentes nomes durante os anos que se passaram, sendo até o ano de 1976 chamada de “Escola Municipal de Educação Infantil e de 1º Grau para Deficientes Auditivos Helen Keller”.

Em 1954, foi criada a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE. Também nesse mesmo ano foi fundado, o Instituto Educacional São Paulo - IESP, uma instituição especializada no ensino de crianças com deficiências auditivas.

No segundo período, que vai de 1957 a 1993, acontecem, portanto, iniciativas oficiais de âmbito nacional.

O atendimento educacional aos alunos com deficiência, chamados naquela época de “excepcionais”, passa a ser assumido pelo governo federal por meio de “Campanhas”, sendo a primeira a ser instituída, de acordo com Mazzotta (2003), pelo Decreto Federal nº 42.728 de 1957 e foi chamada de “Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro – C.E.S.B.”.

No ano de 1958, outra foi instituída, a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes da Visão, vinculada ao Instituto Benjamin Constant, no Rio de Janeiro, pelo Decreto nº 44.236. Várias outras Campanhas encabeçadas pelas diversas instituições trouxeram contribuições no âmbito educacional de pessoas com deficiências, entre elas a “Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais, a CADEME”, que surgiu em 1960, por meio do Decreto nº 48.961.

Com a criação da Lei nº 4.024/61, os "excepcionais" passam a ter direitos preferencialmente nos sistemas gerais de ensino, ou seja, iniciou-se o caminhar rumo a inclusão. (BRASIL, 2010).

Em 1961, o atendimento educacional às pessoas com deficiência passa a ser fundamentado pelas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, Lei nº 4.024/61, que aponta o direito dos "excepcionais" à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino. (BRASIL, 2010, p. 11).

Sobre o processo educacional de pessoas com deficiência, incluindo as legislações que trouxeram avanços e retrocessos para que ocorresse o direito à inclusão desses no ensino regular, surge, a Lei nº 5.692/71, que altera a LDBEN de 1961, que define o "tratamento especial" aos alunos com necessidades especiais e, assim, reforça o encaminhamento desses alunos para as escolas e para as salas especiais (BRASIL, 2010).

Caracterizada, afirma Mazzotta (2003), a Educação Especial, ainda, por meio de campanha assistencial, o MEC, em 1973, cria o Centro Nacional de Educação Especial, a CENESP, com características integracionistas, com avanços para a educação de alunos com deficiências e superdotação incluídos nas escolas regulares. Permanece ainda, nessa época a concepção de "políticas especiais".

Mazzotta (2003) esclarece que a aprovação do novo Regimento do CENESP, em 15 de dezembro de 1981, conserva as mesmas competências e atribuições do Regimento anterior, alterando a supervisão de suas atividades, que passam a ficar sujeitas à nova Secretaria de Ensino de 1º e 2º graus, SEPS/MEC.

Em 1986, o CENESP é transformado em Secretaria de Educação Especial – SESPE. Em 15 de março de 1990, com a reestruturação do Ministério da Educação, fica extinta a SESPE. As atribuições relativas à Educação Especial passam a ser da Secretaria de Educação Básica, a SENEb.

No ano de 1988, foi promulgada a Constituição Federal, que define os objetivos fundamentais da Educação, em alguns de seus artigos e dispositivos legais, tais como:

[...] "promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação" (art.3º, inciso IV).
Define, no artigo 205, a educação como direito de todos, garantindo um pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.

No seu artigo 206, inciso I, estabelece a "igualdade de condições de acesso e permanência na escola" como um dos princípios para o ensino e garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208). (BRASIL, 2010, p. 11).

O Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA Lei nº 8.069/90, em seu artigo 55, determina que "os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino", o que enfatiza os artigos da Constituição Federal de 1988. (BRASIL, 2010).

Também no ano de 1990, é incluído como órgão da SENEb, o Departamento de Educação Supletiva e Especial – DESE.

Nesse mesmo período alguns documentos como a “Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e também a Declaração de Salamanca (1994)”, tornaram-se significativas na composição das novas políticas públicas na perspectiva da educação inclusiva.

Em 1992, há a análise das propostas e ações do MEC com as da CORDE – Coordenadoria Nacional para Integração da pessoa Portadora de Deficiência, pois com a queda do presidente Fernando Collor de Mello, houve uma reorganização dos Ministérios. Nesse momento, também reapareceu a Secretaria de Educação Especial – SEESP, como órgão específico do Ministério de Educação e do Desporto (MAZZOTTA, 2003).

Em 1994, foi publicada a Política Nacional de Educação Especial, tendo como objetivo a "integração instrucional", entretanto, essa era válida somente àqueles que possuíam condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas, no mesmo ritmo dos alunos "ditos normais". (BRASIL, 2010).

Pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei nº 9.394/96, em seu artigo 59, é assegurado aos alunos, pelos sistemas de ensino, o currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender as suas necessidades de adequações educacionais.

Surge o Decreto nº 3298, no ano de 1999, regulamentando a Lei nº 7.853/89, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, no qual a educação especial é caracterizada como modalidade transversal de ensino em todos os seus níveis. (BRASIL, 2010).

O Plano Nacional de Educação (PNE) que é a Lei 10.172/2001, propõe o destaque da construção da escola inclusiva que garanta o atendimento educacional especializado aos alunos com deficiências.

Com grande repercussão no ensino, é promulgado pelo Decreto nº 3.956/2001, em 1999, a Convenção de Guatemala, que reinterpreta a educação especial e tem o intuito de eliminar barreiras de acesso à educação inclusiva. (BRASIL, 2010).

Numa mesma perspectiva, “a Resolução da CNE/CP nº 1/2002, estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica”, que deve ter uma atenção voltada ao ensino para a diversidade. (BRASIL, 2010).

A Língua Brasileira de Sinais, a Libras, para ser reconhecida como meio legal de comunicação e expressão de pessoas com surdez, de forma que sejam garantidos, seu uso e sua difusão, além da sua inclusão curricular como disciplina, nos cursos de formação de professores e fonoaudiologia, é garantida pela Lei nº 10.436/2002, bem como, pelo Decreto nº 5.626/05 que regulamenta a Lei anterior. (BRASIL, 2010).

Em 2003, o MEC, implementa o Programa Educação Inclusiva, com o objetivo de garantia da acessibilidade. Em 2004, o Ministério Público Federal publica o documento que garante a inclusão e o Acesso de Alunos com Deficiências nas Escolas e Classes Comuns. (BRASIL, 2010).

Para promover o acesso de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida e acontecer a inclusão educacional e social, surge o Decreto nº 5.296/04 que regulamentou as Leis nº 10.048/00 e nº 10.098/00. Até 2005, foram implantados os núcleos de Atividades de Altas Habilidades/Super dotação, o NAAH/S em todos os estados e no Distrito Federal (BRASIL, 2010, p.14).

De acordo com o Art. 24 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU em 2006, em que o Brasil é signatário (BRASIL, 2010, p. 15), é garantido às pessoas com deficiências o "acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem".

E nesse mesmo ano, foi lançado o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos com o fim de garantir o acesso e permanência na educação

superior. No ano seguinte, ou seja, em 2007, foi criado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) que teve os seguintes eixos:

[...] a formação dos professores para a educação especial, implantação das salas de recursos multifuncionais, a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, acesso e a permanência das pessoas com deficiência na educação superior e o monitoramento do acesso à escola dos favorecidos pelo Benefício de Prestação Continuada – BPC. (BRASÍLIA, 2010, p.15).

Complementando o PDE, o Decreto nº 6.094/2007, foi publicado com o intuito de fortalecer o ingresso e o acesso de alunos com necessidades especiais no ensino comum. (BRASIL, 2010)

Fávero, Pantoja e Mantoan (2007) afirmam que para haver a inclusão escolar de forma a garantir o direito a uma educação de qualidade para alunos com deficiências, há a necessidade que os mesmos recebam adaptações e recursos, ou seja, deve ser considerado de acordo com as legislações citadas, o “tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais”, pois, a partir destas diferenças, deve-se propor recursos e adequações que permitam o acesso ao ensino para os alunos com necessidades educacionais especiais.

De acordo com o parâmetro relacionado ao princípio da não discriminação, trazido pela Convenção da Guatemala, espera-se que os aplicadores do direito na adoção da máxima “tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais” admitam as diferenciações com base na deficiência apenas para o fim de se permitir o acesso ao seu direito e não para negá-lo. (FÁVERO; PANTOJA; MANTOAN, 2007, p. 37).

A escola, portanto, assim como toda a sociedade, deve buscar as adaptações e os recursos que garantam o acesso do aluno com deficiência, em todos os espaços, assim como, em toda e qualquer atividade escolar, por meio de recursos, de adequações e por meio da orientação de profissionais competentes.

Nesse sentido, importante, distinguir as terminologias integração e inclusão no desenvolvimento social e autônomo das pessoas com deficiências. Aranha, afirma a respeito:

Embora se possa encontrar muitos equívocos devidos à insuficiente compreensão do conceito, contextualizado em seu processo histórico de construção, a grande diferença de significação entre os termos integração e inclusão reside no fato de que enquanto que no primeiro se procura investir no “aprontamento” do sujeito para a vida na comunidade, no outro, além de

se investir no processo de desenvolvimento do indivíduo, busca-se a criação imediata de condições que garantam o acesso e a participação da pessoa na vida comunitária, através da provisão de suportes físicos, psicológicos, sociais e instrumentais. (ARANHA, 2001, p.20).

A sociedade viveu durante muito tempo acreditando que a integração fosse a melhor forma de vincular a pessoa com deficiência em sociedade, porém não lhes dava autonomia, acesso e participação ativa em seu meio. Já na inclusão, o que se propõe são adequações imediatas que possam dar às pessoas com deficiências, autonomia, independência de acesso e participação na sociedade, ou seja, na inclusão eles podem decidir o que é melhor para seu desenvolvimento e contribuir verdadeiramente nos diferentes espaços da sociedade.

Para Fávero, Pantoja e Mantoan (2007), para que a inclusão dessas pessoas aconteça, há a necessidade, portanto, da adoção de recursos de tecnologia assistiva tais como, a comunicação alternativa aumentativa:

Faz-se necessária ainda a adoção de recursos de comunicação alternativa/aumentativa, principalmente para alunos com paralisia cerebral e que apresentam dificuldades funcionais de fala e escrita. A comunicação alternativa/aumentativa contempla os recursos e estratégias que complementam ou trazem alternativas para a fala de difícil compreensão ou inexistente (pranchas de comunicação e vocalizadores portáteis). Prevê ainda estratégias e recursos de baixa ou alta tecnologia que promovem acesso ao conteúdo pedagógico (livros digitais, *softwares* para leitura, livros com caracteres ampliados) e facilitadores de escrita, no caso de deficiência física, com engrossadores de lápis, órteses para digitação, computadores com programas específicos e periféricos (*mouse*, teclado, acionadores especiais). Essas adaptações representam gastos, por isso é importante que a previsão de recursos contemple as despesas e os fundos específicos para essas adequações. (BRASIL, 2007, p. 40).

Sabe-se que adaptações de recursos e adequações de materiais de Tecnologias Assistivas, são necessários para que se possa formar e escola inclusiva. Para Aranha (2001, p. 20-21):

Não haverá inclusão da pessoa com deficiência enquanto a sociedade não for inclusiva, ou seja, realmente democrática, onde todos possam igualmente se manifestar nas diferentes instâncias de debate e de tomada de decisões da sociedade, tendo disponível o suporte que for necessário para viabilizar essa participação.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais - Adaptações Curriculares (1999), afirmam que para se constituir a escola inclusiva, é necessária:

[...] uma proposta politicamente correta que representa valores simbólicos importantes, condizentes com a igualdade de direitos e oportunidades educacionais para todos, em um ambiente educacional favorável. Impõe-se como uma perspectiva a ser pesquisada e experimentada na realidade brasileira, reconhecendo ampla diversidade. (BRASIL, 1999, p.17).

Afirmam Ropoli, Mantoan, Santos e Machado (2010) que "a escola comum se torna inclusiva quando reconhece as diferenças dos alunos diante do processo educativo e busca a participação e o progresso de todos, adotando novas práticas pedagógicas." E para que isso aconteça, deverá ocorrer a atualização do corpo docente, assim como, do desenvolvimento de novos conceitos, a fim de definir novas práticas pedagógicas que levem a uma educação inclusiva.

Assegura Mazzota (2003),

Estas e outras circunstâncias justificariam o desenvolvimento de pesquisas com vistas ao melhor conhecimento das implicações da atuação desses agentes individuais que exerceram funções de liderança e sua contribuição para a construção da educação especial no Brasil. (MAZZOTTA, 2003, p. 63).

Já o desenvolvimento da educação das pessoas surdas através dos tempos, foi marcado por inúmeros fracassos, isso porque, o sistema educacional não lhes dava a mínima importância.

Portanto, torna-se importante, agora, conhecer um pouco da história da educação de pessoas com surdez e o surgimento das Línguas de Sinais.

2.2 Breve histórico da Educação de Pessoas com Surdez e o surgimento das línguas de sinais

Onde e como surgiram às Línguas de Sinais das comunidades surdas, não se sabe ao certo, entretanto é viável considerarmos que as mesmas foram criadas por homens que tentavam resgatar a comunicação, por meio dos demais sentidos, isso por terem uma disfunção ou impedimento físico.

Segundo Castro e Carvalho (2013), o preconceito contra as pessoas surdas, foi algo forte e cruel, resultando na exclusão social e na privação desses indivíduos dos direitos constitucionais básicos. Isso pois, como os surdos não desenvolviam a fala, não eram considerados cidadãos, assim não podiam obter direitos civis, legais ou patrimoniais. Por isso, os surdos enfrentam inclusive nos dias

de hoje, apesar de serem reconhecidos legalmente como cidadãos de direitos e terem a Língua de sinais reconhecida, o preconceito social.

Não há registros oficiais do surgimento da língua de sinais no mundo. Entretanto, o registro mais antigo aconteceu por volta do ano de 1579, quando houve a representação do alfabeto digital, gravada em uma gravura em madeira, essa gravura foi uma das obras em Veneza, gravura de “Cosmos Posselius”.

Afirma-se que a Língua de Sinais, que por ser uma língua que se desenvolve de forma natural nas comunidades dos surdos, já existia dentro das comunidades surdas antes mesmo da vinda de Jesus Cristo, e, Carvalho (2007), relembra que o filósofo Sócrates, em 360 a.C., e isso foi citado, numa obra sobre Língua de Sinais da comunidade surda, onde o mesmo considerou, que era lógico e aceitável que os surdos se comunicassem naturalmente usando as mãos, a cabeça e inclusive as outras partes do corpo, pois, os mesmos, estavam privados de ouvirem os sons, principalmente os sons da voz, portanto, poderiam utilizar o corpo.

No ano 3 AEC, foi registrado, na Bíblia Sagrada, no livro de Lucas 1:13, 18-22, 59-64, o uso de uma forma de língua de sinais para se comunicar com o Sacerdote Zacarias, que havia ficado, temporariamente, incapacitado de falar. Também um pouco mais tarde, no ano 32 EC, foi registada, no livro bíblico de Marcos 7:31-37, a ajuda prestada por Jesus Cristo a um surdo, o que, provavelmente, envolveu algum tipo de comunicação por sinais. (CASTRO; CARVALHO, 2013, p. 15).

Para Castro e Carvalho (2013), vários povos da antiguidade tiveram atitudes abusivas e discriminatórias contra as pessoas surdas, sendo registrados em diferentes localidades, atrocidades diversas contra as pessoas com surdez, entre estes lugares, estão: Esparta, China, Atenas, Gália, Roma, entre outros lugares. Aconteceram sacrifícios humanos (pessoas surdas) aos deuses, execuções jogando-os vivos ao mar ou ao fogo, além da total desconsideração pelos direitos humanos, preconceito defendido pela igreja.

Segundo as afirmações de Aristóteles e Platão, que em meados do século XIII, consideravam os surdos como deficientes mentais pelo fato de não se comunicarem de forma oral. Segundo Castro e Carvalho (2013, p. 15), “Aristóteles falava que a linguagem era o que dava condição de humano ao indivíduo e que, portanto, os surdos estariam abaixo dessa condição e deveriam ser tratados como tais. ”

Soares (1999), por volta século XVI, diferente do que afirmavam Aristóteles e Platão, assegura ter sido proposto um conjunto de princípios que se comprometiam a ajudar de forma educacional as pessoas surdas. Isso foi proposto por Gerolamo Cardano (1501 – 1576) que afirmava que os surdos podiam pensar e que, portanto, poderiam aprender e que poderiam aprender por meio da escrita. Ele tentou, segundo Castro e Carvalho (2013), utilizar os sinais e a língua escrita para ensinar os surdos.

Ainda segundo Kojima e Segala, dissertam sobre o surgimento em 1620 do primeiro livro sobre a educação de pessoas surdas, assim:

Em 1620 – Bonner publica o primeiro livro sobre a educação de surdos, que consiste no aprendizado do Alfabeto Manual e na importância da intervenção precoce. Ele insistia em que as pessoas envolvidas com uma criança surda fossem capazes de utilizar o alfabeto manual. (KOJIMA; SEGALA, 2008, v.3, p. 5).

Ainda no século XVI, período em que surgiram os primeiros educadores de pessoas surdas e que passaram a desenvolver os seus ensinamentos em variadas direções, abordando posições teóricas divergentes, sendo duas dessas posições, marcadas pelo oralismo e pelo gestualismo.

Historicamente as concepções desenvolvidas sobre a educação de pessoas com surdez se fundamentaram em três abordagens diferentes: a oralista, a comunicação total e a abordagem por meio do bilinguismo. “As propostas educacionais centraram-se, ora na inserção desses alunos na classe comum, ora na classe especial ou na escola especial”. (DAMÁZIO; FERREIRA; ALVEZ, 2010, p. 7).

É relevante relatar, que na Espanha, segundo Kojima e Segala (2008, V.3, p. 5), no século XVII, foram encontrados alguns desses educadores, como Ponce de León (1520-1584), que pela tradição da época em guardar segredos sobre os métodos, poucos de seus dados foram arquivados. Castro e Carvalho (2013), afirmam que o espanhol Pedro Ponce de León, esse era seu nome completo, monge beneditino, por razão do “voto de silêncio”, fazia uso de sinais, bem como, o treinamento da voz e a leitura labial.

Nesse tocante, os adeptos educadores da corrente oralista, não mediam esforços com o intuito de fazer o surdo falar, assim como, outros que desenvolveram adaptações técnicas e estratégias metodológicas específicas, também com o objetivo de ensinar os surdos considerando as suas diferenças

linguísticas. Nessa abordagem, está aquele que é o representante mais importante do gestualismo, que é o abade Charles Michel de L'Epee.

L'Epee (1712-1798), criou em Paris a primeira escola para surdos. Lá ele estudou e se adaptou para utilizar com seus alunos surdos o método combinado, que era da fusão da língua de sinais com a gramática sinalizada.

Na abordagem oralista, está o que é considerado o fundador do Oralismo e de uma metodologia alemã, Heinicke que afirmava ser o pensamento somente possível e dependente da linguagem oral.

Segundo Castro e Carvalho (2013), os educadores, o espanhol Ivan Pablo Bonet, o francês Charles Michel de l'Épée, os alemães Samuel Heinicke e Moritz Hill, no Canadá e Estados Unidos da América Alexander Graham Bell e na Bélgica Ovide Decroly, defendiam os variados métodos de ensino para alunos surdos. Dentre eles, alguns defendiam o oralismo, ou seja, o ensino da língua falada pura e os outros defendiam um método combinado que fazia uso da língua de sinais para introdução do ensino da fala.

Nos EUA, de acordo com Kojima e Segala (2008), entre os representantes da educação de pessoas surdas, estão, o manualista, Edward Miller Gallaudet (1837- 1917) e o oralista, já mencionado no parágrafo anterior, Alexander Graham Bell (1847 – 1922), que inventou o telefone e o audiômetro.

Em 1880, definiu-se no Congresso Mundial de Professores Surdos, acontecida em Milão, que a corrente que deveria ser utilizada na educação de pessoas surdas seria a oralista, ficando assim, proibida terminantemente a Língua de Sinais. Essa proibição durou mais ou menos 100 anos, e devido a alguns fracassos obtidos com o reinado do oralismo, somente no Congresso Mundial de Surdos, acontecido em Paris no ano de 1971, que a Língua de Sinais pode ser novamente utilizada e valorizada na educação dos surdos no mundo todo. Passou-se a pensar também no uso da “Comunicação Total”.

A educação das pessoas surdas no Brasil, deu-se de forma semelhante, pois, os surdos que se utilizavam do método oralista apresentavam fracassos em sua aprendizagem e em seu desenvolvimento intelectual, mas como havia os surdos adeptos da utilização da Língua de sinais, pôde haver a constituição desta que mais tarde ficou sendo chamada de Libras.

Em 1857, afirmam Castro e Carvalho (2013), D Pedro II criou a primeira escola para “Surdos-mudos” no Brasil, o Instituto Nacional de Educação de

Surdos, o famoso INES. Nela o professor surdo H Ernest Huet, utilizava o método combinado de L'Epee. Nesse instituto surgiu a Língua Brasileira de Sinais ou a Libras. Essa era uma mistura da língua de sinais francesa com a língua de sinais Brasileira antiga, ou seja, com os sistemas de comunicação já utilizado pelas comunidades surdas de diversas localidades.

Importante destacar aqui, o professor do INES, A. J. de Moura e Silva, que por meio do governo brasileiro, foi ao Instituto Francês de Surdos no ano 1896, com o intuito de avaliar o método do oralismo puro, instituído pelo Congresso de Milão, em que concluiu, que esse método não seria o mais adequado ao ensino e a comunicação de pessoas com surdez.

No século XX, conforme Castro e Carvalho (2013), em benefício da educação de surdos, surgiram variadas instituições educacionais, associações e leis que beneficiaram os surdos no mundo todo e no Brasil. Nessa época mais instituições foram criadas, tais como: Instituto Santa Terezinha, instituto fundado apenas para meninas surdas em São Paulo; a Escola Concórdia, em Porto Alegre – RS; a Escola de Surdo de Vitória; o Centro de Audição e Linguagem “Ludovico Pavoni” – CEAL/LP em Brasília, além de outras. Como o INES, muitas escolas no mundo todo, passaram a adotar o método do oralismo.

No ano de 1951, afirmam Castro e Carvalho (2013), houve o primeiro curso normal para a formação de professores para a atuação no Campo de educação dos Surdos. A sua elaboração, contou com a presença da ilustre visita da americana, surdocega, a Sra. Helen Keller, famosa por seu notório exemplo de vida, superação e de estímulo para muitos em todo o Mundo. Helen Keller atuou como educadora, escritora e advogada de cegos, sempre percorrendo diversos países, a frente das campanhas em benefício e direitos das comunidades de surdos e cegos.

No ano seguinte, 1952, segundo Castro e Carvalho (2013), houve a fundação do jardim da infância no Instituto, além da criação do curso de artes plásticas.

Em 1957, pela Lei Federal nº 3.198 de 6 de julho de 1957, foi aprovada a alteração do Nome do Instituto Nacional de Surdos-Mudos (INSM) para Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) por Juscelino Kubitschek. O instituto, também criou o primeiro Centro Brasileiro de Logopedia, uma terapia da palavra e da voz. Mas só foi no ano de 1980, que João Baptista de Figueiredo, então

Presidente da República, oficializou o reconhecimento da fonoaudiologia, antes existente como logopedia. (CASTRO; CARVALHO, 2013).

Na década de 70, criou-se o serviço de estimulação precoce para bebês de zero até três anos de idade. Já na década de 80, houve o estabelecimento do curso de especialização e de qualificação de professores na área da surdez.

O surgimento da abordagem Bilíngue, apenas aconteceu, após os trabalhos publicados em Paris, no ano de 1981, por Danielle Bouvet, e outras pesquisas realizadas na Suécia e na Dinamarca, dão esse novo enfoque na educação das pessoas surdas.

No ano de 1990, foi elaborado o informativo técnico-científico “Espaço”, visando à disseminação educacional para os alunos surdos. Em 1993, o INES, passa a ser centro nacional de referência na área da surdez, promovendo em todo o país ações em benefícios da pessoa com surdez (CASTRO; CARVALHO, 2013).

A Libras no Brasil, só passou a receber o status linguístico em 24 de abril de 2002 com a sanção da lei nº 10.436, regulamentada pelo decreto 5.626 de 05 de dezembro, reconhecendo-a, como meio legal de comunicação e expressão das comunidades surdas brasileiras. Essa lei ainda prevê que o poder público e as concessionárias de serviços públicos devem garantir de forma institucional o apoio e o uso, a difusão da Libras como meio de comunicação com as pessoas surdas.

Em 2004, o então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, autorizou o Instituto a ministrar educação superior por meio do Decreto nº 5.159. Em 2005, o Ministro de Estado da Educação Fernando Haddad, aprovou a criação do primeiro curso de nível superior bilíngue, o curso de graduação Letras/ Libras do Instituto (CASTRO; CARVALHO, 2013).

Desde então, muitas escolas brasileiras vêm dando implemento a uma proposta bilíngue na educação das pessoas com surdez, ou seja, propõem-se a realizar o ensino da Libras e da Língua Portuguesa na modalidade escrita, como segunda língua. Esses avanços nada mais são do que o resultado de lutas enfrentadas pelos surdos brasileiros, com o intuito de obterem uma educação que atenda de forma eficaz suas necessidades de comunicação e de educação.

Vamos nos reportar, neste momento, a conhecer os aspectos legais que embasaram a inclusão educacional de surdos e o uso da Libras.

2.3 Aspectos legais

O desenvolvimento da educação das pessoas surdas deu-se mediante a ocorrência de marcos históricos, conforme dissertado anteriormente, tanto na área dos direitos das pessoas com deficiências, quanto aos direitos das pessoas com surdez, que avançaram e retrocederam em torno das concepções oralistas e gestualistas.

Diante dos fatos históricos, as legislações sofreram mudanças. Assim, as pessoas surdas deixam de ser consideradas como deficientes intelectuais, e passam a exigir acesso à educação, à informação e aos seus direitos individuais e fundamentais.

Pode-se observar tais mudanças, por meio da legislação do Brasil e do mundo. Os artigos 1º e 2º da Declaração Universal dos Direitos Humanos proclamada em 1948, afirmam:

Artigo 1º

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

Artigo 2º

Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição. 2. Não será também feita nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania. (BRASIL, 1998).

Nesses dois artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (BRASIL, 1998), tais direitos referem-se a todos, e quando é dito “Todo ser humano tem capacidade de gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião, política ou de outra natureza”, também estão impondo-se os direitos da pessoa surda de estarem incluídas, usufruindo os mesmos direitos e garantias humanas que qualquer outro indivíduo possa ter.

Mesmo havendo leis que garantam os direitos das pessoas com deficiência, incluindo aqui os surdos, pouco foi colocado em prática e, apenas no

século XX, surgiu uma lei que assegurasse os direitos específicos das pessoas com surdez.

Após o ano de 1948, de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, é que em nosso país, passou-se a organizar uma política, uma legislação que orientasse a educação de pessoas com necessidades educacionais especiais.

Na década de 60, associações de pessoas com deficiências e em alguns casos, seus familiares, se organizam e iniciam um movimento de crítica e não aceitação da segregação. Surgem atitudes de investimento em escolas especiais e serviços especializados e mais tarde, classes especiais dentro de escolas comuns. Teóricos defendem o princípio da normalização, ou seja, as pessoas diferentes deveriam se assemelhar à maioria para poder participar dos espaços sociais. As instituições especializadas dedicavam-se à reabilitação das pessoas deficientes, para garantir sua posterior inserção social. (RODRIGUES, 2005, p. 35)

O atendimento de pessoas com deficiências foi previsto na lei nº 4.024 de 1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que, em seu artigo 88 do Título X, tratou da educação de pessoas excepcionais, dizendo que devesse enquadrá-las no sistema geral de educação com intuito de integrá-las. Em seu artigo 89, da mesma Lei, afirma-se que toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação e relativa à educação de pessoas excepcionais deverá receber tratamento especial por meio de bolsas de estudos, empréstimos e subvenções dos poderes públicos.

O decreto Lei nº 1.044/69 traz o regime de educação especial aos alunos com deficiências:

Art. 1º. São considerados merecedores de tratamento excepcional os alunos de qualquer nível de ensino, portadores de afecções congênitas ou adquiridas, infecções, traumatismo ou outras condições mórbidas, determinando distúrbios agudos ou agudizados, [...]. (BRASIL, 2010, p. 11).

A Lei nº 5.692 de 1971, trata das condições especiais, entretanto, não determinou como deveria acontecer o ensino dos alunos com necessidades especiais e, assim, motivou cada vez mais a matrícula desses alunos nas escolas especiais ao invés de determinar como o sistema de ensino deveria incluí-los nas escolas regulares.

Com a criação do Centro Nacional de Educação Especial, em 1973, o Ministério da Educação (MEC) passa a orientar como deve ser organizado e

realizado o atendimento educacional de alunos com deficiência, entretanto, sem realizar a inclusão desses alunos nas escolas regulares, agindo de forma assistencial e apenas integrando-os na sociedade.

Somente com a Constituição Federal de 1988, pode ser garantido em seus artigos 3º, bem como nos artigos 205, 206 e 208, que a educação deve ser um direito de todos e de igual permanência, devendo ser ofertado, em toda a rede pública de ensino, o atendimento educacional especializado.

Rodrigues (2005) dá destaque a Lei 7.853, de 29 de outubro de 1989, como sendo a Lei responsável pela criação da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), que é o atual órgão do Ministério da Justiça, subordinado à Secretaria Nacional dos Direitos Humanos. Estabelece também as competências da CORDE, ou seja, as competências que tratam, segundo Rodrigues (2005, p. 54),

[...] dos direitos das pessoas com deficiência aos serviços públicos das áreas da saúde, da educação, dos recursos humanos e também em relação às normas das edificações públicas, para facilitar o acesso e remover barreiras à acessibilidade.

Com a publicação da Política Nacional de Educação Especial, o Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069 de 1990 reforça o que diz os artigos 205, 206 e 208 da Constituição Federal do Brasil de 1988, em seu artigo 55, e obriga os pais ou responsáveis a matriculem seus filhos na rede regular de ensino.

Também no ano de 1990 aconteceram outros movimentos, com o intuito de assegurar a inclusão de pessoas com deficiências no sistema educacional.

Em 1990, na Tailândia, na cidade de Jomtien, teve lugar a Conferência Mundial sobre Educação para Todos. Nesta ocasião, mais de 1500 pessoas, representantes de diversos países, de organizações não-governamentais e especialistas em educação discutiram a situação da educação básica em suas localidades. (RODRIGUES, 2005, p. 38).

No artigo 1º, da Declaração Mundial de educação para Todos, vê-se assegurado o direito de ter satisfeita as necessidades básicas de aprendizagem dos alunos com necessidades especiais, assim:

“1. Cada pessoa - criança, jovem ou adulto - deve estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem. [...] A amplitude das necessidades básicas de aprendizagem e a maneira de satisfazê-las variam segundo cada país e cada cultura, e, inevitavelmente, mudam com o decorrer do tempo.” (BRASIL, 1990, p.01).

Castro e Carvalho (2013) destacam a Lei nº 8.160 de 8 de janeiro de 1991, corresponde a caracterização de símbolo que permita a identificação de pessoas, na época chamadas de “portadoras” de deficiência auditiva. Importante observar o Art. 1º desta lei e analisá-la.

Art. 1º É obrigatória à colocação, de forma visível do “Símbolo Internacional de Surdez” em todos os locais que possibilitem acesso, circulação e utilização por pessoas portadoras de deficiência auditiva, e em todos os serviços que forem postos à sua disposição ou que possibilitem o seu uso. (CASTRO; VARVALHO, 2013, p.49).

Interessante analisar, que essa Lei, embora traga um símbolo importante para elencar locais de auxílio e que possibilitem acessibilidade comunicacional aos indivíduos surdos, em seu texto, quando aparece, [...]em todos os locais que possibilitem acesso, circulação e utilização por pessoas portadoras de deficiência auditiva (CASTRO; CARVALHO, 2013, p. 49), traz uma duplicidade de entendimento, pois ao analisá-lo aparenta salientar que o deficiente auditivo pode somente circular onde houver o referido símbolo. Assim, o texto da lei representou um teor de segregação e exclusão social às pessoas com surdez.

Acontece em 1994 a Declaração Mundial de Salamanca, que assegura e determina quais são os objetivos da educação na perspectiva da inclusão.

Com o objetivo de promover a Educação para Todos, realizou-se outra Conferência Mundial na Espanha, na cidade de Salamanca, em junho de 1994: a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade. O foco dessa reunião foi retomar as discussões a respeito da necessidade de capacitar as escolas para receber todos os alunos, especialmente os que têm necessidades educativas especiais. Assim, a educação especial passa a fazer parte efetiva da estrutura da “educação para todos” (RODRIGUES, 2005, p. 40).

Isso pode ser verificado em seus artigos, abaixo relacionados:

Artigo 2º, que confirma o direito dos deficientes e dos responsáveis desses à escolha da melhor forma de educação para seus filhos:

2. [...]. Qualquer pessoa portadora de deficiência tem o direito de expressar seus desejos com relação à sua educação, tanto quanto estes possam ser realizados. Pais possuem o direito inerente de serem consultados sobre a forma de educação mais apropriada às necessidades, circunstâncias e aspirações de suas crianças. (BRASIL, 1994, p.03).

Já o artigo 3º da Declaração Mundial de Salamanca, que garante que as escolas devem acomodar e dar a toda e qualquer criança com necessidades educacionais especiais, um ensino de qualidade e bem-sucedido:

3.O princípio que orienta esta Estrutura é o de que escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias lingüísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados. Tais condições geram uma variedade de diferentes desafios aos sistemas escolares. [...] Escolas devem buscar formas de educar tais crianças bem sucedidamente, incluindo aquelas que possuam desvantagens severas. Existe um consenso emergente de que crianças e jovens com necessidades educacionais especiais devam ser incluídas em arranjos educacionais feitos para a maioria das crianças. Isto levou ao conceito de escola inclusiva. O desafio que confronta a escola inclusiva é no que diz respeito ao desenvolvimento de uma pedagogia centrada na criança e capaz de bem sucedidamente educar todas as crianças, incluindo aquelas que possuam desvantagens severas. (1994).

Outras Leis também começam a partir dessas a serem criadas com o objetivo de assegurar uma educação inclusiva de equidade, e que caminhe com os avanços da educação.

Surge a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/96, art. 24 – inciso V, art. 37 e 59, assegurando que o sistema regular de ensino deva atender a esses alunos dando-lhes acesso ao currículo, recursos, métodos e organizando-os cada qual as suas necessidades. (BRASIL, 2010, p. 13).

O Decreto nº 3.298/99, que regula a Lei 7.853/89, a respeito da política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, que determina que a educação especial perpassa todos os níveis de modalidade do ensino. (BRASIL, 2010, p. 13).

O PNE, que é a Lei nº 10.172/2001, que estabeleceu os objetivos e metas para os sistemas de ensino, a fim de favorecer o atendimento das necessidades educacionais especiais dos alunos. (BRASIL, 2010, p. 14).

Surge o Decreto nº 3.956/2001, segundo BRASIL (2010), que decorre da Convenção de Guatemala, que realiza uma nova releitura da educação de pessoas com necessidades educacionais especiais, para a eliminação das barreiras de acesso à escolarização dessas pessoas.

O Brasil, é, portanto, signatário da Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa Deficiente, celebrada em Guatemala, e esse documento foi aprovado pelo Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 198, de 13 de junho de 2001 e promulgado pelo Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. E de acordo com Fávero, Pantoja e Montoan, sobre a Convenção de Guatemala:

[...], no Brasil, ele tem tanto valor quanto uma lei ordinária, ou até mesmo (de acordo com o entendimento de alguns juristas) como norma constitucional, já que se refere a direitos e garantias fundamentais da pessoa humana, estando acima de leis, resoluções e decretos. (FÁVERO; PANTOJA; MONTOAN, 2007, p. 29).

Também no ano de 2001, de acordo com Rodrigues (2005), é elaborada a Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, apresentando normas para os sistemas de ensino relativas ao atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Após estudos envolvendo representantes de diversos estados do país, e tendo como base também muitos documentos, dentre eles os "Referenciais para a Educação Especial", a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação elaborou o texto das Diretrizes Nacionais que propõe a política pública educacional de inclusão das pessoas com necessidades especiais. (RODRIGUES, 2005, p. 60).

Em 2002 tem-se a Resolução CNE/CP nº 1, que segundo MEC/SEE (2010), propõe que

[...] as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, define que as instituições de ensino superior devem prever, em sua organização curricular, formação docente voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais. (BRASIL, 2010, p. 14).

Algumas leis e decretos, no Brasil, tem a função de garantir aos surdos, uma educação adequada em classes regulares, na qual é valorizada a sua língua materna, ou seja, a Língua Brasileira de Sinais. As leis mais importantes são:

A Lei Federal nº 10.436 de 24 de abril de 2002, que reconhece a LIBRAS como meio legal de comunicação e expressão, com sistema linguístico de natureza visual-motora e com gramática própria, sendo seu uso oriundo das comunidades surdas, ganhando respaldo do poder público, assim como concessionárias de serviços públicos, apoiando a difusão da Língua brasileira de Sinais como meio de comunicação das comunidades surdas em nosso país.

Nessa época, segundo Honora e Frizanco (2010), pode-se observar o reconhecimento da Libras e o início do movimento dos surdos para a oficialização dessa língua em nosso país:

A conquista do reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) também deveu-se à Lei de Acessibilidade nº 10.098 de 2000, que estabeleceu a garantia de acesso para as pessoas. Nessa ocasião, começou o movimento dos surdos exigindo que a Lei de Libras fosse oficializada no Brasil.

A Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis), instituição sem fins lucrativos que luta pelos direitos dos surdos, havia solicitado a oficialização da Libras desde 1987 – que finalmente aconteceu em 2002, com a Lei nº 10.436. (HONORA; FRIZANCO, 2010, p. 7).

Surge, nesse mesmo período, a Portaria do MEC nº 2.678/02 que aprova as diretrizes para o uso, ensino, produção e difusão do sistema de Braille em todas as modalidades de ensino.

No ano seguinte, em 2003, acontece a implementação pelo MEC do Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade. Esse programa visa:

Em 2003, é implementado pelo MEC o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, com vistas a apoiar a transformação dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, promovendo um amplo processo de formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros para a garantia do direito de acesso de todos à escolarização, à oferta do atendimento educacional especializado e à garantia da acessibilidade. (BRASIL, 2010, p. 15).

Afirma Brasil (2010) que O Ministério Público Federal, no ano de 2004, publica o documento “O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular”, objetivando disseminar os conceitos e diretrizes

mundiais para a inclusão, reafirmando o direito e os benefícios da escolarização de alunos com e sem deficiência nas turmas das escolas regulares e do ensino regular.

Para organizar a promoção de acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida e a inclusão da Libras como disciplina curricular e o ensino da Língua Portuguesa na modalidade escrita, como segunda língua para as pessoas surdas, são acrescentados pelos decretos nº 5.296/04 e o nº 5.626/05.

Impulsionando a inclusão educacional e social, o Decreto nº 5.296/04 regulamentou as Leis nº 10.048/00 e nº 10.098/00, estabelecendo normas e critérios para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Nesse contexto, o Programa Brasil Acessível, do Ministério das Cidades, é desenvolvido com o objetivo de promover a acessibilidade urbana e apoiar ações que garantam o acesso universal aos espaços públicos.

O Decreto nº 5.626/05, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, visando ao acesso à escola dos alunos surdos, dispõe sobre a inclusão da Libras como disciplina curricular, a formação e a certificação de professor, instrutor e tradutor/intérprete de Libras, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para alunos surdos e a organização da educação bilíngüe no ensino regular. (BRASIL, 2010, p.15).

Em 2006, surge, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU, que visa assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino. Abaixo citamos o art. 24 dessa convenção

- a) As pessoas com deficiências não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório, sob alegação de deficiência;
- b) As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem (Art.24).

Foi lançado, segundo BRASIL (2010), no ano de 2007, o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, tendo como eixos a formação de professores para a educação especial, a implantação de salas de recursos multifuncionais, a acessibilidade arquitetônica o acesso e a permanência das pessoas com deficiências na educação superior.

No mesmo ano, foi elaborada, segundo BRASIL (2010), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que é um documento elaborado pela Portaria Ministerial nº555, de 5 de junho de 2007,

prorrogada pela Portaria nº 948, de 9 de outubro de 2007, que traz em seu texto:

[...] Nesta perspectiva, o Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial apresenta a *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*, que acompanha os avanços do conhecimento e das lutas sociais, visando constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos. (BRASIL, 2007, p. 1).

Por fim, o Estatuto da Pessoa com deficiência de 2015, a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania em todas as instâncias da sociedade.

A partir destes documentos, são implementados e desenvolvidos sistemas de ensino com condições de atender com qualidade as necessidades educacionais especiais dos alunos numa perspectiva da educação inclusiva.

No que tange aos direitos linguísticos das pessoas surdas e seu acesso à educação de maneira compatível com suas peculiaridades, muito ainda deve ser feito de forma que as leis atuais possam ser cumpridas. As instituições de ensino regulares, devem proporcionar recursos linguísticos e acessíveis para que o surdo seja capaz de se desenvolver com autonomia, estando preparado para enfrentar os desafios da sociedade.

Na seção a seguir, conheceremos um pouco sobre a Surdez.

3 A SURDEZ

Na seção 3, novamente para situar o leitor, veremos sobre as necessidades de comunicação por meio das línguas de sinais e a acessibilidade pedagógica de pessoas surdas. Discute-se a Surdez e seus os diferentes tipos.

"Assim como os pássaros têm asas, os homens têm língua."
(George H. Lewes, p. 1817-1878, apud Fromkim & Rodman, 1993)

3.1 Os diferentes tipos de surdez

Quando nos reportamos a surdez, estamos nos referindo ao distúrbio ou alteração causada no processamento normal da audição, seja qual for a causa, tipo ou grau de severidade, o que determina a diminuição na capacidade do indivíduo em ouvir e perceber os sons.

Gomes (2005) afirma que por meio da audição, é que podemos identificar e reconhecer os diferentes sons do ambiente. Toda informação recebida por meio da audição auxilia no desenvolvimento da linguagem e da comunicação oral com os demais indivíduos.

O som é um fenômeno resultante da movimentação das partículas do ar. Qualquer evento capaz de causar ondas de pressão no ar é considerado uma fonte sonora. A fala, por exemplo, é o resultado do movimento dos órgãos fono-articulatórios, que por sua vez provoca movimentação das partículas de ar, produzindo então o som. (GOMES, 2005, p. 13).

Na compreensão da surdez, é relevante dissertar sobre a estrutura fisiológica da audição. Portanto, cabe explicar que o ouvido humano possui três partes, sendo, de acordo com Gomes (2005), uma parte externa e as outras duas partes internas, essas últimas estão localizadas na caixa craniana.

A parte externa, também chamada de ouvido externo, compreende o pavilhão auricular (orelha), o conduto auditivo e a membrana timpânica. Essa estrutura tem por função receber as ondas sonoras, captadas pela orelha e transportá-las até a membrana timpânica ou tímpano, fazendo-a vibrar com a pressão das ondas sonoras. A membrana timpânica separa o ouvido externo do ouvido médio.

No ouvido médio, estão localizados três ossos muito pequenos (martelo, bigorna e estribo). Esses ossículos são presos por músculos, tendo por função mover-se para frente e para trás, colaborando no transporte das ondas sonoras até a parte interna do ouvido. Ainda no ouvido médio está

localizada a tuba auditiva, que liga o ouvido à garganta. (GOMES, 2005, p. 14).

No ouvido interno, local onde acontece a percepção dos sons, também podem ser identificados: a cóclea, os canais semicirculares e o nervo auditivo. Segundo Gomes (2005), a cóclea é onde começa o processo de decodificação de um estímulo auditivo, esses estímulos terminam nos centros auditivos do cérebro, o que viabiliza a compreensão da mensagem recebida.

A cóclea é composta por células ciliadas que são estruturas com terminações nervosas capazes de converter as vibrações mecânicas (ondas sonoras) em impulsos elétricos, os quais são enviados ao nervo auditivo e deste para os centros auditivos do cérebro.

Qualquer alteração ou distúrbio no processamento normal da audição, seja qual for a causa, tipo ou grau de severidade, constitui uma alteração auditiva, determinando, para o indivíduo, uma diminuição da sua capacidade de ouvir e perceber os sons. (GOMES, 2005, p. 14)

O indivíduo que faz uso da Língua de Sinais é geralmente aquele que não ouve o som da voz, nesse caso a surdez poderá ser caracterizada de um grau severo a profundo.

O termo Surdez, ou mesmo, também chamado de Deficiência Auditiva, é considerado, segundo SEESP/MEC (2005, p. 43), a Perda total ou parcial, congênita ou adquirida, da capacidade de compreender a fala por intermédio do ouvido. De acordo com esse documento, a Surdez, é manifestada como:

- surdez leve/ moderada: perda auditiva de até 70 decibéis, que dificulta, mas não impede o indivíduo de se expressar oralmente, bem como de perceber a voz humana, com ou sem a utilização de um aparelho auditivo;
- surdez severa/ profunda: perda auditiva acima de 70 decibéis, que impede o indivíduo de entender, com ou sem o aparelho auditivo, a voz humana, bem como de adquirir, naturalmente, o código da língua oral. Tal fato faz com que a maioria dos surdos opte pela língua de sinais. (BRASIL, 2005, p. 43 - 44).

A surdez, segundo Gomes (2005), pode ser dividida em dois grandes grupos, sendo que no primeiro grupo as ocorrências podem ser causadas pela surdez quanto ao período de aquisição, sendo: Congênitas, quando o indivíduo já nasce surdo, sendo, portanto, pré-lingual, pois ocorre anteriormente a aquisição da linguagem; ou adquiridas, quando a surdez vem a acontecer no decorrer da vida, podendo ser pré ou pós-lingual, ou seja, depende se ocorreu antes ou após a aquisição da linguagem.

Já no segundo grupo das acúrias³ da surdez, são dadas quanto a etiologia, as seguintes divisões: pré-natais; perinatais; ou pós-natais-natais.

As Pré-natais, segundo Gomes (2005), é a surdez provocada por fatores genéticos e hereditários, doenças adquiridas pela mãe na época da gestação e o uso de drogas ototóxicas (medicamentos que causam a perda de audição).

As Perinatais, explica Gomes (2005), são as causadas por parto prematuro, anóxia cerebral, que configura a falta de oxigenação cerebral ao nascer, e o trauma de parto, podendo ocorrer por uso inadequado do fórceps, parto extremamente rápido ou demorado.

Para Gomes (2005), as Pós-natais, são as doenças adquiridas ao longo da vida ou pelo uso de medicamentos ototóxicos, idade avançadas e acidentes com traumas auditivos.

Quando o indivíduo possui a surdez severa ou profunda, poderá ter grandes dificuldades em adquirir a fala e a linguagem oral de forma espontânea, devendo então utilizar aparelhos amplificadores sonoros e receber acompanhamento especializado. Quando possuir a surdez profunda, poderá fazer uso de implante coclear, uso de leitura orofacial e, em ambos os casos, poderá utilizar a comunicação por meio da Língua de Sinais.

O Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000, determinam quais indivíduos surdos terão a necessidade de fazer uso da Libras, em seu Art. 2º :

Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras.

Parágrafo único. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.

Os surdos, portanto, de acordo com os direitos linguísticos concedidos a eles por lei (lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002 e o Decreto que a regulamenta, nº

³ Termo médico na qual significa perda total da audição, ou seja, ausência da percepção de sons.
Fonte: <http://www.dicionarioinformal.com.br/significado/acusia/8378/> . (Acesso em 02/03/2017).

5.626), devem utilizar a sua língua materna em todas as situações. Portanto, as instituições de ensino brasileiras têm a obrigação de reconhecer a Libras como língua da educação dos surdos brasileiros, apoiando o seu uso e difusão, universalizando, assim, o seu ensino.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência, a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que afirma em seu Art. 3º :

Art. 3º Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se:

V - comunicação: forma de interação dos cidadãos que abrange, entre outras opções, as línguas, inclusive a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a visualização de textos, o Braille, o sistema de sinalização ou de comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos multimídia, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizados e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, incluindo as tecnologias da informação e das comunicações; (BRASIL, 2015, p.03).

Nesse estudo, deve ser chamada a atenção sobre as necessidades linguísticas dos surdos, pois, agora, enfatiza-se que, na educação de estudantes com surdez severa⁴ e surdez profunda⁵, a primeira língua deve ser a língua de sinais, afinal ela irá possibilitar o início da comunicação desses no universo escolar, pois, os mesmos serão estimulados a desenvolvê-la, uma vez que os surdos por não ouvirem o som de uma voz, não poderão desenvolver a fala.

Assim, como qualquer outra língua, a Libras possui todos os níveis linguísticos, desde o fonológico, o morfológico, nível sintático, a semântica e a pragmática.

Ferreira (1998), disserta sobre o assunto acima:

A LIBRAS é dotada de uma gramática constituída a partir de elementos Constitutivos das palavras ou itens lexicais e de um léxico que se estruturam a partir de mecanismos fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos que apresentam também especificidades, mas seguem também princípios básicos gerais. É dotada também de componentes pragmáticos convencionais codificados no léxico e nas estruturas da LIBRAS e de princípios pragmáticos que permitem a geração de implícitos sentidos metafóricos, ironias e outros significados não literais. A LIBRAS é a língua utilizada pelos surdos que vivem em cidades do Brasil

⁴ De 71 a 90 dB. Nesse caso a pessoa poderá ter dificuldades para ouvir o telefone tocando ou ruídos das máquinas de escrever num escritório. (GOMES, 2005. p.17).

⁵ Acima de 91 dB. Nesse caso a pessoa poderá ter dificuldade para ouvir o ruído de caminhão, de discoteca, de uma máquina de serrar madeira ou, ainda, o ruído de um avião decolando. (GOMES, 2005. p.17).

onde existem comunidades surdas, portanto não é uma língua universal. (FERREIRA, 1998. p. 23).

Quadros (1998, p. 64) afirma que “assim como as línguas faladas, as línguas de sinais não são universais, pois, sabe-se que cada país apresenta a sua própria língua”. No caso do Brasil, a Língua de Sinais, já é reconhecida, sendo que a Libras é uma língua de modalidade espaço-visual ou gestual-visual, assim sendo, Quadros esclarece sobre as modalidades dessa língua:

As línguas de sinais apresentam-se numa modalidade diferente das línguas orais-auditivas; são línguas espaço-visuais, ou seja, a realização dessas línguas não é estabelecida através do canal oral-auditivo, mas através da visão e da utilização do espaço. (QUADROS, 1998. p. 64).

Reforçando essas ideias, afirma Ferreira (1998),

As línguas de sinais distinguem-se das línguas orais porque se utilizam de um meio ou canal visual-espacial e não oral-auditivo. Assim, articulam-se espacialmente e são percebidas visualmente, ou seja, usam o espaço e as dimensões que ele oferece na constituição de seus mecanismos “fonológicos”, morfológicos, sintáticos, semânticos para veicular significados, os quais são percebidos pelos seus usuários por meio das mesmas dimensões espaciais. (FERREIRA, 1998, p. 19).

É possível, portanto, concluir que a Língua Brasileira de Sinais é uma língua natural, porque, como as demais línguas, ela surgiu por meio da interação entre pessoas, no caso de pessoas surdas, de forma espontânea e, por meio dela, os surdos podem expressar, assim como, compreender, qualquer conceito.

Observa-se que a Libras é naturalmente a língua materna dos Surdos em nosso país, pois esses necessitam de uma comunicação que não seja realizada por meio do canal oral-auditivo, então, a comunicação se dá por meio dos sinais, sendo que nela são utilizadas também como parâmetros as expressões faciais e corporais.

Portanto, veremos a seguir, a respeito de comunicação e linguagem, para assim, nos próximos capítulos embasar as razões pelas quais a formação de professores deve acontecer de forma sistematizada, com a colaboração de surdos e por meio das redes sociais como instrumentos facilitadores desse aprendizado.

3.2 Comunicação e linguagem

A linguagem permite ao homem estruturar seu pensamento, traduzir o que sente, registrar o que conhece, inserir o homem em sua cultura, realizar a comunicação, enfim, construir-se como sujeito.

Assim,

A linguagem, prova clara da inteligência do homem, tem sido objeto de pesquisa e de discussões. Ela tem sido “um campo fértil” para estudos referentes à aptidão linguística, tendo em vista a discussão sobre falhas decorrentes de danos cerebrais ou de distúrbios sensoriais, como a surdez. (BRASIL, 1997, p. 280).

Já a comunicação, segundo Ferreira (2004), é o ato de transmitir, emitir e de receber informações por meio de diferentes métodos e processos, podendo ocorrer por meio da escrita, da língua falada ou até mesmo por meio de gestos, por meio de sinais, signos ou mesmo símbolos. Desse modo,

Um aspecto fundamental a respeito da linguagem humana é que todo ser humano, no convívio de uma comunidade lingüística, fala (pelo menos) uma língua, a sua língua materna, aprendida com rapidez surpreendente, até os cinco anos de idade, em estágios com características idênticas entre as comunidades lingüísticas, independentemente da ampla diversidade da experiência lingüística e das condições sociais em que se desenvolve o processo de aquisição. (SALLES et al., 2004, p. 68).

É importante compreender o funcionamento da linguagem e sua aprendizagem, de forma rápida e precisa pelas crianças. Portanto, para Aranha (2005), as crianças aprendem a linguagem, realizando suposições. Portanto,

Com os estudos do lingüista Chomsky (1994), obteve-se um melhor entendimento acerca da linguagem e de seu funcionamento. Suas considerações partem do fato de que é muito difícil explicar como a linguagem pode ser adquirida de forma tão rápida e tão precisa, apesar das impurezas nas amostras de fala que a criança ouve. Chomsky, junto com outros estudiosos, admite, ainda, que as crianças não seriam capazes de aprender a linguagem, caso não fizessem determinadas suposições iniciais sobre como o código deve ou não operar. E acrescenta que tais suposições estariam embutidas no próprio sistema nervoso humano. (ARANHA, 2005, p. 32).

As pessoas consideradas ouvintes, ou seja, que ouvem normalmente, utilizam em sua linguagem e comunicação, os processos verbais e os não verbais.

Segundo Aranha (2005), a surdez pré-verbal pode bloquear o desenvolvimento da linguagem oral, entretanto, não impede a linguagem não-verbal.

A falta do intercâmbio auditivo-verbal traz para o surdo, prejuízos ao seu desenvolvimento. A teoria sobre a base biológica da linguagem admite a existência de um substrato neuro-anatômico no cérebro para o sistema da linguagem. Portanto, todos os indivíduos nascem com predisposição para a aquisição da fala. Nesse caso, o que se deduz é a existência de uma estrutura lingüística latente responsável pelos traços gerais da gramática universal (universais lingüísticos). A exposição a um ambiente lingüístico é necessária para ativar a estrutura latente e para que a pessoa possa sintetizar e recriar os mecanismos lingüísticos. As crianças são capazes de deduzir as regras gerais e regularizar os mecanismos de uma conjugação verbal, por exemplo. Dessa forma, utilizam as formas "eu fazi", "eu di", enquadrando-os nas desinências dos verbos regulares - eu corri, eu comi. (ARANHA, 2005, p. 33).

Sabe-se que algumas crianças apresentam dificuldades na aquisição da linguagem, principalmente no que se refere à percepção e à discriminação auditiva proporcionando transtornos à uma linguagem compreensível. Há crianças que possuem dificuldades relacionadas à emissão da voz e à articulação, proporcionando, portanto, transtornos na linguagem emitida. Tais situações e transtornos na comunicação e linguagem, podem ou não, ser características de crianças que possuem algum tipo de surdez. Aranha (2005) exemplifica:

[...] a capacidade de processar rapidamente mensagens lingüísticas - um pré-requisito para o entendimento da fala - parece depender do lóbulo temporal esquerdo do cérebro. Danos a essa zona neural ou seu desenvolvimento "anormal" geralmente são suficientes para produzir problemas de linguagem. (ARANHA, 2005, p. 33 -34).

Segundo Quadros e Schmieidt (2006), os surdos no Brasil, usam a Língua Brasileira de Sinais, que é uma língua com características visual-espacial, apresentando características específicas das línguas humanas. Ela é utilizada em espaços elaborados pelos próprios surdos e, segundo esses autores, são criadas por exemplo, em associações e em pontos de encontros espalhados pelas grandes cidades, bem como nos seus lares ou nas escolas.

A Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002, em seu art.1º, delibera acerca do uso e do reconhecimento da Libras como meio legal de comunicação e expressão das comunidades surdas,

É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS a forma de comunicação e expressão, em que um sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (KOJIMA; SEGALA, 2008, p. 3).

A Libras que é adquirida de forma espontânea pela criança surda, influencia em seu desenvolvimento cognitivo, afetivo, sociocultural e acadêmico, ou seja, sem ela a criança surda, deixa de compreender o mundo que a cerca em sua totalidade. Propõe ao surdo, como qualquer outra língua permite ao homem, que ele estruture seu pensamento, traduza o que sente, comunique-se com o mundo que o cerca. A Língua de Sinais ingressa o surdo na cultura e o torna sujeito ativo na construção e na transformação da sociedade em que vive desempenhando seu papel.

Assim como a palavra, os sinais, que compõem a Língua de Sinais, dão sentido e forma à atividade mental, sendo essencial na construção da consciência. A Libras assegura o processo de abstração e é um veículo de transmissão do saber para o indivíduo surdo. Portanto, a Libras se torna, língua e comunicação indispensável para a inclusão e para o desenvolvimento do aluno surdo.

Diante dessa necessidade, dentro da perspectiva de uma educação inclusiva, de que o aluno surdo e as demais pessoas a sua volta venham a aprender a Libras, para que possam se comunicar, é necessário haver o engajamento na luta pela inclusão e direitos dos surdos. Para o surdo, principalmente aquele que é nascido de pais ouvintes e vive em uma comunidade praticamente toda ouvinte, a elaboração de sua autoafirmação, enquanto sujeito capaz de tomar decisões e realizar suas próprias escolhas, é fundamental. Assim dissertam Kojima e Segala (2008, p. 7):

É fundamental e de suma importância, a interação entre Crianças Surdas e os Surdos Adultos – estes envolvidos na luta pelos direitos a cidadania e à vida digna. Ambos atuarão como modelos de identidade Surda e da cultura surda.

Observa-se que os surdos obtêm o direito a receber uma educação bilíngue, sempre priorizando a Língua de Sinais que é a sua língua materna e sua

língua natural, assim como o aprendizado da Língua Portuguesa como segunda língua, na modalidade leitura e escrita.

O desenvolvimento da educação bilíngue, no processo educacional do surdo, necessita ser de qualidade para que haja o exercício da sua cidadania. Assim, a presença de educadores surdos, torna-se importante nesse processo educacional, pois os mesmos, além de modelos exercerão papel bastante significativo na educação dos alunos surdos. Verifica-se

O desenvolvimento de uma educação bilíngue de qualidade é fundamental ao exercício de sua cidadania, [...]. A presença de educadores surdos, é imprescindível no processo educacional, atuando como modelos de identificação linguístico-cultural e exercendo funções e papéis significativos. (BRASIL, 2005, p. 71).

Há um grande número de regiões, que por não possuírem a comunidade surda, a Libras não é disseminada. Tal fato acarreta o desenvolvimento de alguns gestos próprios viáveis somente em meio a familiares ou círculo social imediato.

Faz-se necessário compreender que muitas crianças surdas que tenham pais ouvintes, não terão meios para aprender a Língua Portuguesa oralizada, por possuírem impedimentos auditivos e o mesmo poderá acontecer com o aprendizado ou fluência na Língua Brasileira de Sinais, a Libras, pelas mesmas crianças, pois se viverem apenas num meio com pessoas e familiares ouvintes, de nenhuma forma, aprenderão a Libras. É preciso que essas crianças surdas, tenham contato com adultos surdos e fluentes em Libras e com ouvintes, também conhecedores dessa língua, para que possam fazer uso da mesma, se comunicar e ter autonomia comunicacional.

Genericamente, sugerimos que a comunidade escolar priorize os seguintes aspectos, em suas decisões:

[...]oportunizar a presença de adultos surdos na escola, colaborando no processo educacional do aluno surdo, estabelecendo relações, formais ou informais, entre escola e a comunidade surda adulta;

Decidir sobre o tipo de apoio ao aluno surdo: professores-intérpretes, sala de recursos, professor fixo de apoio, entre outros;

Realizar, regularmente, uma análise crítica das atividades e objetivos propostos a todos os alunos, considerando a presença de alunos surdos na escola; (BRASIL, 2005, p. 97-98)

Portanto, torna-se necessário que esses pais ouvintes venham a aprender a Libras o mais cedo possível e da melhor maneira, ou seja, é preciso adquirirem fluência nessa língua, para que possam ser capazes de comunicarem-se com seu filho. Além disso, haverá a possibilidade de dar a essa criança surda, a oportunidade de estar em meio a um ambiente facilitador e espontâneo a aquisição da Língua de Sinais. O mesmo deverá acontecer com os professores e demais profissionais da área educacional que estarão em contato com esses alunos surdos, a fim de oferecer aqueles alunos surdos, nascidos em família ouvinte, uma melhor aquisição da Libras e suas peculiaridades.

Se a escola valorizar a Libras e com ela estabelecer o constante contato de seus alunos surdos com seus pares, será favorecida a identidade desses alunos,

[...] é necessário pensar, sempre que possível, nas possibilidades de identificação com outros pares surdos, o que é facilitado quando há grupos de alunos surdos numa mesma turma, essa é uma estratégia facilitadora que nem sempre é levada a cabo, pois a tendência é 'espalhar' os alunos surdos pelas diversas turmas das escolas. Lembre-se, que no caso de alunos surdos, o convívio com seus pares permite a identificação positiva, a possibilidade de trocas linguísticas, desfazendo-se, para eles, a sensação de 'isolamento' social e cultural. (BRASIL, 2005, p.99).

Importante, também para os alunos surdos é a existência de um professor de Libras surdo, que saiba quais são seus anseios, entenda as suas dificuldades e possa dar-lhes estímulo para continuar estudando, isso porque será para o surdo uma referência de profissional.

Deve ser enfatizado sempre que a utilização da Língua de Sinais está sendo reconhecida como o melhor caminho, ou seja, um recurso necessário para uma verdadeira mudança nas condições ofertadas pela escola no que tange ao atendimento escolar de alunos com surdez, por ser a Libras, além de uma língua oficializada no Brasil, um produto da interação e do relacionamento entre pessoas que se comunicam.

De acordo com o Decreto Federal nº 5626, de 22 de dezembro de 2005, é relevante informar que o surdo tem direito a uma educação bilíngue.

Com base numa nova representação científica da pessoa surda, a educação bilíngue defende os direitos dos surdos no marco da diferença política do sujeito surdo. Nessa perspectiva, eles não são considerados como pessoas deficientes, mas como pessoas diferentes da maioria ouvinte, o que implica necessidades e direitos específicos que atendam a condição de ser vidente por excelência. Como os ouvintes, elas são, igualmente, plenas de possibilidades de crescer, se desenvolver, contribuir com seu trabalho, suas ações, seus interesses para o bem-estar social. (GIANINI, 2012, p. 103).

Quando há um aluno com surdez, o bilinguismo, preocupa-se em divulgar e estimular a utilização da língua de sinais. No Brasil é utilizada a Libras que por ser adquirida espontaneamente pelos Surdos, é considerada como a sua primeira língua (L1)⁶.

Já a língua oral do país é vista como a segunda língua (L2)⁷ para pessoas com surdez, ou seja, é a língua da comunidade, país ou região em que o surdo está inserido, podendo ser adquirida na modalidade escrita, e caso esse aluno opte por aprendê-la na modalidade oral, desse aprendizado não ocorrerá dentro da escola, já que está é uma função da fonoaudiologia.

Freire (1998) afirma que, no Brasil, a língua portuguesa passa a ser vista como segunda língua (L2) na modalidade instrumental objetivando o fortalecimento do aluno surdo nas habilidades de leitura e escrita, pois o surdo vive em uma sociedade ouvinte que faz uso oral da Língua Portuguesa, mesmo tendo cultura e uma língua própria.

Segundo Gianini (2012), o reconhecimento da condição bilíngue é necessário ao surdo e muitas vezes lhes falta tal condição. Assim,

O que lhes faltava era o reconhecimento de sua condição bilíngue, quer no espaço escolar, sendo-lhes concedido o direito de ter acesso à educação, mediante o uso da língua de sinais, como língua primeira (L1), e a aprendizagem da língua nacional, no caso a língua portuguesa, como segunda língua (L2), quer em todos os demais espaços sociais. (GIANINI, 2012, p. 103).

Jokinen (1999) assevera que o desenvolvimento no âmbito escolar dos alunos surdos, só ocorrerá de forma efetiva se a língua de sinais, a Libras, for aceita como primeira língua ou língua materna. Para compreender como se dá a

⁶ Sigla utilizada para indicação de primeira língua de uma comunidade.

⁷ Sigla utilizada para indicação de segunda língua de uma comunidade.

Fonte: http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoPedagogico/metodologiaDeEnsinoEmLibrasComoL1/assets/631/TEXTO-BASE_SEM_AS_IMAGENS_.pdf.

comunicação por meio das línguas de sinais, o uso da Libras e como deve ser realizado o ensino aprendizagem de alunos com surdez, faz-se necessário conhecer aspectos importantes da comunidade surda e a identidade do aluno com surdez. Veremos a seguir.

3.3 Identidade do aluno com surdez

Atualmente são travadas diversas discussões referentes à cultura surda, gerando uma indefinição sobre o conceito da cultura surda e, assim, há pressupostos que seguem estudos culturais, que observam a surdez numa perspectiva antropológica.

Nesse sentido, o multiculturalismo é expresso de forma a valorizar os sujeitos, para que esses possam expressar suas diferenças culturais, cada qual com suas especificidades. O movimento cultural da comunidade surda é uma oposição às tentativas das outras culturas em oprimi-la, de forma a tentarem imprimir a cultura dominante, arraigada na sociedade, de que tudo deve ser homogêneo.

É necessário um olhar diferente para a educação que, por ser um alicerce, é de grande importância para que a inclusão e o direito a diversidade, sejam enraizados na sociedade.

Nessa perspectiva, salienta-se que a tradição oralista foi na trajetória da cultura surda, fator que mais levou a degradação dessa cultura, prejudicando a identidade surda, levando fracassos educacionais para a comunidade surda, tempos em que os surdos foram considerados como deficientes mentais.

Muitas lutas e desafios foram superados, e ainda o são, na construção da identidade das pessoas surdas. Em contrapartida houve movimentos oralistas que enfatizavam o ensino da fala aos surdos como forma de humanizá-los ou torná-los “normais”. É por isso que educadores concentrados na tarefa de fazê-los falar, perderam de vista a necessidade de ajudá-los a construir a Identidade e Cultura Surda, deixaram de lado a importante tarefa de formá-los como ou na qualidade de cidadãos críticos, com direitos e deveres iguais aos outros, eliminando as diferenças.

Por isso, a transmissão racional e intencional de experiência e pensamento à outros, requer um sistema mediador, cujo protótipo é a fala humana, oriunda da necessidade de intercâmbio durante o trabalho. Para Vygotsky (1998, p.

28), o fato de a fala ser mais egocêntrica ou mais social, depende não só da idade da criança, mas também das condições que a cercam.

Na história da educação da pessoa com surdez através dos tempos, é possível vislumbrar que o oralismo, levou ao declínio a Língua de Sinais, negando a identidade e a Cultura Surda, estigmatizando de forma imperativa nas escolas, que o surdo era um deficiente auditivo e necessitava de especialistas que lhe trouxessem a fala. Skliar (1998, p. 7) explica:

As ideias dominantes, nos últimos cem anos, são um claro testemunho do sentido comum segundo o qual os surdos correspondem, se encaixam e se adaptam com naturalidade a um modelo de medicalização da surdez, numa versão que amplifica e exagera os mecanismos da pedagogia corretiva, instaurada nos princípios do século XX e vigente até nossos dias. Foram mais de cem anos de práticas engeguecidas pela tentativa de correção, normalização e pela violência institucional; instituições especiais que foram reguladas tanto pela caridade e pela beneficência, quanto pela cultura social vigente que requeria uma capacidade para controlar, separar e negar a existência da comunidade surda, da língua de sinais, das identidades surdas e das experiências visuais, que determinam o conjunto de diferenças dos surdos em relação a qualquer outro grupo de sujeitos."

Estudos arduamente realizados, por diferentes autores, a respeito da Identidade e da Cultura Surda, alguns como Skliar e Perlin se aprofundaram nesta concepção. Torna-se necessário trazer as ideias e estudos de Gladis Perlin, quanto à Identidade Surda, no trecho a seguir:

[...] a identidade é algo em questão, em construção, uma construção móvel que pode freqüentemente ser transformada ou estar em movimento, e que empurra o sujeito em diferentes posições. [...] a identidade surda sempre está em proximidade, em situação de necessidade com o outro igual. O sujeito surdo nas suas múltiplas identidades sempre está em situação de necessidade diante da identidade surda. (PERLIN, 1998, p. 52 - 53).

O conceito de identidade leva-a a descoberta de que a mesma não é inata, sofrendo constantes transformações. O termo identidade, quanto ao surdo, é utilizado para enfatizar a ideia e o direito de ser surdo e diante desse direito está a questão de poder utilizar a Língua de Sinais como língua e forma de comunicação natural e espontânea da Comunidade Surda, mesmo que ainda, nos dias atuais, impere o oralismo na concepção errônea de muitos na sociedade.

Dentro da perspectiva de uma educação inclusiva, que vê a necessidade de que o aluno surdo e as demais pessoas a sua volta aprendam Libras para que possam se comunicar, torna-se necessário também que esse aluno

surdo, realize interações com Surdos Adultos, pois, esses últimos sendo profissionais, engajados nas lutas pela inclusão e direitos dos surdos atuarão como modelos de Identidade Surda.

Agora, conheceremos um pouco sobre o trabalho pedagógico com alunos com surdez para compreender, nos capítulos posteriores, o uso das TDICs e das redes sociais como ambientes de formação e aprendizagem.

3.4 O trabalho com o aluno surdo

A escola regular inclusiva deverá pensar e analisar modelos pedagógicos, pois, no ambiente escolar, caso o aluno surdo faça uso da Libras, é necessário o uso de recursos adequados e que facilitem a sua compreensão.

Entre os recursos estão os imagéticos ou também classificados como recursos visuais, pois segundo Lacerda, et al, (2012), a escola vem sendo questionada a ter que desenvolver um trabalho educacional com tendências da chamada “Sociedade da Visualidade”, pois deve abranger diversos recursos visuais e de diferentes modalidades, a fim de dar acesso ao ensino pelos alunos.

Dessa forma, afirma Lacerda et al. (2012, p.125):

Atualmente, os recursos visuais são incontáveis – desde a mídia mais acessível, como a televisão, até as inúmeras possibilidades de imagem e composição de espaços virtuais propiciadas pelo mundo computadorizado. Os avanços tecnológicos têm reflexos nas práticas educacionais [...].

Faz-se necessário conhecer os diferentes recursos acessíveis e compreender o potencial do aluno e como ele aprende de maneira significativa, respeitando suas especificidades.

Vygotsky (2007) havia sido um dos fundadores do Instituto de Estudos das Deficiências, em Moscou, e manteve-se ligado por toda a sua vida, pois nos estudos com pessoas com deficiências, o autor viu a oportunidade de compreender os processos mentais humanos e de estabelecer programas de reabilitação.

Com relação a importância do uso dos sinais e das línguas de sinais no aprendizado e no desenvolvimento do aluno com surdez, Vygotsky, afirma que:

Na ausência de um sistema de signos, linguísticos ou não, somente o tipo de comunicação mais primitivo é limitado torna-se possível. A comunicação por meio de movimentos expressivos, observada principalmente entre os animais, é mais uma efusão afetiva do que comunicação. (VYGOTSKY, 1998, p. 7).

Se a criança surda receber a aprendizagem por meio da língua de sinais, logo na primeira infância e em suas primeiras interações de vida, terá certamente um melhor desenvolvimento intelectual, diferente do que ter vivências sem esse aprendizado comunicacional ou tê-lo tardiamente. A falta da língua de sinais ou seu aprendizado tardio, interfere no desenvolvimento do aluno surdo no contexto escolar.

Para refletirmos sobre a questão da linguagem e pensamento, que são importantes para o desenvolvimento global do aluno surdo, é importante relacionar e analisar o documentário *Borboletas de Zagorsk*⁸, produzido pela BBC em 1990, trata do trabalho desenvolvido em uma escola russa com crianças surdas, cegas e surdo cegas, foi inspirado nos estudos de Lev Vygotsky. O documentário tem em torno de 60 minutos de duração e ocorre na cidade de Zagorsk a 80 km de Moscou.

A escola de Zagorsk realizava estudos sobre a defectologia⁹, presente na teoria de Vygotsky, que enfatiza que as pessoas com deficiências por meio de mecanismos compensatórios poderiam utilizar os seus sentidos remanescentes para substituir por meio da plasticidade sentidos ou habilidades que não possuíam.

O documentário *Borboletas de Zagorsk* reforça o quanto a mediação é importante no desenvolvimento das pessoas com deficiência e a crença de que todas as pessoas, independente de idade, da condição física, intelectual de qualquer outra deficiência, tal como a deficiência visual, a surdez ou mesmo a surdocegueira pode e tem a capacidade de se desenvolver e aprender.

Portanto, a crença no desenvolvimento e potencialidade do indivíduo também deve ser a crença do educador, ou seja, para desenvolver, o aluno necessita acreditar em seu potencial. Os alunos com deficiências devem ser

⁸ (*The Butterflies of Zagorsk*, 1990) é um documentário produzido pela BBC em 1990 que trata do trabalho desenvolvido em uma escola russa com crianças surdas e cegas, inspirado nos estudos de Lev Vigotski.

⁹ Campo que realiza o estudo de pessoas que apresentam algum tipo de “deficiência” ou “limitação”, quer dizer, aqueles que não se enquadram nos parâmetros da normalidade. Seja sob uma condição física, seja sob uma condição psicológica. Fonte: <https://pt.scribd.com/doc/86409927/Vigotski-e-a-Defectologia>.

ensinados a desenvolver os demais sentidos remanescentes de forma que esses sentidos possam compensar aqueles que não possuem.

Natasha personagem surdocega do documentário, relata que quando tinha 13 anos, foi apresentada a forma de ensino inspirada pelo psicólogo Russo Lev Vygotsky. Vygotsky aos 68 anos disse que mesmo crianças deficientes poderiam ser transformadas em adultos inteligentes.

Natasha que foi aluna desafio da escola de Zagorsk, segundo o documentário, em sua adolescência dominou a língua de sinais e teve seu mundo transformado, tornando-se uma pessoa mais capaz, independente e que pode enxergar o mundo por meio da dança dos sinais realizados com as mãos e com o corpo. Natasha na idade adulta teve uma vida plena e feliz, casada com Yuri, um escritor. Teve duas filhas, pôde trabalhar, estudar e ter todas as funções de uma pessoa que não possui uma deficiência.

Vygotsky, nasceu no ano de 1896 e morreu em 1934, deixando suas pesquisas e teorias. Dessa forma, Natacha e seu marido e Yuri se dedicaram a divulgar as ideias de Vygotsky.

Os professores de Zagorsk pensavam no que chamam de zona de próximo desenvolvimento da criança segundo as teorias de Vygotsky. Portanto, segundo o documentário, Natacha, assim como para outras crianças, afirmava que para poderem aprender a língua de sinais por meio do toque, parecia uma brincadeira e dizia que não compreendia, continuava tentando escutar com seus ouvidos e ver com seus olhos as coisas que eles tentavam lhe mostrar. O primeiro estágio de educação em que Natacha compreendeu que não só podia ver com seus olhos, mas com suas mãos, e não só podia ouvir com seus ouvidos, mas também com suas mãos. A partir desse momento a ordem entrou em seu mundo.

Vygotsky, que trabalhou no instituto de defectologia em seus estudos, verificou que as crianças podem superar as mais graves deficiências, seja de natureza, porém pela aplicação de técnicas físicas e psicológicas de compensação, observou que as crianças com deficiências que frequentaram a escola, puderam se desenvolver e crescer em meio as pessoas normais. Portanto, segundo Vygotsky (1998) a crianças deficientes não deveriam ser trabalhadas por meio de sua eficiência, em vez disso deveriam ser ensinadas a desenvolver seus outros sentidos ao ponto de serem utilizados para compensar o que foi perdido.

Uma das dificuldades ocorridas acontece principalmente nas séries iniciais, não domina a Língua Brasileira de Sinais e também, muitas vezes, a instituição escolar não possui uma pessoa devidamente capacitada para realizar de forma adequada o ensino da Libras para essa criança e os demais a sua volta. Isso leva a falta de comunicação e interação desse aluno. Portanto, as dificuldades na aprendizagem das crianças surdas, bem como seu fracasso no desempenho acadêmico, ocorrem não por uma limitação impeditiva do processo de aprendizagem, mas por haver uma característica decorrente da falta de uma perfeita comunicação.

O indivíduo sem uma comunicação fluente, não terá uma boa e adequada aprendizagem, pois não conseguirá participar adequadamente das atividades escolares e das demais interações sociais.

É necessária a oferta de uma oportunidade educacional acessível e digna, que lhe dê a oportunidade de uma melhor aquisição linguística. As diferentes formas de levar a educação bilíngue à criança de uma escola, dependem essencialmente das decisões político-pedagógicas.

Quadros e Schmied asseveram:

Ao optar-se em oferecer uma educação bilíngüe, a escola está assumindo uma política linguística em que duas línguas deverão passar a co-existir no espaço escolar. Além disso, também será definido qual será a primeira língua e qual será a segunda língua, bem como as funções que cada língua irá representar no ambiente escolar. (QUADROS; SCHMIEDT, 2006, p. 18).

A inclusão do aluno surdo no ensino regular, deve acontecer como uma conquista, diante de muito estudo, muito trabalho, reflexão e dedicação de todas as pessoas envolvidas nesse processo educacional, ou seja, os alunos surdos, alunos ouvintes, familiares, professores, agentes escolares e especialistas nas áreas, assim como, fonoaudiólogos, psicólogos, assistentes sociais e demais participantes da comunidade.

Outro fator importante, que já foi discutido anteriormente, é a existência tanto de um profissional que realize o ensino de Libras em seus aspectos linguísticos e gramaticais, quanto também um profissional que seja capaz de ensinar a Língua Portuguesa como segunda língua na modalidade escrita, como também já foi dissertado, e a existência de um Tradutor Intérprete de Língua de Sinais (TILS),

caso o professor da sala regular não seja proficiente em Libras, que realize a interpretação em Língua de Sinais Brasileira de todos os conteúdos, explicações e debates que ocorram em ambiente escolar.

O TILS é um profissional que surgiu com a necessidade de comunicação da comunidade surda, pois é necessário que haja um mediador no processo de comunicação e interação com os ouvintes.

Quadros (2004) afirma que o intérprete precisa ter domínio de ambas as línguas, sendo a de sinais e a língua oficial do país, ou seja, deve ser qualificado, tendo domínio dos processos, modelos e técnicas de interpretação e tradução, com formação específica na área de atuação da interpretação, com o intuito de assegurar a comunicação e tradução de toda a locução, assim como, todas as interações escolares.

A comunicação dos Surdos desenvolveu-se por meio do acesso a Língua de Sinais, mas nesse contexto, a Lei nº 12.319 de 01/09/2010 foi de grande importância, pois regulamentou a profissão do Intérprete, que aqui no Brasil, além de ter domínio sobre a Língua de Sinais Brasileira, precisa ter domínio do idioma, possuir formação específica na área de atuação, além de conhecer processos, estratégias e técnicas de interpretação e tradução.

Perlin (2006) assegura que o intérprete é um intermediário da cultura, da língua, assim como da história, dos movimentos, da política, da identidade e da subjetividade surda.

Para Quadros (2004), em sua experiência profissional e pesquisa nessa área, existem problemas de ordem ética que surgem em função do modelo de intermediação que se constrói em sala de aula, isso pois, sabemos que o trabalho do intérprete, diversas vezes é confundido com o trabalho do professor, porque tanto a escola, quanto o professor, desconhecem ou esquecem qual é a função e/ou atribuição de cada no processo de inclusão escolar.

Muitas vezes, acontece no ambiente escolar do aluno surdo, ter um vínculo de confiança e de apoio com o intérprete, confundindo também o seu papel, direcionando diversas vezes suas dúvidas e questões sobre o conteúdo a esse profissional ao invés de direcionar ao professor, pois o professor muitas vezes se apresenta distante desse aluno.

Para Quadros (2005), a educação de Surdos, tendo uma proposta bilíngue, deve gozar de um currículo organizado com perspectiva visual-espacial,

com o propósito de garantir ao aluno surdo o acesso a todos os conteúdos escolares.

Vale salientar que, para que a inclusão aconteça, é necessário que todos os profissionais devam estar envolvidos com o intuito de propiciar uma educação acessível e eficaz.

Para Berberian, Guarinello e E yng (2012, p. 93),

É com respeito ao professor, e na relação com o professor, que o tradutor e o professor ocuparão posições e papéis, de forma que, enquanto educadores-parceiros, possam compartilhar conhecimentos teóricos e práticos que são próprios e específicos às suas formações profissionais.

O professor do ensino regular precisa entender sobre como deve ser o currículo adequado ao aluno com surdez. Para isso, é preciso definir o que é o currículo.

Há uma corrente, chamada conteudista, que compreende e defende o currículo como se fosse os conteúdos a serem transmitidos na escola, pois pensa-se que esse seja o foco escolar, ou seja, observa-se aqui a valorização de “o que ensinar”.

Já uma outra corrente, entende que as experiências vivenciadas pelos alunos no contexto escolar são tão importantes, que o currículo é associado a essas experiências, nessa se valoriza o “como ensinar”. Entretanto, é viável compreender que uma teoria não exclui a outra, pelo contrário, ambas se complementam.

No caso da educação do aluno surdo, o professor deve conhecer e estar devidamente capacitado para conhecer as concepções sobre currículo na educação de alunos surdos.

O Projeto Político Pedagógico escolar deve refletir o caráter político, cultural, social, econômico e educacional da comunidade escolar, assim como, os interesses, as aspirações, as dúvidas e as expectativas que giram em torno da escola, sendo, o currículo considerado como um espaço de reflexão escolar e reflexão sobre as ações pedagógicas escolares.

Observa-se que, nesse montante, a Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), entre outros documentos, fundamenta e regulamenta as ações pedagógicas escolares endereçadas aos alunos surdos, numa abordagem de educação bilíngue.

É nesse documento, acima citado, que encontramos a definição e objetivos da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), local em que acontece o Atendimento Educacional Especializado (AEE) para alunos com surdez, além de propor o papel e função do professor especialista que irá atuar no AEE, o qual também deverá estar devidamente capacitado para proporcionar qualidade e inclusão do aluno com surdez nas escolas de ensino regular.

O AEE, conforme afirma o documento, deve (BRASIL et al., 2006, p. 25):

- Complementar os estudos referentes aos conhecimentos construídos nas classes comuns do ensino regular;
- Ofertar suportes pedagógicos aos alunos, facilitando-lhes o acesso a todos os conteúdos curriculares;
- Aprofundar os estudos relativos à língua portuguesa principalmente na modalidade escrita;

Deve-se frisar que, para que ocorra o desenvolvimento acadêmico escolar do aluno com surdez, é preciso que esse esteja incluído em um ambiente no qual os profissionais trabalhem de forma colaborativa, pois o aluno não é só deste ou daquele professor. Para que haja a inclusão, é preciso que todos estejam envolvidos e preparados para ela.

Por isso, delineamos essa trajetória educacional de alunos com surdez e as necessidades pedagógicas para sua inclusão. Observaremos, portanto, que os ambientes virtuais de aprendizagem, tais como as redes sociais, podem ser ambientes formativos necessários para tornar acessível o ensino para alunos com surdez, um dos focos principais deste trabalho.

Na próxima seção, veremos a importância da formação docente, propondo, em seguida, o uso das redes sociais como ambiente de formação e aprendizagem, para que haja a inclusão escolar de alunos com deficiências e, em especial, os alunos com surdez.

4 FORMAÇÃO PERMANENTE PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA ERA DIGITAL

Nesta seção, é relacionada a importância da formação permanente de professores numa perspectiva inclusiva, as transformações do ensino no século XXI, que propõe a necessidade de novos ambientes de formação, com enfoque nos ambientes virtuais e no uso das redes sociais como ferramentas de ensino e aprendizagem colaborativa no Curso de Libras.

4.1 A importância da formação permanente na era digital

Na sociedade da informação,

O vigoroso desenvolvimento de recursos tecnológicos, em especial aqueles propiciados pela microinformática, os quais representam um espetacular panorama de recursos que podem ser utilizados para a escolarização de alunos com as mais variadas necessidades educacionais especiais. (GIROTO; POKER; OMOTE, 2012, p. 7).

Observando o panorama atual, verifica-se a importância da capacitação e atualização da formação permanente de professores, tanto para o uso das novas tecnologias da informação e da comunicação digitais, bem como os espaços virtuais, quanto para a inclusão e desenvolvimento prático pedagógico dos alunos Público Alvo da Educação Especial.

Segundo Ibernón (2009), o professor, na atualidade, vive o grande desafio de inserir seu aluno nesta sociedade repleta de alterações estruturais e que nos leva a compreender que o educador necessita de inovação em sua formação, isso porque, o pensar e agir dos diferentes grupos sociais, requer momentos de reflexão e aprendizado, objetivando uma atuação mais efetiva do professor nessa sociedade.

Uma evolução acelerada [...] em suas estruturas materiais, institucionais e formas de organização da convivência, modelos de família, de produção e de distribuição, que se refletem numa transformação nas formas de viver, pensar, sentir e agir das novas e velhas gerações (IBERNÓN, 2009, p. 19).

Nesse cenário educacional, Ibernón (2009) considera necessária a existência de um programa de formação permanente de professores, pois a

universidade não esgota os saberes necessários para o adequado desenvolvimento da prática docente.

Para Freire (2013), a formação permanente acontece pela necessidade constante de adquirir conhecimento, essa necessidade é proveniente da consciência do indivíduo em saber ser inacabado, ou seja, compreender-se como um ser inconcluso, que para se movimentar na sociedade, poder construir o seu conhecimento e também construir o conhecimento dos demais indivíduos, faz-se necessário adquirir novos conhecimentos, pois, vivemos num mundo em constante evolução. Portanto, o docente necessita permanentemente de formação, para, junto de seus educandos, construir colaborativamente o conhecimento. Necessário também compreender que o conhecimento não é transmitido de forma passiva, mas instigando a curiosidade do educando, desafiando-o à pesquisa, mediando o conhecimento crítico, colaborativo e criativo de cada um.

Freire (2013) assevera que para que haja ensino é necessário haver a pesquisa, ou seja, que o educador busque seu conhecimento e competência, ou seja, é necessário que haja a “curiosidade epistemológica”. (FREIRE, 2013, p. 30).

As Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação (TDICs) são ferramentas que consolidam o sistema educacional inclusivo, pois podem ser utilizadas com inúmeras possibilidades na elaboração de recursos e estratégias educacionais acessíveis. Tais recursos e estratégias atuam na implementação dos recursos, como os de tecnologia assistiva, acesso às informações, adequações de conteúdos curriculares, acessibilidade aos espaços e a interação desses alunos. (GIROTO; POKER; OMOTE, 2012).

A atuação dos professores que promovem a educação deve ser analisada com olhares atentos, pois deverão ser os articuladores da educação inclusiva, o que se torna um desafio a ser percorrido. Para Giroto, Poker e Omote (2012, p. 7), “[...] a união de esforços coletivos entre as “Universidades e gestores das instituições educacionais, para a compreensão acerca das TDICs e sua aplicabilidade no âmbito educacional”, é necessária para que possam desenvolver uma prática pedagógica inclusiva de qualidade, fazendo uso dos mais variados recursos tecnológicos com o intuito de desenvolver a aprendizagem dos alunos com deficiências.

A escola é um contexto diferenciado e, [...], é um *locus* privilegiado para a inclusão. É a responsável pela disseminação, para os mais novos, do conhecimento acumulado pela cultura de um povo.

Os avanços na educação propiciaram que o mesmo seja organizado em ordem de complexidade de forma a ser apresentado de acordo com as potencialidades das crianças, matriculadas em salas de aula por faixa etária. (GIROTO; POKER; OMOTE, 2012, p. 7).

Nessa perspectiva, tais esforços coletivos devem caracterizar a formação permanente, pois a formação é um processo único, que não deve ser dividida entre formação inicial e formação continuada. A aquisição dos saberes deve acontecer permanentemente, devido a mudança do contexto pedagógico e das necessidades acadêmicas, englobando diversas dificuldades dos alunos.

Vale ressaltar que os alunos do contexto atual possuem hoje, devido ao uso da internet e dos meios de comunicação, uma gama de conhecimentos que devem ser aproveitados, inseridos e compartilhados nos ambientes educacionais e de formação.

Entretanto, muitas vezes, a escola e os professores não estão devidamente preparados para contextualizar e nem sistematizar esses conhecimentos em suas práticas pedagógicas. Portanto, surge a necessidade de ações de formação permanente entre as universidades e faculdades, em conjunto com as escolas e instituições de ensino, a fim de capacitar docentes e demais educadores para o uso das TDICs e das novas práticas de ensino coerentes com as necessidades educacionais dos alunos.

Ainda que se observe pouca consideração pelas necessidades de cada clientela escolar, tal organização tem sido ratificada na nossa sociedade. Os números obtidos com as mais diferentes medidas de aproveitamento escolar têm, no entanto, apresentado um quadro sombrio da situação da educação no país. A escola parece não ter conseguido dar conta do seu papel principal, que é ensinar crianças. (GIROTO; POKER; e MOTE, 2012, p. 7).

Quando observamos o sistema escolar atual, o foco acaba sempre recaindo sobre a formação do professor, pois esse é o principal agente de articulação e mediação.

A prática docente se constitui em um processo de formação que acaba por se desenvolver durante toda a sua profissão, exigindo do professor a mobilização de conhecimentos, a fim de embasar a investigação da própria prática. Ou seja, o professor permanece, ao longo de sua carreira, em constante pesquisa e

busca por novas alternativas pedagógicas, organizando e planejando as estratégias pedagógicas cotidianas e futuras.

As políticas públicas para a formação de professores atribuíram a essas formações diferentes terminologias, tais como: formação permanente, treinamento, capacitação ou reciclagem, entre outras denominações, revelando diferentes entendimentos do que essa formação se propõe a efetivar.

Relevante, portanto, é compreender que a formação deve acontecer de forma permanente, adequando e inovando os recursos e as práticas pedagógicas, conforme as necessidades dos alunos. No caso dos Estudantes Público Alvo da Educação Especial (EPAEE), a inclusão escolar, ocorre segundo as legislações e políticas atuais, buscando garantia de acesso, permanência e desenvolvimento educacional.

Destacando a inovação de recursos para uma educação digital inclusiva citamos Giroto, Poker e Omote (2012), que afirmam sobre a necessidade de formação permanente dos professores para o uso das novas tecnologias digitais.

O avanço tecnológico tem, ainda, proporcionado ferramentas que, adequadas ao contexto e às necessidades de cada aluno, podem aumentar a probabilidade de desenvolvimento do desempenho acadêmico de cada um e de todos. Entretanto, a disponibilização destas ferramentas no ambiente escolar depende exclusivamente da adesão do professor a elas. (GIROTO; POKER; OMOTE, 2012, p. 7).

Verifica-se que é por meio dos novos canais de comunicação, que os diferentes tipos de expressão, bem como, por meio dos novos estilos de aprendizagem, que os alunos, com deficiências ou não, terão a cada dia, um melhor acesso ao conhecimento.

Para que a educação inclusiva aconteça, necessárias serão as transformações nos sistemas de ensino e no caso da inclusão de pessoas surdas, um dos focos principais desta dissertação, observa-se a necessidade do ensino da Língua Brasileira de Sinais.

Para que esse ensino aconteça de forma regular, é necessário que todos os envolvidos estejam empenhados nessa inclusão, compreendendo o quanto ela é importante para o bom desenvolvimento educacional e pedagógico da escola. É fundamental o envolvimento também da administração escolar, pois, depende do gestor da escola o desenvolvimento de projetos, assim como, das adaptações

necessárias para que a criança com deficiência esteja incluída e tenha acesso aos conteúdos. Moreira e Rezende (2007, p. 45) comentam sobre o papel do gestor escolar no estabelecimento da educação para a diversidade, destacam que as atitudes do administrador escolar são as que estabelecem o clima pelo qual se resolve que a escola é de todas as crianças.

Assim, no caso de inclusão de alunos surdos, os educadores, funcionários e coordenação escolar devem estar preparados para recebê-los e se comunicarem com eles. E caso o aluno venha a aprender a Libras somente na escola, esses profissionais também precisarão apreender a língua de forma que criem laços com essa criança surda e possam igualmente comunicar-se com ela.

Os demais alunos e colegas, além de toda a comunidade escolar, também devem aprender Libras, a fim de que os alunos ouvintes, possam crescer e, no futuro, comunicarem-se com qualquer pessoa surda, fato que será importante para a inclusão de pessoas surdas em toda a sociedade.

Para que isso seja possível, será necessária a união de pais, gestores, professores, pedagogos especialistas, intérpretes de Libras, alunos e toda a comunidade escolar em prol da inclusão de alunos surdos, pois será necessária a comunicação por meio da Libras.

O professor sendo o principal articulador das estratégias dentro de uma sala de aula, realizando também as interações dentro desse ambiente de aprendizagem, tem como papel principal orientar os alunos no processo de ensino-aprendizagem, disponibilizando as atividades curriculares a todos os alunos, indistintamente.

Havendo em sua sala regular o aluno surdo, esse terá o direito ao acesso à comunicação, por meio da Libras, mesmo havendo o intérprete de Libras, é importante que o professor da sala regular saiba comunicar-se por meio da Língua de Sinais Brasileira para estabelecer relações com o aluno surdo.

As barreiras da comunicação escolar estarão extintas, a partir do momento que o professor da sala regular, toda a comunidade escolar e a família se tornarem fluentes em Libras. De acordo com o Ministério da Educação e a Secretaria de Educação Especial, a escola inclusiva acontecerá quando se:

[...] aceitar, respeitar e valorizar alunos com diferentes características: meninos, meninas, altos e baixos, gordos e magros, pobres e ricos, negros, brancos, índios, cegos, surdos, em cadeira de rodas, usando lupa, usando

calçado ortopédico, usando aparelho de ouvido, com doença crônica, católicos, protestantes, evangélicos e outros. É uma escola construída sob o princípio da educação como direito de todos os cidadãos. (BRASIL, 2007, p. 10).

Para que essa citação seja realizada, precisamos de uma formação que prime pelo ensino de Libras, já que o aluno surdo precisa de Libras para comunicar-se e se desenvolver, tornando-se cidadão.

E como podemos afirmar que as pessoas aprenderam a nova Língua? Segundo Kojima e Segala (2008, p. 7), a fim de que se obtenha fluência na língua:

Costuma-se dizer que a melhor forma de aprender uma língua é vivendo no país em que ela é usada, na interação com os usuários da mesma. Assim, qualquer trabalho com a língua, seja com alunos ouvintes ou surdos, que estão adquirindo a primeira e a segunda língua, deve-se focalizar primeiramente o uso da língua em diferentes contextos e só depois proceder ao aprendizado da gramática. (KOJIMA; SEGALA, 2008, p. 7).

Sendo assim, é na convivência com o surdo que haverá a possibilidade de aprendizagem e fluência nessa língua. Com o conhecimento em Libras e a quebra da barreira da comunicação com os surdos, temos a possibilidade de nos aproximarmos mais da realidade e contribuirmos para o pleno desenvolvimento da pessoa surda.

Vamos verificar a seguir, quais os ambientes de formação, que são capazes de dar apoio aos professores na era digital.

Vale mencionar que há algumas dificuldades encontradas para o desenvolvimento da formação permanente de professores, como por exemplo, dificuldades no manuseio de alguns ambientes virtuais, que demandam formações para seu uso, o que causa a desistência e evasões dos cursos de formação de professores, esse estudo vem propiciar a análise do uso das redes sociais como ambientes de formação e instrumentos para o ensino colaborativo da Libras na formação permanente de docentes.

Considera Freire (2013), quanto à necessidade de formação permanente de professores, numa perspectiva de educação inclusiva de alunos surdos:

O que importa, na formação docente, não é a repetição mecânica do gesto, este ou aquele, mas compreensão do valor dos sentimentos, das emoções, do desejo, da insegurança a ser superada pela segurança, do medo que, ao ser "educado", vai gerando a coragem. (FREIRE, 2013, p. 45).

Na formação permanente em estudo, o Curso de Libras Fateb 2015, foram utilizadas as redes sociais: O Facebook e o WhatsApp, como ambientes de formação e estratégias de acessibilidade para interação com os colaboradores e participantes surdos.

O fácil manuseio desses ambientes das redes sociais, já conhecidos e utilizados pelos docentes participantes da pesquisa, assim como a velocidade de interação e ensino colaborativo que essas ferramentas propõem, podem tornar o ensino e aprendizagem mais prazeroso, fluído de maneira espontânea.

Nesse sentido, também afirmam Hessel et al. (2012, p. 59), por meio de suas pesquisas acerca das redes sociais na educação:

O uso das redes sociais tem se intensificado, pois cresce a cada dia o número de usuários que querem estar conectados e gostam de compartilhar todo tipo de informações e materiais digitais. As redes se expandem e são alocadas para o fazer, para uso social, para uso comercial, para a cultura, para a educação etc. Nesta área – a educação – as experiências estão se proliferando e os educadores têm interesse em conhecer aspectos funcionais e vantagens pedagógicas.

Portanto, as redes sociais são instrumentos capazes de proporcionar melhores condições e uma prática pedagógica necessária ao ensino na perspectiva da educação inclusiva.

Pensando em proporcionar novos olhares e novos meios de formação, de maneira planejada e equilibrada, afirma Moran,

Avançaremos mais se aprendermos a **equilibrar planejamento e a criatividade**, a organização e a adaptação a cada situação, a aceitar os imprevistos, a gerenciar o que podemos prever e a incorporar o novo, o inesperado. Planejamento aberto, que prevê, que está pronto para mudanças, para sugestões, adaptações. Criatividade, que envolve sinergia, pôr as diversas habilidades em comunhão, valorizar as contribuições de cada um, estimulando o clima de confiança, de apoio. (MORAN, 2000, p. 2, grifo no original).

Acerca da aprendizagem colaborativa, afirma Garbin (2010, p.9):

[...] podemos dizer que colaboração é um processo de construção conjunta, na qual um grupo de pessoas tem um objetivo em comum a ser alcançado e de maneira coletiva devem tomar decisões e atitudes para alcançá-lo. Daí a importância da interação dentro da colaboração.

Afirmam Schlunzen, Malheiro e Perez (2009, p. 295),

“[...] que as TICs têm o potencial de mudar a prática pedagógica”, ou seja, ela proporciona ao professor elementos e instrumentos que o estimulem a aprender como utilizar os recursos em suas atividades em sala de aula, propiciando condições favoráveis de aprendizagem a todos os alunos.

Ainda, argumentam Schlunzen, Malheiro e Perez (2009, p. 295),

No decorrer do caminho e com a necessidade de utilização das TICs nas escolas, houve uma necessidade de promover uma formação continuada a esses educadores, estimulando o surgimento de alguns cursos de especialização e extensão na modalidade a distância, tanto no âmbito privado, quanto no incentivado pelo Governo Federal Brasileiro.

Diante disso, torna-se urgente a necessidade de formação de professores do ensino regular, que se encontram desatualizados e despreparados para esse novo processo, ou seja, o uso das TDICs, em seus contextos de atuação para promover e ampliar as oportunidades dos EPAEE.

Sá (2003) pontua que há a necessidade de formação de professores para a utilização adequada e eficaz dessas tecnologias, pois o progresso, sucesso e o direito a educação com condições para o pleno desenvolvimento dos EPAEE, pode ficar comprometido se desses recursos e soluções necessárias ao seu desenvolvimento e acessibilidade no âmbito escolar, não forem utilizados em benefício do processo de ensino e aprendizagem.

Quando o professor não tem ciência do que seja ou de como a tecnologia pode ser utilizada com o objetivo de implementar e desenvolver o aprendizado de seus alunos, ou mesmo se ele não é usuário das tecnologias digitais, não há condições para que ele possa utilizar de forma competente as aplicabilidades desses recursos tecnológicos no processo de ensino e aprendizagem das TDICs.

Enfim, se não dominarem de forma adequada as novas tecnologias, como farão para utilizar os ambientes virtuais de aprendizagem? É imprescindível nos dias de hoje, compreender o uso dessas tecnologias digitais e fazer uso dos novos ambientes virtuais com o intuito de alcançar a todos e ampliar as possibilidades no ensino e garantindo uma educação justa socialmente e com equidade.

Assim, tais recursos potencializam e favorecem a inclusão. Entretanto, é preciso que os professores, além de conhecerem e utilizarem adequadamente as TDICs, aprendam a fazer uso dos diferentes ambientes virtuais de aprendizagem, o que deve ocorrer na prática, com o objetivo de estarem constantemente atualizados para esse novo cenário, uma vez que começam a estar diante de um grupo de alunos que vivencia o uso de novas ferramentas de comunicação em uma realidade colaborativa, por meio das várias redes sociais.

Asseveram Giroto, Poker e Omote (2012, p. 123),

O outro argumento muito utilizado por professores é de que a tecnologia está ainda muito distante da escola, principalmente em países com condições socioeconômicas e políticas menos favorecidas. Este fundamento não se sustenta diante dos constantes avanços tecnológicos, frente a uma sociedade cada vez mais em rede, na qual percebemos um forte movimento de integração de mídias. O maior exemplo integrador encontramos com a disseminação de telefones celulares em camadas mais populares, considerando-se o barateamento dos custos de conexão e os recursos de computação móvel, cada aluno em um futuro não muito distante terá um computador conectado a rede internet e de uso pessoal.

Atualmente, esse panorama, com relação ao professor frente ao uso das TDICs e dos novos espaços de formação, encontra-se em uma situação preocupante.

Tal situação exige novos posicionamentos e transformações nos currículos dos cursos de formação de professores no ensino superior, pois a responsabilidade por esse processo deficitário, recai sobre as instituições de ensino superior que necessitam estabelecer mudanças. Observa-se aqui, que esse processo de mudança tem dificuldades para a quebra de paradigmas, além de um espaço desfavorável ao uso das tecnologias, muitos dos seus professores são resistentes ao uso das tecnologias, possuindo um perfil extremamente teórico e tradicional.

Dessa forma, apresentamo-nos distantes das competências estabelecidas pela Unesco (2008), a saber: competências instrumentais, informáticas e inclusivas; competência para o uso didático da tecnologia; competência para docência virtual; competência sociocultural e competências comunicacionais por meio das TICs.

As competências acima estabelecidas pela Unesco, indicam que os docentes em sua prática, necessitam estabelecer novas práticas pedagógicas.

Como uso das TDICs, organização e o bom uso dos novos ambientes de aprendizagem.

Elas indicam que é preciso melhorar a prática docente em todas as áreas de seu desempenho profissional, combinando competências em TIC com inovações pedagógicas, planejamento escolar e organização dos ambientes de aprendizagem. Estas competências visam melhorar as estratégias de ensino e transformar o professor em um líder de inovação dentro de suas respectivas instituições e, por consequência, um docente que busca uma escola mais inclusiva e, por sua vez, mais justa. (GIROTO; POKER; OMOTE, 2012, p. 124)

Entretanto, há instituições de ensino superior que, em parceria com as escolas públicas, buscam inovar na formação de seus alunos futuros professores e também na formação permanente dos professores, com o intuito de capacitá-los para o uso das TDICs no ensino, bem como o uso das redes sociais como espaços virtuais de formação e como ambientes de aprendizagem.

É importante compreender que os espaços de formação permanente das redes sociais, necessitam ser contextualizados e significativos para que se possa estabelecer uma aprendizagem colaborativa e sistematizada. Para Valente (2002) e Schlünzen (2000) o uso da informática e das TDICs são recursos que auxiliam no desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, que tem como foco educacional o aluno que de forma colaborativa constrói o conhecimento diante a um ambiente de aprendizagem virtual contextualizado e significativo.

Schlünzen (2000) ainda sugere que esse ambiente precisa despertar o interesse e motivar o aluno a explorá-lo, ou seja, é preciso que o ambiente virtual seja prático, eficaz e que incentive o aluno a utilizá-lo como pesquisa, diálogo, desenvolvimento de situações problema que surgem em sala de aula e que precisam ser discutidas e solucionadas fora dela.

Necessária, portanto, a construção de ambientes virtuais de aprendizagem, que possam utilizar atividades educativas e pedagógicas abertas ou semiabertas, e, portanto, contextualizadas. Surgem as redes sociais abertas, com potencial para tornarem-se ambientes potencializadores de aprendizagem e conhecimento, por serem gratuitas, de fácil acesso e manuseio.

A Unesco elaborou documento que disciplina e orienta o uso das tecnologias móveis na educação, ou seja, aqui o WhatsApp ou mesmo o uso do

Facebook por poderem ser acessadas por meio de dispositivos móveis, merecem a atenção. Observe:

Para capitalizar as vantagens das tecnologias móveis, os professores devem receber formação sobre como incorporá-las com sucesso na prática pedagógica. Em muitos casos, o investimento governamental na formação de professores é mais importante que o investimento na própria tecnologia. Pesquisas da UNESCO mostraram que, sem orientação e capacitação, os professores frequentemente utilizam a tecnologia para “fazer coisas velhas de formas novas”, ao invés de transformar e melhorar abordagens de ensino e aprendizagem. (UNESCO, 2013, p. 33).

O uso das Redes Sociais por meio das Webs, está sendo compreendida como ambientes de formação que proporcionam ensino e aprendizagem, pois, possuem recursos potencializadores e gerenciadores do conhecimento que devem ser utilizados na educação.

Veremos, portanto, como as redes sociais podem ser espaços de formação e aprendizagem colaborativa na formação de docentes.

4.2 As redes sociais e a aprendizagem colaborativa na formação permanente.

Pode-se observar, a partir da propagação das tecnologias digitais e da internet, uma inovação nas relações humanas, novas formas de comunicação, novas formas de compartilhar e de aprender no mundo.

A função prioritária da educação, Silveira (2011) é a social, e atualmente, muito tem-se beneficiado com a sociedade conectada pela internet. Sendo assim, a crescente adesão da nossa sociedade à tecnologia móvel, de fato a cada dia está mais próxima de nossos hábitos.

A Educação, segundo Silveira (2001), cuja função prioritária é a social, tem muito se beneficiado com a sociedade conectada pela internet e pelas TDICs. Com a crescente adesão da nossa sociedade a tecnologia móvel, de fato a cada dia, a internet, está mais próxima de nossos hábitos, o que traz facilidade em nosso cotidiano.

Para Bonilla e Souza (2011), as tecnologias digitais e a sociedade em rede, proporcionam diferentes desafios para a Educação. As inovações educacionais, com base nos critérios inovadores da educação para o século XXI, impactam cada vez mais ocasionando reflexos na educação.

Ademais, Bonilla e Souza (2011), nesse cenário de mudanças, asseveram que faz-se necessário repensar o papel da escola, pois se percebe que o modelo tradicional já não atende às demandas.

Importante lembrar que nesse contexto, vale refletir sobre a história da tecnologia digital contextualizada à internet e a comunicação a distância, para compreender o cenário atual e as mudanças educacionais.

A história da tecnologia digital voltada à educação, segundo Alves, Campos e Brito (1999), foi desenvolvida nos Estados Unidos a partir da década de 1940, visando formar militares especializados, durante a Segunda Guerra Mundial. Ademais, para alcançar tal objetivo, foram realizados cursos havendo ferramentas audiovisuais disponibilizadas para esse fim.

Por volta da década de 60, houve o avanço dos meios de comunicação de massa no âmbito social. Dentre esses acontecimentos, está a "revolução eletrônica", promovida primeiramente pelo rádio e pela televisão.

Assim, segundo Alves, Campos e Brito (1999), a tecnologia educacional surgiu com os estudos de educação audiovisual da Universidade de Indiana, no ano de 1946, isso porque, o uso dos meios audiovisuais constituiu o primeiro campo específico da tecnologia educativa.

Já no Brasil, o uso das tecnologias na educação esteve primeiramente voltado para o ensino a distância, sendo desenvolvidas as primeiras experiências educativas com o rádio, por meio do Instituto Rádio Monitor, em 1939, e pelo Instituto Universal Brasileiro, no ano 1941. Dentre tais experiências está a criação do Movimento de Educação de Base, objetivando alfabetizar e apoiar a educação de jovens e adultos por meio das "escolas radiofônicas", principalmente na região norte e nordeste do Brasil.

O acesso às tecnologias da informação e comunicação, segundo Silveira (2011), está relacionado com os direitos básicos de liberdade e de expressão. Portanto, os recursos tecnológicos são as ferramentas contributivas ao desenvolvimento social, econômico, cultural e intelectual.

Segundo registros históricos, no Brasil, a primeira estação de televisão foi a TV TUPI, inaugurada em 1950 na cidade de São Paulo e, a partir disso, as experiências educacionais iniciaram-se em 1969 pela TV Cultura, que passou a transmitir o curso Madureza Ginásial, tendo como desafio provar que era possível transmitir uma aula agradável e eficiente pela televisão. Na mesma época, outros

sistemas de televisão desenvolveram programas educativos para o ensino fundamental de 6º aos 9º anos, como no caso da Televisão Educativa e a Fundação Telê Educação do Ceará.

O Telecurso 2º grau, implementado pela Fundação Roberto Marinho (FRM) em parceria com a fundação Padre Anchieta (mantenedora da TV Cultura de São Paulo) e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), desenvolvido por um projeto educativo direcionado para o mundo do trabalho, desde 1978. Com seu sucesso na realização de suas atividades, em 1981 foi criado o Telecurso 1º grau, com apoio do MEC e da Universidade de Brasília (UnB). Em 1994, essa série televisiva ganhou uma revisão metodológica, sendo a dramaturgia adaptada à educação, após surge o Telecurso 2000. Designado de Ensino e não Educação a Distância, ou seja, foi uma proposta de ação tendencialmente caracterizada pela instrução, transmissão de conhecimentos para o universo do trabalho.

Mas nessa época, os serviços da Internet já estavam disponíveis no Brasil e sabe-se que já estavam disponíveis em rede, desde o início dos anos 1980.

Portanto, o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), por meio do Conselho de Desenvolvimento Nacional e Tecnológico (CNPq), criaram a Rede Nacional de Pesquisa (RNP).

Nesse período, as universidades públicas brasileiras já estavam conectadas à Rede Bitnet, pois a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), subsidiada por ela própria, sustentava um canal direto com os Estados Unidos, disponibilizando o conteúdo para todas as universidades públicas do Brasil. A RNP, iniciou a instalação das "chamadas autoestradas" da informação brasileira, criando os Pontos-de-Presença (POPs) nos estados, conectando dezenas de milhares de computadores, principalmente nos centros de pesquisas e instituições de ensino superior.

Para Bonilla e Pretto (2011), constatada a realidade lenta, mas crescente inclusão digital da população brasileira, questiona-se para o professor diante do desafio posto por essa exigência de incorporação dos recursos da telemática a práxis pedagógica.

Com as TDICs, surgem novas possibilidades para a educação, exigindo uma nova postura do educador.

Por isso, pode-se obter informações nas fontes, como centros de pesquisa, Universidades, Bibliotecas, permitindo trabalhos em parceria com diferentes escolas devido ao uso de redes telemáticas na educação. A comunicação entre alunos e professores a qualquer hora e local, favorecendo o desenvolvimento de trabalhos com compartilhamento de conhecimentos entre pessoas, escolas, estados e países, por meio da internet favorece o desenvolvimento do ensino e aprendizagem.

Portanto, nos dias de hoje, o docente necessita ter domínio do conhecimento em sua prática, ele deve buscar novos conhecimentos por meio da formação permanente no decorrer de toda sua carreira profissional. Do ponto de vista científico, o professor, como sujeito do saber, é mediado pelo diálogo da relação entre ele, o educando e o saber de formação, explica, Paulo Freire (2002, p. 25), “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua produção ou sua construção”.

A história da internet e educação no Brasil teve grande repercussão e importância com o Instituto Monitor, em 1939, e o Instituto Universal Brasileiro no ano de 1941, em que ambas definiram públicos certos e capacitaram brasileiros para o mercado de trabalho, no campo da educação profissional básica.

No seguimento da educação superior, a Universidade de Brasília, em 1973, constituiu-se como uma base para programas de projeção, mas foi extinta pelo movimento militar responsável pelo regime de ditadura.

A Associação Brasileira de Tecnologias (ABT), criada no ano de 1971, convocando os mais importantes brasileiros e estrangeiros que atuavam nas tecnologias aplicadas à educação, promovendo Seminários Brasileiros de Tecnologias Educacionais e editando a revista Tecnologia Educacional.

No ano de 1980, o Governo Federal a credenciou para ministrar "Cursos de Pós-graduação lato sensu de forma não convencional, através de ensino tutorial". Segundo a legislação da época, os credenciamentos eram analisados pela CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior.

Relevante contribuição foi dada também pelo que foi o responsável pela realização dos primeiros Encontros Nacionais de Educação a Distância (em 1989) e os Congressos Brasileiros de Educação a Distância (em 1993). O Instituto realizou quatro Encontros e dois Congressos, sendo o último em 1995.

O Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação (IPAE) foi fundado em 1973 e permanece em funcionamento regular, possuindo o mais completo acervo sobre a educação a distância e o uso das redes em educação no país, auxiliando, na produção científica, difusão e informação.

No ano de 1974, surge efetivamente a iniciativa de ser instituída a Universidade Aberta, por meio do Projeto de Lei nº 1.878. A proposta dizia que "entende-se por Universidade Aberta a instituição de nível superior, cujo ensino seja ministrado por meio dos processos de comunicação a distância". Hoje a Universidade Aberta do Brasil já está em funcionamento.

Junto com o avanço da internet e educação no Brasil há a necessidade de estar preparado para trabalhar com tecnologias inovadoras em sala de aula, pois, a partir da década de 90, houve um forte impulso aos programas de uso de tecnologias na educação e de educação em rede com suporte em tecnologias.

Com a explosão das redes e mídias sociais, a escola passa a conhecer espaços diferentes dos tradicionais. É preciso desenvolver uma consciência crítica quanto ao bom uso das redes sociais, mas, para isso, o professor e a escola necessitam estar preparados.

Tradicionalmente, os educadores ajudam pais a ensinar jovens como se comportar adequadamente em relação aos outros. Agora, com a explosão da mídia social, os educadores podem fazer parte de uma conversa mais ampla com os jovens sobre a cidadania digital e o comportamento on-line. (PHILLIPS; BAIRD; FOGG, 2016, p.2).

Sabemos que as redes sociais, fazem parte, quase que integralmente da vida de milhões de pessoas no mundo e que nossos alunos são uma boa parte dessas pessoas. Portanto, as redes sociais midiáticas são, nos dias de hoje, importantes ferramentas de conscientização, informação, que envolvem a todos de tal forma, que se verifica a necessidade de utilizar esses espaços, também para ensino e aprendizagem.

Entretanto, a maior questão sobre isso, é: Será que a escola e os educadores do nosso país estão devidamente preparados para utilizar as redes sociais como espaços de aprendizagem?

Como vocês, ficamos sabendo de novos relatórios que levantam questões sobre o uso inadequado de tecnologias digitais, incluindo sites de redes sociais. É compreensível que vocês possam estar desconfiados sobre como a mídia social está afetando seus alunos ou preocupados sobre como a nova tecnologia está mudando sua sala de aula. Vocês podem estar se perguntando se há uma maneira de canalizar o entusiasmo que os alunos têm com sites como o Facebook para cumprir as metas educacionais. Sobre esse assunto, temos boas notícias: O Facebook pode aprimorar a aprendizagem dentro e fora da sala de aula. (PHILLIPS; BAIRD; FOGG, 2016, p.2).

Compreende-se a dificuldade em ser um educador nos dias atuais. Por isso, torna-se viável buscar esclarecimentos e formação, para compreender como acontece o uso das redes sociais na educação, como ambiente formador e de aprendizagem. É preciso que o professor entenda de forma clara os procedimentos metodológicos para o uso do Facebook na educação e das demais redes sociais, como, por exemplo o WhatsApp.

De acordo com Freire (1970), para fazer uma escola que seja mais justa, faz-se necessário que ela se configure como espaço em que cada pessoa possa ser aceita e respeitada em suas especificidades, que seja um lugar em que aprenda a cooperar e a conviver em seus diferentes aspectos, sem que essas pessoas sejam um elo do sistema, mas que cada uma seja vista como ser humano, só assim a escola poderá formar bem uma sociedade.

A mídia, a internet com as redes sociais, podem ser elos que respeitem as especificidades de cada ser humano, podem facilitar a compreensão, minimizar a falta de formação e informação, bem como podem também aproximar do ensino mesmo quem estava distante dele.

Para Phillips, Baird e Fogg (2016, p.2), há sete maneiras, entre outras, em que os educadores podem utilizar a rede social Facebook, dentre elas destacam-se as seguintes: ajudar a desenvolver e seguirem a política da escola sobre o Facebook; incentivar os alunos a seguir as diretrizes do Facebook; permanecer atualizado sobre as configurações de segurança e privacidade no Facebook; promover a boa cidadania no mundo digital; usar as páginas e os recursos de grupos do Facebook para se comunicar com alunos e pais; adotar os estilos de aprendizagem digital, social, móvel e “sempre ligado” dos alunos do século 21; usar o Facebook como recurso de desenvolvimento profissional.

Para Valente, Prado e Almeida (2003, p. 114), [...] sempre que a linguagem Logo¹⁰ e sua metodologia de uso são mal compreendidas, as pessoas a rejeitam de forma expressiva. É por isso que o uso da internet, bem como das redes sociais deve ser transmitido, conceituado e bem apropriado pelos professores nas formações permanentes, com o intuito de utilizar as novas práticas pedagógicas de forma coerente e sistematizada.

Mas como introduzir as redes sociais no comportamento pedagógico dos professores? Para Phillips, Baird e Fogg (2016), a expansão da tecnologia digital, bem como o uso das redes sociais, por meio de dispositivos móveis, que estão o tempo todo conectados em redes virtuais, torna diferente, neste século, o comportamento social e de aprendizagem de nossos alunos, pois, eles participam mais da criação, do compartilhamento e das discussões dos conteúdos. Além disso, foi transformada a maneira com que se comunicam, interagem e aprendem.

Em muitos casos, os alunos passam a mesma quantidade de tempo (ou mais) on-line em um ambiente de aprendizagem informal, interagindo com colegas e recebendo comentários do que passam com seus professores na sala de aula tradicional. (PHILLIPS; BAIRD; FOGG, 2016, p.3).

Valente, Prado e Almeida (2003, p. 115) afirmam que, quando a escola consegue essa posição de equilíbrio, naturalmente os alunos gostam dela e, em vez de acontecerem queixas de falta de empenho, responsabilidade ou motivação, o próprio aprendiz vai em busca do conhecimento [...]. Dessa forma, é possível compreender que é necessário que a escola e os docentes estejam abertos para as práticas inovadoras com o uso das novas mídias e da internet, porém é preciso conhecer e ter competência para esse uso na educação, com o objetivo de que os alunos aprendam com mais segurança e incentivo.

Sabe-se que a Internet passou por mudanças significativas desde a sua popularização em 1990 até os dias de hoje, assim a *world wide web*, ou a Web, de acordo com Silveira, Bassani e Barbosa (2014, p. 112), pode ser compreendida como modelo de compartilhamento de informações construídos pela internet.

Por isso, há no mundo todo, educadores desfrutando dos recursos, ambientes e funções das redes sociais, tal qual as Web 2.0 e 3.0 (web semântica),

¹⁰ É uma linguagem de programação interpretada, voltada para crianças, jovens e até adultos. É utilizada com grande sucesso como ferramenta de apoio ao ensino regular e por aprendizes em programação de computadores. Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Logo>.

de forma a oportunizarem conteúdos e métodos para desenvolver a aprendizagem com seus grupos de alunos. Isso é algo que deve ser incorporado nas formações, bem como no Plano Nacional de Educação, pois pode aproximar o aluno do conhecimento e oportunizar melhores condições de ensino e aprendizagem aos alunos.

Por exemplo, no Plano de Educação em Tecnologia Nacional de 2010 dos Estados Unidos, *Transformando a Educação Americana: Aprendizagem Promovida pela Tecnologia*, o Ministério da Educação dos Estados Unidos aconselha “*aplicar as tecnologias avançadas usadas em nossas vidas pessoal e profissional diariamente a todo o nosso sistema educacional para melhorar a aprendizagem dos alunos*”. (grifo do autor). (PHILLIPS; BAIRD; FOGG, 2016, p.3).

Faz-se necessário, portanto, a seguir, conceituar e explicar a *world wide web*, ou apenas a Web, mas especificamente a Web 2.0 e a Web 3.0 (semântica web).

A primeira geração da Web foi marcada pelos mecanismos de busca e pesquisa de documentos em websites. Já, a Web 2.0 ou segunda geração, afirmam Silveira, Bassani e Barbosa (2014, p. 109, 112) é baseada na arquitetura da participação, na qual o sujeito tem a possibilidade de utilizar, criar, recriar e compartilhar conteúdo por meio de diferentes aplicações, é mais interessante e há troca de informações entre os sujeitos de forma mais rápida.

Enfim, a terceira geração da web, conhecida como semântica web ou Web 3.0, prevê, segundo Silveira, Bassani e Barbosa (2014, p. 112), que os conteúdos *online* estarão organizados e personalizados para cada internauta, por meio de *sites* e aplicações inteligentes, além de uma publicidade baseada nas pesquisas e comportamentos.

Para Hedler (2010), a web semântica é compreendida como a integração de tecnologias, oportunizando aplicações *web* de larga escala.

É imprescindível que os professores pesquisem e busquem capacitação, com o objetivo de compreender o uso das Web 2.0 e 3.0 (web semântica) como espaços de aprendizagem, para a utilização de métodos, recursos e estratégias educacionais. Importante que saibam incorporar esses espaços midiáticos em seus planos de ensino, como adequar os conteúdos em seus espaços e qual a melhor estratégia para seu uso.

Os educadores também expressaram que estão interessados em aprender a integrar o Facebook em seus planos de ensino para enriquecer a experiência educacional dos alunos, aumentar a relevância do conteúdo e incentivar a colaboração efetiva dos alunos com seus colegas. (PHILLIPS; BAIRD; FOGG, 2016, p.3).

Torna-se relevante o uso das redes sociais, tal qual o Facebook e WhatsApp, pois dão a oportunidade a nossos alunos, que estão constantemente conectados em rede, de desfrutarem da oportunidade de expor suas ideias, participando de debates colaborativos com o objetivo de construir o conhecimento, sem medos ou receios em questionar e debater. Ações essas que favorecem o desenvolvimento do caráter crítico e reflexivo no aluno.

O Facebook pode fornecer aos alunos a oportunidade de apresentar suas ideias, conduzir discussões on-line e colaborar de forma efetiva. Além disso, o Facebook pode ajudar você, como educador, a se familiarizar com os estilos de aprendizagem digital dos seus alunos. Por exemplo, isso pode facilitar a colaboração entre os alunos e fornece maneiras inovadoras para você envolver os alunos em sua matéria.

Também acreditamos que o Facebook pode ser uma ferramenta poderosa para ajudá-lo a se conectar aos seus colegas, compartilhar conteúdo educativo e melhorar a comunicação entre professores, pais e alunos. (PHILLIPS; BAIRD; FOGG, 2016, p.3).

Outro fator que intimida os professores para o uso das redes sociais virtuais, na educação, além da resistência de pais e gestores escolares, é a exposição a conteúdos inadequados ou pouco comprovados na web, o que exige, portanto, disciplina e o uso planejado, sistematizado e equilibrado das mídias virtuais na educação.

A preocupação é que os alunos podem encontrar conteúdo inadequado ou abusadores sexuais on-line. Você pode ajudar seus colegas a tomar boas decisões sobre o acesso dos alunos à mídia social compartilhando a pesquisa sobre os riscos.

Por exemplo, uma pesquisa publicada no *Jornal of the American Psychologist* constatou que muitas crenças sobre abusadores sexuais na Web são exageradas. O estudo descobriu que “o estereótipo do ‘abusador’ da Internet que usa truques e violência para agredir crianças é muito impreciso”. Outros especialistas confirmam esse ponto de vista. Entre eles estão David Finkelhor, diretor do Centro de Pesquisa de Crimes Contra Crianças da Universidade de New Hampshire. (PHILLIPS; BAIRD; FOGG, 2016, p.3).

Mais uma vez, percebe-se a necessidade de a escola, bem como dos seus docentes, estarem seguros e capacitados para compreender o uso da internet e das redes sociais na educação, pois há muitos desafios a serem enfrentados,

entretanto, são recursos inovadores que podem auxiliar no desenvolvimento do ensino e aprendizagem no século XXI, pois se aproxima dos interesses e do cotidiano das pessoas.

É nesse sentido que o uso da internet e das redes sociais torna-se um meio eficaz de concretizar e otimizar o tempo de estudo, bem como o desenvolvimento dos conteúdos pedagógicos. Para tanto, é necessário inserir, no trabalho pedagógico dos docentes, o uso das redes sociais de forma adequada e eficaz, como meio que viabilize o ensinar e o aprender.

Afirmam Phillips, Baird e Fogg (2016) que os professores, demais educadores e gestão escolar, devam incorporar à política escolar, o uso das redes sociais, tais como o Facebook e o WhatsApp, em seu Projeto Político Pedagógico.

Em 2008, na Universidade de Stanford, praticamente todos os graduandos tinham perfis ativos no Facebook. Apesar disso, não havia política sobre o Facebook no campus e nenhum debate em andamento entre funcionários e professores sobre a melhor maneira de usar o Facebook para melhorar a aprendizagem em Stanford. (PHILLIPS; BAIRD; FOGG, 2016, p.4).

No Brasil, devido ao uso indiscriminado das mídias sociais, torna-se importante organizar e planejar em conjunto, meios de estabelecer caminhos para que o uso das redes sociais, não seja um dissabor, mas um meio de ampliar, favorecer, fomentar e propulsionar um melhor desenvolvimento educacional para todos.

No mesmo ano, Stanford encarou o desafio e reuniu as partes interessadas no campus - professores, administradores e pesquisadores - algumas vezes para discutir sobre como usar o Facebook e outras mídias sociais para alcançar as metas da universidade. Atualmente, esse grupo de mídia social continua a se reunir quatro vezes ao ano, atualizando as abordagens em relação à nova realidade da mídia social. (PHILLIPS; BAIRD; FOGG, 2016, p.4).

É importante que os educadores de forma geral conheçam todo o funcionamento e funções das redes sociais, tais como o Facebook e WhatsApp, para que saibam utilizá-las de forma eficaz e dentro dos padrões de segurança que elas oferecem.

Phillips, Baird e Fogg (2016) aconselham sobre como podem fazer bom uso do Facebook, de forma organizada, segura e que garanta desenvolvimento no ensino.

O Facebook descreve os padrões de conteúdo em um recurso on-line chamado "Padrões da comunidade do Facebook". [...].

Os botões "Denunciar abuso" estão localizados em praticamente todas as páginas do Facebook. Se os usuários denunciarem conteúdo ofensivo ou abusivo, como fotos, alguém da equipe de segurança do Facebook investigará e removerá o conteúdo do site, se necessário.

Aconselhamos que você e seus alunos denunciem conteúdo ofensivo para ajudar a manter o Facebook um local seguro e positivo para todos. Para saber mais sobre as regras do Facebook e como solucionar problemas, acesse a Central de segurança do Facebook (www.facebook.com/safety).

A próxima ação que defendemos é manter-se atualizado com as configurações de segurança e privacidade no Facebook.

Uma das prioridades do Facebook é conceder a todos o controle de sua própria privacidade. Isso ajuda a criar um ambiente on-line onde professores, pais e alunos possam se conectar e compartilhar com segurança. (PHILLIPS; BAIRD; FOGG, 2016, p.5).

O Facebook possui ferramentas que podem ajudar o professor a desenvolver pesquisas, conteúdos, debates e discussões de forma bastante segura. Ele pode criar grupos fechados e secretos com conteúdo de cursos e disciplinas para desenvolver, no espaço virtual da rede social, um aprendizado mais colaborativo, equilibrado e de fácil manuseio e acesso aos alunos.

Para Nunes (2015), WhatsApp, considerado um aplicativo para celulares e smartphones, é um software utilizado para troca de mensagens de textos, vídeos, fotos, imagens e áudios, todos instantâneos, por meio da conexão com a internet. Ele substitui o SMS e o MSM Messenger, por ser mais rápido e não possuir custos adicionais.

No entanto, se o professor não souber utilizar de forma correta tais redes sociais, essa não será eficaz e poderá causar problemas no processo de aprendizagem.

Em nossa opinião, o Facebook faz um bom trabalho nos cuidados da segurança e privacidade on-line de alunos e educadores. Mas as ferramentas criadas pelo Facebook não poderão ajudá-lo se você não usá-las. É por isso que em nosso próprio trabalho, ensino e treinamento sobre mídia social, dedicamos bastante tempo em explicar os problemas de segurança e como usar as configurações de privacidade do Facebook de forma efetiva. (PHILLIPS; BAIRD; FOGG, 2016, p.6).

Se houver formação para que os professores se sintam competentes e seguros para o uso das redes sociais, como o Facebook e o Whatsapp, poderá ampliar as possibilidades dos educadores em adotarem os estilos de aprendizagens

digitais, sociais, móveis e conectado do alunado atual. A tecnologia, num sistema móvel, transformou todo o cenário educacional.

Na escola, o Whatsapp, afirma Nunes (2015), além de ser um meio para veicular recados e informações sobre o curso, disciplina ou demais interesses da instituição, bem como facilitar a comunicação, a interação entre escola, alunos e professores. O Whatsapp também possui outras grandes funcionalidades aplicadas à prática pedagógica e também à inclusão de pessoas com deficiências e outras necessidades.

De acordo com um estudo da Pew Internet, 75% dos adolescentes norte-americanos possuem um celular (<http://bit.ly/ggMkqf>). Essa mudança da forma como os adolescentes se conectam à Internet fornece aos professores uma oportunidade: permitir o acesso instantâneos (até mesmo para aqueles alunos que acessam a Internet somente via dispositivo móvel) à aprendizagem por meio de páginas, grupos e bate-papo do Facebook moderados por professores, e manter os alunos no “modo de aprendizagem” fora da sala de aula.

Segundo Nunes (2015), passamos a compreender o mundo real e suas nuances apoiado pela virtualidade, assim, o WhatsApp, como o Facebook, é uma poderosa ferramenta de comunicação amplamente aceita e utilizada pela sociedade, sendo assim, pode-se pensar em diferentes formas de utilizá-lo no campo educacional e inclusivo, por sua larga escala.

Se a grade curricular permitir, afirmam Phillips, Baird e Fogg (2016, p.13), a “aprendizagem on-line auto direcionada, os alunos podem aprender mais do que é ensinado em sala de aula porque eles podem criar um significado para eles mesmos que vai além da intenção do professor.”

Por isso, o professor precisa estar aberto a esse novo espaço colaborativo de conhecimento, com novos recursos e práticas pedagógicas adequadas, com o objetivo de reestruturar e alavancar os processos de ensino.

O professor deve compreender e oportunizar a aprendizagem digital em suas estratégias didático-metodológicas, pois poderá aprimorar a aprendizagem, entendendo as necessidades e estilos de aprendizagem digital dos alunos do século XXI.

Na seção seguinte, conheceremos sobre aspectos importantes da pesquisa, tais como: a sua natureza, o universo, os sujeitos, a coleta de dados e

como foram desenvolvidas as análises a partir de quatro categorias que veremos a seguir.

5 A PESQUISA

Apresenta-se, nesta seção, a natureza da pesquisa, assim como, o universo e os sujeitos que participaram deste estudo. Será delineado o percurso de coleta de dados, os procedimentos de análise e os eixos estruturantes adotados para organização e análise dos dados.

5.1 A natureza da pesquisa

A presente pesquisa adotou uma abordagem qualitativa e desenvolveu-se em forma de intervenção. Sendo assim, o caminho percorrido nessa, requereu uma investigação científica que não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo. Trata-se de um grupo de professores e educadores em um curso de extensão que contou com o uso das redes sociais Facebook e WhatsApp como meio de realização de estudos, pesquisas e atividades do curso.

Minayo (2001), afirma que a metodologia qualitativa realiza seu trabalho por meio do universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos, e, portanto, não deverão ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

A pesquisa se desenvolveu por meio de intervenção, pois a pesquisadora foi sujeito da pesquisa e atuou como formadora. Para Demo (1995) essa é uma modalidade de pesquisa polêmica e muito confundida com a pesquisa-ação, possuindo estreitas semelhanças com essa, pois o pesquisador é também um participante da pesquisa, e procura minimizar ao máximo a distinção entre dirigentes e dirigidos, que nesta pesquisa estão representados pelo formador e participantes cursistas.

A pesquisa intervenção, segundo Demo (1995) é chamada também de pesquisa participante, pois o pesquisador se coloca como participante da pesquisa, que de modo geral, ao aceitar identificar-se com a comunidade pesquisada na prática, traz de forma cuidadosa a sua contribuição de forma colaborativa junto aos demais participantes. Essa contribuição acontece, de forma inteligente, arguta, efetiva do contra ideologia, pois, a ciência aqui, está a serviço da emancipação do

objeto de estudo. Demo (1995, p. 240), afirma, trata-se da identificação subjetiva prática, no plano da ideologia.

Supervalorizar-se o conhecimento formal, embora seja fundamental para intervir na realidade. Mas não é correto afirmar que a intervenção só é possível após o conhecimento, primeiro porque mudar não depende necessariamente de conhecer; segundo, porque é dicotomizar artificialmente a relação entre mudar e conhecer, como se um viesse antes que o outro, ou fosse superior ao outro – a prática também gera conhecimento: quarto, porque esconde uma estratégia malandra no sentido de se fazer insubstituível. (DEMO, 1995, p. 235).

Portanto, de acordo com as ideias de Demo (1995) sempre é possível a defesa de que a intervenção, pode adquirir, maior eficácia e maior eficiência na pesquisa científica, quando adequadamente embasada.

Para Yin (2001), a pesquisa participante ocorre no momento em que o pesquisador assume funções dentro do grupo, participando dos acontecimentos estudados. Yin classifica, a pesquisa participante como técnica de pesquisa, em que o pesquisador faz parte do esforço para coleta de evidências e não para transformação da realidade, como é o caso da proposta metodológica da pesquisa participante.

Na maior parte dos casos, a pesquisa participante é um momento de trabalhos de educação popular realizados junto com e a serviço de comunidades, grupos e movimentos sociais, em geral, populares. É do constante diálogo não doutrinário de parte a parte que um consenso sempre dinâmico e modificável deve ir sendo também construído. Uma verdadeira pesquisa participante cria solidariamente, mas nunca impõe partidariamente conhecimentos e valores. (BRANDÃO; BORGES, 2007, p. 55).

A pesquisa participante, acontece quando o pesquisador se envolve na pesquisa, não para impor os fatos ou acontecimentos, mas participa dela, dialogando, articulando e construindo de forma colaborativa junto aos demais participantes da pesquisa..

5.2 O universo da pesquisa

O universo da pesquisa foi um curso de extensão de Libras, ministrado por uma faculdade do interior de São Paulo com a carga horária de 180 (cento e

oitenta) horas, sendo que destas 180 horas, 60 horas foram a distância, distribuídas por meio das redes sociais Facebook e WhatsApp.

O curso aconteceu entre os meses de abril a outubro de 2015, estendeu-se virtualmente, apenas pelas redes sociais, até abril do ano de 2016. Iniciou com 35 vagas para docentes, dos municípios da região de Birigui e Araçatuba, dentre eles: Clementina, Bilac, Penápolis e Guararapes.

As atividades do curso aconteceram presencialmente e virtualmente, por meio de dois grupos, sendo um grupo criado no Facebook, intitulado Grupo Libras Fateb 2015 e por meio de um grupo pelo WhatsApp, intitulado também de Curso Libras Fateb 2015, sendo necessário para aprovação e certificação, o aproveitamento de no mínimo 70% de frequência da carga horária total do curso e da participação nas atividades.

A proposta pedagógica do Curso de Extensão para o ensino da Língua Brasileira de Sinais, a Libras, foi pensada com objetivo de que os cursistas pudessem atender, e ter o aluno com surdez em todo e qualquer setor ou instituição educacional afim de que esse aluno possa ter uma educação digna e que respeite as suas especificidades comunicacionais e necessidades pedagógicas, além de ser desenvolvido para que a Libras (língua oficial da comunidade surda brasileira) se difunda em nossa sociedade como forma de inclusão da pessoa com surdez, tanto na comunidade como em todas as instancias.

Outro foco da proposta, foi a de desenvolver um trabalho prático pedagógico com o intuito de que seu público alvo, ou seja, os profissionais participantes conhecessem e compreendessem o uso das Redes Sociais na educação e seus benefícios quanto a acessibilidade digital na inclusão de alunos surdos.

A proposta pedagógica do Curso de Extensão de Libras, teve como objetivos gerais: formar professores aptos ao ensino e ao uso da língua da comunidade surda no Brasil, bem como interpretes aptos a atuarem nas diversas situações do cotidiano da pessoa surda usuária da Libras. Para que a pessoa surda possa ser atendida e dispor de todo e qualquer serviço como qualquer aluno, sendo importante e necessário, que em todos os setores envolvidos na educação ou em parceria com essa, possa haver um representante que se comunique em Libras, língua materna da pessoa com surdez.

Quanto aos objetivos específicos, a proposta elencou:

- Apresentar a Libras como primeira língua da pessoa surda e como proposta de inclusão;
- Compreender a Libras como língua que possui estrutura gramatical própria;
- Analisar as características da cultura surda e os diferentes tipos de educação dos surdos;
- Conhecer as diferentes estratégias de tradução e interpretação em Libras;
- Capacitar o participante do curso a estabelecer uma boa conversação com os surdos, servindo como interprete entre surdos e surdos e entre surdos e ouvintes não usuários da Libras.
- Fazer conhecer e utilizar as práticas pedagógicas inovadoras, por meio das TDICs e do uso das Redes Sociais, como estratégia metodológica eficaz no desenvolvimento de ensino aprendizagem e na acessibilidade educacional de alunos com surdez.

O curso foi estruturado com o objetivo de formar professores, educadores e demais agentes parceiros e envolvidos com o desenvolvimento educacional escolar dos alunos com surdez, a se tornarem, aptos a atuarem nas diversas situações do cotidiano do aluno surdo usuário da Libras. Para tanto, as aulas propiciaram tanto o conhecimento teórico quanto atividades práticas, tanto no ambiente presencial, quanto por meio da internet, oportunizando aos professores-alunos uma didática mais prática quanto aos conteúdos a serem estudados.

Como forma de alcançar os objetivos propostos, o curso teve como estratégias metodológicas:

- Aulas expositivas com análise de textos;
- Atividades de debate e discussões, questionários de pesquisa compartilhamento de informações e conhecimento sobre a língua, a comunidade surda e a inclusão no ensino regular desse alunado, para serem respondidos por meio de trabalhos a serem dissertados por meio online (grupo do Facebook do curso e WhatsApp do curso, etc.);
- Aulas práticas de Libras;

- Conservação com surdos usuários da Libras;
- Dinâmicas de grupos envolvendo situações do cotidiano da vida do surdo;
- música;
- teatro.

Dentre as atividades desenvolvidas durante o curso por meio das redes sociais, Facebook e WhatsApp, segundo a proposta, estão:

- Atividades de pesquisas e resolução de questões que envolvem conhecimentos sobre a Língua Brasileira de Sinais, o Bilinguismo e a gramática da Língua de Sinais;
- Atividades em forma de demonstrações da Libras comprovadas em filmagens em grupos e individuais;
- Atividades a serem realizadas em instituições como forma de divulgar a Língua de Sinais;
- Preparação de pequenos projetos para divulgação da Libras

Segue o quadro de módulos e disciplinas do curso, segundo a sua proposta pedagógica.

QUADRO 1 - Módulos, disciplina e carga horária da proposta pedagógica do Curso

Módulo	Disciplina	Carga Horária
I	Linguagem e Surdez / Conhecendo o uso das redes sociais na inclusão de alunos com surdez	10
II	Cultura Surda e Educação Bilíngue	10
III	Estratégias de Tradução e Interpretação em Libras	20
IV	Prática de Libras (alfabeto manual e números, gramática, classificadores, vocabulário e conversação, música e teatro)	80
I, II, III, IV	Atividades complementares divididas entre os módulos	60
	Carga horária total	180

Fonte: Projeto Curso Extensão de Libras, FATEB (2015).

Seguem o quadro das ementas de cada módulo e disciplina contidos na proposta do curso de Libras.

QUADRO 2 - Módulo I, proposta pedagógica do Curso

MÓDULO I
Disciplina: Linguagem e Surdez / Conhecendo o uso das redes sociais na inclusão de alunos com surdez
Ementa: A função da linguagem no desenvolvimento humano. Causas da surdez. Classificação da surdez. Tipos de aparelho de amplificação sonora. Como detectar um portador de surdez. Utilização das redes sociais, o Facebook e o WhatsApp como estratégias pedagógicas educacionais e inclusão de alunos surdos.

Fonte: Projeto Curso Extensão de Libras, FATEB (2015).

QUADRO 3 - Módulo II, proposta pedagógica do Curso

MÓDULO II
Disciplina: Cultura Surda e Educação Bilíngue
Ementa: Características da comunidade surda. Métodos de ensino para surdos. Tipos de atendimento. Recursos visuais e tecnológicos para a educação dos surdos. Acessibilidade digital na web.

Fonte: Projeto Curso Extensão de Libras, FATEB (2015).

QUADRO 4 - Módulo III, proposta pedagógica do Curso

MÓDULO III
Disciplina: Estratégias de Tradução e Interpretação em Libras
Ementa: Histórico da função de tradutor e interprete. Funções do interprete. Ética na interpretação. Como interpretar. Tipos de interpretação. Uso das redes sociais.

Fonte: Projeto Curso Extensão de Libras, FATEB (2015).

QUADRO 5 - Módulo IV, proposta pedagógica do Curso

MÓDULO IV
Disciplina: Prática de Libras (alfabeto manual e números, gramática, classificadores, vocabulário e conversação, música e teatro)
Ementa: Atividades práticas envolvendo vocabulário e dinâmicas de grupo presenciais. Práticas por meio do WhatsApp.

Fonte: Projeto Curso Extensão de Libras, FATEB (2015).

O intuito dessa formação em Libras, de acordo com o interesse desses profissionais, era formar os professores e demais educadores, afim de que alunos surdos possam, por meio da Língua Brasileira de Sinais, ter uma educação com equidade, isso pois com os professores e demais profissionais envolvidos, previamente preparados para comunicar-se com os mesmos, podem oferecer a esses alunos um ensino que desenvolva sua aprendizagem, seu intelecto, envolva-o culturalmente e que proporcione a sua participação efetiva em todos os momentos de aprendizagem escolar.

5.3 Sujeitos

Os sujeitos da pesquisa foram os 32 cursistas¹¹, profissionais envolvidos com a educação regular e que estavam em formação em serviço, participando do Curso de Extensão de Libras Fateb 2015. Tais profissionais eram professores da educação infantil, professores do ensino fundamental de 1º ao 5º ano e de 6º ao 9º ano, professores do ensino médio, assim como coordenadores, estagiários, psicólogo, policiais do Proerd¹², profissionais e estudantes de cursos de Pedagogia, surdos e demais profissionais que atuavam de forma direta e indireta com o ensino regular. O perfil detalhado desses sujeitos será apresentado na seção seguinte, especificamente no item 6.1, *Perfil dos colaboradores da Pesquisa*.

¹¹ Três cursistas, dos 35 ingressantes, são desistentes.

¹² Programa de educação preventiva ao uso de drogas, que tem por objetivo evitar que crianças e adolescentes iniciem o seu uso.

5.4 Procedimentos Éticos

Como a pesquisa envolve coleta de dados com sujeitos, a mesma foi cadastrada na Coordenadoria Central de Pesquisa (CCPq) da Universidade do Oeste Paulista sob o número 2912, avaliado e aprovado pelo Comitê Assessor de Pesquisa Institucional (CAPI) e Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade do Oeste Paulista em 21 de dezembro de 2015. Também obteve aprovação Ética do CEP/CONEP da Plataforma Brasil sob o número 50758415.7.0000.5515 em 16 de dezembro de 2015.

5.5 Coleta de dados

Os dados da pesquisa foram coletados e analisados segundo os eixos estruturantes e de acordo com os instrumentos, entre eles: a observação e a análise das interações realizadas nos grupos por meio do Facebook¹³ e do WhatsApp¹⁴; questionário com o perfil dos sujeitos participantes da pesquisa; entrevista por meio da rede social WhatsApp.

Ao serem realizadas as observações e as análises das interações por meio dos grupos, tanto no Facebook quanto no WhatsApp, as análises foram divididas em eixos estruturantes, ocorrendo dentre elas interações e discussões reflexivas sobre o tema e conteúdo, assim como, em grande parte pelo WhatsApp algumas atividades práticas em Libras, por meio de vídeos compartilhados com os cursistas do curso. As observações e análises aconteceram durante todo o processo de formação e perdurou até a fase de detalhamento e dissertação da pesquisa, pois é necessário, voltar aos dados para preencherem as lacunas que surgem durante as análises, portanto, teve início por volta de maio de 2015 e perdurou até setembro de 2016.

O questionário¹⁵ com o perfil dos sujeitos da pesquisa, foi elaborado, para compreender quem são os profissionais interessados na formação, qual o intuito de cada um deles e se ao final, compreenderam os objetivos do curso, se

¹³ Facebook é uma rede social lançada em 4 de fevereiro de 2004, operado e de propriedade privada da Facebook Inc.. Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Facebook>.

¹⁴ É um aplicativo de mensagens instantâneas para Smartphones. Fonte: <http://br.ccm.net/faq/15037-whatsapp-o-que-que-e-isso>.

¹⁵ Vide questionário em apêndice

obtiveram aprendizagem, ou se sofreram transformações e mudanças de comportamento, bem como de paradigmas. O questionário foi aplicado aos participantes, por volta de março de 2016.

Também foi realizada uma entrevista¹⁶, com característica de entrevista individualizada semiestruturada por meio da rede social WhatsApp. O objetivo das entrevistas, foi verificar se os participantes compreenderam o uso das redes sociais como espaços de formação e de acessibilidade educacional e social para alunos e pessoas surdas. Analisou também os aspectos práticos e pedagógicos por meio das redes sociais.

Quando oportuno, o pesquisador, ao obter algumas respostas, sentiu a necessidade de expandir a entrevista e conduzi-la realizando novos questionamentos também pelo WhatsApp. A realização das entrevistas pelo WhatsApp, foi necessária, pois já haviam finalizado os encontros presenciais, facilitando a sua realização e para que os participantes compreendessem o uso das redes em seus diferentes aspectos. A entrevistas ocorreram, de fevereiro de 2016 até março do mesmo ano.

5.6 Procedimento para organização e análise dos dados: criação de eixos estruturantes

A organização dos dados foi realizada a partir dos seguintes eixos estruturantes¹⁷: guia reflexivo; mediação compartilhada; contador de histórias e habilidades sociais de comunicação.

No eixo estruturante guia reflexivo, foi possível analisar as participações nos debates entre os participantes, após assistirem a vídeos, entrevistas e realizarem a leitura de artigos sobre o tema. Foi elaborado para que os participantes conhecessem alguns aspectos teóricos, temporais e específicos sobre alguns temas que envolvem a surdez e o uso da Libras, entre outros temas relevantes para a inclusão educacional do aluno surdo. Os participantes puderam refletir e discutir colaborativamente sobre a necessidade da inclusão de surdos na

¹⁶ Vide roteiro em apêndice

¹⁷ Os eixos guia reflexivo; mediação compartilhada; contador de histórias foram adequados do artigo intitulado "O feedback e sua importância no processo de tutoria a distância" das autoras Abreu-e-Lima e Alves, que utilizaram o material de formação em tutoria virtual do *WideWorld*, da Universidade de Harvard.

sociedade e na educação, constatando a relevância de aprender a Libras, promovendo aos surdos a oportunidade de serem incluídos com melhores condições de aprendizagem.

No guia reflexivo, o pesquisador, foi destacando e obtendo informações mais relevantes quanto ao aprendizado sobre Libras e surdez realizado no curso por meio das discussões propostas após cada uma das postagens de vídeoaulas com janelas de interpretação de Libras, após os textos que correspondiam aos vídeos. As discussões eram promovidas sempre com uma consigna ou um tipo de questionamento que levassem cada um dos participantes a comentar sobre o assunto de forma colaborativa entre eles, e também com os feedbacks realizados pelo formador pesquisador, gerando assim informações para a análise do eixo.

Já no eixo estruturante mediação compartilhada, os participantes compartilharam de forma colaborativa, indicações ou sugestões sobre o tema: filmes, livros ou artigos, entrevistas, músicas interpretadas em Libras, legislações ou curiosidades que acrescentariam no tema abordado no decorrer do curso. As indicações e/ou sugestões favorecem a aprendizagem colaborativa, em que muitos trocam informações, conhecimentos e aprendizados obtidos. A mediação compartilhada aconteceu com mais frequência por meio de postagens no grupo fechado do Facebook e em alguns momentos no grupo do WhatsApp do curso.

Esse eixo estruturante, mediação compartilhada, surgiu para que os participantes pudessem pesquisar em outras fontes os temas sugeridos a partir dos guias reflexivos e compartilhem com os demais participantes, somando e acrescentando informações relevantes e sequenciais com o intuito de sistematizar o conhecimento sobre os temas. Nesse momento, o pesquisador propõe que os participantes se sintam realmente colaboradores do saber; e para que possam perceber que fazer parte da construção dos conhecimentos e saberes propostos no curso, fazendo com que se sintam próximos e responsáveis ao aplicarem, num outro momento, em seus locais de trabalho, a inclusão e do uso de Libras no desenvolvimento educacional do aluno surdo.

No eixo contador de histórias, os participantes contavam e podiam expor alguma situação cotidiana de sucesso sobre o processo de ensino e aprendizagem com um aluno surdo, ou sobre o uso da Libras em seu ambiente escolar, a partir do que tinham aprendido no curso. O pesquisador propôs esse eixo estruturante para analisar a eficácia do curso e se estava havendo a aquisição da

Língua de Sinais e das ideias pedagógicas que versam sobre a inclusão escolar do aluno surdo, destacando em suas observações as principais experiências. Desse modo, os participantes postavam no grupo do Facebook do curso, vídeos e imagens suas experiências educacionais inclusivas e de uso da Libras nas escolas ou no ambiente que desenvolvem seu trabalho, contavam como haviam desenvolvido a experiência. Abaixo de suas postagens, os demais participantes, contribuía com a experiência do colega, e assim podiam compartilhar e discutir sobre elas.

No eixo estruturante habilidades sociais de comunicação, o pesquisador propôs por meio de interações práticas e desafios que envolviam o uso e a tradução da Libras, ocorridas com mais frequência pelo grupo do curso no WhatsApp. Dentre os conteúdos da língua de sinais, foram postos em prática: os desafios práticos da gramática e dos aspectos linguísticos da Libras por meio de dinâmicas e atividades em que os participantes surdos e ouvintes podiam interpretar e gravar vídeos, o que fez com que a fluência na Língua de Brasileira Sinais fosse favorecida. Aqui o pesquisador destacou a importância da prática da Libras em diferentes dinâmicas e aspectos de acordo com a gramática da Libras. Também analisou e observou a necessidade de pessoas surdas fluentes no uso da Libras para que haja a aquisição da língua pelo ouvinte e também por outros surdos.

Nesse último eixo, a pedagoga surda, que atuou no curso, bem como, os demais surdos participantes, tiveram destaque, pois possuem a experiência da aquisição e uso da Libras desde a infância, fazendo da Libras a sua língua materna. Essa participação é essencial para o aprendizado da língua pelo ouvinte.

Na seção seguinte, são descritas as análises dos dados coletados durante a pesquisa.

6 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Nesta seção, faz-se a discussão dos resultados a partir dos dados obtidos, inicialmente, em relação ao perfil dos participantes da pesquisa, por meio do questionário, aplicado a partir do Google Docs. Na sequência, discute-se os dados segundo os eixos estruturantes, a partir das interações realizadas nas redes sociais Facebook e WhatsApp; e por último são analisadas as entrevistas realizadas por meio do WhatsApp sobre a visão dos participantes com relação ao uso das redes sociais como ambientes de formação e educação.

6.1 Perfil dos colaboradores da Pesquisa

Para conhecer o perfil dos participantes da pesquisa, foi necessária a elaboração de um questionário on-line. Esse questionário, Tabela 1, foi elaborado por meio do recurso do *Google Docs*, disponibilizado pela conta da Google, e que foi projetado para conhecer o perfil profissional de cada um dos participantes da pesquisa.

A abertura do questionário, enseja que o participante pode ser sincero ao responder as questões, pois elas não são obrigatórias, mas importantes para o desenvolvimento da pesquisa, pelo fato de agregar ideias e informações necessárias para a coleta de dados. Importante que os participantes se sintam à vontade para que suas respostas sejam verdadeiras e espontâneas.

Seguem os *prints* de cada uma das perguntas com o percentual de respostas do questionário sobre o perfil dos colaboradores da pesquisa. Abaixo de cada uma das respostas, haverá a análise que acompanha o contexto da pesquisa.

No total, 22 cursistas responderam ao questionário sobre o perfil do profissional participante da pesquisa.

Observa-se, portanto, que o questionário é direcionado a profissionais da área educacional ou que estão, profissionalmente, envolvidos de forma direta ou indireta com esta área.

No Gráfico 1 e análise a seguir, o objetivo foi conhecer quem são estes profissionais e como poderão utilizar a formação em Libras e o uso das Redes Sociais como ambiente de formação profissional.

GRÁFICO 1 - Resumo do percentual de área educacional e profissional dos participantes



Fonte: <https://goo.gl/forms/4MldjYacuPbXR8qG3>.

Verifica-se, no Gráfico acima, que 31,8% dos 22 participantes que responderam o questionário, são professores das Redes Públicas Estaduais ou Municipais da referida região do interior paulista. São educadores da rede pública de ensino 22,7%, 18,2% são estudantes da área de formação para professores, enquanto uma pequena parcela é de educadores na rede particular de ensino.

É relevante apontar, que outros 22,7% são de outras áreas que atuam de forma direta ou indiretamente com a área da educação ou de formação, dentre eles: um Diretor Técnico I do Núcleo Pedagógico de Diretoria de Ensino Estadual; um Assistente Administrativo, mas estudante de Pedagogia; um Técnico em Assuntos Educacionais; uma Supervisora de Produção de calçados e um participante do Ensino profissionalizante de aprendizagem industrial. Por ter sido uma questão de resposta aberta, um dos participantes, declara que a formação de Libras, o ajudou a compreender melhor o Mundo, ou seja, a sociedade em que vive,

e comenta que a Libras, contribuiu muito com sua área de formação acadêmica que é História.

Observa-se, que mesmo sem intenção, os participantes que não atuam diretamente com a educação, puderam se envolver com a formação, atentos ao uso de novos ambientes educacionais e, principalmente, atentos às necessidades de conhecimentos para a inclusão de pessoas e alunos com surdez nos ambientes educacionais e sociais.

A seguir, no Gráfico 2, a questão busca saber qual é o tempo de experiência na área educacional ou na profissão dos participantes. Importante para o pesquisador conhecer esse tempo de experiência para que seja avaliado o quanto os participantes compreendem os objetivos da formação realizada.

GRÁFICO 2 - O quadro mostra, o tempo de atuação profissional dos participantes



Fonte: <https://goo.gl/forms/4MldjYacuPbXR8qG3>.

A partir da análise do gráfico 2, é possível observar, que a maior parte dos colaboradores, possui até três anos de atuação. Se somarmos os 36,4% (de um ano até três anos de atuação), mais os 9,1% (que atuam em menos de um ano), outros 9,1 (que atuam de três até seis anos) e também aos 13,6% que não atuam, são estudantes da área de formação de professores, totalizando um percentual de 90,9% dos participantes da pesquisa, que escolheram fazer o curso de formação em

Libras, sendo o curso 50% a distância, proporcionado pelas Redes Sociais Facebook e WhatsApp.

Verifica-se, portanto, que os novos educadores, bem como os futuros educadores, possuem um “olhar” muito mais interessado e preocupado com a sua formação numa perspectiva inclusiva. Ou seja, os novos profissionais da educação apresentam a necessidade de proporcionar aos alunos com deficiências, uma educação inclusiva de qualidade.

Por isso mesmo pensar certo coloca o professor ou, mais amplamente, à escola o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os de classes populares, chegam a ela – saberes socialmente construídos na prática comunitária -, mas também, como a mais de trinta anos venho sugerindo, discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos. (FREIRE, 2013, p. 31).

Outro ponto importante a ser salientado, é que os jovens educadores, não possuem preconceitos com relação a inclusão de alunos com deficiências nas salas de aula regulares, o que é importante para que sejam definidos melhores critérios de inclusão e formação dessa categoria de alunos nas escolas de ensino regular.

Para compreender se os participantes procuram desenvolver trabalhos na área da inclusão, foram realizadas mais algumas questões. Veja a seguir, Gráfico 3:

GRÁFICO 3 - Atuação dos participantes relacionada a inclusão



Fonte: <https://goo.gl/forms/4MldjYacuPbXR8qG3>.

Interessante perceber, nas respostas desta questão, que todos os colaboradores da pesquisa e participantes do curso, de alguma forma, trabalham com a formação de outros profissionais, e estavam preocupados em capacitarem-se para ensinar aos demais professores e educadores.

Por meio do questionário, percebe-se que o tema em questão, ou seja, inclusão de alunos, ou pessoas com deficiências, tem apresentado características diferentes em seus profissionais. Isso pois, 77,3% dos participantes, disseram: *‘Sim, minhas formações permeiam a inclusão de pessoas ou de alunos’*, enquanto 22,7% disseram não atuar na formação de outros professores ou profissionais.

Os efeitos na socialização dos alunos surdos da modalidade escolar inclusiva obedecem sem dúvida a um progressivo aperfeiçoamento das estratégias e dos procedimentos integradores. É interessante destacar ainda que os avanços em direção a escola inclusiva representaram não apenas um processo na redução do *handicap* social, mas também grande evolução na aquisição da linguagem oral e escrita no coletivo de alunos surdos. De fato, o trabalho em equipe do logopedista nos centros escolares significa, progressivamente, as aprendizagens linguísticas dos alunos surdos ocorrem mais nos contextos naturais da vida escolar do que nas sessões individuais. (SOUZA; NÚRIA, 2007, p. 56 - 57).

Sabe-se que dentre os profissionais que participam de uma formação, nem todos iniciam tão preocupados com os objetivos propostos, porém, ao obter

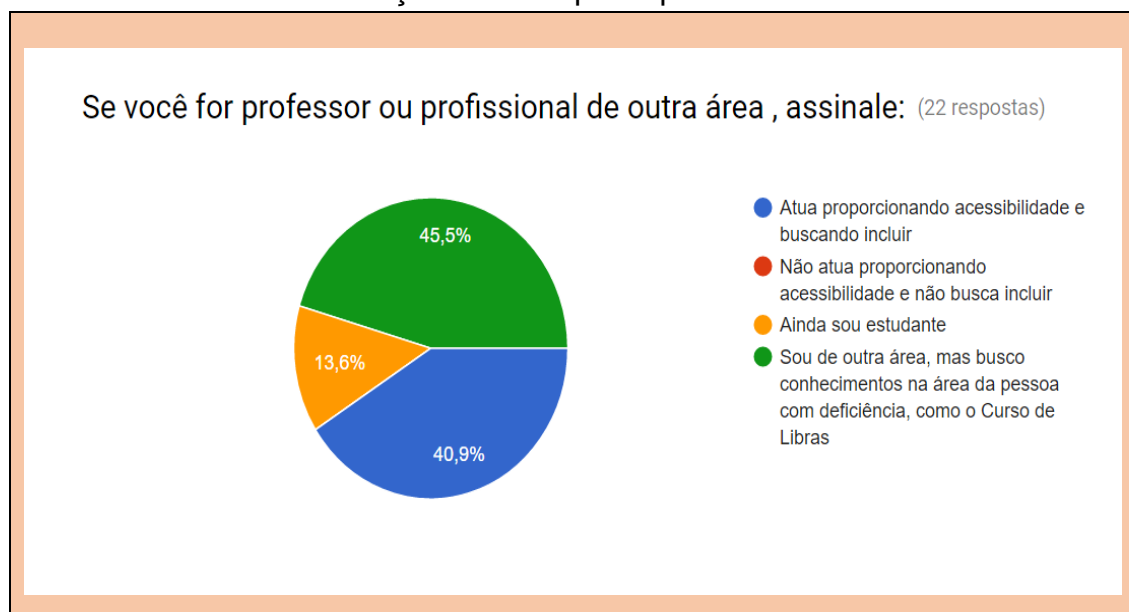
conhecimento e informação, acabam transformando seus paradigmas, rompendo preconceitos e assim modificam suas perspectivas.

Preocupo-me quando vejo professores fechando os olhos à sua prática, evitando refletir, negando-se ao diálogo. Tenho observado que são formas de resistir ao impacto de orientações externas, excessivamente prescritivas, que buscam impor formas de fazer, invadindo o saber fazer próprio do docente. (FRANCO, 2012, p. 170).

É importante lembrar, que muitos professores, buscam formações com o intuito de progressão funcional dentro do plano de carreira das instituições públicas educacionais em que atuam. Mas, as mudanças de perspectivas acontecem, por vezes, durante o caminhar da formação.

O gráfico 4 abaixo, é possível analisar as reais intenções dos colaboradores da pesquisa. Também é possível confirmar, que a maior parte deles, quando somadas as respostas dos que atuam proporcionando acessibilidade e inclusão, tem-se o percentual de 40,9%, 45,5% respondem ser de outra área, mas buscam conhecimentos na área da pessoa com deficiência, totalizando 85,7%, ou seja, os professores e demais profissionais estão hoje mais preparados e mais engajados a desenvolver, ensinar e orientar pessoas com deficiências, mais do que a alguns anos atrás. Os 13,6% restantes, ainda são estudantes dos cursos de formação de professores, mas já buscam essa formação.

GRÁFICO 4 - Área de atuação de seus participantes

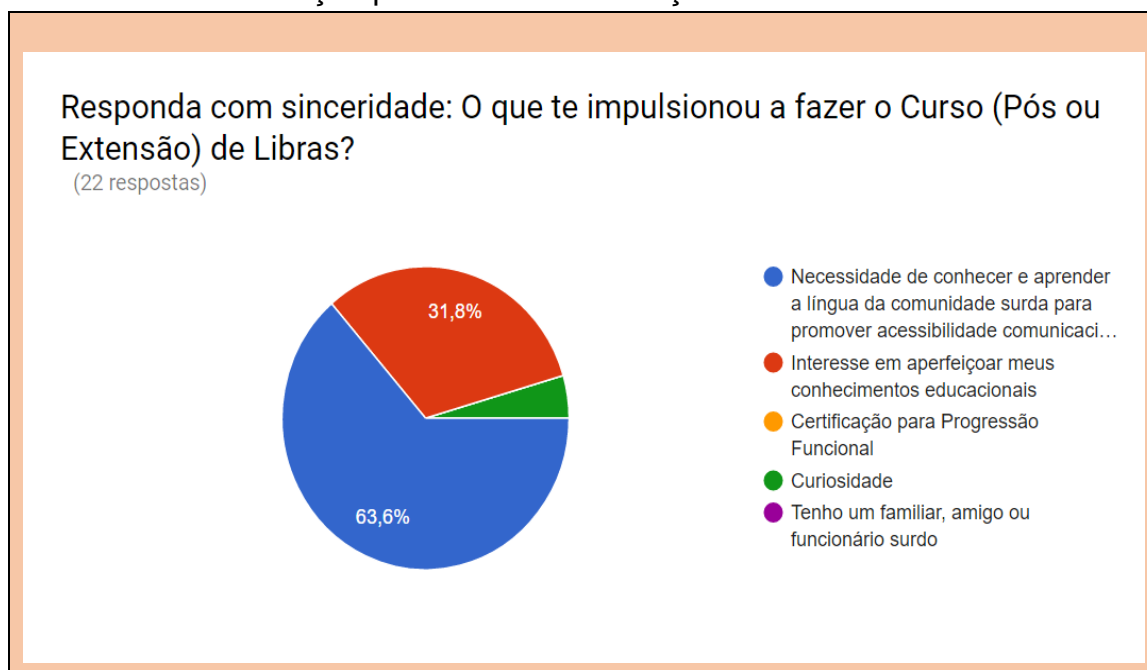


Fonte: <https://goo.gl/forms/4MldjYacuPbXR8qG3>.

Esse Gráfico 4, nos leva a concluir que, a maior parte dos colaboradores, sendo da área da educação de forma indireta ou direta, concordam com propostas de acessibilidade e inclusão escolar e educacional.

Já no Gráfico 5, o pesquisador objetiva, compreender quais os fatores iniciais que levaram os participantes a fazerem a formação, pois, é analisado, se houveram mudanças de perspectivas e de paradigmas dos pesquisados.

GRÁFICO 5 - Motivação para realizar a formação em Libras



Fonte: <https://goo.gl/forms/4MldjYacuPbXR8qG3>.

Franco (2012), afirma, que quanto maior for os desafios dos professores, maiores serão as buscas por estratégias pedagógicas inovadoras, pois são estas estratégias que inovam pedagogicamente. Provavelmente, tais desafios sejam os maiores motivadores, dos participantes, pelos cursos de formação permanente de professores. Assim, verificou-se a necessidade dos participantes em buscar formação e novas práticas com o objetivo de realizar a inclusão no ensino.

A seguir, no Gráfico 6, verifica-se que, com o conhecimento obtido por meio da formação de Libras, a maioria dos participantes, pretende alterar sua prática, oportunizando melhores práticas pedagógicas com uma perspectiva de educação inclusiva. Observa-se, potencialmente, que os participantes irão procurar adequar suas práticas com o intuito de torná-las adequadas aos alunos com surdez.

Alguns participantes, arriscam-se a dizer, que pensam em deixar suas profissões por outras voltadas, exclusivamente, ao ensino ou interpretação de Libras. Isso demonstra que a formação realmente os aproximou da Língua Brasileira de Sinais, de forma genuína e de acordo com as expectativas que os participantes tinham sobre ela.

‘Sim, pretendo mudar de profissão e atuar com mais segurança, com mais conhecimento e ainda acredito que a Libras humaniza as pessoas, pois vivemos em um sistema que tira a cada dia nossa humanidade e a nossa capacidade de pensar e criar e a Libras nos faz pessoas melhores, nos faz olhar para a outra como ser humano, não como mercadoria, e a Libras me faz refletir a pessoa que sou e que mundo quero para mim e para meus semelhantes.’

O comentário do participante diante do questionário, reflete o quanto a formação de Libras junto com surdos por meio das redes sociais, trouxe uma reflexão sobre a importância da inclusão e conseqüentemente uma visão mais humanizada da educação e da sociedade.

Nesse contexto inclusivo, afirmam, Souza e Núria:

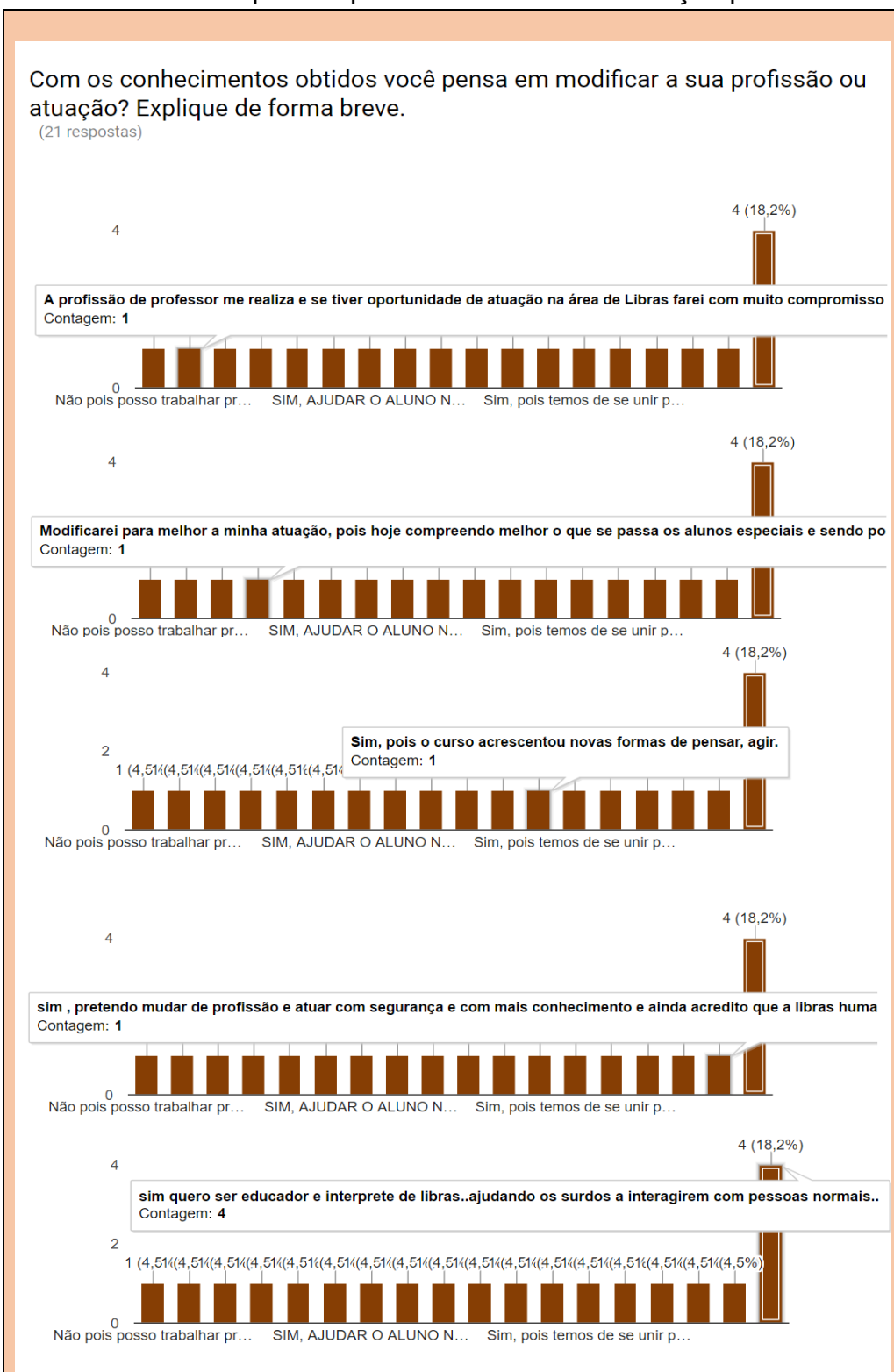
Sem dúvida, a construção de uma sociedade que não instrumentalize as diferenças para exercer o poder de umas pessoas sobre as outras tem uma base importante no sistema escolar. O avanço em direção a uma escola inclusiva que forme os alunos no respeito às diferenças comporta o reconhecimento de cada uma delas e das adaptações comunicativas que facilitem a integração de todos eles, como alunos de pleno direito na escola. (SOUZA; NÚRIA, 2007, p. 133).

A formação em Libras, traz um viés mais humano, mais ético e moral. O que propõe aos participantes, além de novos conceitos e habilidades tornando-o um profissional mais preocupado com a ética na docência.

Vygostky (2007), ao realizar estudos sobre a comunicação infantil e a função da fala egocêntrica, ele elaborou uma situação que requeria da criança envolvimento em atividade cooperativa com outras crianças que não conseguiam compartilhar de sua linguagem, podendo ser estrangeiras ou surdas. Um dos caminhos propostos foi a de utilização de materiais diversos para satisfazer o teste.

Vejamos o Gráfico abaixo, que mostra algumas das respostas mais relevantes sobre como a formação de Libras influenciou os participantes positivamente de forma a transformarem suas práticas e profissão.

GRÁFICO 6 - Principais respostas sobre a transformação profissional



Fonte: <https://goo.gl/forms/4MldjYacuPbXR8qG3>.

Analisa-se, que a formação pode transformar a visão que seus participantes possuíam sobre as práticas educacionais, agora com um viés mais

inclusivo com relação ao uso da Libras e dos aspectos educacionais necessários aos alunos surdos.

Alguns participantes, se arriscaram a dizer, que possuem interesse em mudar sua área de atuação, com o objetivo de atuar diretamente com a Libras e o ensino do aluno surdo.

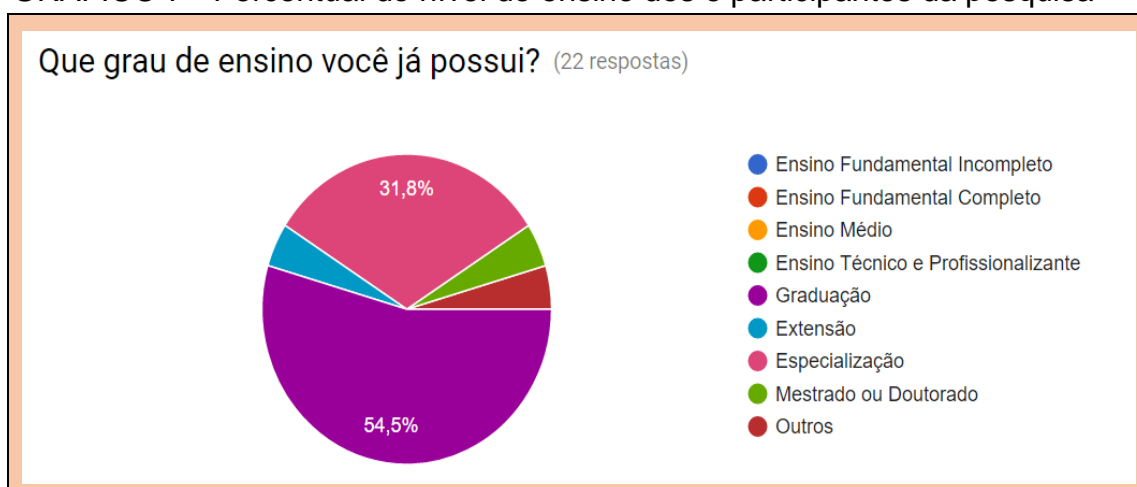
O pesquisador, teve como objetivo, compreender, se a partir da formação, o participante, pôde assimilar conhecimentos que interferem de forma transformadora e positiva em sua carreira.

E na última questão, Gráfico 7, buscou-se conhecer o nível de conhecimento acadêmico dos profissionais participantes da formação e pesquisa.

Tenho observado que o tratamento da prática como uma ação mecânica, exterior ao sujeito, domesticada e cativa, impede-o de agir sobre ela, de construí-la de forma crítica e criativa. É claro que o professor precisa de conhecimentos, teorias e técnicas que possam auxiliá-lo na construção de sua prática. Mas tais conhecimentos não bastam. São necessários os saberes pedagógicos, para articular tais conhecimentos e saberes com a condição presente. (FRANCO, 2012, p. 176).

É possível vislumbrar que uma parcela dos participantes e colaboradores da pesquisa, possuíam graduação (54,5%); que 31,8% além da graduação possuíam cursos de especialização em educação. Outra pequena parcela, possuía Mestrado ou Doutorado; apenas 4,8% possuía outros cursos.

GRÁFICO 7 - Percentual do nível de ensino dos e participantes da pesquisa



Fonte: <https://goo.gl/forms/4MldjYacuPbXR8qG3>.

De forma geral, por meio do questionário, verificou-se o nível de graduação dos seus participantes, evidenciando que a maior parte deles esteve

preocupada em elevar a aquisição de seus conhecimentos práticos e pedagógicos, principalmente, com relação à inclusão de alunos com surdez.

O questionário pôde contemplar, o quão interessados os participantes estiveram em aprender a fazer uso da Libras na comunicação com pessoas surdas. O desafio imposto aos docentes, foi mudar o eixo do ensinar a fim de optar pelos caminhos que levem ao aprender. Na realidade, torna-se essencial que professores e alunos estejam num permanente processo de aprender a aprender. (MORAN; MASETTO; BEHRENS, 2000, p. 73).

Vale destacar ainda que, o contato com pessoas e alunos surdos, durante a formação, pôde transformar alguns paradigmas que os educadores possuíam em suas práticas e perfis pedagógicos, e também o desejo em seguir profissões relacionadas ao trabalho e uso da Libras.

A seguir, apresenta-se a análise dos dados segundo os eixos estruturantes.

6.2 Análise dos dados segundo os eixos estruturantes

6.2.1 Eixo Estruturante 1 - Guia Reflexivo

Neste eixo estruturante, o formador por meio de vídeoaulas, textos ou mesmo apresentações em Power Point, conduziu um tema sobre a formação, e sugeriu uma questão, ou assunto para que os participantes do curso pudessem discutir de forma assíncrona¹⁸, como num fórum de debate. Aqui os participantes tiveram liberdade e autonomia para esclarecer dúvidas, lançar novos questionamentos e novos desafios.

Seguem as indicações do eixo Guia Reflexivo pelo Facebook.

História do Surdo

Um dos assuntos debatidos na formação e que é analisada por meio do eixo Guia Reflexivo, é o tema “História do Surdo”.

¹⁸ Que não se realiza ao mesmo tempo que outro. (in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2008-2013) < <https://www.priberam.pt/dlpo/ass%C3%ADncrona> > [consultado em 10/10/2016].

Nesta reflexão, os alunos puderam após assistir a uma vídeoaula, com “janela de interpretação em Libras”¹⁹ contando sobre a história e educação de pessoas surdas, toda a sua trajetória de vida e exclusão durante a história da humanidade, bem como, os preconceitos e a falta de oportunidade.

O tema fez com que os cursistas pudessem refletir sobre a necessidade de haver a inclusão dessas pessoas não só na sociedade, mas na educação, dando-lhes, agora, oportunidade de desenvolvimento, inclusão e condições de aprendizagem.

Conhecer a história, bem como as filosofias educacionais para surdos, é o primeiro passo para iniciar um estudo mais aprofundado que tem como objetivo relacionar a exposição ao meio social, a linguagem e a qualidade de interações interpessoais ao desenvolvimento cognitivo da criança surda. A história pode também servir de suporte para analisar criticamente as consequências de cada filosofia no desenvolvimento dessas crianças. (GOLDFELD, 2002, p. 27).

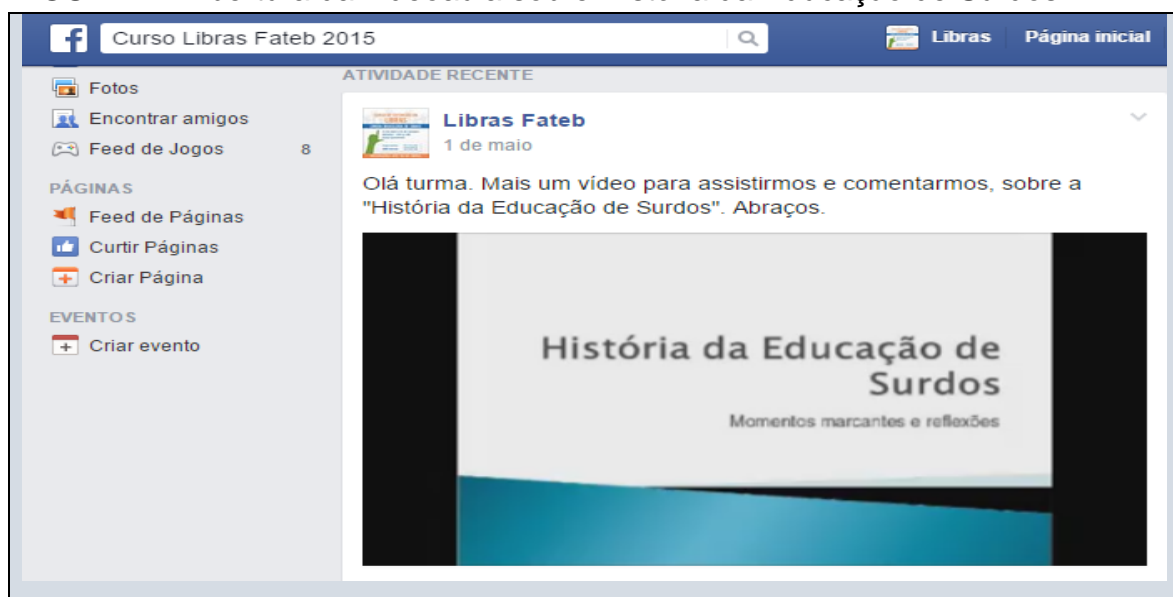
Iniciar a formação por meio do conteúdo histórico da pessoa com surdez, torna-se o caminho para conscientizar os participantes sobre a importância da formação de professores em Libras e em seguida, sobre propostas pedagógicas para a inclusão de alunos Surdos.

Além da postagem, o formador realizou uma chamada, que pode ser visualizada na Figura 1, para que os participantes, pudessem obter interesse e compreender que este vídeo faz parte da formação e que a partir dele terão informações para contruir o conhecimento em um debate assíncrono.

Observe a seguir na Figura 1:

¹⁹ Espaço delimitado no vídeo onde as informações são interpretadas na Língua Brasileira de Sinais. Portaria nº 310, de 28 de Junho de 2006, do Ministério das Comunicações.

FIGURA 1 - Abertura da vídeoaula sobre História da Educação de Surdos



Fonte: <https://www.facebook.com/groups/LibrasFateb2015/>.

Por isso, Moran (2012) afirma:

As pessoas constroem e têm um grau de conhecimento maior ou menor. O conhecimento é propriedade intelectual que se compartilha livremente ou não. Há um compartilhamento aberto na escola, nas bibliotecas físicas, virtuais e nas páginas *web*. [...]. O conhecimento fora da escola, é compartilhado livremente nos grupos de discussão, nos *blogs*, nas páginas *web* e simultaneamente, é comercializado como um bem. (MORAN, 2012, p. 42 – 43).

Dessa forma, o ambiente virtual, neste caso, a rede social Facebook, funcionou como um ambiente de aprendizagem, pois a partir de um objeto, foi possível compartilhar informações, construir ideias e propor conhecimento de forma em que os participantes da formação, tinham liberdade para expor sua propriedade intelectual durante os fóruns de debate que se formaram a partir das postagens realizadas pelo formador ou por qualquer cursista. Neste caso, a postagem deu-se por meio de um guia reflexivo proposto pelo formador.

Podemos observar, abaixo, a partir do debate realizado, que muitos dos participantes pouco conheciam sobre a história educacional e humana da pessoa com surdez, o que leva-os a refletir sobre a real necessidade de promover oportunidade e inclusão a estas pessoas.

Os comentários realizados pelos participantes durante a rede social Facebook, aconteceram durante os *fóruns de debate*²⁰ a cada postagem realizada no grupo fechado Curso de Libras Fateb 2015.

Veja os comentários de dois participantes, a seguir:

Muito interessante o vídeo!!! Triste foi saber que desde aquela época já era tão forte a divisão em castas, e que os primeiros surdos que o clero ensinou pertenciam à nobreza... os surdos plebeus eram até proibidos de estudar!!! Tempos remotos, porém, tão atuais. (Participante da formação 1).

Infelizmente, o preconceito, que vem de tempos remotos, ainda persiste nos tempos atuais. Desde aquela época já existia, e os surdos só tinham quem se preocupassem e só eram atendidos por serem da classe nobre. Hoje a sociedade está mais “aberta” e abriu... (Participante da formação 2)²¹

Vygotsky (2007) sobre essa questão afirma que, ao enfatizar as origens sociais da linguagem e do pensamento, reporta-se a ênfase histórica também ocorrida na União Soviética, cujo interesse centrava-se no problema da origem da linguagem e na influência sobre o desenvolvimento do pensamento.

Dissertam Giroto, Martins e Berberian (2012):

A educação de surdos é tema polêmico desde os primórdios, e este fato por si só nos indica a complexidade do problema a ser enfrentado. A língua de sinais é sabidamente a língua de constituição de sujeitos surdos e, quando ela é assumida nos espaços educacionais, o desenvolvimento e desempenho dos alunos surdos são significativamente melhores no confronto com experiências em espaços nos quais essa língua não está presente. (GIROTO; MARTINS; BERBERIAN, 2012, p. 120).

Observa-se, que o vídeo atingiu seu objetivo, conscientizando os participantes, causando como reação a reflexão da atual realidade em que vive o surdo, gerando uma perspectiva de mudança.

A seguir será analisado outro conteúdo proposto como guia reflexivo.

Nível Fonológico

Neste tema, Nível Fonológico, os alunos puderam compreender como se formam as línguas de sinais, quais as variações referentes à gramática da Libras.

²⁰ Fonte: <https://www.facebook.com/groups/LibrasFateb2015/>.

²¹ Fonte: <https://www.facebook.com/groups/LibrasFateb2015/>.

Porque é importante o educador conhecer o nível fonológico e por qual motivo deve aprender a Libras para comunicar-se com os alunos surdos.

O tema é relevante, pois sem os conceitos e conhecimento das variações linguísticas, o professor não poderá auxiliar e nem se comunicar, adequadamente, com o aluno surdo, dificultando a interação deste aluno com a sala de aula.

Outro fator importante, foi tornar o ambiente Facebook e seus objetos educacionais, acessíveis aos participantes surdos. Baranauska, Martins e Valente (2013, p. 116), garantem: “Mesmo os surdos oralizados sentem dificuldades em acompanhar legendas, preferindo o auxílio de imagens e explicações em Libras.”

Pensando nisso, foram propostas vídeoaulas e recursos com janela de interpretação de Libras. Observa-se a Figura 2:

FIGURA 2 - Abertura da vídeoaula, com “janela de interpretação de Libras”



Fonte: <https://www.facebook.com/groups/LibrasFateb2015/>.

As vídeoaulas, durante a formação, exigiram a “janela de interpretação”, pois parte dos cursistas participantes eram surdos, havendo a necessidade de adequações e estratégias acessíveis durante toda a formação.

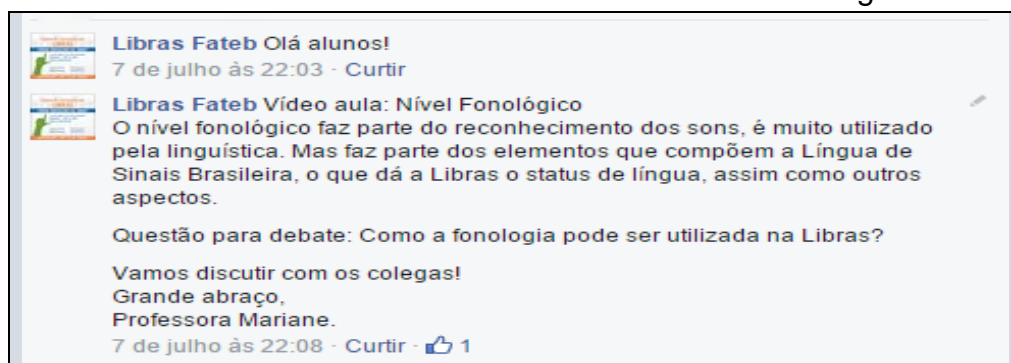
Uma rede social – ou mesmo outros sistemas *online* – que carrega consigo a proposta de ser inclusiva, deve permitir a seus participantes interagir, expressando-se e comunicando-se por meio do sistema, de maneira

autônoma e contínua. Para que isso ocorra, é importante que a RSI conte com um mecanismo de apoio que faça sentido para o público-alvo dessa rede e que seja acessível em sua maior extensão possível. (BARANAUSKAS; MARTINS; VALENTE, 2013, p. 117).

Compreende-se, portanto, que o ambiente de formação, ou a rede social utilizada para este fim, e os objetos educacionais utilizados neste meio, devem propor condições de acessibilidade. Baranauska, Martins e Valente (2013, p. 117), consideram que: “Outro desafio é a adequação às diferentes necessidades e habilidades dos usuários.” A solução foi disponibilizar diferentes formatos de apresentação para um mesmo conteúdo (vídeos, imagens, áudio e vídeo com Libras).

É possível visualizar, na Figura 3, logo no início do debate, que o formador contextualizou o assunto, lançou um questionamento e um incentivo, afim de nortear e conduzir a reflexão durante o fórum de debate desse tema.

FIGURA 3 - Desenvolvimento do debate sobre Nível Fonológico



Fonte: <https://www.facebook.com/groups/LibrasFateb2015/>.

Sobre o envolvimento e ações realizadas pelo formador no ambiente, observa-se as orientações de Valente, Prado e Almeida:

[...] pretendia-se provocar a tomada de consciência de que o papel do educador não é necessariamente o de provedor de informações, mas principalmente de orientador e parceiro na aprendizagem e novas descobertas, respeitando as idéias e estilos de trabalho dos alunos. Essa postura do docente-formador poderia ser referência para inspirar uma nova atitude do professor em formação com seus alunos. (VALENTE; PRADO; ALMEIDA, 2003, p. 76).

Os participantes da formação, após assistirem a vídeoaula e realizar a leitura do texto, desenvolveram uma breve relação dos pontos que consideraram mais importantes sobre o tema fonaudiologia e parâmetros linguísticos que

compõem os sinais diante da Libras, e compartilham neste espaço que foi utilizado como um fórum de discussões.

Participante A: Os fonemas são encontrados na Libras, à medida que essa língua forma um número infinito de sinais a partir de cinco elementos, finitos: os parâmetros para a formação de sinais.

O primeiro parâmetro é a configuração de mão (CM), o qual diz respeito à forma dada às mãos para a formação do sinal, a Libras apresenta 64 CMs.

O segundo parâmetro tem a ver com o espaço onde o sinal será realizado, podendo ser no próprio corpo do sinalizador ou no espaço neutro em frente ao corpo do sinalizador, entre a cabeça e o quadril e pode ser chamado de articulação (PA) ou locação (L).

O terceiro parâmetro é o movimento (M), há inúmeros tipos de movimentos.

O quarto parâmetro é a orientação (O) da palma da mão na realização do sinal.

O quinto parâmetro trata-se da expressão facial e corporal (EFC) que acompanha o sinal.

Todos esses parâmetros sozinhos, não significam nada, são apenas distintivos entre si, porém ao se combinarem formam sinais.²²

É possível perceber que, há interesse por parte dos participantes e que os mesmos enxergam no facebook, um espaço de compartilhamento de ideias e informações.

Participante B: O nível fonológico - estuda- características, aspectos morfológicos, semânticos e temáticos. Ex.: a criança vai descobrir a língua materna naturalmente, a criança não faz esforço p entender a linguagem materna. Enquanto q o Linguista se debruça sobre a língua de seu interesse com ferramentas adequadas para explicar como é usado. No comportamento de um Linguista ele usa regras de estruturação da língua estudada, com conhecimentos estruturados, quer dizer, como ele se organiza.

No comentário a seguir, pode-se perceber que o formador promove um feedback para enaltecer e melhor orientar as respostas dos participantes.

Formador: Parabéns pelo envolvimento com o assunto "Nível Fonológico", [...], vocês realmente expuseram a importância dos 5 parâmetros para a formação dos sinais e sistematização da Língua de Sinais. O quanto a configuração e propositura dos parâmetros: CM, PA, M, O e EFC formam expressões e sinais, além de que a mudança ou diferenciação de um desses parâmetros, trazem significados diferentes no vocabulário linguístico da Libras. Bem lembrado, [...], quanto aos traços distintivos, que no âmbito da comunicação, fornece elementos que diferem as expressões de acordo com o contexto necessário. As intenções e direcionamentos são bem propostos neste momento da comunicação.²³

Importante relatar, que no ambiente de aprendizagem utilizado, neste o Facebook, o formador que aparece neste momento como "Libras Fateb", realiza

²² Fonte: <https://www.facebook.com/groups/LibrasFateb2015/>.

²³ Fonte: <https://www.facebook.com/groups/LibrasFateb2015/>.

constantemente um feedback rápido para os participantes do curso. Isso promove uma participação contínua, incentivadora que motiva a cada momento o cursista a estudar e participar ativamente.

O feedback que mediatiza aprendizagem é aquele colocado de forma clara, direta, por vezes orientando discursivamente, por vezes por meio de perguntas, ou de uma breve indicação ou sugestão. Justamente com o feedback contínuo, há que se desenvolver um registro de todos aprendizes, de forma pessoal e siténtica, mas que permita um diálogo e um acompanhamento sobre o processo de aprendizagem como um todo, e não apenas cada atividade isoladamente. (MORAN; MASETTO; BEHRENS, 2000, p. 166).

O facebook, por ser de fácil acesso, envolve tanto os participantes e cursistas, tanto quanto o formador, pois pode ser conectado com rapidez de qualquer dispositivo móvel. Basta acessar a internet, que qualquer recado ou participação, comentário ou postagem no curso, realizado por colegas ou formador, é indicado com um aviso instantâneo no dispositivo. Isso fez com que os participantes, estivessem conectados e ativos de forma constante na formação.

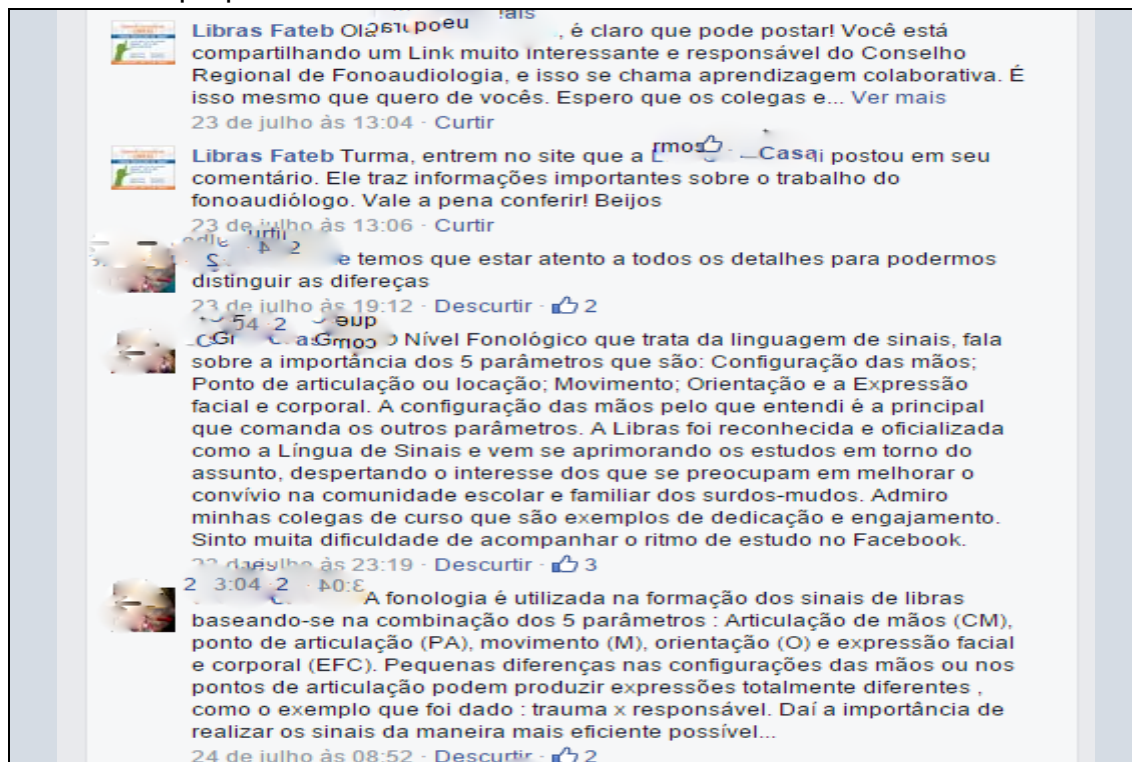
O compartilhamento de curiosidades e informações adicionais aos temas, por meio do Facebook, pode ser verificada na resposta de uma participante, compartilhada e descrita abaixo, fez com que os participantes, se entusiassem a construir o conhecimento, por meio de pesquisas que facilmente disponibilizavam também ao grupo.

Participante C: 'Fonologia na Libras mostra criação de como os sinais são formados, como usá-los, ensiná-los, etc. Sei lá se pode, mas dei uma lida, achei que poderia postar.. Vê se este site é bom professora, eu achei interessante. "Qual é a origem da profissão? A Fonoaudiologia é uma ciência estudada de forma sistemática nas universidades em mais de uma centena de países do mundo e existe formalmente há mais de um século. A primeira referência formal é de 1900, quando a Hungria reconheceu a profissão e criou a primeira faculdade de Fonoaudiologia no mundo. No Brasil, sua história é ainda mais antiga, se considerada a sua associação com a da Educação Especial. A primeira marca identificatória da profissão é da época do Império, com a criação, em 1854, do Imperial Colégio, voltado para meninos cegos (hoje, Instituto Benjamim Constant), seguido, no ano seguinte, com a criação do Colégio Nacional, destinado ao ensino dos deficientes auditivos. Em 1912, documentos comprovavam que a Fonoaudiologia já se diferenciava da educação especial, com o início de pesquisas específicas, relacionadas aos distúrbios da voz e da fala, e com a implantação de cursos de orientação a professores." <http://www.fonosp.org.br/.../o-que-e-a-fonoaudiologia/>²⁴

²⁴ Fonte: <https://www.facebook.com/groups/LibrasFateb2015/>.

Isso motivou os demais participantes que reúnem seus conhecimentos e perspectivas durante o debate, o que pode ser observado na Figura 4, a seguir.

FIGURA 4 - Debate sobre o tema, após compartilhamento de informações dos próprios cursistas



Fonte: <https://www.facebook.com/groups/LibrasFateb2015/>.

O formador, na Figura 4, realizou feedback para incentivar a contribuição do participante e injejar que as participações ocorressem realmente de forma colaborativa. Veja a seguir:

Formador: Olá, é claro que pode postar! Você está compartilhando um Link muito interessante e responsável do Conselho Regional de Fonoaudiologia, e isso se chama aprendizagem colaborativa. É isso mesmo que quero de vocês. Espero que os colegas entrem e possam ler o site, pois é um site confiável e responsável. Parabéns pela colaboração. Continue realizando outras. Você traz argumentos interessantes quanto a diferença do profissional que trabalha com a fonoaudiologia e com o profissional pedagogo da educação especial, isso porque, como dizem "cada macaco no seu galho", ou seja, apesar dos profissionais da educação especial, habilitados no trabalho com o aluno com surdez, ter o dever de conhecer a importância da fonoaudiologia no desenvolvimento deste aluno e com o ela deve acontecer, não devem se aprofundar e se arriscar a realizar esse trabalho que é do fonoaudiólogo. O professor da Educação Especial, como o professor do Atendimento Educacional Especializado - AEE para o aluno com surdez, deve realizar o atendimento em três diferentes momentos: O AEE de Libras, para ensinar a Língua Brasileira de Sinais para o aluno surdo e em sala de aula para os colegas e professores aprenderem a Libras e depois se comunicarem com o colega surdo; O AEE em Libras, que

transforma o conteúdo escolar em recursos concretos e imagéticos, que com a interpretação da Libras, transpõe o conteúdo acadêmico de forma adequada ao aluno com surdez; e por fim o AEE em Língua Portuguesa na modalidade escrita e leitura apenas, para que o surdo possa estar incluído no universo letrado em que vivemos. Excelente pesquisa! Continue assim! Beijos, Professora Mariane.²⁵

O *feedback* realizado pelo formador, incentiva e desafia os participantes a estudarem e contribuírem com os debates.

A seguir observa-se o *feedback* do formador:²⁶

Participante D: O Nível Fonológico que trata da linguagem de sinais, fala sobre a importância dos 5 parâmetros que são: Configuração das mãos; Ponto de articulação ou locação; Movimento; Orientação e a Expressão facial e corporal. A configuração das mãos pelo que entendi é a principal que comanda os outros parâmetros. A Libras foi reconhecida e oficializada como a Língua de Sinais e vem se aprimorando os estudos em torno do assunto, despertando o interesse dos que se preocupam em melhorar o convívio na comunidade escolar e familiar dos surdos-mudos. Admiro minhas colegas de curso que são exemplos de dedicação e engajamento. Sinto muita dificuldade de acompanhar o ritmo de estudo no Facebook.

Participante E: A fonologia é utilizada na formação dos sinais de libras baseando-se na combinação dos 5 parâmetros: Articulação de mãos (CM), ponto de articulação (PA), movimento (M), orientação (O) e expressão facial e corporal (EFC). Pequenas diferenças nas configurações das mãos ou nos pontos de articulação podem produzir expressões totalmente diferentes, como o exemplo que foi dado: trauma x responsável. Daí a importância de realizar os sinais da maneira mais eficiente possível...

Formador: A criança ao adquirir a língua materna deve aprender os fonemas da sua língua.

Os sons e imagens são recursos representacionais que são línguas orais e visuais utilizadas para comunicar e codificar imagens.

Os fonemas são encontrados na LIBRAS, essa língua forma um número infinito de sinais que são as unidades mínimas que formam os sinais, as combinações e as variações no ambiente fonológico.

As unidades mínimas são: configuração de mãos, ponto de articulação ou localização da mão, movimento, orientação e aspectos não manuais dos sinais, essas unidades podem ocorrer de maneira simultânea e não consecutivas.

Os articuladores das línguas de sinais são as mãos, que se movimentam no espaço em frente ao corpo e articulam em determinadas localizações nesse espaço, os movimentos do corpo e da face também desempenham funções.

Formador: Turma, apenas lembrando e esclarecendo alguns termos, pois essa é uma das minhas funções durante as discussões, certo. A LIBRAS é uma língua oficial e reconhecida e não apenas uma linguagem, ou seja, não é somente uma expressão. Também, vamos lembrar que as pessoas com

²⁵ Fonte: <https://www.facebook.com/groups/LibrasFateb2015/>.

²⁶ Fonte: <https://www.facebook.com/groups/LibrasFateb2015/>.

surdez, são chamadas hoje como SURDAS, esse é o termo correto, pois só não falam por não possuírem a audição. Mudas, são pessoas que na maioria das vezes possuem limitações e deficiência nas cordas vocais ou na voz. Normalmente, pessoas mudas, nem sempre são surdas, tudo bem. Abraços e vamos continuar as nossas reflexões. Professora Mariane.

Participante F: A criança ao adquirir a língua materna deve aprender os fonemas da sua língua. Os sons e imagens são recursos representacionais que são línguas orais e visuais utilizadas para comunicar e codificar imagens. Os fonemas são encontrados na LIBRAS, essa língua forma um número infinito de sinais que são as unidades mínimas que formam os sinais, as combinações e as variações no ambiente fonológico. As unidades mínimas são: configuração de mãos, ponto de articulação ou localização da mão, movimento, orientação e aspectos não manuais dos sinais, essas unidades podem ocorrer de maneira simultânea e não consecutivas. Os articuladores das línguas de sinais são as mãos, que se movimentam no espaço em frente ao corpo e articulam em determinadas localizações nesse espaço, os movimentos do corpo e da face também desempenham funções.

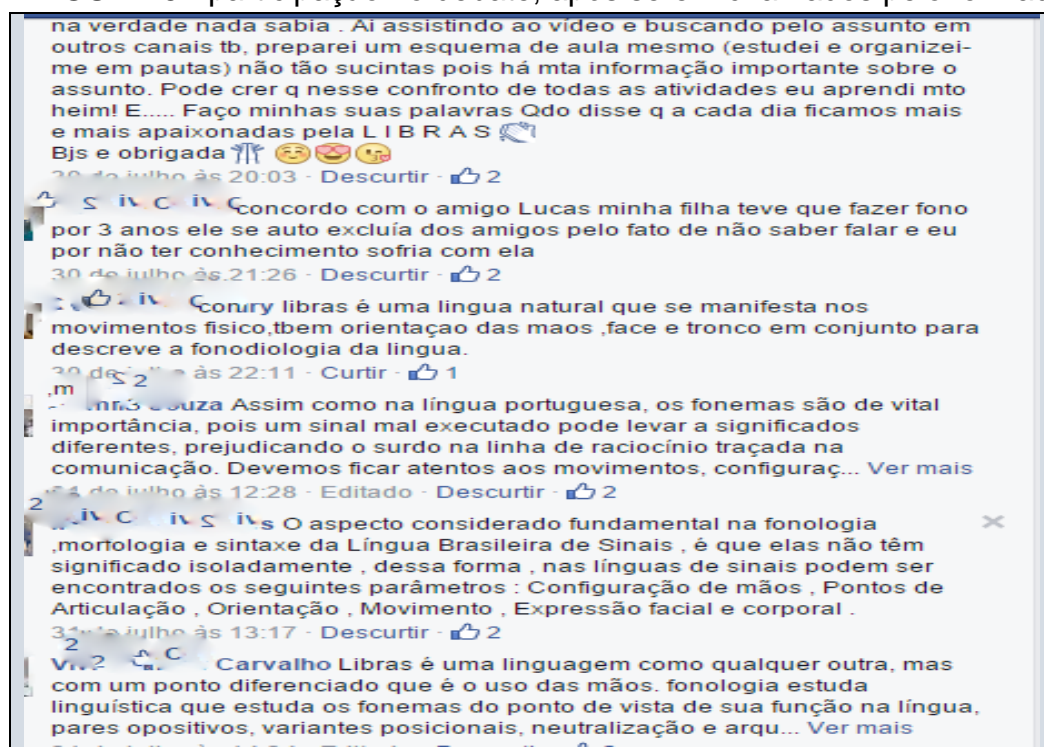
O debate ocorrido no Facebook dos temas que refletiam sobre o uso da Libras, suas características e o ensino do aluno surdo, favoreceu o diálogo entre os participantes. No caso dos surdos, esses enviavam vídeos para participarem das discussões, o ambiente das redes sociais, favoreceu além da agilidade nos debates. Com isso, foi possível verificar a acessibilidade, o que facilita a interação entre os participantes.

Durante as reflexões obtidas no debate, o formador marca o nome dos participantes que ainda não haviam realizado suas reflexões, Figura 5. Após essa marcação, esses participantes visualizam a necessidade de participarem do diálogo.

Antes, o professor só se preocupava com o aluno em sala de aula. Agora, continua com o aluno no laboratório (organizando a pesquisa), na internet (atividades à distância e no acompanhamento das práticas, dos projetos, das experiências que ligam o aluno à realidade, à sua profissão no ponto entre a teoria e a prática). (MORAN, 2012, p. 94).

O debate, torna-se, portanto, momento importante de aprendizagem colaborativa, pois além de somar os diferentes conhecimentos, conceitos e ideias de cada participante. Para que isso aconteça, o professor deve estar atento às participações dos alunos, afim de que todos estejam envolvidos na construção do conhecimento.

FIGURA 5 - participação no debate, após serem chamados pelo formador



Fonte: <https://www.facebook.com/groups/LibrasFateb2015/>

Serem “marcados” (expressão utilizada para chamar alguém ao debate no Facebook) pelo formador, no ambiente, não causou nenhuma estranheza ou intimidação por parte dos cursistas, pois já estavam aptos a lidar com esse formato de indicação realizado no Facebook, além de ter sido essa uma das instruções acontecidas, presencialmente, sobre o uso do Facebook durante a formação de Libras.

Antes, o professor se restringia ao espaço de sala de aula. Agora, precisa aprender a gerenciar também atividades à distância, realizar visitas técnicas, orientar projetos e, tudo isso, como parte da carga horária de sua disciplina, visível na grade curricular, flexibilizando o tempo que está em aula e incrementando outros espaços e tempo de aprendizagem. (MORAN, 2012, p. 94).

Abaixo, na Figura 6, vemos um “post” realizado por um participante durante uma das discussões, com o objetivo de lembrar os demais participantes sobre como devem se referir às pessoas com deficiências.

FIGURA 6 - Finalização do debate sobre Nível Fonológico



Fonte: <https://www.facebook.com/groups/LibrasFateb2015/>.

Em seguida, o formador, elogia e faz um incentivo sobre a necessidade de realizar o compartilhamento colaborativo, com o objetivo de construir o conhecimento.

Formador: Obrigada pelo compartilhamento sobre as terminologias utilizadas para as pessoas com deficiências. Nós educadores e demais profissionais devemos estar atentos às terminologias adequadas para que não possamos por descuido ferir a integridade moral e ética de qualquer indivíduo. Muito bem! Beijos²⁷

Essa foi uma importante contribuição realizada pelo participante, pois utilizar corretamente as terminologias para chamar e referir-se as pessoas com deficiências, mostra respeito por estas pessoas.

Bilinguismo

O Bilinguismo é a abordagem atual tanto na comunicação quanto no aprendizado educacional do aluno com surdez. Por isso, neste momento da formação de Libras, os professores cursistas, refletem em um novo fórum de debate proposto no Facebook, sobre compreender a importância do aluno que possui a surdez severa ou profunda, aprender a Libras como a primeira língua, ou seja, a língua materna e depois aprender a Língua Portuguesa na modalidade de leitura e escrita.

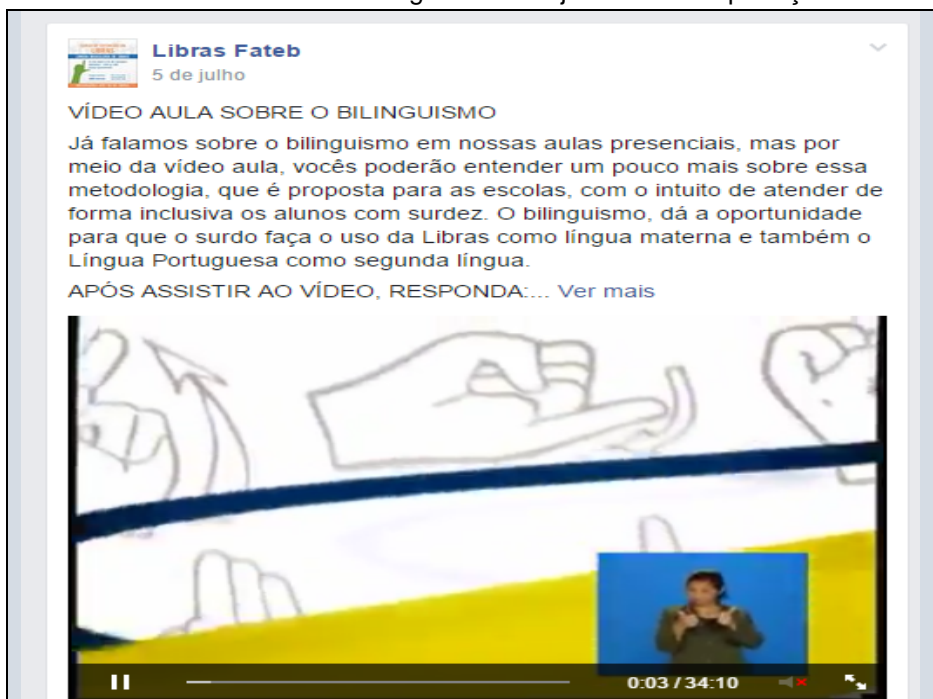
²⁷ Fonte: <https://www.facebook.com/groups/LibrasFateb2015/>.

O bilingüismo tem como pressuposto básico que o surdo deve ser bilíngue, ou seja, deve adquirir como língua materna a língua de sinais, que é considerada a língua natural dos surdos e, como segunda língua, a língua oficial do seu país. Os autores ligados ao bilinguismo percebem o surdo de forma bastante diferentes dos autores oralistas e da Comunicação Total. Para os bilingüistas, o surdo não precisa almejar uma vida semelhante ao ouvinte, podendo aceitar e assumir sua surdez. (GOLDFELD, 2002, p. 42).

Entendia-se que o educador precisaria entender o bilinguismo, para que futuramente, pudesse ensinar ao seu aluno surdo por meio da Libras, mesmo que haja o intérprete em sala de aula regular. e deve conhecer como o surdo aprende a Língua Portuguesa, compreendendo as especificidades do ensino deste para o surdo, que pode variar de acordo com sua língua materna, ou seja, de acordo com a Libras.

Veja a chamada, Figura 7, para o vídeo e debate realizados pelo formador:

FIGURA 7 - Vídeoaula sobre Bilinguismo com janela de interpretação em Libras



Fonte: <https://www.facebook.com/groups/LibrasFateb2015/>.

*Formador: APÓS ASSISTIR AO VÍDEO, RESPONDA:
Como pode ser o aprendizado do aluno surdo, diante da abordagem atual, o Bilinguismo numa educação inclusiva?
Vamos assistir. Também já foram postados os textos. Abraços.²⁸*

Valente, Prado e Almeida (2003), afirmam sobre a importância das discussões e de todo o conteúdo do curso na modalidade a distância, via internet, acontecer por meio de dinâmicas interativas, consignas reflexivas que possam estimular o interesse no debate, incentivando a criticidade e o compartilhamento de experiências. Assim,

A metodologia utilizada consistiu em estimular o pensamento dos professor-alunos, provocando a reflexão e respostas propositivas, que serviram de base para a interação, permitindo que o desenvolvimento do conteúdo se desse em função de suas respostas às provocações feitas pelo docente durante o processo de aprendizagem. (VALENTE; PRADO; ALMEIDA, 2003, p. 168).

As discussões, obtidas a partir de uma consigna reflexiva, determinam a qualidade das informações e do incentivo gerado nas interações professor – aluno e pela facilidade proporcionada em acesso ao ambiente do Facebook.

²⁸ Fonte: <https://www.facebook.com/groups/LibrasFateb2015/>.

Tais interações obtidas por meio das interações professor – aluno, são verificadas nas discussões a seguir.

Participante G: O ensinamento do aluno surdo deve ser através do Letramento, uma vez que esse tipo de aprendizado é visual, não havendo necessidade do conhecimento fonético das palavras (oralidade). Para isso há a necessidade de profissionais que tenham um perfeito conhecimento na área do ensino bilíngue.

Participante G: Importante também que a criança conviva com outros surdos para assimilar a cultura e estar sempre em contato com sua língua natural.

Formador: Ótima colocação Osmarina. Além do Letramento realizado por meio do ensino de profissionais especializados é fluentes, muito importante que a criança surda tenha contado com um surdo adulto de referência, para que ele possa se espelhar neste adulto, isso fará uma grande diferença em seu desenvolvimento. Abraços.

Participante H: Pontos que eu gostei no vídeo: teoria de Vigotsky que diz que pra exteriorizarmos qualquer sinal primeiro precisamos interiorizar conceitos, gostei de aprender sobre o rota lexical e quando , no filme diz que crianças aprendem rápido já os adultos dependem de dedicação; ponto que eu não gostei : quando diz que médico trabalha com o que não funciona , isso não é verdade pois convivo com otorrino que trabalha com reabilitação auditiva e que dá a maior importância para a audição residual no sentido de estimular ao máximo e inclusive incentiva o aprendizado de libras....bom, ficam aqui as minhas considerações !! Bjos²⁹

É possível perceber por meio das interações descritas, que os participantes da formação, se envolveram com os temas e após assistirem às vídeo-aulas, argumentam de forma reflexiva suas ideias diante das questões norteadoras, propostas pelo formador.

Veja mais algumas das interações.

Participante I: não podemos esquecer da importância da família em conhecer a Libras para manter uma melhor comunicação com a criança surda, assim ela se sentira incluída no vínculo familiar.

Participante I: A criança surda deve desde cedo conhecer a LIBRAS já que esta será sua língua materna e futuramente aprender a língua portuguesa que será oferecida em horário diferenciado ao da classe comum em salas de recursos.

Vale ressaltar que para o surdo a Língua de sinais é o meio de comunicação pois através dela é expresso pensamentos, sentimentos, da linguagem dos surdos.

O professor que está disposto a fazer um trabalho pedagógico eficaz deve se conhecer a língua de sinais, para que consiga atingir os objetivos propostos e levar em consideração as necessidades e anseios.

²⁹ Fonte: <https://www.facebook.com/groups/LibrasFateb2015/>.

Formador: [...] Isso mesmo. A Libras deve ser aprendida pelo aluno surdo como a língua materna, ou seja, aquela que será sua verdadeira comunicação, fonte de expressão e conhecimento. A língua portuguesa deverá vir depois, como a segunda língua, na modalidade escrita e leitura apenas.³⁰

Verificou-se, portanto, o conhecimento que os educadores obtiveram com a formação. Conhecimento esse, também obtido por meio do debate colaborativo por meio do uso do Facebook, que proporciona maior interatividade e facilidade nas discussões.

O formador realiza o feedback durante o debate assíncrono³¹, sobre o Bilinguismo, como evidenciam os excertos a seguir.

Participante J: O bilinguismo é um dos métodos que melhor favorece a educação dos surdos tendo em vista a língua dos sinais como língua materna e a língua portuguesa como segunda, sendo oferecida em período contrário ao ensino regular.

A introdução da língua de sinais na educação da criança surda deve ser iniciada o quanto antes mediante profissionais capacitados e o auxílio familiar, uma vez que é de vital importância o conhecimento da língua pelos pais, evitando que sinais próprios adquiridos pela família possam interferir na formação educacional da criança.

Formador: Muito bem. O Bilinguismo realmente é a abordagem educacional e comunicacional que mais auxilia no desenvolvimento do aluno surdo nos dias atuais, pois favorece a compreensão, o desenvolvimento intelectual, a interação e a inclusão do Estudante com surdez.³²

Boa parte dos alunos, participa da reflexão sobre o tema em debate, pois esse é um dos grandes desafios enfrentados pelos professores nas escolas, ou seja, a importância de se utilizar a Língua de Sinais Brasileira e também ensinar a Língua Portuguesa como segunda língua aos alunos com surdez. O desafio, está aí, em como realizar este ensino, sendo a língua de sinais considerada a primeira língua ao surdo, pela facilidade de interação e uso, e a Língua Portuguesa como segunda língua, apenas na modalidade escrita, pela exigência de um mundo e de uma sociedade inteiramente letrada. Entretanto, por meio da língua de sinais, tal

³⁰ Fonte: <https://www.facebook.com/groups/LibrasFateb2015/>.

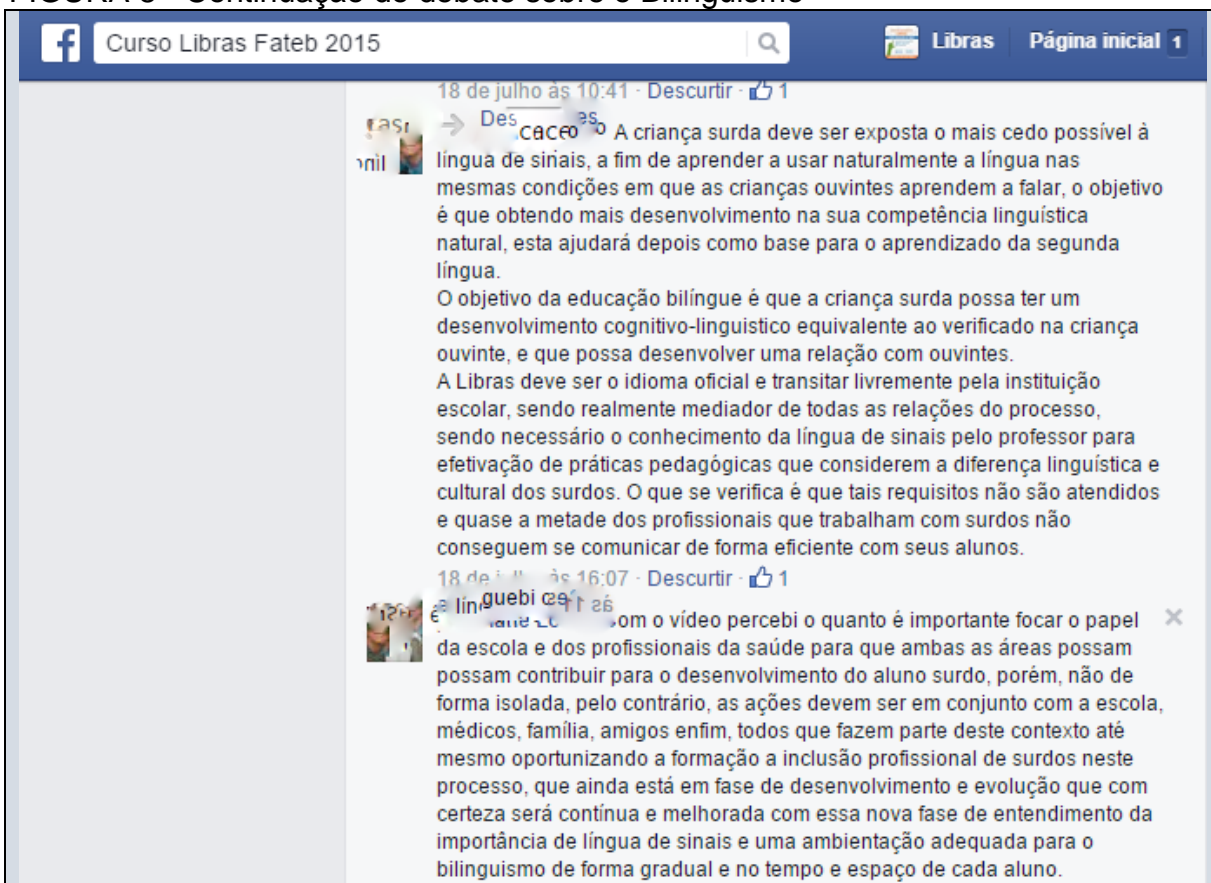
³¹ Que não se realiza ao mesmo tempo que outro. "assíncrona", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <https://www.priberam.pt/dlpo/ass%C3%ADncrona> [consultado em 27-02-2017].

³² Fonte: <https://www.facebook.com/groups/LibrasFateb2015/>.

desafio torna-se possível, entretanto, o professor e demais profissionais devem estar devidamente capacitados para este ensino.

Na figura 8, a pedagoga surda, participante da formação, expõe seu parecer e suas reflexões sobre o Bilinguismo, possuindo propriedade e experiência própria, pois possui a surdez, tem boa fluência em Libras e faz uso da Língua Portuguesa, na modalidade escrita. Isso mostra, o quanto o ambiente e seus objetos são acessíveis, também nos faz pensar na importância desta formação com a participação de pedagoga surda e demais cursistas surdos, trocando experiências e vivências com professores e demais profissionais ouvintes.

FIGURA 8 - Continuação do debate sobre o Bilinguismo



Fonte: <https://www.facebook.com/groups/LibrasFateb2015/>.

Segue mais um pouco do debate, em que o formador, realiza a tarefa de responder aos questionamentos e intervir quando necessário para orientar os cursistas. O feedback também é importante, e acontece com facilidade quando

realizado no Facebook. A vantagem de acesso rápido e por meio de dispositivos móveis, torna, a discussão ágil e pontual.

Participante K: A escola deve estar preparada com profissionais qualificados e preparados para enfrentar barreiras e desafios e a família deve buscar informações, conhecer e interagir com o aprendizado do seu filho e participar das dificuldades que virem a surgir tanto da escola quanto do aluno e "juntas", elaborar alternativas, pois, penso que a criança com deficiência precisa de um atendimento mais personalizado.

Formador: Certamente! A criança com surdez, assim como qualquer aluno com deficiência, necessita de atendimentos especializados e por isso a família e a escola, devem estar atentas e unidas para que essa criança obtenha um bom desenvolvimento e uma educação de qualidade. Muito bem!

Participante L: Concordo com a Participante K, de que é necessário profissional competente e dispostos a superar as barreiras, pois os desafios são muitos. Os pais precisam estar cientes de que depende deles a interação com a criança, que o amor que os unem lhes dará forças para aprenderem a se comunicar, de uma maneira que facilite a compreensão e a assimilação do que se quer "falar" e do que está sendo "falado" pela criança. É muito complexo esse tema, pois na verdade, nós já falamos com nossos bebês através de palavras e sinais, desde que nascem até que adquiram a linguagem oral. A linguagem de sinais com valor (Libras) me assusta, pois percebo que preciso aprender muito ainda.

Participante L: Concordo! Os profissionais que optarem por essa área específica devem estar ciente de que haverá muitas barreiras e desafios a serem superados, assim como os pais que devem caminhar junto aos profissionais para alcançarem um objetivo único dentro do âmbito escolar e na sociedade. Acredito que num futuro não muito distante, essas barreiras deixarão de existir, pois todos nós estaremos engajados num mesmo propósito que é o convívio social sem preconceitos e tabus.

Formador: Olá, isso mesmo, a língua de sinais deve ser ensinada e proposta para o surdo logo na primeira infância, juntamente com as primeiras estimulações, devendo fazer parte da vida do surdo logo no início, isso trará fluência em sua comunicação e facilitará o aprendizado da Língua Portuguesa na modalidade escrita, propondo uma educação que versa em torno da abordagem bilíngue. Beijos, professora Mariane.

Formador: Parabéns pela sua reflexão. É isso mesmo, a insuficiência do conhecimento da Libras por parte de professores e demais profissionais da educação, interferem no avanço cognitivo e no aprendizado da criança surda, isso pois, para que a aprendizagem seja eficaz é necessário estabelecer uma comunicação bastante fluente. Essa fluência, depende do quanto o professor/educador está disposto a aprender para ensinar e comunicar-se com seu aluno surdo. Muitas vezes, o educador acredita que não é obrigação dele ensinar este aluno, preferindo ficar na zona de conforto ao invés de buscar uma comunicação com seu aluno. A falta de comunicação gera exclusão, o professor que não busca o conhecimento, torna a sua aula menos igualitária e de pouca qualidade. Abraços, professora Mariane.³³

³³ Fonte: <https://www.facebook.com/groups/LibrasFateb2015/>.

O formador, expôs o quanto é necessário, que os participantes e demais profissionais ligados a educação, estejam atentos a esse olhar inclusivo, e com entusiasmo para aprender novos conhecimentos, assim como a Libras.

Tempo e Aspecto na Libras

O tempo e o aspecto na Língua de Sinais Brasileira, muitas vezes são caracterizados por expressões faciais e corporais associados aos sinais. Fazem parte das características linguísticas da Libras, e essa é a discussão realizada aqui pelos professores cursistas. Segundo Souza, Silvestre e Arantes (p. 69, 2007), diversos estudos mostram que muitas vezes o corpo docente da aula comum desconhece as capacidades comunicativas e linguísticas de seus alunos surdos e pode ter a tendência de desvalorizá-las.

É importante que o professor cursista aprenda as questões que formam as estruturas linguísticas da Libras para que possa obter fluência em sua comunicação com o aluno surdo, isso implica em um melhor aprendizado e uma maior acessibilidade social e educacional para o surdo.

Na Figura 9, é possível perceber que a vídeo aula traz a “janela de interpretação em Libras”, além disso, o formador faz uma breve contextualização sobre o tema e em seguida propõe uma discussão a partir de uma consigna.

FIGURA 9 - Abertura de vídeo aula, contextualizada com questão de debate



Fonte: <https://www.facebook.com/groups/LibrasFateb2015/>.

A abertura dos temas e as questões para o debate, estiveram sempre contextualizados com as vídeoaulas, isso facilitou a compreensão e o envolvimento dos participantes, conforme podem ser verificadas as reflexões obtidas nas Figuras. Isso evidencia, que é possível, pela rede social, como o Facebook, contextualizar postagens de forma sistematizada e sequencial, incentivando ao estudo, ao debate e à pesquisa, os participantes da formação.

Para o docente-formador intervir nesse processo, é preciso que ele assuma concomitante diversos papéis, tais como: mediador, moderador, observador e articulador. A sua função principal é de **orientar a aprendizagem** dos alunos – uma aprendizagem que se desenvolve na **interação colaborativa** entre formadores, formandos, especialistas e outros envolvidos, propiciando a criação de uma rede de comunicação e colaboração, na qual todos se inter-relacionam. (grifos do autor). (VALENTE; PRADO; ALMEIDA, 2003, p. 72).

A gestão, bem como *feedbacks* e todo o processo e dinâmica do curso, também pela rede social, deve ser bem direcionada e organizada pelo formador, de modo que envolva a todos os participantes proporcionando a construção colaborativa de conhecimento que faz parte do processo de ensino e aprendizagem.

Veja as reflexões dos participantes e o feedback do formador:

Participante A: São utilizados marcos temporais: operadores temporais específicos e advérbios (para organizar os tempos presente, passado e futuro).

O que vai marcar o tempo da ação ou do evento serão os itens lexicais ou sinais adverbiais o ontem, amanhã, hoje.

Os sinais com conceito temporal, vêm seguidos de uma marca do passado, futuro ou presente: movimento para trás, para o passado; movimento para frente, para o futuro; e movimento no plano do corpo, para presente.

Formador: Ótimo. Você conseguiu de forma breve, mostrar como se estabelecem o Tempo na comunicação por meio da Libras. Parabéns!

Participante B: Com o Tempo (expressão do tempo externo) e aspecto (expressão do tempo interno), pode-se organizar espaço temporal de duração e desenvolvimento de determinada situação na língua de sinais. Os operadores temporais passado, presente e futuro podem ser marcados por linhas imaginárias executadas pelo espaço de inclinação do corpo para marcar passado (inclinação para trás), futuro (inclinação para frente) e presente (marco 0, corpo ereto), utilizando expressões (advérbios) como amanhã, ontem e anteontem, os sinais de antes e depois, este podendo-se marcar a categoria temporal e aspectual e outros.

Cada um dos sinais deve ser marcado por expressões faciais e movimentos com sua amplitude ou não para demarcar a profundidade, duração ou amplitude do significado temporal e aspectual de cada um.

São três os valores aspectuais: o perfectivo (não apresentam duração, são situações acabadas com início e fim), imperfectivo (apresentam situações prolongadas contínuas/ durativas) e iterativo (refere-se à ação ou evento que se dá repetidas vezes).

Formador: Excelente. Você se lembrou de colocar aqui, sobre os três valores aspectuais, muito importante na língua de Sinais para impor na comunicação quando que está sendo dito ou contado apresenta começo - meio - fim, quando algo ainda está acontecendo, ou quando alguma coisa se dá repetidas vezes.

Participante C: Recursos linguísticos: sucessão e antecedência. Tempo físico e organização temporal linguístico. Tempo: organizar os eventos: fala, evento, referência. Aspecto: estrutura interna temporal e tempo externo ao fato. Operadores temporais específicos a partir do marco zero: presente, passado e futuro. Os valores: perfectivo- cessativo e conclusivo; imperfectivo- incoativo e inceptivo e interativo- cursivo. A estrutura interna temporal não compreende a expressão aspectual.

Formador: Muito bem. Continue refletindo agora as próximas atividades. Abraços³⁴

Importante, compreender, que o feedback do formador, também orienta os participantes, incentiva e promove maiores reflexões. Ou seja, o ambiente de formação, Facebook, possui as mesmas funcionalidades de um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), obtendo agilidade em seu acesso e rapidez nas interações.

³⁴ Fonte: <https://www.facebook.com/groups/LibrasFateb2015/>.

Seguem as reflexões dos participantes e feedbacks do formador.

Participante D: São utilizadas organizações temporais linguísticas (passado, presente e futuro); momentos de referência temporal (tempo interno e externo),utilizando o correto emprego do tempo verbal; perspectiva composicional de análises (perfectivo e imperfectivo); marcas de tempo (marco zero, passado e futuro) que são marcados pelos advérbios (antes, depois, sempre.....) e marcas de aspectos.....beijos a todos.

Formador: Muito bem. Abraços.

Participante E: A palavra neste vídeo aqui eu ressaltou p meus colegas e seus comentários é a" licença poética" - Ex.: Assim como na Língua portuguesa, temos palavras diferentes para nos referir ao mesmo objeto...mas causa muito estranhamento ao leitor.

Formador: Verdade. Muitos sinais e seus significados causam estranhamento, pois há muitas variáveis destes sinais que levam à alterações conceituais. Abraços

Participante F: Os recursos que estabelece os marcos temporais passado, presente e futuro pode ser feito por operadores temporais específicos que são os sinais de passado e futuro que sua realização é feita na linhas temporais imaginárias situadas no espaço de sinalização, para se compreender essas linhas imaginárias é necessário considerar que o tronco do sinalizador é o marco zero da linha temporal, pois é bem nesse sinal que são realizados dos sinais relativos do momento da fala, o presente. A partir daí que se orientam os outros marcos temporais, passado e futuro. Já para o uso de advérbios não a necessidade de se recorrer a uma linha temporal imaginária e para se organizar nos tempos presente, passado e futuro usa-se os sinais de amanhã, ontem e anteontem.

Participante G: A Libras não tem em suas formas verbais a marca de tempo como o português. Como vimos, essas formas podem se modular para aspecto. Algumas delas também se flexionam para número e pessoa. Dessa forma, quando o verbo se refere há tempo passado, futuro ou presente, o que vai marcar o tempo da ação ou do evento, sinais adverbiais como ontem, amanhã, hoje, semana-passada, semana-que-vem. Com isso, não há risco de ambiguidade porque se sabe que o que está sendo narrado iniciou-se com uma marca no passado, enquanto não aparecer outro item ou sinal para marcar outro tempo, tudo será interpretado como tendo ocorrido no passado.

Os sinais que veiculam conceito temporal, em geral, vêm seguidos de uma marca de passado, futuro ou presente da seguinte forma: Movimento para trás, para o passado; Movimento para frente, para o futuro; e Movimento no plano do corpo, para presente. Alguns desses sinais, entretanto, incorporam essa marca de tempo não requerendo, pois, uma marca isolada como é o caso dos sinais ontem e anteontem.

Participante H: A Libras emprega a relação de tempo entre presente, passado e futuro, utilizando formas gestuais e visuais, onde os gestos feitos através da linha do tronco no corpo, junto a linha imaginária que traçamos,

ajuda a termos um referencial de comunicação e localização do tempo em que o fato está sendo enunciado. Pois o tempo está relacionado com o tempo que é dito o que se quer, e o aspecto é o modo de como é dito o que se quer, dentro de um determinado tempo.

Formador: Olá, vocês estão certíssimas. Além da inclinação do tronco envolvendo corpo e cabeça. Outras situações também acontecem quando a movimentações acompanhadas das configurações de mãos direcionadas para os sinais de PRESENTE, PASSADO e FUTURO, indicam o tempo do acontecimento das situações. Abraços

Participante I: Na Libras também encontramos formas verbais. O sinal é formado a partir da combinação da movimentação das mãos com um determinado formato em um determinado lugar, podendo este lugar ser uma parte do corpo ou um espaço em frente ao corpo.

Participante J: Com relação à temporalidade é possível sintetizar a organização do sistema da seguinte forma: o futuro é examinado como estrutura estereotipada, com emprego operador temporal específico; o passado é observado pela ocorrência tanto do operador quanto do valor lexical dos verbos; o presente é dado por default, devido à ausência de marcas para passado ou futuro.

Participante K: A uma relação entre o tempo (presente passado e futuro), reflexos de uma organização temporal linguística, momento de referência temporal e de fala, evento, também acontece na linguagem de sinais, a palestrante mostra as variantes na utilização dos sinais, bem como as expressões e as técnicas corretas de marcação de tempo a ser utilizada.

Formador: Muito bem explicado, cada um ao seu modo. Cada um de vocês sugeriu um aspecto da elaboração e configuração em Libras das questões temporais PASSADO, PRESENTE e FUTURO. Beijinhos, Professora Mariane.

Participante L: Aprendendo o quanto é rica a Língua de Sinais. Descobrimos que há marcadores temporais específicos para cada tempo verbal; que o tronco do sinalizador é o marco zero, onde se orienta o tempo de fala...

Formador: Verdade. O tronco do sinalizador vai direcionar esse tempo dentro da comunicação por meio da Libras. Abraços, professora Mariane.

Participante M: LIBRAS não tem em suas formas verbais a marca de tempo como o português. Algumas delas também se flexionam para número e Pessoa. Dessa forma, quando o verbo refere-se a um tempo passado, futuro ou presente, o que vai marcar o tempo da ação ou do e.. LIBRAS não tem em suas formas verbais a marca de tempo como o português. Algumas delas também se flexionam para número e Pessoa. Dessa forma, quando o verbo se refere a um tempo passado, futuro ou presente, o que vai marcar o tempo da ação ou do evento serão itens lexicais ou sinais adverbiais como ONTEM, AMANHÃ, HOJE, SEMANA-PASSADA, SEMANA-QUE-VEM. Com isso, não há risco de ambiguidade porque sabe-se que se o que está sendo narrado iniciou-se com uma marca no passado, enquanto não aparecer outro item ou sinal para marcar outro tempo, tudo será interpretado como tendo ocorrido no passado. Os sinais que veiculam

conceito temporal, em geral, vem seguidos de uma marca de passado, futuro ou presente da seguinte forma: Movimento para atrás, para o passado; Movimento para frente, para o futuro; e Movimento no plano do corpo, para presente. Alguns desses sinais, entretanto, incorporam essa marca de tempo não requerendo, pois, uma marca isolada como é o caso dos sinais ONTEM e ANTEONTEM. Outros sinais como ANO requerem o acompanhamento de um sinal de futuro ou de presente, mas, quando se trata de passado, ele sofre uma alteração na direção do movimento de para frente para atrás e, por si só já significa 'ano passado'. Os sinais de ANO e ANO-PASSADO. Uma linha do tempo constituída a partir das coordenadas: passado (atrás) - presente (no plano do corpo) - futuro (na frente), pode ser observada também em línguas orais como o português e o inglês... Uma estruturação completamente diferente do tempo está na Língua de Sinais Urubu-Kaapor, língua de sinais da comunidade indígena

Formador: Excelente contribuição, minha colega. Importante você ter comentado que as coordenadas por meio de inclinações do corpo (passado-para atrás; futuro-para frente; presente no plano do tronco de nosso corpo) também fazem parte das línguas orais, pois é quase que instintivas tais indicações. Outra curiosidade está na comparação com a Língua de Sinais indígena, Erubu-Kaapor, utilizada pela etnia indígena brasileira dos urubu-caapores, que vivem no sul do estado do Maranhão, no Brasil, essa língua de sinais só é utilizada dentro da tribo. Parabéns pela contribuição. Beijos, professora Mariane.

Participante N: Emprega-se marcos temporais usando operadores temporais específicos (sinais de passado e futuro) e também por meio de advérbios. Esses sinais podem ser marcados por linhas imaginárias executadas pelo espaço de inclinação do corpo para marcar passado (inclinação para trás), futuro (inclinação para frente) e presente (marco 0, corpo ereto), utilizando expressões (advérbios) como amanhã, ontem e anteontem.

Formador: Muito bem. Você além de citar as inclinações, trouxe os advérbios de tempo (passado, presente e futuro). Importantes para situar o espaço de tempo do diálogo. Beijos, professora Mariane.³⁵

De acordo com os debates e discussões ocorridas nas interações pelo Facebook e em alguns momentos pelo WhatsApp, observou-se que no eixo estruturante Guia Reflexivo os dados apresentados evidenciam que os participantes, desenvolveram os conceitos, promoveram reflexões e debates, por meio do Facebook. Propuseram construções de conhecimentos práticos, a partir dos estudos e pesquisas. A partir dele, é que os cursistas participantes da formação, puderam realizar novas pesquisas, e assim, propor postagens e debates também para os

³⁵ Fonte: <https://www.facebook.com/groups/LibrasFateb2015/>.

demais participantes do grupo, conforme observado no próximo eixo estruturante, Facilitador Conceitual.

6.2.2 Eixo Estruturante 2 – Facilitador Conceitual

Nesse eixo, os cursistas participantes da formação, colaboraram com postagens de artigos, curiosidades, livros, filmes e todo tipo de mensagem que pudesse auxiliar na construção do conhecimento, pois a formação tinha o objetivo de aprendizado colaborativo.

Por meio do eixo Facilitador Conceitual, é possível verificar, que o Facebook, pode ser utilizado como um ambiente de aprendizagem colaborativa, pois todos os participantes possuem facilidade em suas postagens e compartilhamento.

Os alunos, habituados a frequentar as aulas sentados, enfileirados e em silêncio, terão que enfrentar uma nova postura nestas próximas décadas. O paradigma antigo era baseado na transmissão do professor, na memorização dos alunos e uma aprendizagem competitiva e individualista. (MORAN; MASETTO; BEHRENS, 2000, p. 73).

Os participantes, sentiram-se confortáveis em sugerir postagens que viessem a construir o conhecimento acerca do desenvolvimento e da identidade de pessoas surdas.

Filme Amy

A cursista, conforme observa-se na Figura 10, fez a indicação de um filme que havia assistido na televisão e por isso compartilhou com o grupo. O filme conta a história de uma professora que vence alguns desafios da época, deixa o preconceito de lado para ensinar crianças e alunos com a surdez e a deficiência visual.

Para Moran, Masetto e Behrens (2000, p.73) o desafio imposto aos docentes é mudar o eixo de ensinar para optar pelos caminhos que levem ao aprender. Na realidade, torna-se essencial que professores e alunos estejam num permanente processo de aprender a aprender.

A indicação de filmes, livros, reportagens e demais curiosidades e conhecimentos, favorecem a aprendizagem colaborativa, em que muitos trocam informações, conhecimentos e aprendizados obtidos. Também favorece o ensino colaborativo entre o grupo.

A sugestão do filme, foi uma indicação de um participante, o que mostra, que os participantes, durante a formação, pesquisaram objetos de aprendizagem que pudessem somar ao conhecimento obtido no curso e sentiam-se incentivados a compartilhar conhecimentos com os demais.

Verifica-se, que a participante faz uma breve contextualização sobre o filme “Amy” com o uso das línguas de sinais e sua importância no desenvolvimento de pessoas surdas. O intuito é o de incentivar os colegas a assistirem o filme.

FIGURA 10 - Indicação do filme Amy, realizada por cursista



Fonte: <https://www.facebook.com/groups/LibrasFateb2015/>.

Seguem os comentários dos colegas sobre o filme:

Participante I: O filme é muito interessante. Ajudar crianças a se comunicarem... Isso é um ato realmente apaixonante.

Participante J: O filme é muito interessante mesmo. É uma história real, repleta de situações vivenciadas por alunos surdos.³⁶

O filme “Amy” proporcionou aos participantes, conhecer a interessante tarefa de um professor de alunos surdos e que ensina a Língua de Sinais, ou seja, mostra como o ato de ensinar alunos com surdez é valioso e pode ser também gratificante. Realmente envolveu e propôs um olhar mais atento quanto a inclusão de alunos com surdez no ensino regular.

É possível perceber, que as redes sociais, alavancaram o interesse entre os cursistas em pesquisar e compartilhar informações relevantes sobre o assunto do curso, e isso aconteceu, por meio das redes sociais, principalmente, o Facebook, de forma ágil, fácil e com interações e feedbacks assíncronos, porém espontâneos e constantes.

Seguem sugestões e curiosidades compartilhadas pelos professores cursistas sobre temas ligados à surdez, afim de tornar a aprendizagem mais colaborativa.

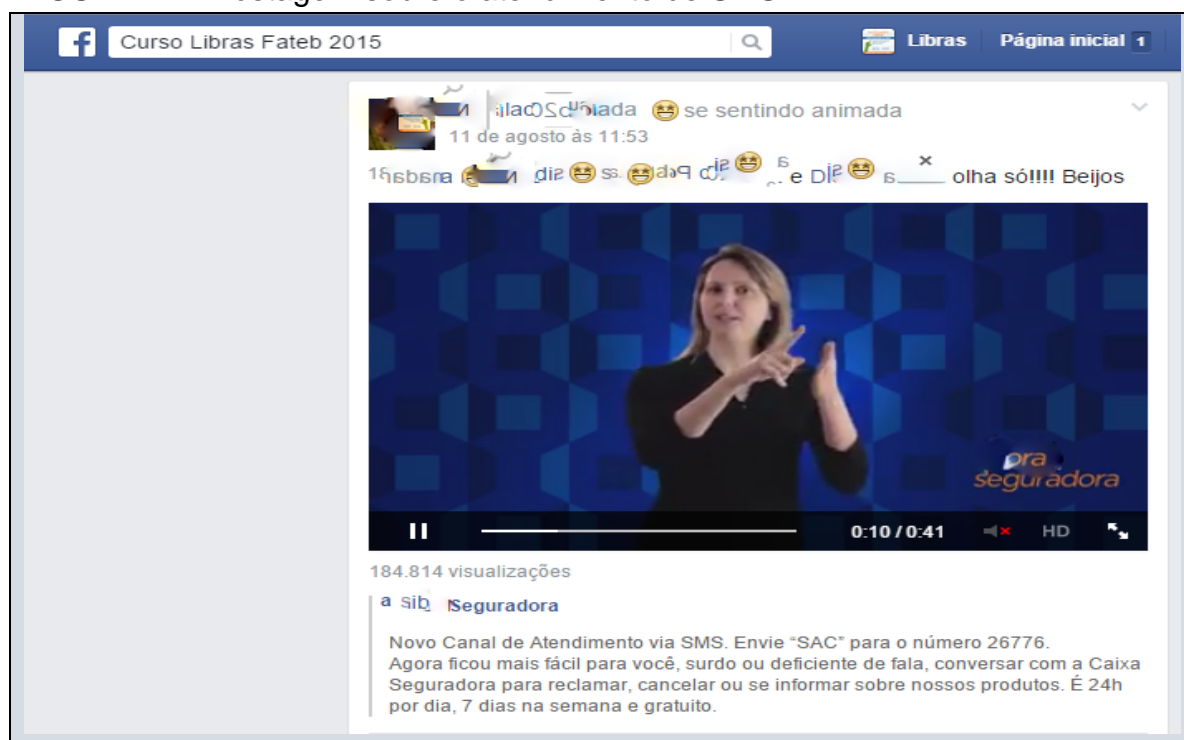
SMS

Na Figura 11, um dos participantes posta uma orientação e informação sobre o SMS³⁷ para pessoas surdas entrarem em contato com uma agência bancária, com o objetivo de sanar dúvidas e resolver problemas bancários.

³⁶ Fonte: <https://www.facebook.com/groups/LibrasFateb2015/>.

³⁷ Serviço que permite o envio de mensagens de texto, geralmente curtas, para celulares. "SMS", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2008 – 2013 <<https://www.priberam.pt/dlpo/SMS>> [consultado em 10-10-2016].

FIGURA 11 - Postagem sobre o atendimento de SMS



Fonte: <https://www.facebook.com/groups/LibrasFateb2015/>.

As pesquisas e postagens realizadas pelos participantes nesse eixo estruturante, foram factuais e relevantes, pois tinham um cunho informativo e verídico de fatos que organizavam e acrescentavam ao conhecimento de todos. Nas postagens, o formador sempre realizava um feedback incentivador, o que levou os participantes a estudos e pesquisas contínuos.

Oração em Língua de Sinais

Na Figura 12, o participante da formação, compartilhou com os colegas um vídeo que circulou nas redes sociais, em que crianças surdas, faziam orações em língua de sinais, antes das refeições. Essa postagem, afirma a importância de elevar a necessidade do uso, aprendizado e divulgação das línguas de sinais, afim de que surdos possam viver e participar ativamente em sociedade.

Mais uma vez, é possível vislumbrar o quanto a velocidade de informações nas redes sociais, torna-a propícia como ambiente de formação e informação, pois as possibilidades de comunicação, discussões e circulação de conhecimento, proporcionaram conhecimento de forma ampla.

FIGURA 12 - Postagem de crianças surdas orando em Língua de Sinais



Fonte: <https://www.facebook.com/groups/LibrasFateb2015/>.

Também foram objeto de análise, no eixo Facilitador Conceitual, as sugestões de recursos, tais como: filmes, livros, histórias, artigos de notícias, etc., conforme veremos a seguir.

O envolvimento dos participantes, com pesquisas sobre surdocegueira, esteve relacionada ao filme assistido “O melagre de Anne Sullivan”, que incentivou aos alunos a realizarem novas pesquisas e compartilhamentos de materiais na área.

Livro: O tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais

As Figuras 13 e 14, referem-se a sugestão do livro “O Tradutor e Intérprete e Língua de Sinais”, um livro que prepara o indivíduo para ser Intérprete de Libras, além de fornecer informações com relação à importância desse profissional na inclusão escolar e social da pessoa surda. A postagem, tem um viés informativo e de compartilhamento do material, pois orientou por meio de link de acesso online, como baixar o livro.

Com isso, verificou-se que os cursistas, tornaram-se preparados para um novo formato educacional, pois perceberam o Facebook, ou a rede social, como um ambiente de formação, em que o conhecimento é construído a partir da pesquisa e do envolvimento de todos, de forma colaborativa. Esse conhecimento, não é oferecido com informações de senso comum, mas por meio de pesquisa, leitura, prática e compartilhamento, também, de experiências, o que abre um leque de aprendizagem e um novo modelo de ensino, mais amplo, mais participativo, focado na realidade educacional e atual, com o intuito de formar, tais professores cursistas para o aluno dos dias de hoje.

FIGURA 13 - Sugestão de livro sobre o Tradutor e Intérprete de Libras



Fonte: <https://www.facebook.com/groups/LibrasFateb2015/>.

FIGURA 14 - Feedback sobre a postagem do material



Fonte: <https://www.facebook.com/groups/LibrasFateb2015/>.

As postagens compartilhadas pelos participantes, como é possível verificar, eram muitas vezes relevantes, pois propunham o estudo de outros materiais e obras a serem lidas e estudadas.

Os artigos e os vídeos sugeridos pelos participantes que envolveram o uso da Libras e a pessoa surda, mostraram o quão importante é o uso das línguas de sinais na inclusão, no desenvolvimento e no envolvimento social ativo da pessoa surda. Sugeriu, portanto, que os professores participantes da formação, estão

compreendendo a finalidade de conhecer, aprender e fazer uso da Libras, para que haja inclusão legítima do aluno com surdez, afim de que além de estar inserido em sala de aula, ele esteja incluído, ou seja, que ele possa participar da construção do seu conhecimento, de forma equivalente aos demais alunos da escola.

As postagens, demonstraram o interesse, por parte dos participantes do curso, em pesquisar e compartilhar conhecimento.

Já as sugestões de Vídeos, compartilhados no grupo Curso de Libras Fateb 2015, na rede social Facebook e por meio do WhatsApp, no grupo também intitulado Curso de Libras Fateb 2015, são vídeos compartilhados pelos professores e educadores participantes do curso, com o objetivo de desenvolver o aprendizado prático de Libras para além dos encontros presenciais, ou seja, mostraram o envolvimento, também no aprendizado prático da língua, pelos cursistas.

Um dos vídeos compartilhados, traz o link de uma aula de verbos, da TV INES, encontrada no canal TV INES no YouTube (Figura 23). Esse vídeo tratou de uma aula de ensino de verbos em Libras, aula que foi desenvolvida no ambiente presencial, mas que por meio desse vídeo, pôde ser recordada pelos participantes.

Nessa situação, os professores-alunos assumiam uma postura de “ensinantes e aprendentes” uns dos outros. Com isso, a interação compartilhada de troca de experiências, sentimentos e de reflexões ganha uma nova dimensão, isto é, a interação passa a agregar uma atitude comprometimento com o aprendizado do outro. (VALENTE; PRADO; ALMEIDA, 2003, p. 198).

Verificou-se, a partir do eixo Facilitador Conceitual, que o uso das redes sociais, desenvolveu nos participantes uma nova habilidade na formação permanente, pois tiveram a prerrogativa de buscar e proporcionar conhecimento e gerenciar este para os demais colegas participantes do curso.

Abaixo, mais postagens colaborativas realizadas pelos participantes do curso de formação de Libras.

FIGURA 15 - Postagem de vídeo aula sobre ensino de Libras



Fonte: <https://www.facebook.com/groups/LibrasFateb2015/>.

Os compartilhamentos das práticas, além dos encontros presenciais, também aconteceram por meio da rede social, o WhatsApp. Ou seja, na Figura 16, observou-se, o link de outra música brasileira, interpretada em Libras, ou seja, mais uma boa estratégia de aprendizagem da língua.

FIGURA 16 - Compartilhamento de atividades Práticas com música pelo WhatsApp

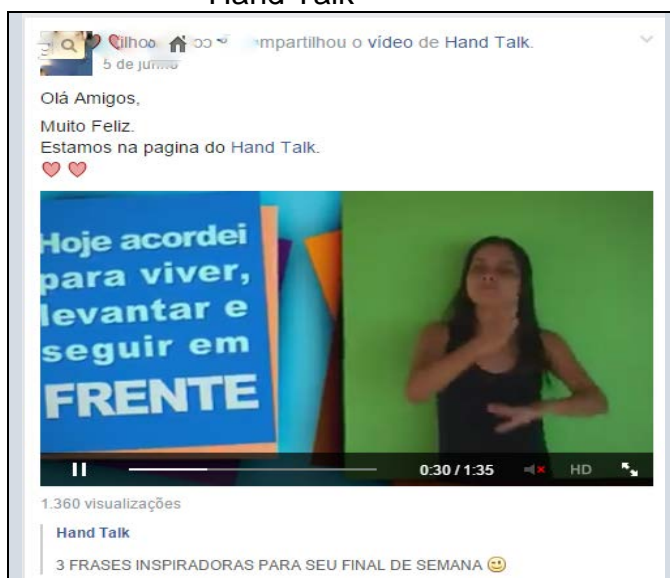


Fonte: Arquivo pessoal – Dispositivo WhatsApp.

Houve a participação de cursistas em situações de divulgação da Língua Brasileira de Sinais, porém de formas distintas.

Abaixo, Figura 17, a cursista que é uma educadora, junto a equipe do Canal disponível no YouTube, intitulado “A Frase”, iniciou o trabalho de acessibilidade em Libras, ou seja, a cursista interpretou em Libras as Frases da Semana, frases que estimulam a autonomia, autoestima e impulsionam pessoas a enfrentar seus cotidianos.

FIGURA 17 - Vídeo de cursista em página do Hand Talk



Fonte: <https://www.facebook.com/groups/LibrasFateb2015/>.

Interessante, pois, após ter contato com a Libras, é que a educadora, que faz parte deste dos organizadores do Canal “A Frase” no YouTube, iniciou seus trabalhos como intérprete, o que leva a concluir que os aprendizados práticos da Libras, tanto pelos encontros presenciais e virtuais, apresentaram resultados satisfatórios quanto ao aprendizado da língua pelos participantes da formação.

O desenvolvimento do curso por meio das redes sociais, gerou repercussão na região do noroeste paulista, o que firmou uma parceria com a Polícia Militar do Estado de São Paulo, para treinamento de Libras aos soldados e também orientações aos atendentes do SMS, quanto a escrita de surdos, tais orientações e treinamentos foram ofertadas pelo formador do curso juntamente com os participantes surdos.

Participante do curso, surdo e formado em Artes e Educação, deu entrevista em jornal de grande repercussão na região, sobre a importância do uso do SMS da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Observado na Figura 18.

FIGURA 18 - Reportagem compartilhada: cursista surdo da formação



Fonte: <https://www.facebook.com/groups/LibrasFateb2015/>.

Essa entrevista, aconteceu por ter como participantes, dois cursistas que são membros da Polícia Militar, agregando parcerias com a Polícia Militar do Estado de São Paulo. A reportagem, foi postada pelo cursista surdo, e mostrou o quão importante é a participação de pessoas surdas e profissionais surdos, no desenvolvimento de projetos e programas que viabilizem os atendimentos acessíveis para a comunidade surda. Isso propõe avanços na sua participação e acesso à sociedade.

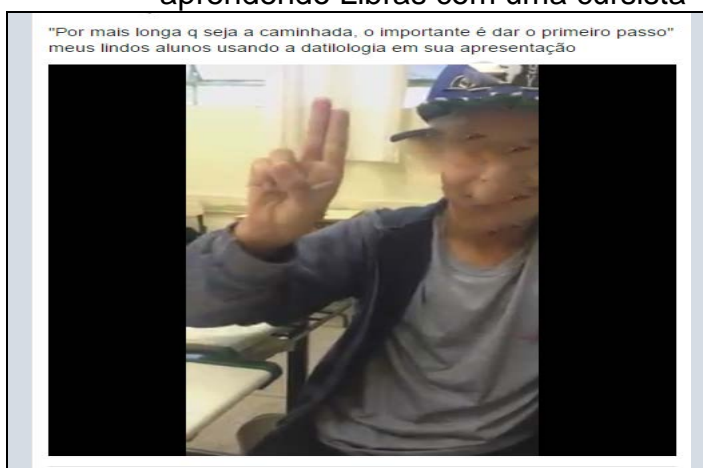
Valente, Prado e Almeida (2003, p. 198), afirmam que “o mais interessante é que na rede colaborativa essa atitude de comprometimento, à medida que é desenvolvida, expande nas várias situações e meios de interação”. Ou seja, verificou-se o surgimento de novos caminhos da prática pedagógica, e habilidades por parte dos professores participantes do curso. Esse interesse e conhecimento construído, não se referem somente ao conteúdo da formação de Libras, mas a aprendizagem de novas práticas, por meio das Tecnologias Digitais e, uso do Ensino a Distância, por meio das redes sociais.

6.2.3 Eixo Estruturante 3 – Contador de Histórias

No eixo estruturante 3, Contador de Histórias, foi possível visualizar as experiências de uso da Libras por professores/cursistas com seus alunos surdos e ouvintes, ou seja, uma forma de compartilhar o aprendizado da Libras obtida durante a formação.

Aqui, na Figura 19, a professora cursista, inseriu em seu dia-a-dia escolar, o uso da Libras, iniciado pelo alfabeto Datilológico. Fazendo o ensino de Libras com um grupo de alunos ouvintes e um aluno surdo incluído em sala de aula regular da Rede Estadual de Ensino.

FIGURA 19 - Aluno da rede Estadual de Ensino aprendendo Libras com uma cursista



Fonte: <https://www.facebook.com/groups/LibrasFateb2015/>.

Por meio da frase da professora participante do curso: *‘Por mais longa que seja a caminhada, o importante é dar o primeiro passo’*. Ela complementou dizendo: *‘meus lindos alunos usando a datilologia em sua apresentação’*, é visível, o quanto a formação de Libras e todo o debate realizado mediante as redes sociais, promoveram a conscientização a respeito da importância de professores, educadores e demais profissionais, aprenderem e fazerem uso da Libras com a finalidade de melhor incluir o aluno com surdez.

Os cursos a distância desse modelo focado no aluno utilizam mais as ferramentas colaborativas, a pesquisa individual e grupal, a publicação compartilhada, o conceito de portfólio individual e grupal constituído ao longo do processo. Cada vez mais, haverá o uso de tecnologias de comunicação em tempo real. No primeiro modelo pedagógico, mas para

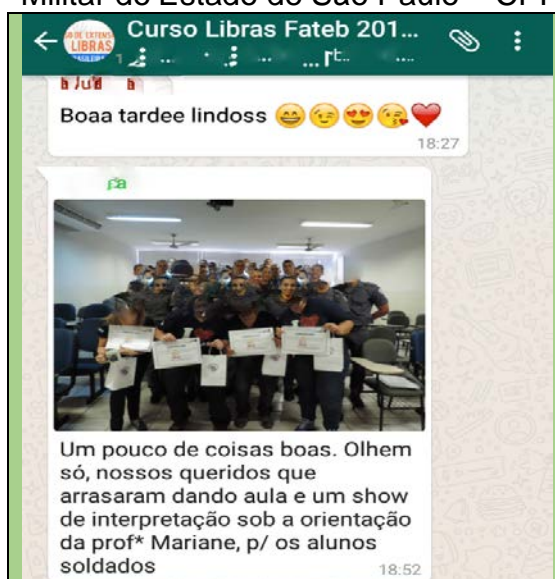
ouvir o professor; no segundo, mais para interagir, orientar e colaborar. (MORAN, 2012, p. 142 - 143).

O participante do curso, coloca em prática tais habilidades, quanto ao uso das TDICs e quanto ao uso das redes sociais, para interação e troca de experiências obtidas em sala de aula com seus alunos, criaram um novo conceito pedagógico, disciplinam suas salas de aula e o modo de propor suas práticas pedagógicas, o que eleva o conceito e conhecimento a respeito do uso das novas tecnologias digitais e de ambientes virtuais no processo de ensino e aprendizagem de seus alunos.

Na postagem anterior, após feedback do formador, a participante disse: *‘Tudo que se faz com amor e dedicação, não tem como sair errado, não é professora...’*, percebeu-se o encantamento da professora participante ao colocar em prática os conhecimentos obtidos por meio da formação em Libras. Isso tudo, compartilhado com seus colegas. Propõe então, a necessidade de vivenciar na prática, dentro das escolas, o conhecimento adquirido.

Esse eixo, também agrega relatos de experiências compartilhadas pelo WhatsApp. Entre esses relatos, está a experiência realizada em Libras, e que foi realizada pelos cursistas educadores surdos junto a Polícia Militar, verificada na Figura 20.

FIGURA 20 - Formandos 2015, do Curso de Soldados da Polícia Militar do Estado de São Paulo – CPI 10



Fonte: Arquivo pessoal – Dispositivo WhatsApp.

A ideia foi das policiais, educadoras cursistas do PROERD³⁸, visando o ensino também de futuros policiais militares, em compartilhar seus saberes obtidos na formação, uma parceria em conjunto com participantes surdos e com a formadora do curso.

A parceria visou, desenvolver o ensino de Libras funcional, em treinamento com os membros da academia da Polícia Militar do estado de São Paulo, na cidade de Araçatuba, com o objetivo de que os Policiais Militares possam oferecer atendimento e realizar abordagens de forma acessível às pessoas surdas, por meio da Libras.

Na Figura 20, a cursista, membro da Polícia Militar do Estado de São Paulo, fez referência ao treinamento, realizado aos Soldados da Polícia Militar no ano de 2015, *‘Um pouco de coisas boas. Olhem só, nossos queridos que arrasaram dando aula e um show de interpretação sob orientação da professora Mariane, para os alunos soldados’*. A participante, fez referência aos cursistas surdos, e futuros professores de Libras, que em parceria com a Faculdade que promoveu a Formação de Professores em Libras, treinaram os soldados para o uso dessa língua em seus atendimentos e abordagens.

Ensino realizado pela policial educadora cursista, junto com a participante surda e futura professora de Libras aos soldados da Polícia Militar, figura 21. *‘Eles nasceram para ensinar’*, a policial militar, refere-se aos surdos participantes da formação e seu envolvimento com o ensino de Libras.

FIGURA 21 - Participantes ouvinte e surda em formação para a Polícia Militar



Fonte: Arquivo pessoal – Dispositivo WhatsApp.

³⁸ Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência.

Vygostisky (2007), corrobora sobre as experiências práticas e os desafios necessários para o desenvolvimento da criança, o que nos leva a perceber a necessidade de uma comunicação fluente pelos indivíduos.

Essas situações levam-me a concluir que as crianças resolvem suas tarefas práticas com a ajuda da fala, assim como dos olhos e das mãos. Essa unidade de percepção, fala e ação, que, em última instância, provoca a internalização do campo visual, constitui o objeto central de qualquer análise da origem das formas caracteristicamente humanas de comportamento. (VYGOTSKY, 2007, p. 13).

A citação acima evidencia que o educador tem papel fundamental no aprendizado, desenvolvimento da fala e da cognição dos alunos. Percebemos portanto, o quão importante é ser estabelecida uma comunicação entre o professor e os alunos surdos.

O compartilhamento de experiências obtidas durante a formação para o uso da Libras nos diferentes ambientes educacionais, demonstraram a transformação de perspectiva dos participantes, o envolvimento que tiveram sobre o Curso e a vontade de colocar em prática esses conhecimentos.

No próximo eixo, Habilidades Sociais de Comunicação, é possível verificar as habilidades linguísticas que foram adquiridas pelos participantes do curso.

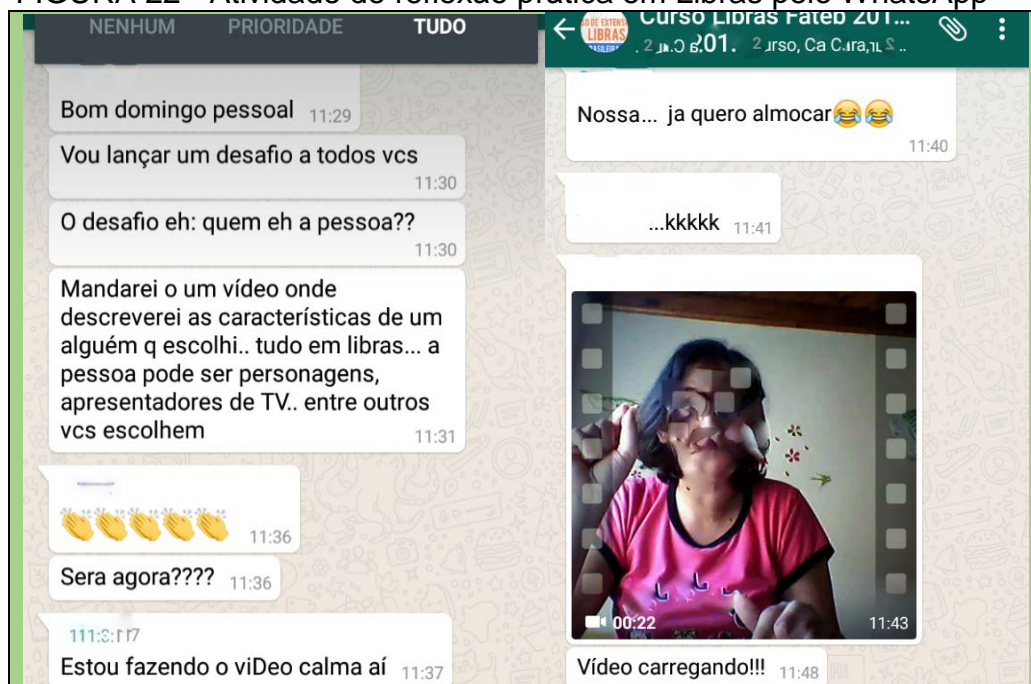
6.2.4 Eixo Estruturante 4 – Habilidades Sociais de Comunicação

Foi realizada a análise do eixo Habilidades Sociais de Comunicação, a partir das interações pelo WhatsApp e análise das respostas de uma pergunta realizada pelo Facebook para compreender o quanto de conhecimento e habilidades linguísticas em Libras os participantes haviam adquirido.

No WhatsApp, houve o desafio prático e colaborativo de Libras, de acordo com a Figura 22. O objetivo deste era descobrir por meio das características realizadas em Libras quem era a pessoa, personagem, celebridade ou apresentador de televisão.

A participante e pedagoga surda inicia a dinâmica em Libras. Observe:

FIGURA 22 - Atividade de reflexão prática em Libras pelo WhatsApp



Fonte: Arquivo pessoal – Dispositivo WhatsApp.

Na Figura 23, observa-se a interação prática realizada por uma cursista em resposta a questão elaborada por pedagoga surda participante da formação.

FIGURA 23 - Interação prática de participante ouvinte



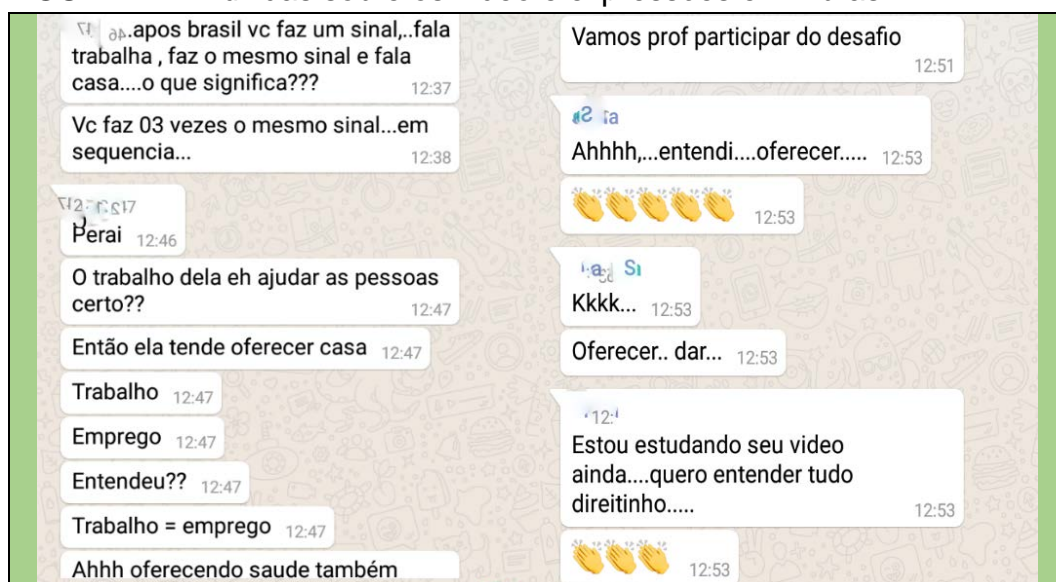
Fonte: Arquivo pessoal – Dispositivo WhatsApp.

Ainda, na Figura 23, uma participante, questionou um sinal, apresentando dúvidas, e pede ajuda para sanar sua dúvida. A agilidade, instantânea e praticamente síncrona que pode ser estabelecido pelo WhatsApp nas interações

práticas de Libras, trouxe conforto e estímulo aos participantes durante as atividades.

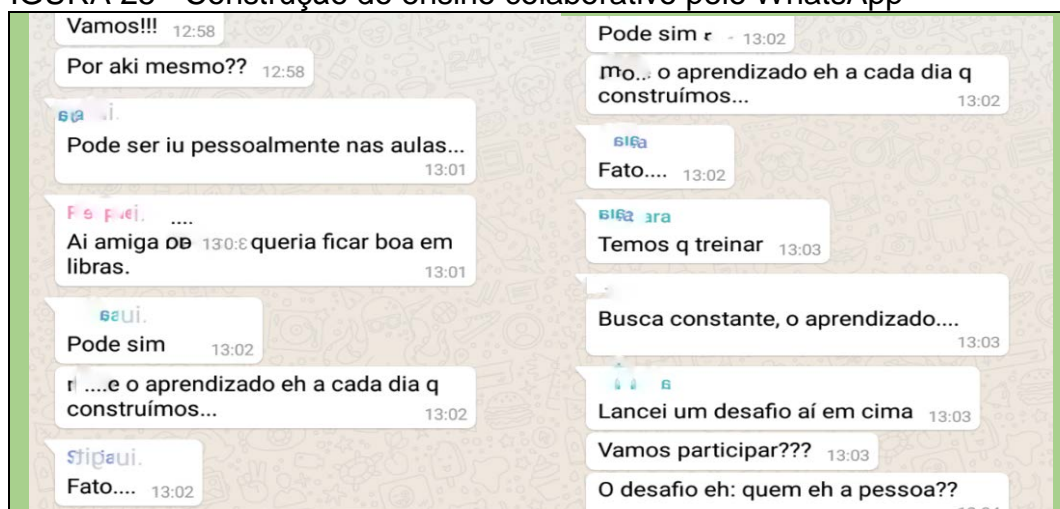
Em outro desafio proposto em Libras, os participantes deveriam sinalizar uma palavra e os demais deveriam descobrir o significado. Assim, formador e participantes surdos, também interagiam e podiam intervir de forma a corrigir sinais e elementos linguísticos realizados pelos participantes da formação, conforme observado nas Figuras 24, 25 e 26.

FIGURA 24 - Dúvidas sobre os vídeo e expressões em Libras



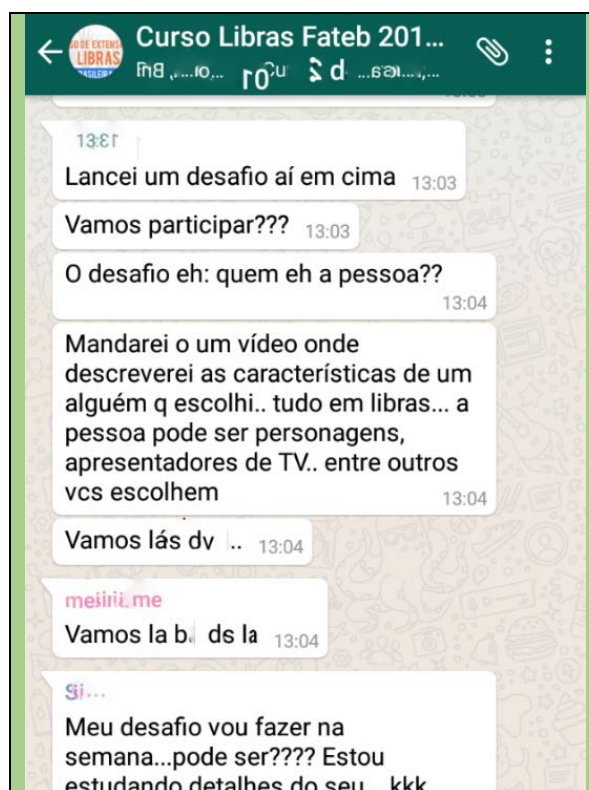
Fonte: Arquivo pessoal – Dispositivo WhatsApp.

FIGURA 25 - Construção do ensino colaborativo pelo WhatsApp



Fonte: Arquivo pessoal – Dispositivo WhatsApp.

FIGURA 26 - Incentivo a participar do desafio pelo WhatsApp



Fonte: Arquivo pessoal – Dispositivo WhatsApp.

Observou-se nas Figuras 24, 25 e 26, que o aprendizado foi colaborativo, pois por meio do WhatsApp, foi possível enviar vídeos em que os participantes filmam suas expressões utilizando a língua de sinais e enviam para o grupo, com a finalidade de participação, correção e construção do conhecimento de Libras. Isso pode ser confirmado também na figura abaixo, em que a pedagoga surda participante, utiliza a Libras em postagens de vídeos pelo WhatsApp. O objetivo era incitar a participação de todos, a fim de traduzir em Português a comunicação em Libras.

Vejamos mais algumas postagens de vídeos com propostas de desafios práticos em Libras.

As dúvidas sobre os vídeos, continuam a acontecer, Figura 27, com relação ao vídeo postado pela participante e pedagoga surda.

FIGURA 27 - Vídeos em Libras propondo desafios



Fonte: Arquivo pessoal – Dispositivo WhatsApp.

Em cada desafio que propõe a prática em Libras, foi realizada uma contextualização a partir de sinais e expressões linguísticas da Língua de Sinais Brasileira, e que foram antecipadamente ensinados nas aulas presenciais da formação, e sempre com horários pré-definidos.

Os vídeos postados no WhatsApp tiveram o objetivo de estimular o conhecimento prático adquirido na formação e de auxiliar no desenvolvimento da língua, o que favoreceu a fluência e incentivou os alunos a utilizarem a Libras, dentro e fora da sala de aula, pois para que a língua seja adquirida, não pode ficar reservada apenas ao aprendizado adquirido nos encontros presenciais.

A seguir, são analisadas, como os participantes reagem e compreendem o uso das redes sociais como ambientes de formação e educação, podendo ou não potencializar as relações e o ensino e aprendizagem.

6.3 Redes sociais e formação permanente em Libras: a percepção dos pesquisados

Para analisar o uso das redes sociais como ambiente de formação para os professores e demais profissionais ligados à área educacional, foi realizada uma entrevista com sete perguntas, por meio da rede social, WhatsApp.

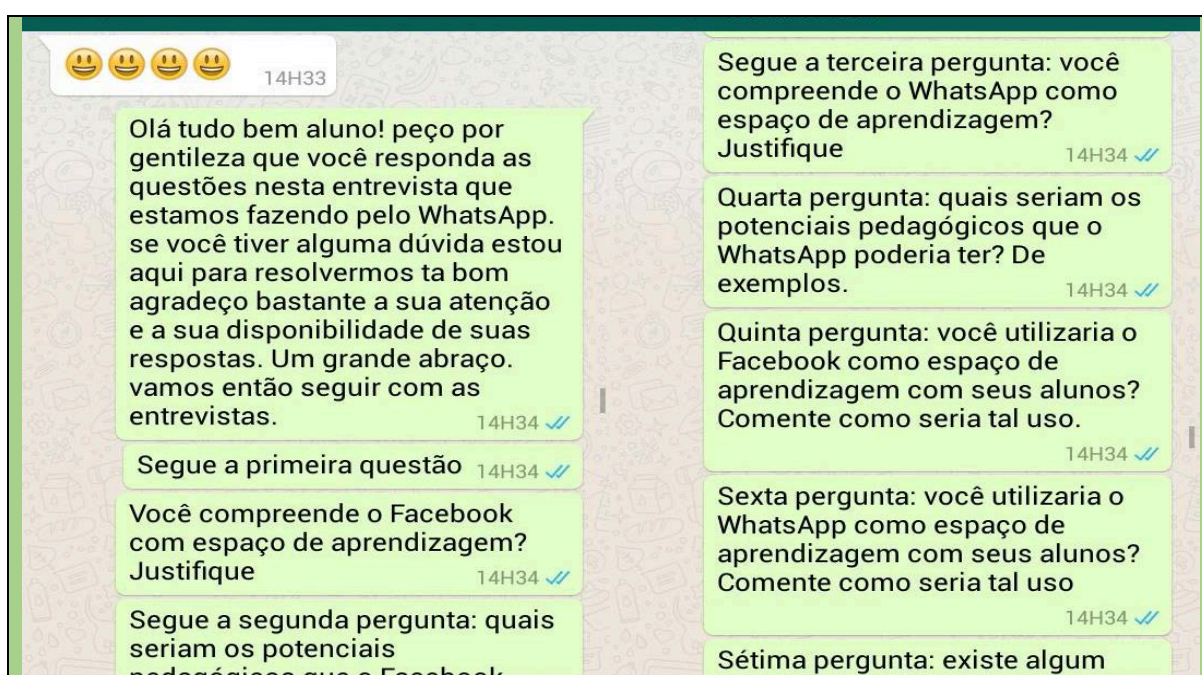
As entrevistas, por terem sido realizadas, por meio do WhatsApp, a linguagem dessas, acaba por obter variações linguísticas coerentes com o uso da Web 3.0, o que muitas vezes se difere da linguagem formal e acadêmica, por ser este um espaço de comunicação variável e de uso instantâneo.

As respostas das entrevistas, pelo WhatsApp, foram analisadas por meio de *prints* a fim de mostrar a facilidade e o modo em que ocorreram, sendo descritas apenas as que foram enviadas por mensagem de voz.

Logo no início da entrevista, Figura 28, o pesquisador, deixou claro, que se houvessem dúvidas ou questionamentos, ele estaria pronto para responder. Também agradeceu, a participação e disponibilidade de cada entrevistado.

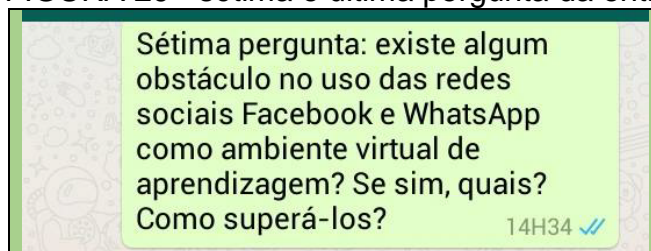
Seguem as questões da entrevista, a serem verificadas nas Figuras 28 e 29.

FIGURA 28 - *print* do WhatsApp com as questões da entrevista



Fonte: Arquivo pessoal – Dispositivo WhatsApp.

FIGURA 29 - sétima e última pergunta da entrevista



Fonte: Arquivo pessoal – Dispositivo WhatsApp.

Foram dados destaques para algumas respostas, pois muitas foram semelhantes. Foram elencadas, portanto, as respostas mais relevantes para serem analisadas.

[...] informam haver outras condições que tem tornado esse movimento mais expressivo, entre as quais o próprio desenvolvimento da pesquisa colaborativa, em que professores são convidados a trabalhar com especialistas a fim de melhorar suas práticas, a inclusão da investigação docente nos programas universitários de formação docente ou movimento de reestruturação das escolas, prevendo espaços e tempos para fomentar a pesquisa dos professores e da reflexão sobre a prática. (DINIZ-PEREIRA, ZEICHNER, 2002, p. 19, apud FRANCO, 2012, p. 184).

As respostas das entrevistas, foram realizadas de forma espontânea e com o consentimento do participante da pesquisa, lembrando que todos os participantes que aceitaram, também assinaram o termo de consentimento do uso de suas respostas e interações.

Algumas das respostas foram transcritas pelo fato de serem respondidas por mensagem de voz. Foram elencadas somente as repostas mais significativas sobre cada pergunta.

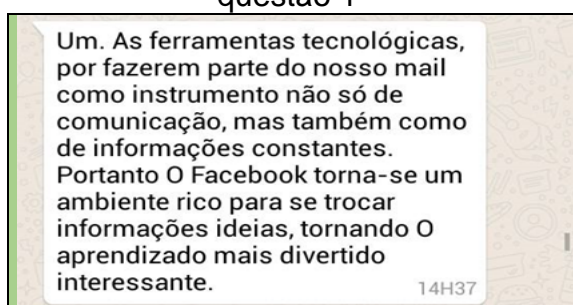
Seguem as respostas e considerações a respeito de cada uma das questões da entrevista realizada com participantes da pesquisa e as análises organizadas sob a ótica do pesquisador. Os destaques acontecem, de acordo com as respostas.

Questão 1 – Você compreende o Facebook como espaço de aprendizagem?

Sobre essa primeira questão, os participantes, relataram se compreenderam a formação por meio da utilização de ferramentas tecnológicas e virtuais, bem como pelas redes sociais.

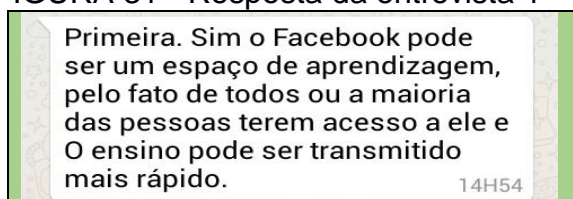
A ideia sobre o uso do Facebook como ambiente de formação, foi efetivada, nas respostas a seguir, isso pois os professores necessitaram compreender como funciona a prática por meio das redes sociais para tornarem o ensino muito mais dinâmico e coerente com as transformações educacionais. Observe as respostas:

FIGURA 30 - Resposta da entrevista – questão 1



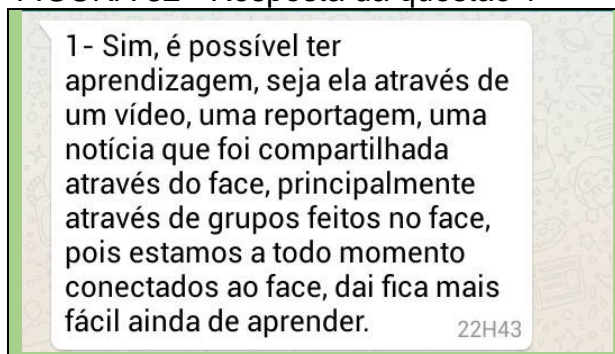
Fonte: Arquivo pessoal – Dispositivo WhatsApp.

FIGURA 31 - Resposta da entrevista 1



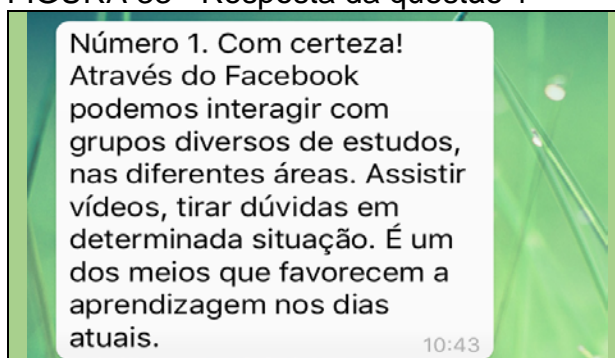
Fonte: Arquivo pessoal – Dispositivo WhatsApp.

FIGURA 32 - Resposta da questão 1



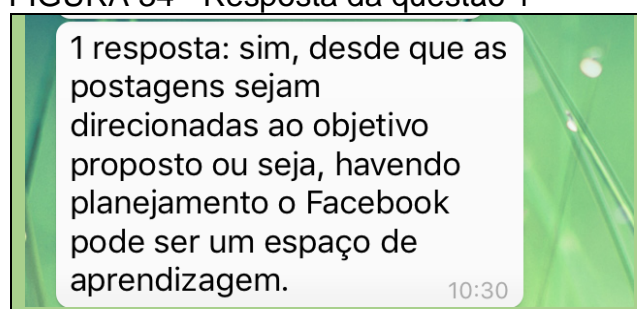
Fonte: Arquivo pessoal – Dispositivo WhatsApp.

FIGURA 33 - Resposta da questão 1



Fonte: Arquivo pessoal – Dispositivo WhatsApp.

FIGURA 34 - Resposta da questão 1



Fonte: Arquivo pessoal – Dispositivo WhatsApp.

Observe as respostas enviadas pelo WhatsApp, por mensagem de voz e descritas a seguir:

Vamos a primeira questão - 1: O Facebook como espaço de aprendizagem? Sim, pois hoje em dia, todo mundo, tem um Facebook, lá tem várias formas de aprender, com várias páginas interessantes para o nosso aprendizado!

Questão 1 - Sim, porque sempre mais do que entreter, o Facebook pode se tornar ferramenta de interação valiosa para auxiliar em nosso trabalho em sala de aula, desde que bem utilizada.³⁹

Nas respostas acima, os participantes, afirmaram ser o Facebook, um espaço não só de entretenimento, mas, um espaço de aprendizagem e formação, que pode fornecer dados importantes que indicam auxílio no desenvolvimento da aula. Vejamos a próxima resposta, também enviada por mensagem de voz e descrita abaixo:

Número 1 – ‘Grupos específicos fechados e secretos virando um sistema comum no processo de aprendizagem, por exemplo, podem ser proporcionados por meio do Facebook, links com vídeos ou contextos

³⁹ Fonte: Arquivo pessoal – Dispositivo WhatsApp.

*seguros assim com recursos temáticos ou blocos. Esses recursos podem ser facilmente discutidos de forma interativa entre os alunos.*⁴⁰

De acordo com a resposta acima, que alguns participantes, apresentam seu parecer com relação à acessibilidade que a rede social Facebook pode propor, relataram que essa rede foi relevante para o aprendizado de todos os indivíduos indistintamente. Eles compreenderam o Facebook como um espaço diversificado de aprendizagem e de fácil manuseio.

Segundo os participantes, pode haver sim, aprendizagem por meio da rede social Facebook, pois as pessoas estão boa parte do dia conectadas a esse ambiente, e, portanto, a aprendizagem e os conteúdos compartilhados no grupo do curso de Libras, tornam-se dinâmicos, acessíveis e de fácil aprendizagem.

Sites de rede social foram especialmente significativos para a revolução da “mídia social” porque vão criar redes que estão permanentemente conectadas, por onde circulam informações de forma síncrona (como nas conversações, por exemplo) e assíncrona (como no envio de mensagens). Redes sociais tornaram-se a nova mídia, em cima da qual informação circula, é filtrada e repassada; conectada à conversação, onde é debatida, discutida e, assim, gera a possibilidade de de novas formas de organização social baseadas em interesses das coletividades.

Esses sites atingem novos potenciais com o advento de outras tecnologias, que aumentam a mobilidade do acesso às informações, como os celulares, tablets, smartphones e etc.

Redes sociais passam a ser constituídas em fluxos informacionais, refletindo a era da conexão proposta por Manuel Castells. (BRAMBILLA, 2011, p. 15-16).

Verificou-se, portanto, que o Facebook foi um espaço que favoreceu a aprendizagem nos dias atuais, e que os alunos podem, por meio dele, interagir com diferentes grupos de estudos, nas mais diferentes áreas. Afirma Moran (2012), sobre a competência de professores e alunos, em saberem conviver e relacionarem-se nos diferentes espaços virtuais e digitais:

Uma nova competência que precisa ser desenvolvida hoje é a de saber conviver nos espaços virtuais, saber comportar-se na comunicação *on-line*, nos diversos espaços digitais pelos quais nos movemos, respeitar a diversidade, comentar com equilíbrio opiniões diferentes ao divulgar informações sobre terceiros. (MORAN, 2012, p. 67).

⁴⁰ Fonte: Arquivo pessoal – Dispositivo WhatsApp.

Portanto, foi necessário que os professores estivessem capacitados e orientados a adquirir e aplicar tais competências, pois serão eles quem ensinarão os alunos no variado uso dos espaços e redes sociais virtuais, de forma ética e assegurando o intercâmbio de ideias, informações e conhecimentos.

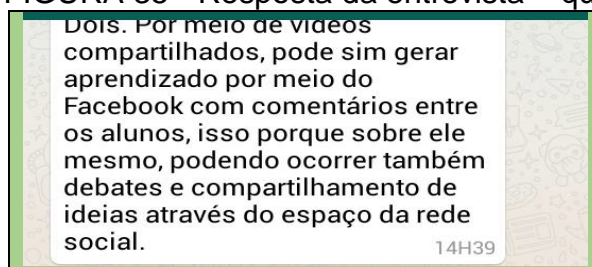
Gonçalves e Patrício (2010) relata as diferentes potencialidades proporcionadas pelo ambiente da rede social Facebook e, portanto, o torna um ambiente virtual de aprendizagem, conforme foi explicado, acima, pelo participante 10. Uma vez que o objetivo deste estudo era analisar o potencial educativo do Facebook, começamos por explorar e utilizar a maioria das aplicações desta rede social. (GONÇALVES; PATRÍCIO, 2010, p. 595).

Os participantes, explicaram compreenderem o Facebook como espaço educacional, pois proporcionou condições de acesso e recursos como um verdadeiro Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), o que levou interatividade às discussões e debates.

Questão 2 – Quais seriam os potenciais pedagógicos que o Facebook poderia ter? Dê exemplos.

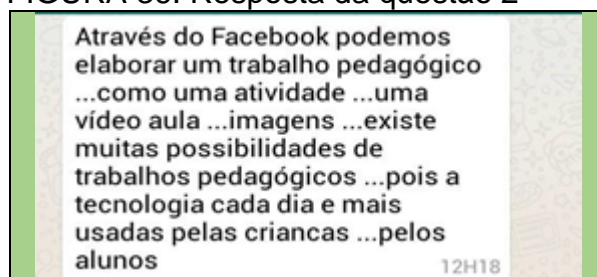
A seguir são apresentadas algumas respostas sobre a questão 2:

FIGURA 35 - Resposta da entrevista – questão 2



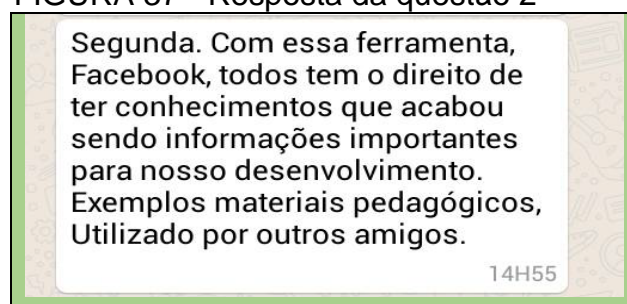
Fonte: Arquivo pessoal – Dispositivo WhatsApp.

FIGURA 36: Resposta da questão 2



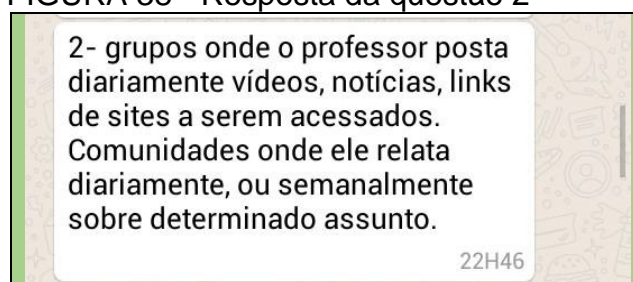
Fonte: Arquivo pessoal – Dispositivo WhatsApp.

FIGURA 37 - Resposta da questão 2



Fonte: Arquivo pessoal – Dispositivo WhatsApp.

FIGURA 38 - Resposta da questão 2



Fonte: Arquivo pessoal – Dispositivo WhatsApp.

Segunda questão – 2: Os potenciais pedagógicos do Facebook são: Como aconteceu no Curso de Libras, em um grupo fechado, o professor pode postar para os alunos, Vídeos, textos, artigos, tendo interação entre os alunos. Os alunos podem também compartilhar o que acham de interessante.⁴¹

O Facebook propiciou uma variedade de ferramentas e estratégias para a construção do conhecimento sobre os assuntos relacionados com a Libras e o Ensino do aluno com surdez, proporcionando uma interação colaborativa e motivadora entre os participantes e o formador.

Na segunda questão, os participantes descreveram as diferentes formas de utilização do Facebook, para a aprendizagem e quais conteúdos foram

⁴¹ Fonte: Arquivo pessoal – Dispositivo WhatsApp.

compartilhados pelo formador e pelos alunos, indicando que a aprendizagem foi construída de forma colaborativa.

Veja mais algumas respostas, enviadas por mensagem de voz e descritas sobre essa questão:

Segunda questão: O contato com o estudante na internet, ajuda a conhecê-lo, nesse sentido é possível compreendê-las como um espaço aberto de comunicação, e não é possível pensar em comunicação sem pensar em educação, compartilhando assim, conhecimentos e informações de seu interesse.⁴²

Verificou-se que os participantes compreendem a internet, tanto como as redes sociais, espaços abertos de comunicação, interação e educação para construir ideias e conhecimentos. Eles referiram-se principalmente aos recursos que podem ser disponibilizados na web, tais como: aulas audiovisuais, vídeos e textos que auxiliam na fixação do conteúdo, as vídeoaulas minimizam o tempo de estudo, o compartilhamento de opiniões e ideias.

Os participantes elencaram que os conteúdos a serem desenvolvidos pelo Facebook ou WhatsApp, se forem planejados, contextualizados, mostram eficácia, e podem e devem ser aplicados *'[...] como espaço de aprendizagem para divulgação e multiplicação de conteúdo específicos da área a ser ministrada.'*

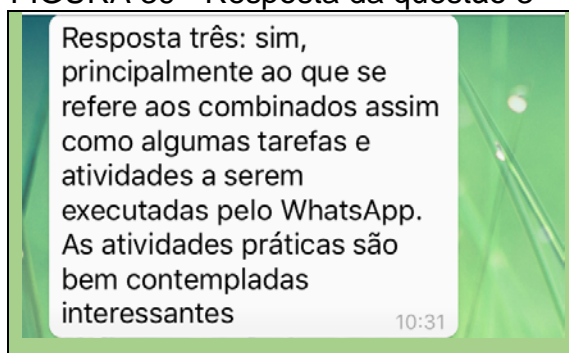
Com relação ao potencial pedagógico proposto pelo Facebook, na segunda questão da entrevista, é possível concluir que os participantes enxergam o Facebook como espaço de aprendizagem com debates e compartilhamento de ideias.

Questão 3 - Você compreende o WhatsApp como um espaço de aprendizagem? Justifique.

Vamos analisar as respostas dos participantes a seguir.

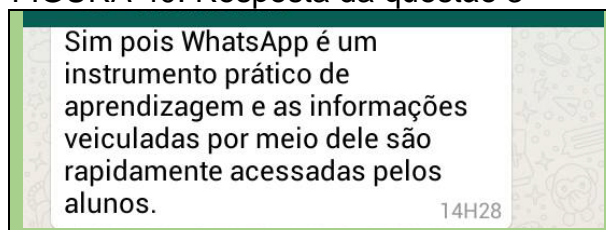
⁴² Fonte: Arquivo pessoal – Dispositivo WhatsApp.

FIGURA 39 - Resposta da questão 3



Fonte: Arquivo pessoal – Dispositivo WhatsApp.

FIGURA 40: Resposta da questão 3



Fonte: Arquivo pessoal – Dispositivo WhatsApp.

Veja a resposta enviada pelo WhatsApp por mensagem de voz:

'O WhatsApp, também pode ser uma ferramenta enriquecedora de compartilhamento, troca de ideias e conhecimentos adquiridos, criando-se também um ambiente gostoso e divertido'.⁴³

Por meio das respostas, observou-se que os participantes, acreditaram que o ambiente da semântica web, pode motivar e tornar o ensino mais prazeroso e divertido, por ser aberto ao uso e participação do aluno, o que agregou emoção na sua utilização.

Notou-se a preocupação de alguns participantes, por ser o WhatsApp, um espaço acessível a pessoas com surdez, o que o tornou interessante ao desenvolvimento do ensino e aprendizagem de surdos.

Observou-se e analisou-se mais algumas respostas descritas, também enviadas por mensagens de voz sobre a questão.

O WhatsApp como espaço de aprendizagem? Sim, pois ele é um espaço em que a gente, aprende mais rápido do que o Facebook, por aqui, por

⁴³ Fonte: Arquivo pessoal – Dispositivo WhatsApp.

exemplo, neste momento, eu estou respondendo por meio de voz, é mais rápido, eu poderia estar enviando um vídeo, ou seja, a interação pelo WhatsApp, é mais rápida.

Sim, porque sua função é a de permitir a realização de troca de mensagens, imagens, vídeos e áudios. Com isso, tem o objetivo de oferecer fontes alternativas de cursos, concursos, editais, projetos, imagens, etc..

'[...] fica mais fácil para o professor mandar um link, ou uma notícia de interesse. Também uma forma do aluno poder tirar suas dúvidas mesmo estando "longe" do professor'.⁴⁴

Moran, Masetto e Behrens (2000), asseveram sobre o uso da internet e das redes sociais nas trocas de comunicação e no compartilhamento de informações e conhecimentos.

Outro resultado comum à maior parte dos projetos na Internet confirma a riqueza das interações que surgem, os contatos virtuais, as amizades, as trocas constantes com outros colegas, tanto por parte dos professores como de alunos. Os contatos virtuais transformam-se, quando é possível em presenciais. A comunicação afetiva, a criação de amigos e diferentes países transformam-se em um grande resultado individual e coletivo dos projetos. (MORAN, MASETTO e BEHRENS, 2000, p. 54).

De acordo com as respostas, a web aproximou e contribuiu com a aprendizagem e a construção do conhecimento, viabilizando pesquisas e sanando dúvidas, que podem acontecer durante os estudos e dinâmicas a distância. As redes sociais viabilizaram essa proximidade.

Por meio do WhatsApp, viabilizou-se e eficácia maior que a do Facebook, pois houve presteza e sincronia na comunicação e transmissão de conteúdo. Os questionamentos, resolução de dúvidas e acessibilidade são resolvidos instantaneamente. Isso tudo tornou o WhatsApp, uma ferramenta no desenvolvimento e construção da aprendizagem.

Questão 4 - Quais seriam os potenciais pedagógicos que o Whatsapp poderia ter? Dê exemplos.

Para Baranauskas, Martins e Valente (2013, p. 139), um dos principais atrativos em redes sociais é a consciência (ou *awareness*⁴⁵) que uma pessoa mantém das demais, suas ações, seus objetos e contexto, tanto em situações

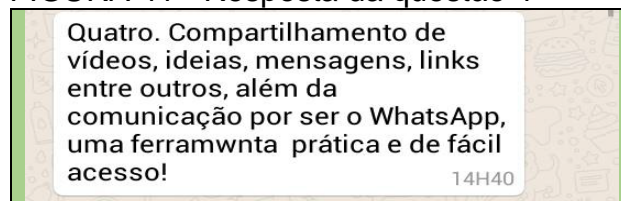
⁴⁴ Fonte: *Arquivo pessoal – Dispositivo WhatsApp.*

⁴⁵ *Awareness*: tradução - consciência, e ou conhecimento. [Levar ao público o conhecimento de. <http://dicionario.reverso.net/ingles-portugues/awareness>](http://dicionario.reverso.net/ingles-portugues/awareness) Acessado em: 06/10/2016.

síncronas⁴⁶ quanto em assíncronas. Foi possível perceber que o WhatsApp, possui esses potenciais, e que motivou e instigou o conhecimento e o seu uso como ambientes de formação e educação.

Seguem as respostas da questão 4:

FIGURA 41 - Resposta da questão 4



Fonte: Arquivo pessoal – Dispositivo WhatsApp.

Na quarta resposta, os participantes elencaram os potenciais do WhatsApp e a importância dele na construção do conhecimento do aluno surdo.

Moran, Masetto e Behrens (2000), orientam quanto às variadas metodologias e novas práticas que são significativas e acessíveis às necessidades individuais de cada participante e aluno.

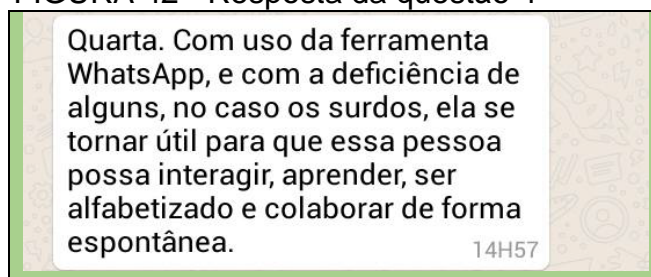
Com a flexibilidade procuramos adaptar-nos às diferenças individuais, respeitar os diversos ritmos de aprendizagem, integrar as diferenças locais e os contextos culturais. Com a organização, buscamos gerenciar as divergências, os tempos, os conteúdos, os custos, estabelecemos os parâmetros fundamentais.

Colaboram para isto: Traçar linhas de ação pedagógica maiores (gerais) que norteiem as ações individuais. Sem sufoca-las, respeitar os estilos de dar aula que dão certo, respeitar as diferenças que contribuam para o mesmo objetivo, personalizar os processos de ensino-aprendizagem, sem descuidar do coletivo, encontrar o estilo pessoal de dar aula, por meio do qual nos sintamos confortáveis e consigamos realizar melhor objetivos. (MORAN; MASETTO; BEHRENS, 2000, p. 29).

Isso indica, que as tecnologias que são propostas pelas Webs, possuem metodologias eficazes para o desenvolvimento de pessoas com deficiências, pois essas pessoas, por meio desses recursos, possuem condições de interagir e colaborar de forma espontânea, conforme mostram as respostas a seguir.

⁴⁶ Síncronas: Que se realiza ao mesmo tempo que outro. = SIMULTÂNEO "síncrona", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2008 – 2013. <<https://www.priberam.pt/dlpo/s%C3%ADncrona>>[consultado em 10-10-2016].

FIGURA 42 - Resposta da questão 4



Fonte: Arquivo pessoal – Dispositivo WhatsApp.

A resposta a seguir foi descrita por ser enviada por mensagem de voz.

Quarta questão – 4: Quais os potenciais pedagógicos que o WhatsApp poderia ter? Vídeos, questões, compartilhamentos de vídeos, ... eh, tarefas a serem realizadas por aqui, mensagens por voz, de forma mais rápida, eh, inclusive do que pelo Facebook, eu acredito.

Quarta questão: Dinâmica das escritas e dos diálogos durante a troca de mensagens.⁴⁷

Os participantes consideraram as redes sociais, *‘um ótimo espaço para “tirar dúvidas” rápido, questionamentos que até o próximo encontro em sala de aula, podem ser esquecidos.’*

Foram indicadas nas entrevistas as variedades de estratégias oferecidas pelas redes sociais, tanto o Facebook, quanto o WhatsApp, com o intuito de trocar, compartilhar conhecimentos e informações.

Com relação às trocas e compartilhamentos de informações por meio dos ambientes virtuais, afirma Moran (2012, p. 143), Cada vez mais haverá o uso de tecnologias de comunicação em tempo real. No primeiro modelo pedagógico, mais para ouvir o professor, no segundo mais para interagir, orientar e elaborar.

Questão 5 - Você utilizaria o Facebook como espaço de aprendizagem com seus alunos? Comente como seria tal uso

Na questão 5 os participantes disseram verificar nas redes sociais, tanto no Facebook quanto no WhatsApp, espaços que atenderam a funcionalidade e necessidades de comunicação e interação dos dias de hoje, pois acreditam na

⁴⁷ Fonte: Arquivo pessoal – Dispositivo WhatsApp.

facilidade e agilidade de sua utilização, bem como de postagens, compartilhamentos de ideias e construção do conhecimento.

Veja nas próximas respostas descritas:

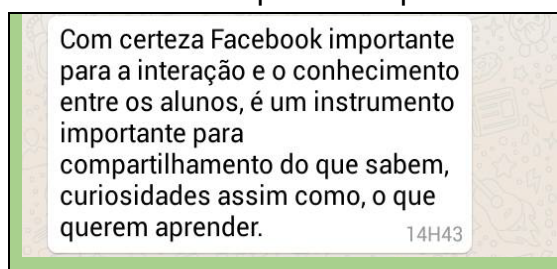
Eu utilizaria sim, o Face como espaço de aprendizagem com meus alunos, porque através de vídeos, através de pesquisas, através de estar neste meio com os alunos que hoje em dia, é impossível você fugir deste mundo virtual deles, então você tem que buscar outros meios, compartilhando vídeos e fazendo com que eles queiram pesquisar.⁴⁸

Os participantes afirmaram na quinta questão que utilizariam sim, com seus alunos o Facebook como espaço de aprendizagem, já que os alunos de hoje, vivem conectados. Por isso o professor pode utilizar esses espaços ampliando as oportunidades de aprendizado de seus alunos via tais recursos.

Sim, pela agilidade de encontrar as turmas que a cada dia mais e mais entram, estão nas redes sociais.⁴⁹

Acima, o entrevistado expôs a importância de se trabalhar com as redes sociais como espaço de formação, pois os alunos estão interagindo cada vez mais com as redes sociais.

FIGURA 43 - Resposta da questão 5



Fonte: Arquivo pessoal – Dispositivo WhatsApp.

Nesse sentido, as redes sociais online são:

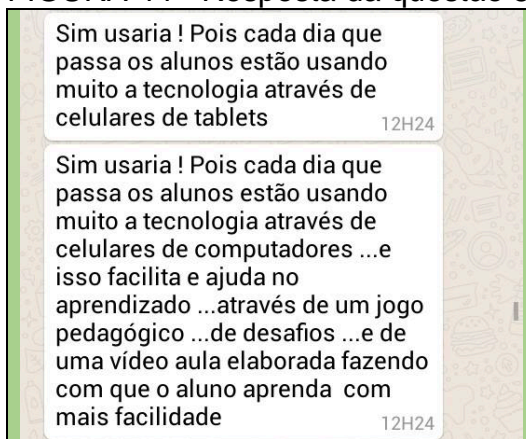
Redes sociais *online* são cada vez mais populares, [...]. Este fato está relacionado à vários fatores como a falta de conhecimento das competências e habilidades das pessoas, em identificar barreiras de acessibilidade em corrigir os problemas identificados. (BARANAUSKAS, MARTINS; VALENTE, 2013, p. 196).

⁴⁸ Fonte: Arquivo pessoal – Dispositivo WhatsApp.

⁴⁹ Fonte: Arquivo pessoal – Dispositivo WhatsApp.

As análises das respostas evidenciam que para os participantes, as redes sociais propiciaram espaços repletos de condições interativas e colaborativas que podem organizar e exercer pesquisas e construção de conhecimento.

FIGURA 44 - Resposta da questão 5



Fonte: Arquivo pessoal – Dispositivo WhatsApp.

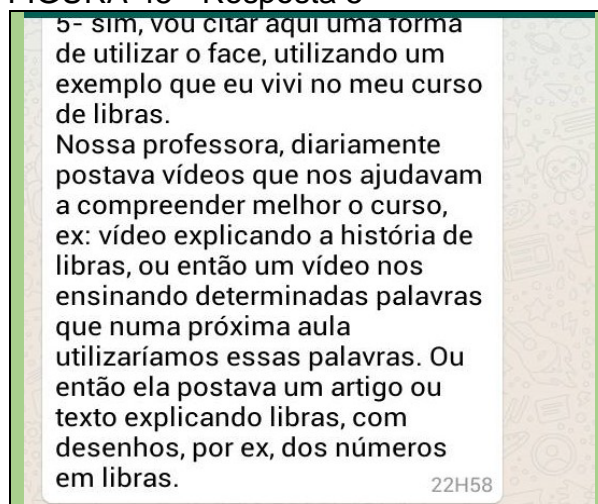
Para alguns participantes, o conteúdo, postado, debatido e as dinâmicas realizadas na web, puderam propor bases para reflexões realizadas também nas aulas presenciais. Veja as respostas descritas a seguir:

'[...] nossa professora, diariamente postava vídeos que nos ajudavam a compreender melhor o curso, [...], ou então um vídeo nos ensinando determinadas palavras que numa próxima aula utilizaríamos essas palavras.'

*'Sim, como meio de comunicação para aprender a utilizar as ferramentas.'*⁵⁰

⁵⁰ Fonte: Arquivo pessoal – Dispositivo WhatsApp.

FIGURA 45 - Resposta 5



Fonte: Arquivo pessoal – Dispositivo WhatsApp.

Diante disso, afirma Moran:

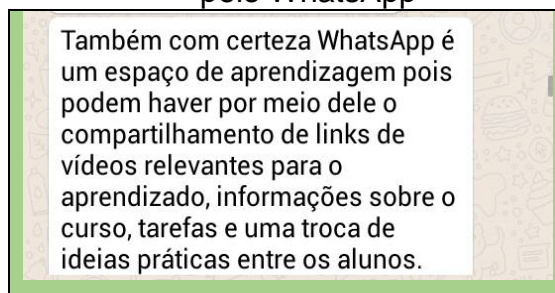
A formatação desses modelos centrados no aluno e na aprendizagem incluirá o uso frequente de tecnologias conectadas, móveis e multimídia para grupos pequenos e grandes. Os modelos serão semipresenciais ou online, com muita ênfase no planejamento, desenvolvimento e avaliação de atividades de pesquisa, de projetos. (MORAN, 2012, p. 142).

Os participantes, garantiram que é possível desenvolver o conteúdo, de forma a mediar e somar conhecimentos que não puderam ser adquiridos nas aulas presenciais, mas que estão respaldados a promover um ensino diferenciado.

Questão 6 - Você utilizaria o WhatsApp como espaço de aprendizagem com seus alunos? Comente como seria tal uso.

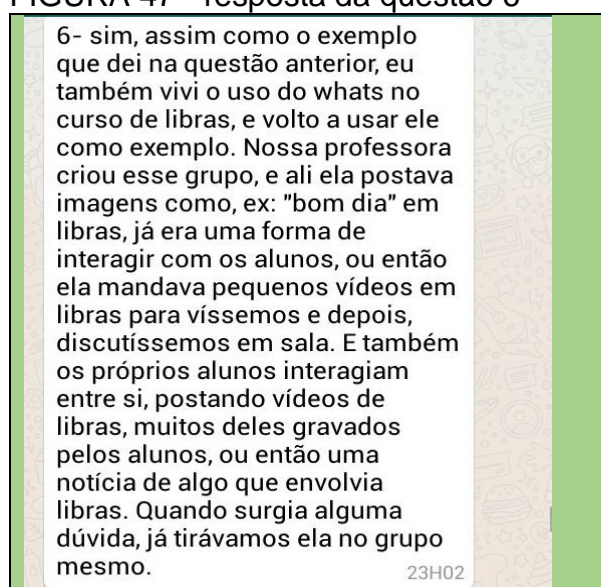
Observe as respostas dessa questão. Algumas foram descritas por terem sido enviadas por mensagem de voz:

FIGURA 46 - Continuação das respostas pelo WhatsApp



Fonte: Arquivo pessoal – Dispositivo WhatsApp.

FIGURA 47 - resposta da questão 6



Fonte: Arquivo pessoal – Dispositivo WhatsApp.

Eu utilizaria, também, através do WhatsApp como ele sendo espaço de aprendizagem com meus alunos, como eu disse, ele é mais rápido, mais fácil do que o Facebook, mais... eh, é o jeito mais rápido e fácil de interação. Quem tem um smartphone, tem como interagir mais rápido mesmo.

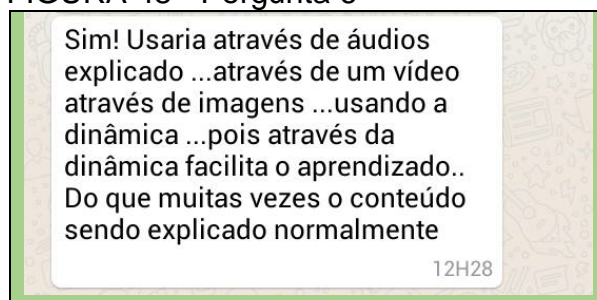
Na sexta questão, os participantes garantem que utilizariam certamente o WhatsApp, pela sua agilidade e facilidade de manuseio e interação.

Vejamos:

Com certeza, simplesmente porque a cada dia e frequentemente as redes sociais, passam a fazer parte do cotidiano e dos alunos e essa é uma realidade imutável. Estou fazendo um curso sobre o Ensino Híbrido, "Blended Learning", e estou conhecendo um pouco mais sobre o uso das tecnologias e novos espaços virtuais de educação. Esse formato do curso de Extensão de Libras, abriu minha mente, já estou realizando alguns projetos nesse formato com meus alunos da Rede Estadual de Ensino, afim de auxiliá-los nos estudos.

Para esse participante, além do aprendizado em Libras, a formação por meio das redes sociais, agregou compreensão sobre a importância nesse formato de ensino, pois, ao trabalhar com adolescentes da Rede Estadual de Ensino, sabe que é necessário recursos e estratégias que venham a oferecer motivação e desenvolvimento no processo de ensino aprendizagem.

FIGURA 48 - Pergunta 6



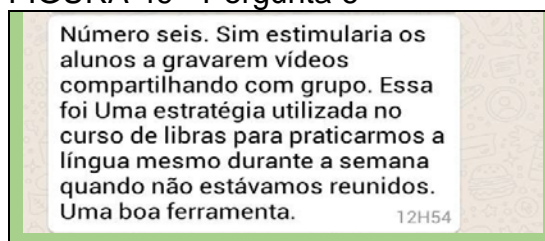
Fonte: Arquivo pessoal – Dispositivo WhatsApp.

Os participantes, deixaram claro, que utilizariam a tecnologia no desenvolvimento de projetos escolares e ensino de conteúdo, pois a realidade de hoje é a da expansão da tecnologia e de sua utilização massificada pelos alunos nas diferentes modalidades de ensino. Com relação a isso, Moran (2012), disserta sobre a necessidade de haver educadores que humanizem o uso das tecnologias e na educação virtual, a fim de proporcionar equilíbrio entre a quantidade e a qualidade, bem como, humanizar as relações.

Precisamos dos educadores humanistas na educação *on-line* para experimentar formas de interação entre o virtual e presencial e nos ajudar a encontrar caminhos para equilibrar quantidade e qualidade nos diversos tipos de situação em que nos encontramos hoje. Precisamos que nos mostrem como criar novas formas de interação, como incentivar a pesquisa individual e em grupo, a avaliação ao longo do curso, o estabelecimento de vínculos, a discussão aberta de valores importantes para a sociedade. (MORAN, 2012, p. 38).

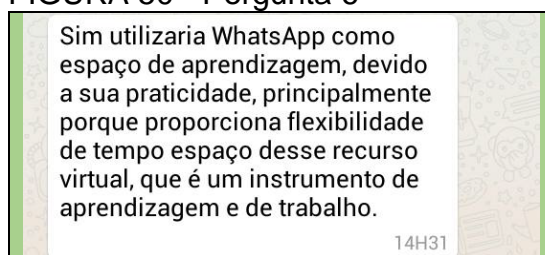
Observe mais algumas respostas:

FIGURA 49 - Pergunta 6



Fonte: Arquivo pessoal – Dispositivo WhatsApp.

FIGURA 50 - Pergunta 6



Fonte: Arquivo pessoal – Dispositivo WhatsApp.

Para alguns participantes, não é possível pensar no ensino, sem o uso de recursos digitais, sem os objetos educacionais de aprendizagem e sem o uso das redes sociais, nas quais os alunos se encontram boa parte do tempo conectados.

Este estudo permitiu evidenciar que as redes sociais, enquanto ferramentas Web 2.0, possibilitam diversas oportunidades para a criação de um ambiente de aprendizagem cooperativo e colaborativo. O ambiente informal do Facebook foi aos poucos organizando-se como um espaço de integração, comunicação, partilha e colaboração entre alunos e professora, tornando-se num ambiente de aprendizagem efectivo, eficaz e envolvente. (GONÇALVES; PATRÍCIO, 2010, p. 598).

As entrevistas da pesquisa, afirmaram, que apesar de alguns participantes ainda não utilizarem as redes sociais e as Webs como espaços de aprendizagem, acreditaram em seus potenciais e que logo gostariam fazer uso desses meios, pois agora conhecem a eficácia das redes.

Questão 7 - Existe algum obstáculo no uso das redes sociais Facebook e WhatsApp como ambiente virtual de aprendizagem? Se sim, quais? Como superá-los?

Na resposta sete, analisou-se, os participantes consideraram haver ou não obstáculos no uso das redes sociais como espaços de formação. Sobre essa

questão, a maior parte foi descrita, pois as respostas mais relevantes sobre ela foram enviadas por mensagem de voz.

Observaremos as respostas mais relevantes:

*[...] as redes sociais, propõem uma gama de oportunidades com informações complexas e amplas que são enriquecedoras para o aprendizado.*⁵¹

Moran, Masetto e Behrens (2000), corroboram a respeito:

Especificamente em rede, o computador se converte em um meio de comunicação, a última grande mídia, ainda em estágio inicial, mas extremamente poderosa para o ensino aprendizagem. Com a internet podemos modificar mais facilmente a forma de ensinar e aprender tanto nos cursos presenciais como nos cursos a distância. São muitos os caminhos, que dependerão da situação concreta em que o professor se encontrar: números de alunos, tecnologias disponíveis, [...]. Alguns parecem ser, atualmente, mais viáveis e mais produtivos. (MORAN; MASETTO; BEHRENS, 2000, p. 44).

Portanto, nas respostas, os participantes disseram, que não observaram obstáculos no uso das redes sociais, entretanto, consideraram, necessário saber a forma adequada de utilizar as ferramentas das Webs, com o objetivo de transformar de forma planejada a aprendizagem dos alunos. Elencaram também, uma preocupação importante, com relação ao uso das redes sociais e os conteúdos divulgados e compartilhados na mesma.

Vejam a resposta em destaque abaixo:

*'Não houve obstáculo, mas isso acontece, desde que seja usado da maneira adequada, pois ele fornece conteúdo de valor, ou seja, é preciso tomar cuidado com os conteúdos que são veiculados por meio das redes sociais, nem todos são confiáveis. Por isso, deve ser direcionado, planejado e dirigido.*⁵²

A resposta elencada acima, faz alusão a uma preocupação relevante, e que propõe a importância do professor mediador do conhecimento, ou seja, que deve planejar, conduzir, refletir e intervir, principalmente no direcionamento dos conteúdos postados e compartilhados pelos alunos no ambiente por meio das redes sociais.

⁵¹ Fonte: Arquivo pessoal – Dispositivo WhatsApp.

⁵² Fonte: Arquivo pessoal – Dispositivo WhatsApp.

Importa dizer, que os professores têm autonomia e precisam ser atuantes de forma atenta, na condução do desenvolvimento da aprendizagem por meio das redes sociais, evitando conteúdo não científico ou de cunho inverídico.

Observe:

Bom, é a última. Se existe algum obstáculo para o uso das redes sociais como espaço de aprendizagem? Bem, sim e não. Eh, tem obstáculo que muita gente ainda não sabe usar, pois tem gente, que por conta da idade, tem dificuldade, mas isso, o professor pode estar auxiliando, ensinar a utilizar, o aluno praticando mais e aprender mais. E não é um obstáculo as Redes Sociais para aprendizagem, é uma ferramenta a mais que o professor pode utilizar hoje, neste mundo virtual de informática. Não tem como fugir, pois, a moçada, hoje, já nasce com o smartphone nas mãos. E, não é um obstáculo que eu falo, é que tem muita gente que ainda não sabe utilizar a tecnologia, mas para os jovens, não tem obstáculo, porque eles estão praticamente além dos professores, acaba sendo uma troca que a gente tem, pois, a gente aprende mais com os alunos do que ensina, a respeito de WhatsApp e Facebook, é uma troca! E é isso, professora! Espero ter contribuído! Qualquer coisa, estarei as ordens! Beijos.⁵³

Na sétima questão, os participantes, colaboraram, explicando que as pessoas que fazem pouco uso dos meios de comunicação digital e online, ou não fazem uso das redes sociais como o Facebook e o WhatsApp, encontrarão obstáculos no manuseio destas ferramentas, mas esses podem ser sanados, caso queiram aprender a utilizar.

Ensinar com as novas mídias será uma revolução se mudarmos simultaneamente os paradigmas convencionais do ensino, que mantêm distantes professores e alunos. Caso contrário, conseguiremos dar um verniz de modernidade, sem mexer no essencial. A Internet é um novo meio de comunicação, ainda incipiente, mas que pode nos ajudar a rever, a ampliar e a modificar muitas das formas atuais de ensinar e de aprender. (MORAN; MASETTO; BEHRENS, 2000, p. 63).

Quando se trata do ensino, de jovens e demais alunos, esses obstáculos são quase inexistentes, pois esse alunado, tem o domínio dessas ferramentas da web, e, portanto, tem seu manuseio inserido em seu cotidiano, o que torna a aprendizagem por meio delas, mais interessante e coerente com os dias atuais.

Respostas de um participante. Acompanhe:

⁵³ Fonte: Arquivo pessoal – Dispositivo WhatsApp.

Participante: Existem sim.

Entrevistador: Você poderia dar alguns exemplos?

Participante: Sim.

Entrevistador: Que bom. Você consegue elencá-los?

Participante:

- *Fazer o uso indevido das Redes Sociais, em horário impróprio e/ou jamais usar como “cyberbullyng”;*
- *Outro ponto negativo, seria a não possibilidade de acesso por motivo de baixa renda entre os alunos;*
- *O professor, não pode agir, como se estivesse em um grupo de amigos íntimos, pois está em um espaço público.*

Entrevistador: Olha, muito obrigada, pela sua atenção e disponibilidade em responder as minhas questões e entrevistas. Um grande abraço, você contribuiu muito com a pesquisa.

Participante 4: Imagina, pode contar sempre comigo, professora.⁵⁴

Esse participante fez a perfeita reflexão quanto ao perfil do professor, e as dificuldades com relação aos problemas que podem realmente ser desencadeados pela má utilização das redes sociais.

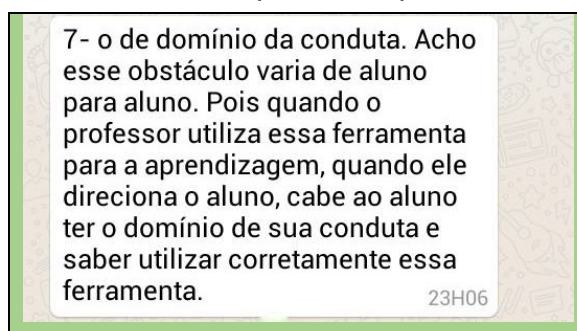
É importante, comentar, que apesar do uso das redes sociais, e da comunicação acontecer a distância, são promovidos o respeito e a ética profissional. Havendo, mesmo nas relações educacionais a distância, por meio das redes, “o calor das relações”, isso quer dizer, que as pessoas podem se tratar com respeito e mostrar simpatia também nessas relações.

Alguns participantes, disseram que uma das dificuldades do uso das redes sociais é o domínio da conduta de cada aluno, pois isso pode variar de pessoa para pessoa, o que cabe ao professor, é direcionar e mediar o aluno,

[...] cabe ao aluno ter o domínio de sua conduta e saber utilizar corretamente essa ferramenta. ’

⁵⁴ Fonte: Arquivo pessoal – Dispositivo WhatsApp.

FIGURA 51 - Resposta da questão 7



Fonte: Arquivo pessoal – Dispositivo WhatsApp.

Na Figura 51, o participante ao dizer: *‘Sabendo usar “corretamente” o Facebook e o WhatsApp, como espaço de “aprendizado”... não vejo obstáculos’*, ele afirmou que o uso das redes sociais, deve ser proposto, porém deve ser ensinado e disciplinado. Essa é, certamente, uma atribuição da escola e do professor ao longo das modalidades de ensino, para que se possa criar uma cultura de uso das tecnologias digitais e da web com enfoque educacional, o que disciplinaria e elevaria positivamente seu uso de maneira discriminada.

Também foi elencado pelos participantes que *‘em ambiente virtual de aprendizagem, não há obstáculos. ‘Muitas vezes nós alunos nos sentimos mais confortáveis para responder.’* Os participantes, referiram-se às redes sociais, fazendo referência aos debates e participações colaborativas, pois nas redes, as pessoas se sentem mais à vontade para expor suas opiniões e ideias a cerca de um tema.

Pelas respostas dos participantes, o ambiente virtual, além de não ter tido obstáculos para seu uso, deixou os participantes mais à vontade para responder e participar nos diálogos e debates.

Outro participante, disse que a utilização do grupo do Facebook, fechado e secreto, proporcionou liberdade e afinidade entre os alunos ou participantes daquele conteúdo, que pode ser um curso ou disciplina, e desta forma as influências particulares e pessoais não se confundem com o processo de aprendizagem.

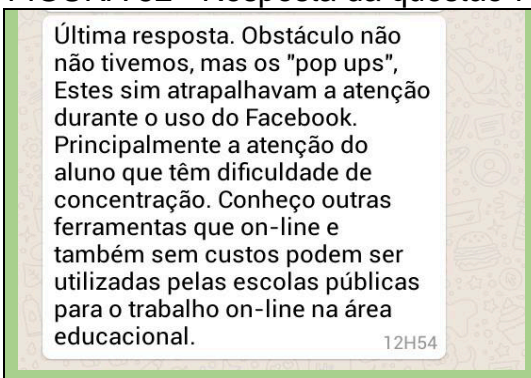
‘Não existem obstáculos, desde que sejam usadas em recursos fechados e específicos, para que as influências particulares e pessoais, não atrapalhem no processo de aprendizagem.’

É evidente, que os participantes do curso, perceberam as potencialidades das redes sociais com objetivo de ambiente educacional aprendizagem, e que, portanto, a formação permanente de Libras, aconteceu com foco em duas vertentes distintas, o do ensino de Libras e o do uso das redes sociais como ambiente de formação.

Alguns participantes, entretanto, observaram alguns obstáculos e comentaram a respeito.

Esse participante, a seguir, afirma que, como na experiência do Curso de Libras, os vídeos, textos e links de sites direcionados, postados e compartilhados devem ser de conteúdos confiáveis, pois sabe-se que na internet e nas Webs há muito material sem procedência confiável e de conteúdo errôneo.

FIGURA 52 - Resposta da questão 7

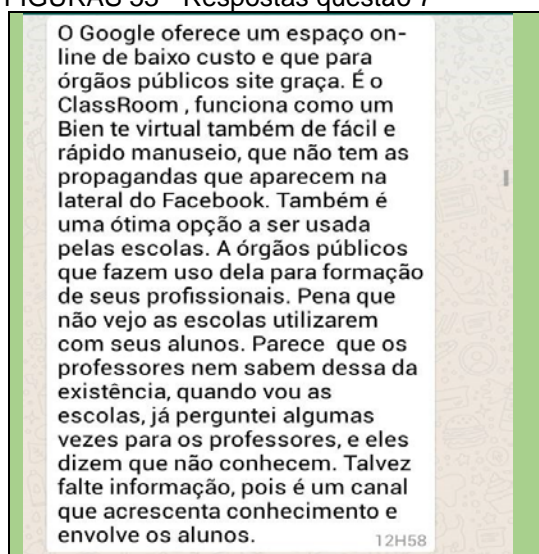


Fonte: Arquivo pessoal – Dispositivo WhatsApp.

O participante, fez uma crítica quanto aos “*pop ups*” que são encontrados nas laterais do ambiente Facebook, e que costumam atrapalhar e distrair o aluno durante um bate-papo, vídeo ou leituras compartilhadas no Facebook. Destacou, conhecer outra ferramenta on-line sem custos, ou seja, gratuita e que funciona como um ambiente de aprendizagem a ser utilizada exclusivamente em órgãos públicos como nas escolas ‘*para o trabalho on-line na área educacional*’.

O pesquisador pediu para que ele comentasse e explicasse um pouco mais, sobre esse ambiente ou recurso virtual, na Figura 53.

FIGURAS 53 - Respostas questão 7



Fonte: Arquivo pessoal – Dispositivo WhatsApp.

O participante, fez a sugestão de outro ambiente, Figura 53, que poderá também favorecer o desenvolvimento educacional a distância. Para ele, esse ambiente virtual, é mais fácil prático e não possui recursos que distraem a atenção dos alunos.

O *ClassRoom*, também é um ambiente virtual, disponível aos órgãos públicos e que auxilia no desenvolvimento educacional e de aprendizagem.

Sobre o uso das tecnologias e os ambientes virtuais mais adequados a cada situação ou instituição, Moran (2012), disserta a respeito:

Há uma primeira etapa, que é a definição de quais tecnologias são adequadas para o projeto de cada instituição. Depois, vem a aquisição delas. É preciso definir quanto gastar e que modelo adotar, se baseado em *software* livre ou proprietário, bem como o grau de sofisticação necessário para cada momento, curso e instituição. Em seguida, vem o domínio técnico-pedagógico, saber usar cada ferramenta do ponto de vista gerencial e didático, isto é, na melhoria de processos administrativos e financeiros e no processo de ensino aprendizagem. (MORAN, 2012, p. 90).

Outro participante, alerta quanto aos obstáculos existentes nas redes sociais, isso pois, muitos dos conteúdos existentes na internet, não são confiáveis e sem parâmetros científicos.

*[...] afinal há uma grande quantidade de conteúdos e autores, distorcidos na internet, como também em reais, sem parâmetros científicos.*⁵⁵

⁵⁵ Fonte: Arquivo pessoal – Dispositivo WhatsApp.

Disse que as mudanças neste aspecto, requerem cuidados, pois os conteúdos compartilhados devem ser comprovados e verdadeiros. Segundo, Pereira, Pereira e Pinto (2011, p. 6), é importante e desejável, encontrar uma visão de meio-termo, mais equilibrada, que considere e pondere eventuais riscos e possíveis desafios e potencialidades.

Essa é, portanto, uma grande preocupação dos professores e demais profissionais, pois se tem o controle do que eles estarão compartilhando com os alunos, mas os alunos nem sempre tomam esse cuidado. Opta-se, pela elaboração de grupos fechados ou secretos, em que o professor tem que aprovar e analisar todos os compartilhamentos realizados pelos alunos, assim pode-se ter um maior controle sobre o que será compartilhado por todos.

Foi possível verificar que os participantes entenderam a necessidade e eficácia das redes sociais, Facebook e WhatsApp, como espaços e ambientes virtuais de aprendizagem, apresentando formatos específicos, atraentes, de fácil manuseio. Compreenderam também, que se for utilizado, em formato de grupo fechado e secreto, torna-se perfeito, para evitar a exposição, em rede, dos debates e ideias de cada um dos participantes do processo de aprendizagem.

Os participantes demonstraram que utilizariam as Redes Sociais, como potencial pedagógico e de comunicação com seus alunos da escola em que atuam e como ambiente virtual de aprendizagem. Entretanto, torna-se necessário, que o professor, bem como, os demais profissionais da educação, sejam devidamente formados para seu uso, a fim de que possam compreender tais potenciais e para que possam com seu uso, fomentar o uso de recursos tecnológicos diferenciados no sistema educacional.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas Considerações Finais, são considerados aspectos relevantes da formação de Libras a partir do uso das redes sociais e das interações colaborativas entre os participantes ouvintes e surdos, também são mencionadas as inquietações que ensejam as novas transformações educacionais, quanto ao uso das TDICs e os novos ambientes de aprendizagem acessível para a inclusão de alunos surdos.

Após as análises dos dados coletados durante a pesquisa, verificou-se que as interações realizadas por meio das redes sociais, Facebook e WhatsApp, foram consideravelmente relevantes, pois puderam ser utilizados como espaços de formação de professores, proporcionando a inclusão digital. As redes sociais e demais mídias digitais, proporcionaram acessibilidade e inclusão de estudantes com deficiências, e no caso dessa formação, houve acessibilidade aos alunos participantes com surdez, pois os ambientes do Facebook e do WhatsApp, apresentaram aspectos que tornaram estes participantes, autônomos e ativos na construção do conhecimento.

Vale destacar que, a formação permanente em Libras, capacitou os professores e demais participantes do curso, no entanto, isso só pôde ser possível, pois todos estiveram abertos para o uso dos recursos midiáticos e das redes sociais, de forma sistematizada e ética.

A experiência obtida por meio desta pesquisa, permitiu-nos concluir, que é realmente possível propor uma formação aos professores que atuam nas classes comuns do ensino regular, mediante as ferramentas da Web 2.0 e Web 3.0, ou seja, mediante as redes sociais como espaços formativos.

O Facebook e o WhatsApp, já faziam parte do cotidiano dos professores e participantes surdos, e por isso houve facilidade em seu uso, o que proporcionou muitas interações e participações na formação.

A análise do curso, a partir das práticas e interações ocorridas nas redes sociais, foi possível concluir ainda que, os participantes obtiveram uma proximidade com a Língua Brasileira de Sinais, de forma espontânea, pois puderam vivenciar e compartilhar entre si e com os participantes surdos as experiências e o aprendizado.

Por meio das atividades desenvolvidas, ou seja, por meio de guias reflexivos, em que os alunos, após assistirem a vídeos ou realizarem leituras de artigos e textos, que contaram sobre a história do surdo, a educação de pessoas surdas e sobre a utilização da Língua Brasileira de Sinais, constatou-se, que os docentes e demais profissionais participantes da formação, compreenderam a importância de haver a inclusão escolar e social de surdos, oportunizando a esse alunado uma aprendizagem mais digna e igualitária.

No eixo contador de histórias, observou-se a aprendizagem da Libras por meio das postagens realizadas pelos cursistas, contando as experiências, por eles realizadas junto a seus alunos em sala de aula, no uso da língua. As experiências por meio de dinâmicas práticas ocorridas pelo WhatsApp, em diálogos com os alunos surdos, os docentes cursistas puderam pôr em prática o conhecimento obtido com a formação de Língua Brasileira de Sinais.

Verificou-se que o uso das redes sociais, proporcionou aos cursistas, maior interesse, disponibilidade e autonomia nas interações colaborativas, ou seja, um aprendizado sistemático da língua. Houve a ciência da cultura e do cotidiano vivenciado pelos surdos. Dessa forma, os docentes participantes da formação puderam compreender a realidade educacional e social enfrentada pelo aluno surdo.

Com relação à inclusão dos surdos nas escolas da rede pública regular, muito já foi adequado, entretanto, ainda existem muitos desafios a serem superados para que essa inclusão seja legitimada. Pois são necessárias muitas transformações, uma nova consciência educacional, nova postura pedagógica de educadores e de escolas frente a essas diferenças.

Tornaram-se relevantes as novas metodologias e estratégias adequadas, numa perspectiva de Escola Inclusiva, garantindo o acesso, a participação e a permanência dos estudantes surdos nas escolas, pois se oportunizado aos alunos com deficiências, especialmente os com surdez, essas novas estratégias, eles terão maior autonomia e independência em seu cotidiano escolar e social.

Por meio das postagens e experiências contadas pelos participantes do curso, nas redes sociais, observou-se que aqueles já assimilaram e já fazem uso da Língua de Sinais, e principalmente agora compreenderam a importância de proporcionar acessibilidade aos alunos com surdez, mediante o uso das redes

sociais e das Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação, o que constituiu o objetivo do Curso de Libras Fateb 2015.

Durante a formação e pesquisa, encontrei enquanto pesquisadora, algumas dificuldades. Logo no início do Curso a conscientização de alguns alunos para que estivessem inseridos nas redes sociais Facebook e WhatsApp, pois ambos fariam parte da formação como meio de acesso a materiais e estratégias de ensino e aprendizagem.

Dessa forma, foi imprescindível que houvesse um momento para que os participantes fizessem uso das redes sociais ainda de forma um pouco lúdica, a fim de testá-las para conhece-las como espaço de formação. Isso foi realizado, até que todos compreendessem e estivessem ambientados com o uso das referidas redes sociais.

Foi necessário também, contar com o auxílio dos participantes surdos nas interações práticas, com o intuito, além de ensinar na prática a Língua Brasileira de Sinais, a motivar e desafiar os participantes a interagirem no WhatsApp, pois no início, alguns alunos compreendiam que o grupo do WhatsApp fosse apenas um espaço unicamente para recados. Aos poucos, por meio dos incentivos e das atividades práticas e lúdicas, os alunos passam a compreender que esse era mais um espaço de aprendizagem prática e acessível à comunicação com pessoas surdas.

Atualmente, as redes sociais já possuem novos mecanismos e estratégias, dentre eles a chamada de vídeo interativa e síncrona, o que poderá ser utilizado como uma vídeoaula interativa ou para sanar dúvidas por meio de um diálogo com o formador ou mesmo entre colegas do curso de forma igualmente síncrona.

O WhatsApp, nos celulares, smartphones ou mesmo em tablets, já possuem aplicativos para videoconferências, onde os participantes podem se comunicar com surdos ou mesmo entre ouvintes para compartilhar conhecimentos, informações, dinâmicas, ou seja, para ampliar as estratégias, bem como o conhecimento e proporcionar acessibilidade.

O ideal é que as instituições de ensino oferecessem formação permanente aos professores para o uso das diferentes redes sociais, bem como para o uso dos recursos das TDICs e das mídias para o desenvolvimento do ensino e aprendizagem. Entretanto, é necessário que o uso desses recursos, espaços

virtuais e estratégias, sejam contextualizadas, significativas e envolvam de forma sistematizada as sequencias didáticas dos conteúdos a serem desenvolvidos. Outro objetivo do uso das redes sociais, mídias e TDICs é que possam oferecer acessibilidade aos alunos com deficiências, ou seja, os EPAEEs.

Como pesquisadora, o desejo é de seguir em frente com os estudos e avançar no uso de novas estratégias educacionais, a fim de propiciar inovações no campo da pesquisa em educação inclusiva e tecnologias, assim como, na propagação desses recursos entre os docentes, para que possa buscar melhores oportunidades para resolver os desafios do século XXI.

REFERÊNCIAS

- ABREU-E-LIMA, D. M.; ALVES, M. N. O feedback e sua importância no processo de tutoria a distância. **Pro-Posições**, Campinas, v. 22, n. 2, p. 189-205, Aug. 2011 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072011000200013&lng=en&nrm=iso>. access on 06 Mar. 2017.
- ALVES, C. B.; FERREIRA; J. P.; DAMÁZIO, M. M. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar**: abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez. Brasília: MEC/ SEESP, 2010.
- ALVES, J. A.; CAMPOS, P.; BRITO, P. Q. **O futuro da Internet**: estado da arte e tendências de evolução. Portugal: Centro Atlântico, 1999.
- ARANHA, M. S. F. (Org.). **Saberes e práticas da inclusão**: Desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais de alunos surdos. SEESP/MEC. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.
- ARANHA, M. S. F. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. **Revista do Ministério Público do Trabalho**, v.11, n. 21, mar., , p. 160-173. 200.
- ASSOCIAÇÃO BRASIL SGI – COORDENADORIA EDUCACIONAL. **A Arte da educação habilidosa**: práticas educacionais com base no humanismo Ikeda. . São Paulo: Brasil Seikyo, 2014.
- BARANAUSKAS, M. C. C.; MARTINS, M. C.; VALENTE, J. A. (Orgs). **Codesign de redes digitais**: tecnologia e educação a serviço da inclusão social. Porto Alegre: Penso, 2013.
- BERBERIAN, A.P.; GUARINELLO, A.C.; EYNG, D.B. Professores ouvintes e intérpretes de Libras: Mediadores-parceiros do processo educacional dos surdos. In: GIROTO, C.R.M., MARTINS, S.E.S.O., BERBERIAN, A.P. (Orgs.) **Surdez e educação inclusiva**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.
- BONILLA, M. H. S.; PRETTO, N. D. L. **Inclusão digital**: polêmica contemporânea / organizadores. Salvador: EDUFBA, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/4859/1/repositorio-Inclusao%20digital-polemica-final.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2016.
- BRAMBILLA, A. (Org.). **Para entender as mídias sociais**. CREATIVE COMMONS, 2011. Disponível em: <<http://designices.com>>. Acesso em: 12 jun. 2016.
- BRANDÃO, C. R.; BORGES, M. C. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Revista Educação Popular**, Uberlândia, v. 6, p.51-62. jan./dez. 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 4024, de 20 de dezembro de 1961. Brasília: ME, 1961.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 5.692, de 11 de agosto de 1971. Brasília: ME, 1971.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. **Lei Nº 7.853, de 24 de outubro de 1989**. Brasília: ME, 1989.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília: ME, 1990.

_____. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem., Jomtiem/Tailândia: UNESCO, 1990.

_____. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre as necessidades educativas especiais**: Brasília: MEC/SEESP, 1994.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394, 20 de dezembro de 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da de Educação Especial. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**.

_____. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Adaptações Curriculares. Brasília, MEC/SEF/SEESP, 1999.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2.001.

_____. Ministério da Educação. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**.

_____. **Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001**. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Guatemala: 2001.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da de Educação Especial. **Portaria Nº 2.678, de 24 de setembro de 2002**.

_____. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília, 24 de abril de 2002; 181º da Independência e 114º da República, 2002.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da de Educação Especial. **Decreto nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004**.

_____. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. 184º da Independência e 117º da República. Brasília, 22 de dezembro de 2005.

_____. **Saberes e Práticas da Inclusão** – Desenvolvendo Competências para o Atendimento às Necessidades Educacionais Especiais de Alunos Surdos. Brasília: MEC/ SEESP, 2005.

_____. Comitê Nacional de Educação. Secretaria de Educação Especial. **Direito à educação:** subsídios para a e gestão dos sistemas educacionais- orientações gerais e marcos legais. Brasília: MEC/SEEP, 2006.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Especial. **Política Nacional de Educação na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, DF, 2007.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva /** Secretaria de Educação Especial. Brasília: Secretaria de Educação Especial, - 2010.

CASTRO, A. R. de; CARVALHO, I. S. de. **Comunicação por Língua Brasileira de Sinais:** Livro Básico. Brasília: Senac, 2013.

CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (2006). **Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: decreto legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008:** decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. -- 4. ed., rev. e atual. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2011.

DAMÁZIO, M. F. M. **Atendimento educacional especializado** – Pessoa com Surdez. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Representação da Unesco no Brasil. BR/1998/PI/H/4 VER. Brasília, 1998.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

DINIZ-PEREIRA, J. E. A pesquisa dos educadores como estratégia para construção de modelos críticos de formação docente. In: DINIZ-PEREIRA, J. E.; ZEICHNER, K. M. (Orgs.). A pesquisa na formação e no trabalho docente. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

FÁVERO, E. A. G; PANTOJA, L. M. P.; MONTOAN, M. T. E. **Atendimento educacional especializado, aspectos legais e orientações pedagógicas**. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

FERREIRA-BRITO, L.. **Por uma gramática de língua de sinais**: Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: UFRJ, Departamento de Linguística e Filologia, 1998. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/o-professor-de-libras-lingua-brasileira-de-sinais-nas-series-finais-do-ensino-fundamental-no-ensino-medio-e-no-ensino-superior-formacao-x-habilitacao/27832/#ixzz4Mb3xykte>> . Acesso em: 25 fev. 2016.

FERREIRA, A. B. H. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Curitiba: Positivo, 2004. CD-ROM.

FERREIRA, R. S. **O intérprete de libras e o processo interativo com o surdo**. Curso de especialização em Técnicas de Tradução e Interpretação da língua de sinais – Libras/Língua Portuguesa Belém: Faculdade Ipiranga, 2005.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

_____. **Conscientização, teoria e prática da libertação**: uma introdução ao pensamento de Paulo freire. São Paulo: Moraes, 2002.

_____. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

GARBIN, M. C. **Uma análise da produção audiovisual colaborativa**: uma experiência inovadora em uma escola de ensino fundamental. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. Campinas: UNICAMP, 2010. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000779100>>. Acesso em: 03 abr. 2016.

GIANINI, E.. **Professores surdos de libras**. A centralidade de ambientes bilíngues em sua formação. Natal: UFRN, 2012.

GIROTO, C. R. M.; MARTINS, S. E. S. O.; BERBERIAN, A. P. (Orgs.). **Surdez e educação inclusiva**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2012.

GIROTO, R.; POKER, B.; OMOTE, S. (Orgs.). **As tecnologias nas práticas pedagógicas inclusivas**. Oficina Universitária. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/as-tecnologias-nas-praticas_e-book.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2016.

GOLDFELD, M. **A criança surda**: Linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista. 2. ed. São Paulo: Plexus, 2002.

GOMES, C. Necessidades educacionais especiais: concordância de professores quanto à inclusão escolar. **Temas sobre Desenvolvimento**, São Paulo, v. 14, n. 79, 2005.

GONÇALVES, V.; PATRÍCIO, R. Facebook: rede social educativa? In: ENCONTRO INTERNACIONAL TIC E EDUCAÇÃO, 1., 2010. Bragança, PO. **Anais....** Bragança, PO: Instituto Politécnico de Bragança, 2010. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/3584/1/118.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2016.

HENDLER, J. Web 3.0 Emerging. **Computer**, 42, n.1, p. 111-113, 2010. Disponível em: <<http://eft.educom.pt>>. Acesso em: 24 out. 2016.

SILVEIRA, C. da; BASSANI, P. B. S.; BARBOSA, D. N. F. Análise das possibilidades de aplicações web 2.0 na constituição de Ambientes Pessoais de Aprendizagem. In: ROSADO, L. A. da S. et al. (Orgs.) **Educação e tecnologia: parcerias 3.0.** [Livro eletrônico]. Rio de Janeiro: Ed. Universidade Estácio de Sá, 2014.

HESSEL, A. M. et al. Aprendizagem nas Redes Sociais Virtuais: o potencial da conectividade em dois cenários. **Revista CET REGIET**, v. 2, 2012. Disponível em: <<http://revistacontemporaneidadeeducacaoetecnologia.wordpress.com>>. Acesso em: 12 fev. 2016.

HONORA, M.; FRIZANCO, M. L. E. **Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais.** São Paulo: Ciranda Cultural, 2010.

IMBERNÓN, F. **Formação permanente do professor: novas tendências.** São Paulo: Cortez, 2009.

JOKINEN, M.. **Atualidade da educação bilíngue para surdo: processos e projetos pedagógicos.** 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 1999.

KOJIMA, C. K.; SEGALA, S. R. . **Língua Brasileira de Sinais, A Imagem do Pensamento.** São Paulo: Escala, 2008. v. 1.

LACERDA, C. B. F.; SANTOS, L. F. (Orgs.). **Tenho um aluno surdo, e agora?** Introdução à libras e educação de surdos. 1. ed. São Carlos, SP: Ed. Universidade Federal de São Carlos, 2012.

MANTOAN, M. T. E. O direito de ser diferente na escola. **Revista CEJ**, Brasília, n. 26, p. 36-44, 2004.

MASETTO, M. T. Mediação pedagógica e o uso da tecnologia. In: MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica.** Campinas, SP: Papirus, 2000.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas.** São Paulo: Cortez, 2003.

MEC, Secretaria de Educação Especial. **Revista Inclusão**, Brasília, v.1, n.1, 2005.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p.9-29.

MORAN, J. M. **A educação que desejamos**: Novos desafios e como chegar lá. 5. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

MOREIRA, E.A. H.; REZENDE, E. G. F. **Diretrizes para o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais**. São Paulo: DE/ GESE, 2007.

NUNES, E. J. G. WhatsApp na escola. **Portal Educação**. 2015. Disponível em: <<http://www.portaleducacao.com.br/pedagogia/artigos/67705/whatsapp-na-escola>> Acesso em: 22 ago. 2016.

NÓVOA, A. **História da profissão docente**: desafios para a pesquisa. Palestra proferida na PUC – Rio em 25 de agosto de 1998.

PHILLIPS, L. F.; BAIRD, D.; FOGG, B.J. **Guia Facebook para educadores**. 2016. Disponível em: <<http://facebookforeducators.org/>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. (Orgs.). **Professor reflexivo no Brasil**: gênese e crítica de um conceito. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PIMENTEL, M. G.. **O professor em construção**. 3. ed.. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

QUADROS, R. M. **Educação de surdos - a Aquisição da Linguagem**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

QUADROS, R. M.; SCHMIEDT, M. L. P. **Ideias para ensinar português para alunos surdos**. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

RODRIGUES, D. (Org.). **Inclusão e Educação**: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2005.

RODRIGUES, S. M. **Educação inclusiva**: das políticas públicas às percepções docentes. Belo Horizonte: Faculdade de Educação – UFMG, 2005.

RODRIGUES, C. S.; VALENTE, F.. **Aspectos linguísticos da libras**. Curitiba: IESDE Brasil, 2012.

ROPOLI, E. A. et al. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar**. Brasília: Escola Comum Inclusiva., 2010.

SÁ, E. D. **Material pedagógico e tecnologias assistivas**. Educação Inclusiva no Brasil. Banco Mundial Cnotinfor Portugal, 2003.

SARTORETTO, M. L. **Educação especial na perspectiva da inclusão escolar e os recursos pedagógicos assistíveis e comunicação aumentativa alternativa**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.

SARTORETTO, M. L.; BERSCH, R. C. R. **Recursos pedagógicos acessíveis e comunicação aumentativa e alternativa**. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2010.

SCHLÜNZEN, E. T. M. **Mudanças nas práticas pedagógicas do professor: Criando um Ambiente construcionista, contextualizado e significativo para crianças com necessidades especiais físicas**. 2000. Tese (Doutorado em Educação) - PUC: São Paulo, 2000. Disponível em: <<https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/9840>>. Acesso em: 12 jan.2016.

SCHLUNZEN, E. T. M.; MALHEIRO, C. A. L.; PEREZ, D. J. G. **Programa de formação de professores à distância: perspectivas e diretrizes norteadoras**. São Paulo. Ed. Unesp, 2009.

SOUSA S. F.; SILVEIRA, H. E. Terminologias químicas em Libras: a utilização de sinais na aprendizagem de alunos surdos. **Química Nova na Escola**, v. 33, n. 1, p. 37- 46, fev. 2011.

SKLIAR, C. **A Surdez, um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

SOARES, M. A. L. **A educação do surdo no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados; Bragança Paulista, SP: EDUSF, 1999.

SOUZA, R. M.; SILVESTRE, N.; ARANTES, V. A. (Orgs.). **Educação de surdos: Pontos e Contrapontos**. São Paulo: Summus, 2007.

THE BUTTERFLIES OF ZAGORSK. **As borboletas d e Zagorsk.**/ Teacher's Story, A -./Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte: / BBC, / BBC, / 1990./ 60 min., Documentário. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=KxEaHMxi7wE>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

UNESCO. **Relatório de monitoramento de educação para todos Brasil 2008: educação para todos em 2015; alcançaremos a meta?** Brasília: UNESCO, 2008. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001592/159294por.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2016.

VALENTE, J. A. A espiral da aprendizagem e as tecnologias da informação e comunicação: repensando conceitos. In: JOLY, M. C. R. A. (Org.). **A tecnologia no ensino: implicações para a aprendizagem**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

VALENTE, J. A.; PRADO, M. E. B.; ALMEIDA, M. E. B. (Orgs.). **Educação a distância via Internet**. São Paulo: Avercamp, 2003.

VALENTE, J. A.; MORAN, J. M.; ARANTES, V. A. (Orgs.). **Educação a Distância: Pontos e Contrapontos**. São Paulo: Summus, 2010.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Para onde vai o Professor? Resgate do Professor como Sujeito de Transformação**. São Paulo: Libertad, 1996.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem** tradução Jefferson Luiz Camargo. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. .ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WERNECK, C. **Ninguém mais vai ser bonzinho, na sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro: WVA, 2007.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento de métodos. 2. ed. Bookman. Porto Alegre, 2001.

APÊNDICES

Apêndice A – Termo de Consentimento livre e esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: “Formação docente: redes sociais, inclusão e ensino de Libras”

Nome do (a) Pesquisador (a): MARIANE DELLA COLETTA SAVIOLI GARZOTTI DE ARAUJO

Nome do (a) Orientador (a): RAQUEL ROSAN CHRISTINO GITAHY.

1.Natureza da pesquisa: o sra (sr.) está sendo convidada (o) a participar desta pesquisa que tem como finalidade compreender como, a partir das interações na web 2.0 e 3.0, os docentes discutem sobre o ensino da Língua Brasileira de Sinais para o aperfeiçoamento da sua prática

2.Participantes da pesquisa: Os sujeitos da pesquisa são os 32 cursistas, profissionais envolvidos com a educação regular e que estão em formação em serviço, participando do Curso de Extensão de Libras Fateb. Tais profissionais são professores da educação infantil, professores do ensino fundamental de 1º ao 5º ano e de 6º ao 9º ano, professores do ensino médio, assim como coordenadores, estagiários, psicólogo, policiais do Proerd, profissionais e estudantes de cursos de Pedagogia, surdos e demais profissionais que atuam de forma direta e indireta com o ensino regular.

3.Envolvimento na pesquisa: ao participar deste estudo a sra (sr) permitirá que o (a) pesquisador (a) MARIANE DELLA COLETTA SAVIOLI GARZOTTI DE ARAUJO colete dados por meio da observação e análise das interações realizadas nos grupos, por meio das redes sociais Facebook e whatsapp, sendo entre elas interações e discussões reflexivas sobre o tema e conteúdo, assim como, em grande parte pelo whatsapp algumas atividades práticas em Libras, por meio de vídeos compartilhados com os colegas cursistas do curso.Também será realizada uma entrevista por meio da rede social whatsapp de forma individualizada, assim como, questionário do perfil dos sujeitos participantes da pesquisa por meio do Google Docs.

A sra (sr.) tem liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para a sra (sr.). Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone do (a) pesquisador (a) do projeto e, se necessário através do telefone do Comitê de Ética em Pesquisa, que é o órgão que avalia se não há problemas na realização de uma pesquisa com seres humanos.

4.Sobre as entrevistas: As entrevistas serão realizadas por meio da rede social whatsapp de forma individualizada e seguirá o seguinte roteiro de questões: 1.Você compreende o Facebook como um espaço de aprendizagem? Justifique.2. Quais seriam os potenciais pedagógicos que o Facebook poderia ter? Dê exemplos. 3.Você compreende o Whatsapp como um espaço de aprendizagem? Justifique.4.Quais seriam os potenciais pedagógicos que o Whatsapp poderia ter?

Dê exemplos.5.Você utilizaria o Facebook como espaço de aprendizagem com seus alunos? Comente como seria tal uso.6.Você utilizaria o Whatsapp como espaço de aprendizagem com seus alunos? Comente como seria tal uso.7.Existe algum obstáculo no uso das redes sociais Facebook e Whatsapp como ambiente virtual de aprendizagem? Se sim, quais? Como superá-los?

4. **Sobre o questionário:** os participantes responderão um questionário sobre o seu perfil por meio do Google Docs, que terão questões sobre formação acadêmica; formação continuada em tecnologias educacionais; formação continuada em educação inclusiva; realização de cursos utilizando Educação a distância; tempo de serviço e a utilização de recursos tecnológicos no cotidiano;
5. **Riscos e desconforto:** a participação nesta pesquisa não infringe as normas legais e éticas. Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução no. 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade.
6. **Confidencialidade:** todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente o (a) pesquisador (a) e seu (sua) orientador (a) terão conhecimento de sua identidade e nos comprometemos a mantê-la em sigilo ao publicar os resultados dessa pesquisa.
7. **Benefícios:** ao participar desta pesquisa a sra (sr.) não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre como, a partir das interações na web 2.0 e 3.0, os docentes discutem sobre o ensino da Língua Brasileira de Sinais para o aperfeiçoamento da sua prática, de forma que o conhecimento que será construído a partir desta pesquisa possa auxiliar no estudo sobre formação docente, onde pesquisador se compromete a divulgar os resultados obtidos, respeitando-se o sigilo das informações coletadas, conforme previsto no item anterior.
8. **Pagamento:** a sra (sr.) não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto preencha, por favor, os itens que se seguem: Confiro que recebi uma via deste termo de consentimento, e autorizo a execução do trabalho de pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Obs: Não assine esse termo se ainda tiver dúvida a respeito.

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu,
 _____, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa.

Assinatura do Participante da Pesquisa

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Orientador

Pesquisador: MARIANE DELLA COLETTA SAVIOLI GARZOTTI DE ARAUJO

Fone: 18-988163067

Orientador: RAQUEL ROSAN CHRISTINO GITAHY

Fone: 18-981361807

Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP): Profa. Dra. Gisele Alborghetti Nai

Vice-Coordenadora do CEP: Profa. Dra. Rosa Maria Barilli Nogueira.

1 Telefone do Comitê: (18) 3229-2077 - E-mail: cep@unoeste.br

Apêndice B – Roteiro de Entrevista

1. Você compreende o *Facebook* como um espaço de aprendizagem? Justifique.
2. Quais seriam os potenciais pedagógicos que o Facebook poderia ter? Dê exemplos.
3. Você compreende o Whatsapp como um espaço de aprendizagem? Justifique.
4. Quais seriam os potenciais pedagógicos que o Whatsapp poderia ter? Dê exemplos.
5. Você utilizaria o Facebook como espaço de aprendizagem com seus alunos? Comente como seria tal uso.
6. Você utilizaria o Whatsapp como espaço de aprendizagem com seus alunos? Comente como seria tal uso.
7. Existe algum obstáculo no uso das redes sociais Facebook e Whatsapp como ambiente virtual de aprendizagem? Se sim, quais? Como superá-los?

Apêndice C – Questionário sobre o perfil do profissional participante da pesquisa

1 - Sobre a sua profissão assinale a alternativa

- Sou Coordenador ou Orientador educacional
- Sou Professor e atuo na Rede Pública
- Sou Educador e atuo na na Rede Pública
- Sou Professor e atuo na Rede Particular
- Sou educador e atuo na Rede Particular
- Sou Diretor de Escola
- Sou Supervisor de Ensino
- Sou estudante da área de formação
- Sou de outra área

2 - Caso você se encaixe em outras áreas, além daquelas citadas na questão anterior, diga em qual área você atua.

3 - Durante quantos anos você atua na área de sua profissão?

- Menos de um ano
- De um a três anos
- De três até seis anos
- De seis até dez anos
- De dez até vinte anos
- Acima de vinte anos
- Não atua ainda, pois é estudante

4 - Você trabalha na formação de professores ou outros profissionais pensando numa formação para acessibilidade ou para a inclusão social ou escolar?

- Sim, minhas formações permeiam a inclusão de pessoas ou de alunos
- Não, não trabalho com a formação numa perspectiva da inclusão

- Não atuo com formação de professores e nem de outros profissionais

5 - Se você for professor ou profissional de outra área, assinale:

- Atua proporcionando acessibilidade e buscando incluir
- Não atua proporcionando acessibilidade e não busca incluir
- Ainda sou estudante
- Sou de outra área, mas busco conhecimentos na área da pessoa com deficiência, como o Curso de Libras

6 - Responda com sinceridade: O que te impulsionou a fazer o Curso (Pós ou Extensão) de Libras?

- Necessidade de conhecer e aprender a língua da comunidade surda para promover acessibilidade comunicacional
- Interesse em aperfeiçoar meus conhecimentos educacionais
- Certificação para Progressão Funcional
- Curiosidade
- Tenho um familiar, amigo ou funcionário surdo

7 - Com os conhecimentos obtidos você pensa em modificar a sua profissão ou atuação? Explique de forma breve.

8 - Que grau de ensino você já possui?

- Ensino Fundamental Incompleto
- Ensino Fundamental Completo
- Ensino Médio
- Ensino Técnico e Profissionalizante
- Graduação
- Extensão
- Especialização
- Mestrado ou Doutorado
- Outros